

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA PESQUISA  
DOCUMENTAL CRÍTICA**

**REGINALDO RAMOS DE BRITTO**

Juiz de Fora (MG)  
Outubro de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS**  
Pós-Graduação em Educação Matemática  
Mestrado Profissional em Educação Matemática

Reginaldo Ramos de Britto

**Educação Financeira:** uma pesquisa documental crítica.

**Orientador:** Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann

Disertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Matemática.

Juiz de Fora  
2012



Em geral, concebemos uma **ideologia** como um **sistema de crenças** que tende a **esconder, disfarçar** ou filtrar uma série de questões ligadas a uma situação problemática para grupos sociais. Uma ideologia poderia **camuflar** ou suavizar essa situação por **obstruir possibilidades de identificar e discutir a natureza da “crise”** dessa situação. **Lutar para tornar essa ideologia representa uma atitude crítica em direção dessa situação e da ideologia que a acoberta.**

Ole Skovsmose

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amigo orientador Prof. Dr Marco Aurélio Kistemann Jr., que não só acompanhou como principalmente me motivou com leituras, considerações e palavras de incentivo. Sua dedicação bem como, e principalmente, sua postura de trabalho no GRIFE , reconhecendo em pesquisadores menos experientes seu valor e sua contribuição, foram, e continuam sendo importantes. Muito obrigado!

Agradeço a meu “também orientador” Prof Dr. Amarildo Melchiades Silva que posso dizer despertou em mim o interesse por esta pesquisa além de ter sido aquele que sugeriu o tema. Sua dedicação foi importante para que lá, no início do Mestrado, eu adquirissemos confiança na tarefa de pesquisa que então se desenhava. Sua postura, sobretudo na defesa das formulações do Modelo dos Campos Semânticos, é também incentivo. Muito obrigado!

Agradeço ao Professor Ole Skovsmose, não apenas por suas contribuições na banca de defesa, mas principalmente por sua produção teórica, validada principalmente pela sua prática pelo mundo a fora. Minha formação tem muito de sua contribuição e me faz caminhar sempre na crítica de uma sociedade ainda desigual. Muito Obrigado!

Agradeço aos professores (as) do Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFJF, que represento aqui pela Prof.<sup>a</sup> Regina Koppe e cuja escolha reside em que desde minha graduação tenho o prazer de ser “brindado”, como ela sempre diz, por sua postura também de incentivo e de valor ao outro. **Muito Obrigado!**

Agradeço aos companheiros do Mestrado, em especial aos amigos Professores (as): Luciano Pecoraro, Marília Rios, Dione Batista e Marcelo Bergamini que acompanharam mais de perto o desenvolvimento da pesquisa e dividiram todas as angústias que se apresentaram pelo caminho. Muito obrigado!

Agradeço à minha família, irmãs e irmãos, que mesmo distantes sempre senti seu apoio e presença.

Agradeço aos meus pais Ary e Nair que já não estão mais aqui, mas que são o verdadeiro sustento de tudo que tenho, faço e sou. Muito obrigado!

Agradeço à minha esposa Cristiane, companheira de sempre e de todas as horas. Meu “sparring teórico” como costumo dizer. Seu apoio, carinho e paciência foram fundamentais. Meu muito obrigado por tudo!

Agradeço à minhas filhas Rafaela e Naiara, razão de boa parte de minha vida, trabalho e compromisso. Muito obrigado!

Agradeço também a meu “irmão” Renato Góes, amigo de mais de 30 anos, que mesmo distante, lá em Bauru–SP, consegue me passar palavras de apoio e confiança em meu potencial. Você também foi importante. Muito obrigado!

## RESUMO

Sobre a forma de Educação Financeira, a temática em exame neste trabalho tem se mostrado como “necessária” aos indivíduos, diante da complexidade que os produtos financeiros assumiram no presente. Contudo, acreditamos que, como está proposta, estimula atitudes e desenvolve competências próprias do pensamento liberal individualista ao qual somos contrários.

Este trabalho de pesquisa tem dois propósitos que se aproximam, representando em verdade duas expressões de uma mesma iniciativa. Por um lado, assume como estratégia estabelecer reflexão crítica às propostas atuais sobre Educação Financeira as quais qualificamos como dirigidas ao Mercado e à domesticação dos indivíduos. Por outro lado, e, ao mesmo tempo, pretende contribuir para que propostas alternativas possam emergir no campo de investigação em Educação Matemática **como um todo, mas principalmente, a Educação Matemática Crítica**. Trata-se de investigação qualitativa com opção por pesquisa documental, que objetiva traçar um quadro teórico da Educação Financeira no mundo\* e no Brasil. Além disso, pretende, ao olhar cuidadosamente para inserção dessa proposta nos currículos no Brasil, refletir criticamente sobre o que chamamos de “*Processo de Legitimação da Educação Financeira*”. Este consiste num conjunto de asserções, não des-intencionadas, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade líquida, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar “melhor” produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores. De modo específico servirá a professores de matemática – e a outros professores e gestores escolares, também preocupados com essa questão, mas principalmente se dirige a Educadores Matemáticos visto que este processo de legitimação ocorre pela (via) matemática valendo-se de seu “poder formatador” e de sua característica “linguagem de poder”, como estratégia num processo de imponderação da Educação Financeira.

**Palavras chaves:** Educação Matemática Crítica, Educação financeira, comodificação e individualismo liberal.

## ABSTRACT

On the form of Financial Education, the theme under discussion in this paper has shown how "necessary" to individuals, considering the complexity of the financial products assumed in the present. However, we believe that, as is proposed, stimulates and develops attitudes own powers of thought liberal individualism to which we are opposed.

This research work has two purposes approaching, representing in fact two expressions of the same initiative. On the one hand, assumes as a strategy to establish critical reflection on current proposals Financial Education which qualify as directed to the Market and domestication of individuals. On the other hand, and at the same time, aims to contribute to alternative proposals that may emerge in the field of research in mathematics education as a whole, but especially the Education Critical Mathematics. This is qualitative research with option for documentary research, which aims to outline a theoretical framework of Financial Education in the world \* and Brazil. Moreover, intends to look closely at this curricula insertion proposal in the Brazil, critically reflect on the what we call "Legitimation Process of Financial Education." This process consist in the set of assertions, no without intention about the need that individuals dominate in liquid modernity, skills to among other things, to the more use efficient financial products, becoming better consumers. Specifically can serve to math teachers - and other teachers and school managers also concerned about this issue, but mainly addresses Educators Math a since process of legitimation occurs by math availing himself of his "power formatter" and its characteristic "language of power" as a strategy process *empowerment* of Financial Education.

**Keywords:** Critical Mathematics Education, Financial Education, commodification and liberal individualism.



## DICIONÁRIO DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
AGEE	Agenda Globalmente Estruturada para a Educação.
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BE	BE – Banco de España
CEMC	Cultura Educacional Mundial Comum.
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNMV	Comisión Nacional Del Mercado de Valores
CNVM	Comissão Nacional de Valores Mobiliários
CVM	Comissão de Valores Movbiliários
DOLCETA	Development of On Line Consumer Education Tools for Adults.
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EU	União Europeia
INFE	International Network on Financial Education
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
P Mat E	Programa Matemática e Educação
PISA	Programme for International Student Assessment
PLEF	Processo de Legitimação da Educação Financeira
PNEF	Plan National de Educación Financiera
PNFF	Plano Nacional de Formação Financeira
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SEFIN	Associação portuguesa dos utilizadores e consumidores de serviços e produtos financeiros
SFN	Sistema Financeiro Nacional.
Susep	Superintendência de Seguros Privados
UA	Universidade de Aveiro

## SUMÁRIO

Apresentação	12
INTRODUÇÃO	15
<b>CAPÍTULO 1: O CENÁRIO DE PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS:</b> Fenômenos impactantes na Educação Financeira.	18
1.1 INTRODUÇÃO.	18
1.2 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: Perspectivas sócio globais e a impregnação do olhar econômico	19
1.3 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: O neoliberalismo	22
1.4 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: O consumo e a transformação das pessoas em mercadorias (comodificação)	26
1.5 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: A financeirização do capital	32
1.6 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: globalização em perspectivas gerais	37
1.7 Discurso e construção da identidade do consumidor financeiro	47
1.8 Ações legais na constituição de melhores torcedores/ consumidores	57
1.9 EDUCAÇÃO FINANCEIRA & OCDE: de volta ao conceito de capital humano	61
<b>CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA – PESQUISA DOCUMENTAL</b>	67
2.1 INTRODUÇÃO.	67
2.2 <b>PRIMEIRA PARTE: AUTOAJUDA FINANCEIRA.</b>	71
2.2.1 Revisão de texto: Terapia Financeira	71
2.2.2 Revisão de texto: Dinheiro, os segredos de quem tem.	76
2.3 OCDE, PISA e Educação Financeira.	85
2.4 A estratégia de Educação Financeira Portuguesa: Inventário de iniciativas	91
2.4.1 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA DE PORTUGAL: Uma descrição geral	98
2.5 A Estratégia Nacional Financeira na Espanha.	106
2.6 Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil.	117
<b>CAPÍTULO 3: A METODOLOGIA DE PESQUISA:</b> Buscando Referências Teórico-metodológicas em Michel Certeau e Norman Fairclough	138

3.1 INTRODUÇÃO	138
3.2 PENSANDO SOBRE <i>TÁTICAS, ESTRATÉGIAS</i> E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: a contribuição de Certeau.	141
3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC): Uma contribuição de Norman Fairclough.	151
3.4 LEGITIMAÇÃO: Uma primeira aproximação	161
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DOCUMENTOS.</b>	166
4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PESQUISA EM DOCUMENTOS.	166
4.2 SOBRE AS ASSERÇÕES.	177
4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL (1): As asserções legais e constituição do imaginário de vinculação da educação financeira como tarefa do professor de matemática.	181
4.4 ANÁLISE DOCUMENTAL (2): A estratégia nacional de educação financeira do Brasil. As asserções financeiras e a constituição de consumidores financeiros.	191
4.5 ANÁLISE DOCUMENTAL (3): Elucidação dos impactos da financeirização do capital no cotidiano das pessoas, através de reportagens jornalísticas.	198
4.6 ANÁLISE DOCUMENTAL (4): Asserções presentes no plan nacional de educación financiera da Espanha.	202
4.7 ANÁLISE DOCUMENTAL (5): Asserções financeiras / neoliberais no plano nacional de formação financeira de Portugal.	208
4.8 ANÁLISE DOCUMENTAL (6): Parecer do comité económico e social europeu (CESE) sobre educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa).	219
<b>CAPÍTULO 5 : CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA</b>	244

<b>REFERÊNCIAS.</b>	250
<b>APÊNDICE 1:</b> Índice de Referência do documento original do Parecer do comité económico e social europeu (CESE) sobre educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa).	253
<b>APÊNDICE 2:</b> Análise do parecer do CESE sobre produtos financeiros socialmente responsáveis	254
<b>APÊNDICE 3:</b> Sobre a contribuição do conceito de Capital Humano	257
<b>ANEXO 1:</b> Documentos oficiais	259
<b>ANEXO 2:</b> Quadro geral de Legitimação da Educação Financeira / Estratégias Nacionais de Educação Financeira.	259
<b>ANEXO 3:</b> Quadro geral de Legitimação da Educação Financeira/Conferências Internacionais em Educação Financeira	259
<b>ANEXO 4:</b> Pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Investigações Económico Financieras/ GRIFE.	260

## APRESENTAÇÃO

O **primeiro capítulo** deste trabalho terá a função de traçar o cenário macro estrutural, fase de desenvolvimento do capitalismo, em que emerge o fenômeno da Educação Financeira. Trataremos de elementos *impactantes* que chamamos de ***Processo de Legitimação da Educação Financeira*** (PLEF). Podemos de modo preliminar nomeá-los como: o neoliberalismo, a globalização, o consumo, a comodificação e a financeirização do capital. Embora possam sugerir tarefa demasiada para um trabalho desta natureza, iremos apenas considerar que a Educação Financeira como prática social é fenômeno que se afeiçoa a estas perspectivas *impactantes*. É uma prática que se desenvolve numa fase contemporânea de capitalismo financeirizado; o consumo, como característica dessa sociedade em que nos transformamos, também imprime a Educação Financeira seus efeitos; o neoliberalismo como estrutura que dá suporte ao desenvolvimento do capitalismo (também nesta fase financeirizada) se relaciona constitutivamente a Educação Financeira e a comodificação (transformação em mercadoria) é modo de pensar o presente, cada vez mais intensamente, em vários setores de atividade humana.

Os autores, que irão nos ajudar a pensar e retratar esse cenário donde emerge a educação financeira como prática social, serão: Neto (2007), Therbon (1995), mas também Bauman (2008/2010) e Apple (2003) dentre outros.

Também Lapyda (2011) nos apresentará contribuições importantes com seu estudo sobre *financeirização do capital* a partir de *François Chesnais e David Harvey*. Estes, ou o que pudemos pinçar de suas formulações, nos levaram a acumular elementos que nos permitiram caracterizar o *Processo de Legitimação da Educação Financeira* (PLEF) como fenômeno que resulta de específica fase do capitalismo, manifestando seus “efeitos”.

Ao final deste capítulo, apresentaremos o que tem o objetivo de ser uma pré-análise documental. Vamos, de modo mais descritivo, analisar orientações da OCDE sobre o tema da Educação Financeira e abordar as Estratégias do Brasil, Portugal e Espanha.

Esse primeiro capítulo, mais longo e tratando de temas diversos cumprirá o papel de inserir o leitor(a) num “ambiente” sócio-global em que os documentos sobre Educação Financeira são produzidos e ao qual pertencem o pesquisador, aqueles que produziram os documentos e aqueles a quem os documentos são dirigidos. Esta iniciativa cumpre uma orientação metodológica de pesquisa em documentos a partir de Cellard(2008).

No **capítulo segundo**, trataremos da nossa revisão de literatura que, fundamental em qualquer trabalho de investigação científica, cumpre o papel de traduzir algumas perspectivas já construídas, além dos documentos das Estratégias, sobre o tema da Educação Financeira.

Neste capítulo, vamos tratar dos textos: *Terapia Financeira - A Educação financeira como método para realizar seus sonhos*<sup>1</sup>, do autor Reinaldo Domingos, bem como o livro: “Dinheiro, os segredos de quem tem” de **Cerbasi**. São livros que se afeiçoam ao que se convencionou chamar-se **literatura de autoajuda**.

No **terceiro capítulo**, será a vez de tratarmos dos referenciais teóricos-metodológicos. O título utilizado nesta parte do trabalho, “*Em busca de referências teóricas...*” tem de fato o objetivo que anuncia partindo do pressuposto que Michel de Certeau e Norman Fairclough tenham sido boas “escolhas”. Em verdade as aspas em escolhas lá estão para duvidar que de fato seja possível fazê-las. Quem escolhe quem?

De qualquer modo, acreditamos que os conceitos de *estratégias* e *tática* em Michel de Certeau e a perspectiva de Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough tiveram relevância no estudo dos documentos. O primeiro, por propor um modo de pensar que nos permitirá “ler” os documentos sobre Educação Financeira traduzindo-os como **estratégias não desintencionadas**. Do segundo, vamos aproveitar sua concepção de discurso bem como seus efeitos constitutivos, concebendo a Educação Financeira também como um “**sistema de conhecimento e crença**”. De volta a Certeau, o conceito de **tática** como indicaremos, será remetido a um estudo posterior, iniciativa que tentaremos justificar ao longo do referido Capítulo.

---

<sup>1</sup>Do autor Reinaldo Domingues, consultor financeiro e contador, pós-graduado em Análise de Sistemas.

Neste Capítulo, também tratamos de nossa referência metodológica para pesquisa em documentos que, como indicamos, está em Cellard (2008).

No **Capítulo IV**, trataremos da análise documental propriamente dita. Voltaremos aos documentos das Estratégias nacionais em Educação Financeira da Espanha, Portugal e Brasil, ressaltando e identificando a presença de elementos discursivos, em favor do capital, através do que chamamos de **asserções**. Constituímos, através delas, análises sobre a presença ideológico-discursiva, com orientações neoliberais, nestes documentos.

O **Capítulo V** tratará das indicações de pesquisa elencando aquelas que julgamos merecem maior atenção de professores e/ou educadores, mas, sobretudo Educadores Matemáticos, dado que envolve uma discussão, que precisa ser trazida para o interior da Educação Matemática, sobre as prescrições curriculares sobre Educação Financeira.

Perceberá o leitor que não tratamos de uma questão de pesquisa propriamente dita. O escopo deste trabalho é descrever criticamente as iniciativas de educar financeiramente os indivíduos, postas em movimento pela iniciativa de instituições financeiras, localizando a origem ideológica de tais iniciativas na OCDE e inscrevendo-as como parte de um processo, de mesma natureza, que se desenvolve em favor do capital financeiro.

Pretendemos por fim, com essa análise, levantar elementos para que propostas alternativas em Educação Financeira possam surgir; levar reflexão crítica a professores de Matemática além de trazer para o cenário de investigação em Educação Matemática discussões sobre o fenômeno contemporâneo de capitalismo financeiro, imprescindível para entendermos o presente e que possui rebatimentos sobre a prática escolar.

A Educação Financeira tal como se apresenta nos documentos, é exemplo disso.

## INTRODUÇÃO

Iniciamos este trabalho por traçar o perfil e trajetória profissional do educador/pesquisador e, ao mesmo tempo, ao falar de inquietações, indicar as primeiras delimitações das questões que conduziram esta investigação documental. Aliás, mesmo não sendo o momento “metodológico” apropriado, talvez seja relevante apresentar, já aqui neste espaço, uma primeira delimitação de nossa questão.

No percurso de minha trajetória, como professor de Matemática e cidadão, aquilo que se constituiu maior questão acredito poder dizer é a democracia ou, de modo mais preciso, a qualidade de nossa democracia. Desde cedo presentes em minhas reflexões, questões ligadas a esta temática foram tomando, com o tempo, maior relevância.

O ingresso na carreira do magistério municipal no início da década de 90, logo após concluir a licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Juiz de Fora, foi o início do processo que, anos depois, me levou a pretender elucidar, certas questões que, desde então, têm feito parte de minhas reflexões profissionais e políticas, em todos os níveis de atuação a que tenho me dedicado, seja como professor, sindicalista ou militante em movimentos sociais: as desigualdades sociais e raciais, percebidas como “naturais” dentro do modelo social brasileiro anunciado como democrático e seus reflexos no ambiente escolar.

Estava inserido num ambiente (sistema) escolar que desenvolvia um discurso avançado para uma prática ainda enraizada em valores conservadores, tradicionais ainda autoritários. Em certa medida é possível dizer que ainda há, no presente, este distanciamento, no entanto minhas preocupações como educador residem em pensar em formas de resistência e de transformação.

No ano 2000 numa especialização em Educação Matemática também pela UFJF, o atual formato desse projeto que hoje represento começa a se definir. As preocupações extrapolam, neste momento, as fronteiras da disciplina Matemática, e a compreensão da responsabilidade política do ato pedagógico, para qual muito contribuiu Paulo Freire em seu livro *Educação e Mudança*, se concretiza. A inquietação diante da realidade da exclusão social de parcela significativa da



população brasileira e a necessidade de construção de um modelo democrático de escola passam a fazer parte de minhas reflexões e a redirecionar minha prática educativa. Naquela oportunidade, o trabalho de conclusão da especialização aparece como indicação da orientação que então se instalava. Com o título “**Democracia e Liberdade**” a monografia representava uma alternativa à prática escolar. Possibilitava refletir sobre o ensino tradicional de Matemática (centrado em regras, algoritmos e processos mecânicos) e sua “contribuição” para um ambiente pouco propício ao desenvolvimento da Democracia. A estratégia foi utilizar jornais na confecção de atividades de matemática com o intuito de aproximar da Escola, os fenômenos da vida social. A liberdade e democracia, discutidas através de atividades matemáticas e com a utilização de jornais em sala de aula, davam a tônica do trabalho de especialização.

Hoje depois de duas décadas de magistério, o ingresso no Mestrado Profissional em Educação Matemática representou oportunidade de aprofundar reflexões sobre as “inquietações” que nos habitam e é possível dizer, com segurança, que o princípio de inconformismo com as desigualdades produzidas socialmente ainda persiste. Até como parte de uma busca mais ampla, que continua sendo contribuir para constituição de uma sociedade mais democrática. Contudo devo admitir que muitas incertezas, talvez frutos da “modernidade líquida” agora se juntam a esse “caldo” cultural que represento. Para além das fronteiras da disciplina Matemática, importa agora perceber de que modo ela pode contribuir para “formar” (no sentido de dar uma forma e não fôrma) os indivíduos.

O passo inicial para que isso ocorra talvez consista numa mudança endógena de nossa percepção da Matemática, em geral concebida como ciência (disciplina) *da* certeza. Essa perspectiva decorre da crítica em Skovsmose (2001) de que a Matemática ou sua utilização se vale de seu *poder formatador* para inferir verdades. O discurso de que, chegamos à verdade “porque os números indicam...”, deve ser substituído pelo: “*a partir do que os números podem indicar, podemos chegar até verdades*”. O problema aqui reside também em estabelecê-la (a matemática) como único e absoluto critério de validade.

Como estamos pesquisando sobre Educação financeira podemos representar - hipoteticamente e de modo bastante simplificado - o que estamos dizendo, pela

figura de um investidor que está diante de duas situações de investimento: a primeira que lhe proporcionará um rendimento de 10% ao mês num produto de uma Empresa (A), que não desenvolve programas voltados à preservação ambiental, por exemplo, e a segunda, Empresa (B) com produto que oferece rendimento mensal 7% que, entretanto está dentro do rol de empresas com gestão cooperativa. A decisão tomada apenas por critérios numéricos, algo que talvez ainda esteja bastante presente em atividades nas salas de aula de matemática, nos levaria à opção pelo produto da Empresa (A).

Terminemos este exemplo por dizer que na modernidade líquida a certeza da Matemática confronta-se com as incertezas produzidas pela multiplicidade de “olhares” sobre os homens e sobre as coisas do mundo. Olhar criticamente para a produção da prática da Educação Financeira tem esta intenção e pode possibilitar aos indivíduos outras possibilidades de escolhas.

Nesta nova etapa, agora com trabalho dissertativo num Mestrado Profissional em Educação Matemática, é possível dizer que a questão da democracia ainda está presente como pano de fundo. Entretanto, de modo mais específico estarei envolvido na tarefa de realizar uma análise documental sobre as propostas de Educação Financeira, do Brasil Espanha e Portugal, que são capitaneadas pela OCDE. Esta é a questão de investigação nesta pesquisa documental.

Sua relevância está em que nos permitirá acumular elementos para crítica a estas iniciativas im(postas) ao Sistema escolar brasileiro pela edição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, professores já receberam “kits” com livros e cadernos de atividades , prontos, é claro, com parâmetros já estabelecidos sobre o que significa educar financeiramente os indivíduos.

É preciso registrar que a ENEF, desenvolvida em projeto piloto, envolveu 26 mil estudantes da Rede Pública nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal num total de 900 escolas<sup>2</sup>. Contou em sua avaliação, que ocorreu entre 2010 e 2011, com a colaboração do

---

<sup>2</sup>Essas informações foram extraídas de: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br). a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos é instituição que participa do desenvolvimento da ENEF.

Banco Mundial e do Caed<sup>3</sup> e os resultados foram divulgados neste primeiro semestre de 2012.

No âmbito internacional a versão do PISA<sup>4</sup> neste ano de 2012 pretendeu avaliar o desempenho em Educação financeira de alunos dos sistemas escolares dos países em que se aplica. A produção de Estratégias nacionais de Educação Financeira bem como o processo ( avaliativa) de padronização desenvolvido pela OCDE através do PISA insere-se num processo global que neste trabalho estamos chamando de Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF).

Desse modo é preciso inserir professores de um modo geral e, sobretudo, Educadores Matemáticos na discussão sobre a Educação financeira. O propósito é que nossa participação neste processo não se dê apenas como multiplicadores acríticos. É assim fundamental que Educadores estejam atentos aos efeitos que orientações curriculares como as que prevêm as Estratégias Nacionais de Educação Financera, podem permitir.

A Proposição de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, nos termos em que está posta, merece nossa atenção, pois pode estar inserida num processo mais amplo, ligada a interesses do capital financeiro. Os bancos representam instituições que têm manifestado “preocupação” com a educação financeira dos indivíduos. E devo concluir esta introdução, dizendo que bancos não vendem sonhos e sim produtos financeiros.

## **CAPÍTULO 1: O CENÁRIO DE PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS:** Fenômenos impactantes na Educação Financeira.

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Neste Capítulo, pretendemos traçar o cenário **sócio-global** em que os documentos em análise nesta pesquisa documental são produzidos. O que implica em olharmos para suas características mais marcantes. Esta perspectiva, como

---

<sup>3</sup> Caed – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação.

<sup>4</sup> Programme for International Student Assessment of the OECD. Programa Internacional de Avaliação de estudantes.

dissemos, segue a orientação metodológica de Cellard (2008) sobre pesquisa em documentos.

Como aspecto mais abrangente que envolve o Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF), as relações sociais econômicas num mundo globalizado denotam características que as relações entre os indivíduos, de modo dominante, adquiriam com o passar do tempo. Tudo ou quase tudo parece poder ser traduzido em termos de mercadoria e consumo.

Assim neste capítulo, vamos tratar de perspectivas diversas que, no entanto convergem para um ponto em comum: identificam a dominância do olhar econômico sobre as coisas do mundo. Ressaltemos que estamos chamando de perspectivas sócio globais, para o contexto desta pesquisa, e que impactam na constituição da Educação Financeira, são: o neoliberalismo , a financeirização do capital , o consumo e comodificação e a globalização.

A análise dos documentos realizada nesta pesquisa documental nos possibilitou considerar a influência destas perspectivas sócio-globais, na constituição da prática social da Educação Financeira e nos permitiu assim imprimir ou descortinar, algumas de suas características, como constituintes do Processo de Legitimação da Educação Financeira. Contudo como estamos pensando sempre em termos de *táticas* e *estratégias* tal como expõe Certau (2008) não há garantias de como alunos, professores e Sistema escolar de um modo geral, irão lidar (taticamente) com as prescrições (estratégicas) previstas nos documentos sobre e Educação Financeira.

## **1.2 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO:** Perspectivas sócio-globais e a impregnação do olhar econômico.

Começemos por Block (2006) apud Lazzetta (2010, p.31) que lembra o,

“conceito de arraigamento de Polanyi, segundo o qual, a economia é subordinada à política à religião e as relações sociais”, afirma que “antes do século XIX a economia humana se arraigava sempre na sociedade. Entretanto, esse padrão histórico, que subordinava a economia à sociedade, inverteu-se com a instauração

do sistema de mercados autoregulados submetendo a sociedade à sua lógica.”

Conclui que **“em vez de a economia ser emoldurada pelas relações sociais, são essas as que se veem enquadradas no interior do sistema econômico”**.

Partimos assim da afirmação de que a Educação Financeira, como prática social, está também submetida ao olhar financeiro econômico.

Paralelamente a esta perspectiva que acabamos de descrever, temos a contribuição de Apple (2003, p.21) de que , *“se tivéssemos de apontar um único paradigma político/econômico da época em que vivemos , seria o neoliberalismo.”* E concordamos com sua perspectiva de que *“o neoliberalismo transforma a própria ideia que temos de democracia, fazendo dela apenas um conceito econômico e não um conceito político.”* (idem, p.22).

Esse “enquadramento paradigmático” traduz exatamente o cenário cujas características, que mais uma vez pretendemos ressaltar, impactam constitutivamente na Educação Financeira. As duas mais significativas orientações neoliberais são: o forte apelo ao individualismo (decorrente da perspectiva neoliberal) e a submissão ao olhar econômico como consequência de um processo de comodificação.

O advento da modernidade, que segundo Giddens (1991), numa primeira aproximação, *“refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.”*, é exemplo de constituição de modelos explicativos (paradigmas), uma tentativa de nomearmos um dado período em que se processam transformações, acentuadas nos modos de vida das pessoas com velocidade também expressiva. Um ambiente que nos causa perplexidade, pois,

“Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a **“sociedade da informação”** ou a **“sociedade de consumo”**), mas cuja maioria sugere que mais que um estado de coisas precedente , está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial” e assim por diante). Alguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais particularmente as que

sugerem que **estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com a informação.**”(GIDDENS, 1991, p.11-12) (grifo nosso).

Daí porque compreendendo a trilha dessas mudanças, concebermos a Educação Financeira também com características informacionais que nos permitem afeiçoá-la no presente, ao conceito de capital humano, ligado a produção de bem materiais, no passado.

A modernidade cria, por um lado, a pluralidade de significação das coisas do mundo, ou, ao menos, a possibilidade, mas por outro tira-nos da posição de “conforto” das tradições. É como se passássemos agora a termos que reinventar nossas instituições e relações sociais, mas que, ao mesmo tempo, soltas ao sabor da modernidade, seguem por ora com arranjo de orientações econômicas ainda dominantes. O desafio, pela *reflexibilidade*<sup>5</sup>, no constante reexame de nossas práticas, será o de possibilitar a constituição de caminhos diversos dos que já percorremos.

Para Touraine (2007) em texto que trata de reflexão sobre a necessidade de novo paradigma para o momento em que vivemos,

“A inquietude, e mesmo a angústia, que nascem da perda de nossos pontos de referência habituais, são acentuados ainda mais pela **onipresença de critérios de julgamentos econômicos** que não correspondem absolutamente a uma intensidade da demanda, mas criam-na através das opções feitas por aqueles que tomam as decisões econômicas de manter, num nível muito baixo, ou ao contrário, elevado, o preço da maior parte dos produtos. A ideia tradicional de que o preço de um produto depende da oferta e da procura aplica-se cada vez menos. E entre os produtos criados pela publicidade pela propaganda ou pelas políticas de guerra figuram as imagens de nós mesmos e de nossa subjetividade. De forma que temos a sensação de perder toda a distância toda independência em relação a construções na realidade ideológica, que determinam tanto nosso olhar quanto os objetos que olhamos.”(TOURAINÉ,2007,P.11).(grifo nosso).

Touraine (2007) neste trecho que recortamos ao leitor (a) traduz nossas inquietações na “*onipresença de critérios econômico*” que se revelam como orientações ideológicas visto que influenciam “na realidade ideológica” e, principalmente, nosso olhar e “objeto que olhamos.” Ou seja, corresponde as nossas

---

<sup>5</sup> Giddens(1991).

formulações sobre a impregnação de que tanto falamos , do econômico , sobre as coisas do mundo. É desse (ou nesse) paradigma que se constitui o objeto: Educação Financeira.

Assim como Certeau sobre o qual trataremos no capítulo III, Touraine (2007) **não** nos impele apenas a um resignar-se com o fim de tudo, mas apresentará **“meios de escapar desta imagem de um mundo que nos aprisiona”** (Touraine, p.11). E ainda que **“um paradigma não é só um instrumento nas mãos da ordem dominante, mas igualmente a construção de defesas de críticas e de movimentos de libertação.”** (Idem, p.13).

Percebemos proximidades na posição externada por Touraine (2007) às de outros autores, notadamente a De Certeau quando este afirma que o **“cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.”**, numa alusão às práticas cotidianas de subversão da ordem ideológica e Fairclough (2001), quando indica que seu modo de operar, pela Análise de Discurso Crítica, sugere para além de perceber o discurso como representação da “realidade”, vislumbrá-lo como prática potencial de transformação. Cada um a seu modo, em seu tempo, não são exatamente contemporâneos, tratam de elementos macro-estruturais comuns. Olham para um mundo traduzido ideologicamente e contribuem reflexivamente para constituição de outros mundos.

### **1.3 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: O neoliberalismo**

Os pressupostos presentes nas propostas de Educação Financeira, a partir do que pudemos analisar, acreditamos, estão construídos sobre uma “leitura” de mundo que tem suas origens no Liberalismo. Ou de modo mais preciso, na primazia da liberdade individual, característica do pensamento liberal. Para esclarecer o nosso posicionamento, passaremos a elencar os pontos que aproximam estas propostas ao que se convencionou chamar-se Liberalismo. Antes, será preciso que resgatemos um pouco do percurso histórico desse fenômeno.

Com suas origens, em sua versão clássica, com Adam Smith (1776) – ao menos em sua vertente econômica –, o liberalismo nasce como reação à servidão, própria do antigo regime feudal e sua prática econômica, o mercantilismo. Ao longo da história e do interlocutor pode-se perceber diferentes modos de se conceber o liberalismo.

São antigas, profundas e férteis as perspectivas sob as quais se podem considerar o Liberalismo e, em certa medida a ideia de liberdade. Mais uma vez, devemos considerar que apesar de ser tema que particularmente nos interessa e instiga o cuidado que é necessário para que não nos desviemos do principal objeto desta pesquisa, nos impede de explorá-lo com a profundidade que gostaríamos.

Assim passamos apenas a indicar algumas orientações acerca do tema.

Para BOBBIO (1997), as duas *“alas do liberalismo europeu, a mais conservadora e a mais radical, são bem representados, respectivamente, pelos maiores liberais do século passado, Aléxis de Torqueville e John Stuart Mill(1807-1873). Como que representando do pensamento liberal e “democrático”, a perspectiva do valor da liberdade individual que “os aproxima” está em que derivaria da democracia a “ameaça da tirania da maioria”.*(BOBBIO,1997,p.57).

O problema não residiria nas liberdades individuais que devem ser associadas como a de imprensa, de livre associação e sim, na visão, torquevileana, de que os Estados democráticos tenderiam a desconsiderar os interesses individuais “em nome do interesse coletivo.” (idem, p.60).

Contudo, a despeito de sua origem “democrática” e ampla, uma vez que se manifestava também no cenário político, a vertente do liberalismo que predominou, tornando-se hegemônica foi à econômica. O desenvolvimento do capitalismo, podemos dizer, acirrou o ideal liberal que em certa altura passou a se designar por neoliberalismo<sup>6</sup>, fenômeno distinto do liberalismo clássico, para alguns autores, não para outros<sup>7</sup>. A obra que se tornou inspiradora desse fenômeno, em sua versão mais

---

<sup>6</sup> Em **“Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático”**, Perry Anderson afirma que o que se convencionou chamar-se de neoliberalismo, teve sua origem no pós “II Guerra Mundial” em lugares “onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar” (p.9).

<sup>7</sup> Para o prof. Roque Spencer Maciel de Barros, “neoliberalismo foi uma expressão cunhada na década de 1930, quando estavam no auge as formas estatísticas, especialmente os sistemas totalitários alemão e soviético. Diante desses sistemas, houve uma reação de tipo liberal. Essa



atualizada, *Os caminhos da Servidão*, de Friedrich Hayek (1944), tratava o “Estado de bem estar social” como uma forma de limitar a liberdade pela regulamentação dos mercados, denunciando-o como “uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

Essa percepção da liberdade implica em considerar que:

**“cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico** , quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. **É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que assegura o bem estar.** É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum.” (Behring e Boschetti, 2008, p.56) (grifo nosso).

E ainda que em sua expressão moderna tenha se convencido chamar neoliberalismo, mantém a mesma ideia de liberdade que:

Compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista) uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (**vista como função da liberdade de mercado**) (NETO, 2007, p.266) (grifo nosso).

Esse fenômeno que credita demasiado valor à liberdade individual, acreditamos, tem impregnado nosso modo de pensar o mundo. Não será central neste trabalho discorrer sobre esta questão, contudo é nossa intenção fazer perceber o leitor (a) que é fenômeno (a primazia da liberdade individual) presente nas formulações que encontramos sobre Educação Financeira.

São duas as contribuições que encontramos em nossa revisão de literatura e que muito nos auxiliaram para construir o cenário em que emergem as atuais propostas de Educação Financeira.

Há uma interessante contribuição de Bobbio (2000, p.101) ao tratar das aproximações e distanciamentos entre duas concepções de Estado que, por sua

---

reação se articulou em função de um livro de Walter Lippmann, *A boa sociedade* , de 1936. Por causa da repercussão desse livro ,foi realizado na França , em 1938, um encontro que ficou conhecido como Colóquio Walter Lippmann. Foi a partir dessa reunião que se utilizou a expressão “neoliberalismo”.

Essas considerações estão em entrevista do Professor Roque Spencer acessada em: [www.usp.br/jorusp/1997](http://www.usp.br/jorusp/1997), acessado em 01/04/2006.

vez, decorrem de dois modos predominantes, em política, de se conceber a liberdade. Traz importantes elementos para que possamos nos situar, diante das impregnações de que falamos. Para BOBBIO, o conceito de liberdade, que está a fundamentar as concepções Liberal e Democrática de Estado, implica ora considerá-la como:

“a faculdade de cumprir ou não certas ações, sem o impedimento dos outros que comigo convivem, ou da sociedade, como complexo orgânico ou, simplesmente, do poder estatal; ora o poder de não obedecer a outras regras além daquelas que eu mesmo me impus”. (BOBBIO, 2000, p.101)<sup>8</sup>

É exatamente a partir desses dois pressupostos que acreditamos poder estabelecer a diferença fundamental entre as propostas de Educação Financeira que são predominantes hoje e a que pretendemos constituir, num trabalho futuro, como alternativa numa perspectiva de Educação Matemática Crítica.

O pressuposto de liberdade no qual nos apoiamos diz respeito à dimensão democrática, e de percebermos que primar apenas pela liberdade individual representa deixar os indivíduos à própria sorte. Cognitivamente, significa conceber o indivíduo como passivo e formatável e que não desenvolve seu processo de conhecer, mediado pelo outro, tanto assim que as propostas analisadas em nossa revisão de literatura se orientam para o objetivo de estimular comportamento e atitudes como projeto de Educação.

Concordamos com Apple (2003) quando diz:

“um dos conceitos chave que está em jogo nas discussões sobre quem somos e sobre como nossas instituições devem responder a nós é a ideia de liberdade. Muitas das posições ideológicas que atualmente estão preparadas para o combate na arena da educação tem pressupostos diferentes sobre essa palavra chave.”(Apple,2003,p.14).

É exatamente esta oposição, que ao longo de todo nosso trabalho vimos perseguindo. Primeiro, pela iniciativa de qualificar esses dois modos distintos de

---

<sup>8</sup> Apesar da menção ao livro Liberalismo e Democracia, Bobbio, Norberto, primeira edição de 1988, esta citação faz parte do texto: Teoria Geral da Política (Bobbio, 1909) 18ª reimpressão em 2000. Do original Teoria Generale Della Política. Tradução autorizada da edição publicada por Giulio Einaudi Editore, Copyright©1999.

conceber a liberdade, depois em identificar na Educação Financeira a liberdade individual como elemento fundante. Apple (2003) vai além dessa identificação ao propor uma reflexão sobre os usos desse conceito. Para ele “algumas de nossas primeiras intuições sobre o significado de liberdade são religiosas.” (APPLE, 2003, p.14).

Essa nossa busca, neste capítulo inicial, a algo que nos permita ligar, de modo mais explícito (ainda que isso nos pareça já estar estabelecido) a educação financeira ao neoliberalismo parece assumir ares tantalizantes. Por vezes parece querer escapar o detalhe que “definitivamente” (no espaço e limite desse trabalho) cumpra essa função. Assim gostaríamos de dizer que será o conjunto do trabalho de pesquisa documental, sobretudo no momento da análise de documentos, que poderá de forma mais clara estabelecer essa relação.

#### **1.4 A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO:** O consumo e a transformação das pessoas em mercadorias (comodificação).

Mesmo que não seja usual, a opção de continuar nossa reflexão a partir da “manchete”, abaixo, tem a intenção de retratar, de modo direto, o fenômeno social que envolve nossa investigação, ainda que não represente, neste estudo, nosso principal foco de atenção, como já afirmamos. O consumo e a sociedade de consumidores em que nos transformamos são parte do cenário de investigação deste trabalho.

Manchete do Jornal da Band de 13 de setembro de 2010: “inadimplência bate recorde com a explosão do consumo após copa do mundo”.

E o maior dos últimos cinco anos.

Juros chegam a 240% ao ano no cartão.

Entrevistado, consumidor que identificaremos como o José, diz:

“Agente cai no cheque especial, no cartão de crédito mais a gente tem a TV digital né? É isto que importa.”

Essa submissão de indivíduos aos novos arranjos sociais econômicos nos impõe a necessidade de repensar o papel da instituição escolar na formação crítica do cidadão, (também) consumidor. Assim, será importante refletir sobre o papel da **Educação Financeira** nessa formação, e a estratégia que assumiremos, então, será a de abordar a inserção da Educação Financeira (**ou pela**) nos sistemas escolares mas olhando não apenas para este *locus*. Estaremos preocupados com as prescrições ideológicas contidas nestas propostas. Assim, a tarefa de olhar para sua inserção no ambiente escolar estará contemplada pela iniciativa de dirigir este trabalho, com produto educacional, à professores que irão lhe dar com a Educação Financeira nos sistemas escolares.

O consumo e transformação das próprias pessoas em mercadorias é questão brilhantemente analisada por Bauman (2008). Do modo como concebemos a Educação financeira possui como estratégia de perspectiva, ainda que não tenha essa intenção anunciada, possui esse resultado como efeito colateral, tratar indivíduos ao mesmo tempo como mercadorias e consumidores. Ao, “melhor qualificá-los” para que possam cuidar de suas finanças pessoais, dentre outras coisas, acaba contribuindo para que utilizem de modo mais consciente, e com informação qualificada, produtos financeiros, mas principalmente, potencializa sua capacidade de consumir produtos financeiros. Há uma inversão na relação, tradicional, de consumo, pois uma vez “qualificados” consumidores (clientes) transformam-se em mercadorias e as instituições bancárias e (e financeiras de modo

geral) são quem os consome ao incorporá-los à sua carteira de clientes. Estabelece-se uma relação dialética entre mercadoria e consumidor que atribui assim aos indivíduos às duas funções.

Palavras (discursos) são sempre suspeitas uma vez que estão sempre sujeitas a colorações ideológicas. Assim, é preciso dizer que sempre falamos a partir de uma particularidade, mas também é importante dizer que não estamos só nestas perspectivas.

Somos prisioneiros dos nossos hábitos?

Sem a intenção de conferir tom dogmático a esta indagação, pois não é nosso propósito caracterizar os acontecimentos do cotidiano como desígnios divinos, pretendemos refletir sobre a dimensão que tal questão assume quando se refere às relações sociais econômicas.

Comprar um pãozinho na padaria constitui-se numa relação social econômica assim como operar no sistema financeiro, na compra de ações de determinada empresa, ainda que na primeira situação esteja presente a “necessidade” de sobreviver; pois buscar alimentos é movimento natural do ser humano. A essência do que nos permite aproximar esses dois acontecimentos foram elaborados por Marx, conceituada como *fetichismo da mercadoria*<sup>9</sup>, e que nos leva a perceber a presença humana oculta nas relações comerciais, ou econômicas, se pensarmos de modo mais abrangente. Na venda do pãozinho, para além da mercadoria, há um trabalho humano realizado que, subtraído, transforma-se em lucro, assim como na aplicação de valores em Bolsa, há um valor subtraído não diretamente do trabalho humano, mas a partir de valor agregado aos produtos, esses sim, frutos diretos do trabalho humano, que se transformam em lucro, quando as ações das empresas que lhes produzem são aplicadas no mercado financeiro. Essa subtração do trabalho envolvido a que nos referimos se processa pelo pagamento da força de trabalho empregada, via de regra, em valor inferior ao do bem produzido pelo trabalhador. Essa diferença constitui-se no lucro.

Importante perceber que o produto, mercadoria, não é necessariamente físico. No caso de ações de empresas ligadas ao setor Educacional, por exemplo, o

---

<sup>9</sup> A noção que estamos utilizando aqui está em Economia Política: uma introdução crítica. Netto, José Paulo. (2007, p. 92).

produto comercializado é o conhecimento e a formação. Ocorre aqui um processo para transformar o bem, “*conhecimento e informação*”, numa formatação que lhe propicie ser “melhor mercadoria” e, assim, melhor consumido. O próprio indivíduo, ao se qualificar para um emprego, transforma-se em mercadoria. Bauman (2008) identificará esse fenômeno como *fetichismo da subjetividade*<sup>10</sup>, natural da sociedade de consumidores em que nos transformamos.

No decurso da História, pode-se dizer que o desenvolvimento do capitalismo se processou de modo distinto quando considerado dentro de um ou outro modelo de sociedade. E que também ele próprio alterna períodos de “calmaria” e de crise. É possível perceber, no entanto, uma embrionária relação entre o pensar econômico, e tudo que dele decorre, e a edificação (**construção**) das relações sociais. Ou seja, de como as relações sociais estiveram historicamente permeadas (embebidas) pelas econômicas.

Para que o leitor tenha uma compreensão melhor do que estamos falando, a ligação entre religião, um importante sistema de representação simbólica, e a economia, já refletida por Max Weber em *A Ética Protestante*<sup>11</sup>, é bom exemplo da relação dialética que se estabelece entre os modelos econômicos e as relações sociais, aqui em sua dimensão religiosa. Tratam-se das considerações desse autor sobre a existência de algo que, no modo de vida protestante, favorecesse a acumulação de capital. Para além do mérito das proposições de Weber, que é preciso considerar, tratavam do contexto social alemão do séc. XIX é importante ressaltar que o que estamos querendo é apenas considerar a interferência do modelo econômico na edificação das relações sociais. Essa interferência tem seus efeitos manifestados no fenômeno do consumo.

Com a modernidade, não mais submetidos às orientações religiosas, embora essa seja uma perspectiva, em certa medida, ainda presente na

---

<sup>10</sup> Para Bauman, “a subjetividade numa sociedade de consumidores, assim como a “mercadoria” numa sociedade de produtores, é (para usar o oportuno conceito de Bruno Latour) um fetiche - um produto profundamente humano elevado à categoria de autoridade sobre-humana mediante o esquecimento ou a condenação à irrelevância de suas origens demasiado humanas, juntamente com o conjunto de ações humanas que levaram ao seu aparecimento e que foram condições *sine qua non* para que isso ocorresse.” (Bauman, 2008, p. 23).

<sup>11</sup> *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* - Max Weber; publicado originalmente em artigos em 1904 e 1905. Obra em que o autor defende a tese de que a “ética protestante” seria algo no estilo de vida protestante que favorecesse o desenvolvimento do capitalismo.

contemporaneidade, os indivíduos estão envolvidos numa relação de dominação econômica que estabelece dogmaticamente condutas e comportamentos. O consumo e a aquisição de bens materiais se manifestam como a experiência de maior expressão dentre as necessidades humanas. Mudam os contextos e os contornos sociais, mas a necessidade criada artificialmente de consumir persiste, o que denota ser próprio do modelo, o modo de produção capitalista, a reinvenção constante do ter em detrimento do ser. Sobre isso, Erick Fromm nos trará importante contribuição, ao afirmar que:

“consumir é uma forma de ter, e talvez a mais importante da atual sociedade abastada industrial. Consumir apresenta qualidades ambíguas: alivia ansiedade, porque o que se tem não pode ser tirado; mas exige que se consuma cada vez mais, porque o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfazer. Os consumidores modernos podem identificar-se pela fórmula: eu sou = o que tenho e o que consumo.” (FROMM, 1976; p.45).

Nessa mesma perspectiva, embora numa referência a outro tempo histórico, Bauman (2008) pode contribuir para o que chamamos de “impregnação econômica das relações sociais”, a partir do “*Vida para o Consumo*”. Esse texto, na caracterização da *sociedade de consumidores*, nos leva a perceber como, na construção de nossas relações sociais, estamos envolvidos em um processo de *comodificação do trabalho*<sup>12</sup> (transformação em mercadorias) que, em certa medida, tem pautado a vida das pessoas no mundo globalizado.

O consumo levado ao extremo passa a considerar que os próprios indivíduos se constituam em mercadorias. Na perspectiva das empresas, o olhar sobre os indivíduos passa a considerar apenas a potencialidade oculta de consumo, e a estratégia passa a ser, então, a de maximizar esse potencial. Esse fenômeno é exemplo da “impregnação” a que nos referimos anteriormente, e essa necessidade das empresas, de identificar e melhorar seu desempenho em termos de oportunizar, por exemplo, ao cliente o aumento de seu potencial de consumo, promove a eliminação dos

---

<sup>12</sup> Bauman utiliza o termo comodificação com sentido de “transformar em mercadoria. Mesma ideia apresentada por Fairclough(2001a) para quem comodificação representa um modo de pensar as instituições em termos de produção circulação e consumo de mercadorias.

“consumidores falhos” – essas ervas daninhas do jardim do consumo, pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e /ou entusiasmo para compras, e imunes aos afagos do marketing. Assim, como resultado da seleção negativa, só jogadores ávidos e ricos teriam a permissão de permanecer no jogo do consumo.”(Bauman,2008,p.11)

O processo de comodificação pode então ser analisado a partir de outros aspectos. Pensando, por exemplo, na dimensão da formação dos indivíduos, implica, dentre outras coisas, na necessidade de formar para o mercado de trabalho. Não raro, dentro do ambiente escolar, ouvimos a defesa de um modelo de Escola, e, portanto, de atuação pedagógica, capaz de servir à empregabilidade (necessidade de capacitar os indivíduos para desempenhar funções exigidas pelo mercado de trabalho) que, talvez, possa ser entendida como fenômeno de comodificação na perspectiva apontada por Bauman (2008).

São estes os pressupostos, que acreditamos presentes nas propostas correntes de Educação Financeira que, se não têm essa intencionalidade, ao menos de modo formal, têm essa orientação, manifestada como efeito colateral. Na sociedade de consumidores em que pese transformação em mercadorias das próprias pessoas, a educação financeira nos parece atender a este aspecto, quando se investe, ao menos na fala de seus interlocutores, em processo que pretende aprimorar a capacidade financeira dos indivíduos (torná-lo melhor consumidor/mercadoria).

Jornais e outros veículos de comunicação, impressos ou não, são elementos interessantes para “leitura” do imaginário de uma sociedade, num dado momento histórico, e vamos recorrer mais uma vez a eles para exemplificar o que estamos querendo dizer. Lembremos apenas que estamos na caracterização do ambiente sócio global na qual se desenvolvem Estratégias de educar financeiramente os indivíduos e, de modo mais preciso estamos tratando de fenômenos que impactam neste contexto e na constituição da Educação Financeira como prática social.

O Jornal Folha de S. Paulo, de 28 de Agosto de 2008, trazia a seguinte manchete: “*Grupos de educação lançam ações em Bolsa e crescem 67%*”. O texto fazia referência à abertura de capital de quatro instituições educacionais aqui no Brasil e de como este processo possibilitou o “crescimento” destas instituições.



Segundo o Jornal, a oferta de ações destes grupos, em Bolsa (e o conseqüente aumento de receitas) possibilitou a ampliação do “*número de alunos no ensino superior ao adquirir pequenas e médias instituições em todo o Brasil*”. Na perspectiva de se “ajustar” às necessidades do mercado, transformando-se em “melhores mercadorias”, os Sistemas de Ensino, que têm se constituído através da junção de várias instituições educacionais, transformam seu bem, **o conhecimento**, em valor de mercado aplicado em bolsa de valores. O tratamento dado à aquisição do conhecimento e à formação das pessoas passa a ser o mesmo dispensado a uma mercadoria e, portanto, com o mesmo fim: a comercialização e o lucro. A mudança no perfil destas instituições educacionais, “muitas vezes familiar e filantrópico” cede lugar a um modelo em que a qualidade de educação é vista como resultado apenas do aumento do patrimônio líquido destas empresas, desconsiderando outros importantes indicadores. Podemos dizer que este fenômeno é parte do processo de comodificação da própria educação.

### **1.5. A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO:** A financeirização do capital

#### **Introdução**

O fenômeno da *financeirização do capital* que é relevante para a construção do cenário donde emergem os documentos, suporte para a presente pesquisa, será considerado a partir de algumas contribuições, pinçadas do trabalho dissertativo de Ilan Lapyda (2011) intitulado: *A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey*. Esse trabalho foi um achado interessante porque nos permitiu abordar ainda que pontualmente em nossa pesquisa documental importantes visões sobre um tema que nos é relevante.

Como postura que vimos adotando ao longo de toda esta pesquisa documental precisamos também esclarecer aqui que a referência ao trabalho dissertativo de Lapyda segue a propósito específico, de pinçar elementos que nos auxiliem na tarefa de descrever o cenário de produção do fenômeno ( da Educação Financeira) em estudo.

Como efeito, podemos dizer que este trabalho consolida nossa perspectiva, já referida nesta pesquisa, de considerarmos o impacto da financeirização do capital

também sobre a produção da Educação Financeira. Ou seja, de como Processo de Legitimação da Educação Financeira ocorre a partir deste cenário. Assim como nas relações de trabalho, a financeirização impacta constitutivamente a Educação financeira.

As instituições financeiras e bancárias são aquelas responsáveis em parcerias com o Estado, nas várias Estratégias nacionais analisadas, de desenvolverem propostas curriculares de Educação Financeiras que, por sua vez, figuram como *estratégias*<sup>13</sup> do capital, iniciativas neoliberais de produção/constituição de consumidores de produtos financeiros.

Saito (2011) nos informa que em instituições financeiras, como o *Bank of America, Citibank e Chase* o interesse pelo assunto vem crescendo. De acordo com Worthington (apud SAITO, 2011), em 2003, por exemplo, cerca de 98% dos bancos norte-americanos financiaram projetos de educação em finanças pessoais e 72% desenvolveram os seus programas , com o intuito de capacitar os jovens evitando que estes tenham problemas de ordem financeira.

Estas instituições estão diretamente ligadas à emergência e a natureza do cenário que se convencionou chamar de *financeirização do capital* e são elas também que ajudam a compor o rol daquelas legitimadas a educar financeiramente os indivíduos.

## O CENÁRIO

Pensando sobre as contribuições do trabalho de Lapyda (2011), ao que nos interessa podemos dizer que os conceitos de *mundialização financeira* (Chenais) e de *acumulação flexível* (Harvey) tentam então captar a mais significativa característica do capitalismo contemporâneo.

Começamos por dizer, no entanto que esta perspectiva, de financeirização do capital **como uma fase específica e nova do capitalismo não é pacificada**. Para alguns autores este fenômeno se estende a outros períodos, em ciclos. Para Prado (apud Lapyda, 2011), numa crítica à 'valorização financeira' de Chesnais, o capital

---

<sup>13</sup>O termo "estratégias" refere-se a conceito de Certeau já apresentado nesta pesquisa.

em sua forma fictícia não pode se valorizar a não ser temporariamente tendo que “penetrar”, em algum momento na esfera da produção.

Essa aparente e fictícia valorização, representada pela visão de Prado, seria temporária podendo redundar inclusive em prejuízo. São muitos os exemplos que,  **julgamos**, podem ilustrar esta situação e na procura por um deles representamos o recorte que se segue:

## **Ações desabam e Facebook leva Zuckerberg a perder US\$ 2 bilhões.**

As ações do Facebook encerraram o segundo dia de negociação na Bolsa com queda de 11%, valendo US\$ 34,03(R\$69,42). Com o resultado, Mark Zuckerberg, fundador da companhia, perdeu U\$ 2 bilhões. O preço alto e o ceticismo do mercado sobre o futuro da empresa levaram à queda segundo analistas.

**Jornal Folha de São Paulo de 22 de Maio de 2012.**

Segundo Lapyda uma “série de transformações” ocorreram a partir de 1970 decretando o “*declínio do regime de acumulação fordista*”<sup>14</sup>, e o surgimento de uma nova fase de capitalismo. Sua principal característica seria o movimento de financeirização, pois diz respeito a mudanças ocorridas na área financeira e seus traços mais marcantes são:

---

<sup>14</sup> No último quartel do século XX, o capitalismo passou por uma série de mudanças, decorrentes da crise do keynesianismo–fordismo<sup>2</sup> na década de 1970. **Este modelo baseava-se na sistematização do trabalho por meio da sua organização científica.** O operário passa a não ter posse do “saber-fazer” de todo o processo produtivo, na medida em que, com a mecanização, o operário torna-se um operador “monofuncional”, ou seja, especializado apenas na etapa do processo que lhe foi determinada. Com isto, ganhos intensivos de produtividade foram conseguidos. O aumento da produtividade foi acompanhado pela padronização do consumo. A regulação do trabalho estabelecida pelo Welfare State, propiciou ao trabalhador maiores ganhos salariais, fomentando o consumo desta classe. O taylorismo/fordismo era baseado no consumo em massa atrelado ao aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores. (DIAS e NETO) CEFET. CAMPOS DOS GOYTACAZES. RJ

“aumento exponencial das transações tanto em termos absolutos, como em relação às atividades produtivas; a liberação e desregulamentação de mercados e das atividades financeiras em todo mundo; o surgimento de novos agentes e instituições ligadas às finanças.” (LAPYDA, 2011, p.7).

Até meados da década de 70 havia um relativo controle em relação à movimentação do capital, resultado dos acordos de Bretton Woods<sup>15</sup>.

A partir deste período, representado simbolicamente pelas figuras de Thatcher e Reagan, uma retomada da orientação neoliberal começa a sinalizar para mudanças neste comportamento do capital. O acordo de Breton Woods foi rompido unilateralmente pelo Governo Nixon significando o “abandono da conversibilidade do dólar e o lastro do ouro.”.

Lapyda (2011) apresenta um estudo de Leda Paulani que indica que:

“para um estoque de ativos financeiros em torno de US\$ 12 trilhões de dólares e um PNB mundial de US\$ 11,8 trilhões de dólares ,(relação de 1,02) em 1980 , chega-se em 2006 a um estoque de ativos financeiros de US\$ de 167 trilhões e um PNB US\$ 48,8 trilhões (relação de 3,42). Ou seja em 26 anos , o PIB mundial cresceu 314% (4,1 vezes o que era) enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1292% (13,9 vezes o que era).”

Daí, podemos considerar que ofertar produtos financeiros aos consumidores, constituir consumidores financeiros, reveste-se como estratégia do capital pela reedição da ideia de capital humano, para dar consecução a este volume, cada vez mais acentuado, de capital deslocado da produção para esfera financeira. É plausível indicar que uma forma de movimentar o capital seja a oferta de produtos financeiros diversos e complexos. Essas são exatamente características do presente que estão a compor as Estratégias de Educação financeira como justificativa, dentre outras, para a necessidade de educar financeiramente os indivíduos.

---

<sup>15</sup> Conferência realizada em 1944 em uma cidade americana de mesmo nome em que “países representantes da Aliança das Nações Unidas, que reunia os países em guerra contra o eixo fascista (inclusive o Brasil) [...] para empreender uma das mais audaciosas iniciativas em engenharia social tentadas até então ou mesmo, na verdade, desde então. Tratava-se de criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, haviam imposto não apenas ao comércio internacional mas também à própria operação das economias domésticas.

Os produtos (financeiros) são até mesmo criados antes da existência da demanda, o que põe como passo seguinte exatamente intuir que tal demanda exista. Ocorre que uma das maneiras de fazê-lo é criar a necessidade: o processo de legitimação da educação Financeira vem cumprir este papel.

Para Santos (2003) “... Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção dos bens e dos serviços.”. (p.48).

Para CHESNAIS (apud Alves, 1999).

Uma das principais características da mundialização do capital é o domínio do capital financeiro como força plenamente autônoma diante do *capital industrial*. As instituições financeiras não-bancárias supracitadas *grandes fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria anglo saxões e japoneses, os grandes fundos de aplicação coletivas privados e de gestão de carteira de títulos ( Os Fundos Mútuos de Investimento) e os grupos de seguro, especialmente os engajados na indústria de pensões privadas e aposentadorias complementares*, comandam massas de capital dinheiro tão grandes que se as compararmos com as da maior parte dos grandes bancos, essas parecem pequenas.(ALVES,1999,p.67)

Afirma ainda, que são estes os operadores financeiros [...] que têm sido, *de longe*, os principais beneficiários da “mundialização financeira”.<sup>16</sup>.

Por fim recorremos mais uma vez a Lapyda para consideramos que a “*face mais visível da financeirização*” seria “*a forte expansão das atividades, produtos e mercados financeiros, abrindo possibilidade cada vez mais diversificada para as aplicações financeiras.*” (LAPYDA, 2011, p.127).

Este ponto abordado por Lapyda retrata de modo preciso uma característica “mais visível” do cenário

Parece confirmar nossa asserção de que talvez os motivos que explique a oferta de produtos financeiros cada vez mais complexos sejam, para além do que indicam os documentos da Estratégia brasileira de Educação financeira, resultados de uma mudança no modelo de acumulação capitalista, deslocado da produção para o cenário financeiro.

---

<sup>16</sup> Idem p.67

## 1.6. A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO: globalização em perspectivas gerais.

A globalização receberá neste espaço um tratamento ao mesmo tempo, amplo enquanto pretende diversificar o rol de estudos sobre o tema e superficial, o que não pode ser entendido como pouco comprometido, pois não se propõe aprofundar em discussão sobre os pontos de observação dos autores utilizados e sim, servir-se do que podem contribuir para nossos propósitos.

Será analisada a partir de autores como **Santos** (2003) que embora reforce a denúncia sobre o caráter nefasto da globalização em que, *“seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal.”* (Santos, 2003, p.18), nos instiga a pensar em que seja possível “uma outra globalização”. Traduz como característica do presente *“a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas permitindo-lhes exercer sobre essa última uma verdadeira revanche ou vingança.”* (Idem, p.21).

Assim confere ao “atual” momento a importante característica de proporcionar **“graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu.”** (ibidem, p.21). Para este autor trata-se do *“ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”*. (idem, p.23).

As indicações prescritivas que podem contribuir para constituição de uma alternativa residem segundo Santos, nas “mesmas bases técnicas” de que se serve o capitalismo para produção de sua perversa globalização. Em, “a dissolução das ideologias” quando analisa possibilidades alternativas, num tom quase profético, afirma que *“o credo financeiro, visto pelas lentes do sistema econômico a que deu origem, ou examinado isoladamente, em cada país, aparece menos aceitável e, a partir de sua contestação, outros elementos da ideologia do pensamento único perdem força.”* (Idem, p.159).

Como tivemos a oportunidade de dizer, em outras partes de nosso trabalho, os movimentos de contestação da ordem, até então hegemônica do capital, estão

em pleno desenvolvimento em boa parte do mundo capitalista. Vide “*Ocupe Wall Street*”<sup>17</sup> nos Estados Unidos da América.

Por fim caberá dizer que Santos (2003) intui que qualquer caminho alternativo que se desenhe deve considerar relação de interação com valores que são inalienáveis da natureza humana como “liberdade, dignidade e felicidade”.

Diante do exposto é possível perceber nestas formulações as mesmas perspectivas de *táticas* que em De Certeau, aqui pensadas como alternativas a uma outra globalização.

Em “Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje”, **Touraine** (2007), mesmo não tratando especificamente da globalização tem importantes contribuições. No livro em que o título já diz bem a que se destina, ao tratar da mundialização da economia, num retrospecto desde a instituição do *Welfare State* em 1943 pelo britânico plano Beveridge, até a quase completa substituição do Estado intervencionista, durante as últimas quatro décadas do séc XX afirma que,

“a mundialização dos mercados, o crescimento das empresas transnacionais, a formação de redes (networks) cuja importância capital foi sublinhada muito bem por Castells e a nova eficácia de um sistema financeiro capaz de transmitir as informações em tempo real, a difusão de bens culturais de massa, quase sempre americanos, pela mídia, pela publicidade e pelas próprias empresas, todos estes fatos, agora bem conhecidos e todos, criaram esta globalização caracterizada ao mesmo tempo, aos olhos de muitos analistas, por uma rápida ampliação da participação nos intercâmbios internacionais e pela influência de um grande capitalismo cujos centros de decisão são o mais das vezes americanos.” (TOURAINÉ, 2007, p.30)

Touraine atribui de certa forma, **uma nacionalidade à globalização** o que equivale a dizer que hegemonicamente a identidade dos processos culturais políticos e econômicos difundidos em escala mundial por este fenômeno, são **predominantemente americanos**. Para nosso propósito, o mais importante aqui é ressaltar o processo de ideologização presente na globalização e sua dialética relação com o capitalismo. Essa perspectiva fica mais clara quando afirma o referido autor que:

---

<sup>17</sup> Uma referência a Movimentos de contestação da ordem hegemônica do capital financeiro que tiveram maior expressão em 2012 em várias partes do mundo.

“o tema da globalização adquiriu uma importância política central, é por uma razão que não é econômica, mas ideológica: os que entoaram mais alto os méritos da globalização quiseram, com efeito, **impor a ideia de que já não era possível nem desejável nenhuma forma de regulação social ou política de uma economia mundializada**, já que a economia se situava num nível mundial e nesse nível não havia autoridade capaz de impor limites à atividade econômica. A própria ideia de globalização, com efeito, trazia em si a vontade de construir um capitalismo extremo, livre de toda influência exterior, exercendo seu poder sobre o conjunto da sociedade.” (idem, p.30-31).

O estudo de Touraine no referido trabalho se divide em várias perspectivas na reflexão sobre um novo paradigma a ser seguido. Do modo como concebemos o verdadeiro paradigma interpretativo do momento em que vivemos é o neoliberalismo, posição que já pontuamos neste trabalho e da qual se aproxima Apple (2003), já citado<sup>18</sup>.

Revela, o trecho acima, uma certa impregnação liberal do fenômeno da globalização. Algo que, é nosso entendimento, está também a influenciar o PLEF<sup>19</sup>.

Por sua vez, no trabalho de Giddens (1991), “As Consequências da Modernidade” considerado aqui, a globalização tem um caráter secundário. Como sugere o nome, trata-se de rica abordagem sobre os arranjos sociais e políticos do período e estilo de vida, que se convencionou chamar-se modernidade. Desenvolve interessantes categorias analíticas para pensar sobre a modernidade e o mundo hoje. O conceito de **reflexividade** é um deles e “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (Giddens, 1991, p.45). Em verdade são características das instituições na modernidade, e retratá-las aqui, de modo superficial, pode, como de resto em todos os outros estudos aqui considerados, não traduzir a riqueza e capacidade de análise contida nestes conceitos característicos. Aquele interessado pelo tema certamente terá no livro de Giddens um profundo estudo sobre a modernidade.

Com uma orientação que talvez se destaque, Giddens (1991) opta por admitir dimensões da globalização em que a **economia capitalista mundial** é apenas uma delas. Assim estabelece, além desta, os **estados-nação** com seu poder político,

---

<sup>18</sup> Ver item 12..

<sup>19</sup> Em muitos momentos utilizamos PLEF para simplificar o uso da expressão: Processo de Legitimação da Educação Financeira.



uma *ordem mundial militar* e o *desenvolvimento industrial*. Por se tratar de trabalho denso e que envolve uma rica reflexão sobre a *modernidade* que, portanto foge ao escopo de nosso trabalho, faremos apenas pontuais considerações.

Argumentará, em favor de seu olhar mais amplo, para os aspectos (dimensões) da globalização ao tratar dos estados-nação, por exemplo, em que,

as distinções entre centro, semi-periferia e periferia (elas mesmas talvez de valor questionável), baseadas em critérios econômicos, não nos permitem elucidar concentrações de poder político ou militar, que não se alinham de maneira exata às diferenciações econômicas.” (Giddens, 1991, p.74).

“Nestes tempos miseráveis de triunfo do capitalismo, em que resvalamos para um narcisismo do consumo,...” (BARBER, 2009). Essas primeiras palavras de Barber (2009) no primeiro Capítulo do livro “Consumido”, vão ao encontro do processo de legitimação da Educação Financeira uma vez que descrevem dois importantes elementos estruturais desse processo: o próprio capitalismo(neoliberalismo) e o consumo.Ou seja, capitalismo, queiramos ou não, está lá como pano de fundo em nosso trabalho de investigação , não só porque é parte estruturalmente dominante do momento histórico em que a pesquisa e o pesquisador se inserem mas também e, sobretudo, porque se relaciona diretamente e constitutivamente com o tema da pesquisa.Como indicamos anteriormente o capitalismo e sua “expressão ideológica atual”, o neoliberalismo, têm enquanto orientação discursiva, existência material nas práticas sociais cotidianas. De modo que ao refletirmos sobre a educação financeira estamos, ao mesmo tempo, intervindo reflexivamente sobre o cenário em que se produz. Daí a presença constante do tema do capitalismo em nosso trabalho e em quase todos os autores utilizados como referência.

Barber (2009) aborda no referido capítulo o “etos infantilista”, que segundo pudemos depreender representa por um lado, um retorno metafórico no tempo a um estágio de desenvolvimento humano que visa a transformação precoce de crianças em consumidores, por outro lado estimula a “permanência” dos mais velhos num estágio adolescente, em que os comportamentos talvez sejam mais favoráveis ao consumo. “Trata-se de um etos de infância induzida: uma infantilização que está

intimamente ligada as demandas do capitalismo de consumo numa economia de mercado global.”(BARBER,2009,p.13).

Essa questão nos faz pensar sobre a necessidade de uma quinta dimensão da globalização, que talvez deva ser acrescentada a análise de Giddens. Junto com os *estados-nação*, uma *economia capitalista mundial*, uma ordem *militar mundial* e o *desenvolvimento industrial*, o **consumo** parece assumir características globalizantes livre de qualquer barreira, de qualquer natureza, seja política, religiosa ou de nacionalidade. Mas devemos considerar que está sempre associado a interesses econômicos corporativos. Há sempre uma “marca” por trás do consumo, um valor simbólico sendo “negociado”.

Chegamos, pois a que, não está claro se é possível consideramos dimensões distintas da globalização, ainda que efeitos globalizantes (militar, político e industrial) possam existir, com certa independência da ordem econômica mundial do capital. Deve ficar claro, no entanto que o que estamos dizendo, longe de representar discordância das formulações de Giddens a este respeito, refere-se à leitura plausível<sup>20</sup> que fazemos e como tal circunstanciada aos significados que produzimos a partir das leituras que fizemos.

O que Barber (2009) nos fala é de uma *globalização do consumo*, que se estende, sobretudo, aos jovens e crianças e daí o etos infantilista, que pode ser bem compreendida pela ideia de que:

“o mercado global passa a ser definido pelos gostos relativamente comuns dos jovens. As culturas adultas são plurais e distintas, mas a cultura jovem é bastante universal. Na adequada descrição de Chip Walker,” apesar das diferentes culturas, os jovens de classe média em todo o mundo parecem viver suas vidas como se estivessem em universos paralelos. “Acordam de manhã, vestem suas Levi’s, calçam seus Nikes, apanham seus bonés, suas mochilas e seus aparelhos de CD Sony e vão para a escola.”. (BARBER, 2009, p.28).

---

<sup>20</sup>Devemos considerar que embora considermos o **Modelo dos Campos Semânticos** referência teórica potencial para a emergência de propostas alternativas em Educação Financeira, a expressão “leitura plausível” **não** é utilizada aqui nos termos em que propõe LINS( **me ajude** ).Parece **não** existir para este autor a intenção de interferir , modificando, no modo como as pessoas produzem significado , o que em nosso trabalho é intenção explicitamente manifestada, sobretudo porque o escopo deste trabalho é exatamente alertar Professores e Educadores sobre as intenções ideológicas , em favor do capital financeiro, contidas nas Estratégias de Educação Financeira.

Podemos assim dizer que há um movimento de globalização do consumo na perspectiva de análise que Barber utiliza para caracterização do “etos infantilista.” Na “aproximação” de crianças e adolescentes aos adultos, traduzidos (todos) como consumidores, o que se consegue é potencializar as suas respectivas capacidades de consumo, estendendo-as, em grau máximo, para além das fronteiras etárias em que, “naturalmente”, seriam melhores consumidores.

Retomemos, agora com Dale (2004), nossas considerações sobre a globalização que tomaram um curso mais voltado ao consumo a partir de Barber (2009).

Devemos considerar que estamos num movimento aproximação. Partimos de autores, e visões sobre a globalização, que tratam de aspectos mais amplos, como as relações entre modernidade e globalização, presentes em Giddens (1991) ou a reflexão sobre um novo modelo paradigmático a qual a globalização aparece vinculada, em Touraine (2007). Passamos por perspectivas mais focalizadas, como as que aparecem em Barber (2009) voltadas para a globalização do consumo, para agora com este autor tratarmos de abordagens específicas das relações entre globalização e educação.

As contribuições de Dale para nosso diálogo com a globalização estão localizadas no artigo: *Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?*

Neste artigo Roger Dale analisa as relações entre **globalização e educação** contrastando **duas abordagens**: “**Cultura Educacional Mundial Comum**” de John Meyer e “**Agenda globalmente estruturada para a educação.**” do próprio Dale. A primeira é traduzida em termos de uma “*sociedade, ou política, internacional constituída por Estados-nação individuais autónomos*” e a segunda, “*forças econômicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que reconstróem as relações entre as nações.*” Dale irá construir reflexão sobre essas abordagens analisando também algumas diferenças.

Desde já podemos, numa primeira aproximação, dizer que o **Processo de Legitimação da Educação Financeira** possui características das duas abordagens

consideradas por Dale. Constitui uma perspectiva cultural, ainda que econômica, trata de educação e ocorre em escala mundial e desse modo, aproxima-se da primeira. Mas também se refere a “forças econômicas”, não desintencionadas que pretendem estender seus braços, além das fronteiras dos países, posição presente na segunda abordagem.

Neste ponto precisamos mais uma vez acertar nosso diálogo com o leitor no sentido de explicar porque, em vários momentos ao longo de nosso trabalho, tratamos da Educação Financeira, praticamente como sinônimo de atividade econômica. Isto ao mesmo tempo servirá para esclarecer porque ela aparece vinculada a tantos conceitos e formulações teóricas sobre capitalismo globalização e neoliberalismo.

Mesmo que o motivo dessa caracterização possa ter sido esclarecido ao longo da escrita, não contou com atitude consciente de quem escreve. De modo que agora, nos pareça relevante dizer que talvez o mais importante neste trabalho tenha sido estabelecer crítica, não especificamente à Educação Financeira tal como se apresentada por seus interlocutores e sim, através dela, estabelecermos contraponto a ordem hegemônica neoliberal de que decorre. Essa aparente confusão quanto aos propósitos dessa pesquisa documental pode também decorrer da dialética relação entre teoria e prática presente no processo de legitimação em exame, e uma resposta pode estar no referencial teórico da Análise de Discurso Crítica, aqui utilizado.

A caracterização da Educação financeira como discurso, e assim também prática social, nos leva a perceber que seu processo de legitimação ocorre também num espaço de luta hegemônica em que operam ideologias. Como concebemos o neoliberalismo como elemento paradigmático em que emerge o fenômeno em estudo, não é possível considerá-los isoladamente. Essa posição que assumimos é sustentada pela Análise de Discurso Crítica em que, para Fairclough (apud Rezende; Ramalho, 2011, p.47), *as ideologias têm existência material nas práticas discursiva, a investigação dessas práticas é também a investigação de formas materiais de ideologia*. Assim a orientação ideológica (neoliberalismo) do cenário de sua produção (uma economia capitalista mundial) acaba por materializar-se nas práticas desenvolvidas em educação financeira analisadas neste trabalho. De modo

que refletir sobre seu cenário ideológico é pensar sobre as próprias práticas nas quais, dialeticamente, se materializa.

Ficam assim justificadas, acreditamos, possíveis confusões que nossa utilização dos termos capitalismo, neoliberalismo, financeirização do capital e Educação Financeira possa ter causado. Não representam mesmos fenômenos, mas estão intimamente relacionados enquanto carregam em seus processos constituintes algumas características comuns. Deve ficar claro que há uma ordem hierárquica constitutiva entre eles que corre no sentido do maior e mais amplo sistema de conhecimento e crença, que é como caracterizamos o capitalismo (ver esquema abaixo), até sua materialização ideológica nas práticas em Educação financeira. Este processo que chamamos de legitimação da educação financeira ocorre não desintencionado pela orientação ideológica do neoliberalismo, numa fase metamorfoseada de capitalismo, a *financeirização do capital*.

Ao capitalismo compreendemos um grande **sistema de conhecimento e crença** que no presente se encontra numa fase de financeirização do capital. A **globalização** e o **neoliberalismo** podem ser identificados como processos que dão materialidade e uma configuração peculiar ao capitalismo.

Sobre o neoliberalismo acreditamos que o que já foi exposto indica de modo bem preciso qual a sua contribuição para nossa leitura sobre o PLEF. No entanto, é sempre importante confirmar posições, devemos dizer que ele carrega à Educação Financeira os atributos do individualismo e a orientação aos mercados financeiros.

Já no que diz respeito ao fenômeno da globalização essa relação pode não estar ainda bem assentada.

Quando Santos (2003) fala em “*o credo financeiro, visto pelas lentes do sistema econômico a que deu origem...*” está atribuindo à globalização, assim entendemos, a submissão que destacamos como característica desse fenômeno, que impacta na Educação Financeira. A ideia de constituir consumidores de produtos financeiros ou formar investidores revela essa perspectiva.

Quando nos informa que “a **globalização** é de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo **capitalista...**”, (Santos, p.23) relaciona, constitutivamente, um a o outro no sentido de por a globalização a serviço do capitalismo.

De volta a perspectivas sobre a globalização ,segundo Dale, a primeira abordagem refere-se a “uma teoria muito bem estabelecida sobre o efeito da globalização sobre a educação” (Dale, 2004, p.3). Afirma ainda que, os proponentes dessa perspectiva de análise, identificada no artigo como CEMC (Cultura Educacional Mundial Comum) “defendem que o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação de estado e de sociedade, mais do que através de fatores nacionais distintivos.”(Idem ,p.3). Essa abordagem, já podemos dizer, contribui para nossa caracterização da Educação Financeira, tal como temos feito, como submetida a uma ordem ideológica do capital, que ocorre em escala mundial. A segunda abordagem, a “Agenda global estruturada para a educação”, carrega segundo seu próprio formulador, a ideia de que,

“encaram a mudança de natureza da economia capitalista mundial como força directora da globalização e procuram estabelecer seus efeitos, ainda que intensamente mediados pelo local, sobre os sistemas educativos.” (DALE, 2004, p.4)

Dale irá se referir a este grupo que pesquisa a partir da perspectiva de uma *Cultura educacional mundial comum*, como “institucionalistas mundiais”. Ao que nos é relevante,

“o argumento central dos institucionalistas mundiais é que as instituições do estado-nação, e o próprio estado, devem ser vistos como sendo **essencialmente moldados a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante** (ou Ocidente), e não como criações nacionais autónomas e únicas. Sob esta perspectiva, os estados têm a sua actividade e as suas políticas moldadas por normas e cultura universais.” (Dale, 2004, pp.426-427). (*grifo nosso*)

O exposto se relaciona ao que queremos destacar quando traçamos, nesta pesquisa documental, um *Processo de Legitimação da Educação Financeira*. Ele pode ser percebido dentro desta perspectiva de construir uma racionalização ideológica mundial.

Dale acrescenta ainda, referindo-se à perspectiva de Strang & Chang (2003) sobre a CEMC que:

“para a educação esta abordagem sublinha que, longe de serem autonomamente construídas a um nível nacional, as políticas nacionais são em essência pouco mais do que **interpretações de versões ou guiões que são informados por, e recebem a sua legitimação de ideologias, valores e culturas de nível mundial.**<sup>21</sup> (*grifo nosso*)

No que diz respeito à Educação Matemática encontramos também interessantes perspectivas sobre a globalização. Para esta pesquisa a opção que fizemos como referência sobre o tema é a que encontramos em Skovsmose (2005). O texto é: **Guetorização e globalização: um desafio para a Educação Matemática**<sup>22</sup> em que além de refletir sobre o que poderíamos chamar de produção da exclusão irá o referido autor indicar porque considera a Educação Matemática “intimamente relacionada” a globalização.

Segundo Skovsmose (2005), são muitas as perspectivas sob o quais se pode considerar a globalização e para este autor.

“Ela se refere à abertura de fronteiras e pode incluir uma sensação de estar junto e de poder compartilhar preocupações com o outro – como se o mundo todo se tornasse uma imensa comunidade. Entretanto, a globalização pode simplesmente se referir ao fato de que novas conexões são estabelecidas entre grupos sociais anteriormente desconectados; e de que o que está acontecendo e sendo feito por um grupo de pessoas possa afetar, bem ou mal, um outro grupo completamente diferente de pessoas **que podem, mesmo, não estar conscientes das causas e dos efeitos dessa ação.**”(SKOVSMOSE,2005).

Mesmo considerando relevantes os aspectos amplos referidos a globalização bem como os sentidos a ela atribuídos, interessa-nos pinçar do exposto a ideia de que talvez as pessoas possam não “*estar conscientes das causas e dos efeitos*”.

Se for crítico o papel sócio-político da Educação Matemática, como afirma Skovsmose (2005) no sentido de que ela pode contribuir tanto para a democracia quanto para uma direção “completamente diferente”, então a presente pesquisa tem

<sup>21</sup> Neste trecho, Dale está se referindo a uma perspectiva sobre a Cultura Educacional Mundial Comum. Trata-se da contribuição de Strang & Chang (1993) sobre este tema.

<sup>22</sup> **Guetorização e globalização: um desafio para a Educação Matemática.** ZETETIKE – Cempem – FE – Unicamp – v. 13 – n. 24 – jul./dez. 2005 Ole Skovsmose, Tradução: Jefferson Biajone. Revisão da Tradução: Antonio Miguel.

a intenção de subsidiar Educadores Matemáticos na reflexão sobre tema que deriva como efeito da globalização: a Educação Financeira.

### 1.7. DISCURSO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO CONSUMIDOR FINANCEIRO

De modo geral acreditamos poder considerar as Estratégias Nacionais de Educação Financeira como um conjunto homogêneo de orientações que convergem para: potencializar a capacidade de consumo dos indivíduos; desenvolver crença num sistema de valores que se orienta apenas para aspectos econômico-financeiros do consumo, deixando de fora outras implicações sociais; além de orientar-se para aspectos comportamentalistas e que, portanto, individualizam o sujeito.

O resultado desse processo de individualizar um sujeito é tirar dele a possibilidade de se perceber, dentro de uma dada prática, como sujeito social. É dificultar a percepção da posição de sujeito que o indivíduo ocupa.

Na prática social da Educação Financeira, nos moldes vigentes, está em operação a composição de um **consumidor financeiro** orientado aos Mercados e individualista. São características neoliberais, orientação da qual nos afastamos. Como já foi observado, um efeito não desejado dessa perspectiva de, educar financeiramente os indivíduos, é tornar opaca a visão sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem essa prática social. Ela - Educação Financeira tal como está proposta - faz crer aos indivíduos que apenas sua iniciativa (liberdade individual) pode mudar os contornos de suas finanças pessoais. Isto além de potencializar, como dissemos a capacidade de consumo de produtos financeiros, torna menos perceptíveis as relações de dominação postas em movimento neste processo.

Cada um desses aspectos interfere, a medida em constituem um *sistema de conhecimento e crença*, no modo como os indivíduos significam suas relações sociais e, especificamente, as de consumo; premia a ação individual e a competitividade, transferindo ao indivíduo, e só a ele, o controle e responsabilidade sobre o seu futuro financeiro.

Nessa pesquisa documental tivemos contanto também, com uma orientação que aplicava a educação financeira como medida para o que então chamamos, de



“domesticação do trabalhador”. Esta perspectiva esteve presente em apenas um dos trabalhos pesquisados em nossa revisão de literatura, no capítulo II, no tipo que qualificamos como de “auto-ajuda financeira”. No entanto faz referência a outros estudos de modo que não é aspecto a ser deixado de lado.

Esses ingredientes para os quais se orientam a Educação Financeira contribuem para marcar uma posição de sujeito que desloca seu centro de gravidade, do *cidadão* para o *consumidor financeiro*. Os indivíduos deixam suas inscrições como cidadãos, passando a compor os sistemas como consumidores de produtos financeiros apenas e, dessa forma, também como mercadorias.

Este processo, ação ideológica não desintencionada, se utiliza da *estratégia* da transferência de atributos visto que insinua carregar, certas características do primeiro tipo ou posição de sujeito, para o segundo, para legitimá-lo ao mesmo tempo em que agrega a ele “desejos privados”, mais facilmente controlados. Há aspectos positivos, mas também negativos neste processo.

### **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A COMODIFICAÇÃO.**

A própria instituição do Código de Defesa do Consumidor (CDC) pode, para além dos propósitos para que foi criado , e numa análise superficial, ser caracterizado como processo de comodificação de consumidores. Poderia se dizer que como código de conduta estabelece padrões mínimos para que os indivíduos sejam “consumidos” pelo mercado. Padrões éticos as quais as empresas devem seguir, em suas relações de consumo, para incorporarem a sua carteira de clientes os consumidores de seus produtos e serviços. Os consumidores seriam assim comprados e vendidos.

Essa compra e venda se processaria, por exemplo, num espaço criado pelo próprio código que aplica sanções administrativas que se revestiriam, na prática, em valores pagos pelas empresas que por sua vez, lhes permitiriam continuar “consumindo os consumidores”, do modo que lhes seja mais rentável (violando direitos básicos). É mais barato pagar multas do que preservar direitos dos consumidores.

Muitas empresas a despeito de reiteradas violações a direitos dos consumidores e do pagamento de multas administrativas, continuam a operar no mercado cometendo as mesmas infrações. Pagam ao Estado pelo direito de consumir consumidores do modo como preferirem, até mesmo utilizando-se da violação à direitos consumidor quase como uma prática comercial. O Estado por sua vez pela ação dos instrumentos de defesa no CDC, não consegue interferir de **maneira significativa** nas relações de consumo em favor do consumidor.

A edição de um código de conduta não descreve o modo como seus participantes: empresas, órgãos de defesa do consumidor e consumidores, irão se comportar. Pode-se intuir que essas práticas lesivas aos consumidores reveste-se de ares de *tática* ao mesmo tempo em que decorrem de uma orientação *estratégica*.

Se é pessimista de mais por um lado, por outro essa posição que estamos defendendo é de fato uma das perspectivas pelas quais se pode perceber esta questão. Certamente outras táticas e estratégias estarão a compor este cenário.

Para que não fiquemos apenas nos discursos – embora eles representem uma dimensão da prática social - passamos a considerar o comportamento de instituições financeiras e/ou bancárias em Juiz de Fora (MG) com base no *Ranking de reclamações*<sup>23</sup> criado pelo PROCON-JF. A escolha dessas instituições se justifica porque de um modo geral elas, também por intermédio de suas associações como a FEBRABAN<sup>24</sup>, têm anunciado preocupação com a Educação Financeira, como também desenvolvido propostas neste sentido.

No Ranking<sup>25</sup>, do total de 50 empresas reclamadas, encontramos 26 (52%) instituições bancárias/financeiras que somam 1735 reclamações (40,21%) de 4314 cadastradas. É preciso considerar que é percentual alto para um setor que anunciadamente estará envolvido com a temática da Educação financeira. Lembremos que um dos objetivos dessa “proposta educacional” é “*promover el acceso y la inclusión financiera (bancaización)*” (Coates,2009).

---

<sup>23</sup> Ranking de Fornecedores no Atendimento/Reclamação, consultado em 12/08/2012 em <http://www.pjf.mg.gov.br/procon>.

<sup>24</sup> Federação brasileira de bancos.

<sup>25</sup> Versão que data de 08/03/2012 relativo ao período: 01/01/2011 a 31/12/2011. Fonte: <http://www.pjf.mg.gov.br/procon>.

A participação das instituições bancárias com interesse e preocupação com a Educação financeira pode ser percebida a partir dos extratos a seguir, em que identificamos talvez a três maiores instituições bancárias do Brasil e que constam do ranking de empresas reclamadas do PROCON-JF:

**BB lança página de Educação Financeira no site Investimentos.**

BB lança página de Educação Financeira no site Investimentos, com o objetivo de destacar a importância do planejamento e equilíbrio financeiro das pessoas e das famílias, oferecendo informações educativas sobre as várias alternativas de investimento e orientações sobre controle orçamentário.

A proposta contribui para ampliar e fortalecer a atuação negocial do BB como agente de desenvolvimento do país em bases sustentáveis, além de permitir que clientes e funcionários aperfeiçoem sua compreensão dos produtos financeiros e também desenvolvam habilidades e segurança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades no momento em que forem investir.

A página é de fácil navegação, com ferramentas e linguagem acessíveis a diferentes segmentos e oferece informações úteis para todos os perfis de consumidores. Os usuários têm acesso a planilhas para controle de gastos, cursos e guias de investimento, jogos educativos, simuladores, artigos de especialistas e sites de parceiros do BB, entre outros.

**Fonte:** <http://www.bb.com.br>, consultado em 13/08/2012.

**Para o Banco Bradesco**, construir um cenário responsável, é também uma oportunidade para estar perto do cliente. "Mais do que conceder o crédito, contribuir de maneira efetiva para a sua utilização de forma responsável e formação de valores reforçará cada vez mais a relação com o cliente, criando um ambiente seguro com informações completas e transparentes", avalia **José Ramos Rocha Neto**, diretor da área de empréstimo e financiamento do Bradesco.

Com a mobilidade social do País e a ascensão da classe C, os meios de pagamento para os bens de consumo estão cada vez mais acessíveis, e o crédito se destaca como protagonista neste cenário em que promover a cultura de responsabilidade financeira é também uma forma de manter seguro os recebíveis da empresa. "Estamos preocupados em antes de conceder um empréstimo, verificar se o requerente tem os requisitos necessários para a operação. O objetivo é resguardar o cliente e evitar endividamento, caso ele não tenha capacidade financeira ou tenha outras pendências", justifica Neto.

"O Bradesco preocupa-se com a instrução, informação e o conhecimento sobre planejamento financeiro, por isso, também buscamos conscientizar o cidadão a fazer bom uso dos produtos financeiros disponíveis no mercado, e em oferecer as condições mais adequadas para cada perfil de cliente, garantindo a integridade e tranquilidade dele", acrescenta.

**Fonte:** <http://www.portalcreditoecobranca.com.br>.  
Reportagem do dia 03/08/2012. Consultada em 13/08/2012.

O banco tem como compromisso com seus clientes e a sociedade promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social, ampliando o acesso aos serviços bancários e sua própria base de clientes. Para que essa evolução ocorra de forma sustentável, empenha-se em disseminar orientações sobre o uso responsável do dinheiro e dos serviços financeiros. O desafio é aumentar a capilaridade dos programas de educação financeira, beneficiando cada vez mais pessoas e mostrando a importância do uso consciente do dinheiro.

Educação financeira é um tema de extrema relevância para o Itaú, e representa um grande desafio que, aos poucos, começa a ser vencido. Além da distribuição gratuita de cartilhas sobre o tema nas agências (também disponíveis no portal do banco na Internet), os colaboradores são continuamente treinados para difundir o conceito de uso consciente do dinheiro, já que o banco deseja que a relação com os clientes seja de longo prazo.

**Fonte:**<http://www.itaubank.com.br/> consultado em 13/08/2012.

O desequilíbrio nas finanças pode comprometer a capacidade de pagamento, prejudicando os cidadãos, as empresas e o país. Quando as pessoas deixam de consumir, as indústrias desaceleram a produção, deixam de gerar empregos e pagar impostos. A economia encolhe, diminuindo as oportunidades para todos. O mesmo vale para os empreendimentos de pequeno porte. Quem não faz uma boa gestão orçamentária, não tem recursos para investir em novas frentes de mercado, limitando seu crescimento.

Por isso, educação financeira é um assunto tão importante para nós. Como banco, temos um grande conhecimento nessa área e procuramos compartilhá-lo com nossa rede de relacionamentos.

**Fonte:**<http://ww2.itaubank.com.br/> consultado em 13/08/2012.

Além disso, na Fundação Itaú Social, são promovidas Oficinas do Uso Consciente do Dinheiro, na forma de jogo colaborativo, para jovens de 14 a 25 anos. O Instituto Unibanco participa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), iniciativa do governo federal apoiada por organizações da sociedade, que busca inserir a educação financeira como tema transversal no currículo do ensino médio da escola pública.

**Fonte:**<http://ww2.itaubank.com.br/> consultado em 13/08/2012.

Contudo as considerações que estamos fazendo são preliminares e carecem de uma investigação mais pormenorizada e responsável uma vez que conta aqui apenas com a percepção que temos, pela experiência, desta prática social.

Por fim devemos dizer, que a proposição de um “Código” se é positiva por um lado, pois pretende democratizar as relações de consumo, considerando a hipossuficiência do consumidor, iniciativa louvável, por outro, cria um espaço de permissividade, com o Estado cumprido a tarefa de comodificação como referido por Habermas (apud Bauman 2008).

## A IDENTIDADE DO CONSUMIDOR FINANCEIRO

Há uma identidade própria em construção neste deslocamento do cidadão ao consumidor financeiro que pretende inscrevê-lo no processo de consumo, carregando algumas características da primeira posição, mas que fundamentalmente tem o efeito de resultar em implicações próprias. Lembremos da contribuição de Apple (2003) , já consideradas de que, sobre as posições de sujeito pois,

Cada termo implica um daqueles mapas rodoviários que discuti acima; cada termo situa-nos como sujeitos sociais em relações particulares com os processos econômicos e sociais. Cada um deles tem anexada uma identidade que nos posiciona em relação à visão do processo tal como é descrita pelo próprio discurso. (APPLE, 2003, p.23-24)

Ou seja, podemos dizer que os discursos próprios da educação financeira posicionam os indivíduos numa *posição de sujeito* que em Kistermann (2011) é descrita como **indivíduo consumidor** e que aqui pode ser referido como *consumidor financeiro*. Essa caracterização tem o efeito de, além de inscrevê-los como consumidores, delimitar seu campo de atuação, seu modo de participação, sua identidade de consumidor que em geral traduzem os cidadãos em termos das próprias marcas que consomem. No caso de produtos financeiros, acreditamos que tal identificação, dos indivíduos com os produtos, não seja, ainda, expressiva. No entanto na veiculação publicitária as instituições que os vendem retratam seus potenciais consumidores do mesmo modo com que são caracterizados outros tipos de consumidores, ou melhor, consumidores de outros tipos de mercadorias. Mensagens publicitárias das instituições financeiro-bancárias, via de regra associam a aquisição e/ou consumo de seus produtos a imagens de consumidores realizados

financeiramente e que demonstram terem realizado seus sonhos de consumo: aquisição de um automóvel, da casa própria ou de campo, uma aposentadoria segura, etc.

Assim como em Kistemann (2011),

“Entendemos que os cidadãos não podem ser compreendidos como meros consumidores, porque o desejo individual não é o mesmo que o interesse comum e bens públicos são sempre algo mais do que uma aglomeração de vontades privadas. [...] O consumismo se ligou a uma nova identidade política, na qual o próprio negócio desempenha um papel de **forjar identidades que levem a comprar e a vende**. Assim a identidade tornou-se um reflexo de estilos de vida intimamente associados a marcas comerciais e aos produtos que elas rotulam, bem como a atitudes e comportamentos ligados a onde compramos, como compramos e o que comemos, vestimos e consumimos. Estes atributos, por sua vez, estão associados à renda, classe e outras forças econômicas que podem parecer permitir escolhas, mas que, na verdade, são determinadas largamente por uma rede de profissionais e suas **premissas do mercado econômico**, estando além do controle dos indivíduos consumidores.”(KISTEMANN, 2011,p.19)

Bauman (2008) novamente contribuirá para essa discussão ao considerar que

“fetichismo da subjetividade, tal como, antes dele, o fetichismo da mercadoria, **baseia-se numa mentira**, e assim é pela mesma razão de seu predecessor – ainda que as duas variedades de fetichismo centralizem duas operações encobertas em lados opostos da dialética sujeito-objeto entranhada na condição existencial humana. Ambas as variações tropeçam e caem diante do mesmo obstáculo: a teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo.”(BAUMAN, 2008,p.30)

Assim talvez a característica mais importante da construção da identidade do consumidor financeiro seja a sua própria comodificação. Uma vez educado financeiramente, o consumidor torna-se também mercadoria, consumida pelo sistema financeiro e ou bancário. A partir do momento que, pela Educação Financeira, desenvolvemos nos indivíduos, a capacidade de “melhor consumir” os produtos financeiros, estamos tornando-os também melhores mercadorias, mais atraentes ao sistema financeiro e ou bancário. Este processo de consumir consumidores está implícito nas propostas de Educação financeira analisadas nesta pesquisa.

Resta o receio que as propostas curriculares que se desenham para os sistemas escolares, tanto aqui no Brasil quanto a outros países no mundo, não oferecem possibilidade de diálogo, não seguem uma orientação dialógica. São, podemos dizer semelhantes a uma lógica cartesiana do penso logo existo traduzido em termos do *consumo logo existo*.

Certeau (2008) trás outra importante contribuição para esta questão quando trata do “não lugar” ao afirmar que “de um lado a análise mostra que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar em que atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.” (De Certeau, p.38).

É mais uma posição de reforço do equivoco presente nas propostas veiculadas sobre Educação financeira que pretendem conferir centralidade ao indivíduo como que isolado do tecido social. Daí porque não acreditamos numa caracterização que indique perceber os indivíduos como consumidores apenas, o que lhes subtrai outros valores, não carregados neste processo de construção de sua identidade de consumidor. Pelo mesmo motivo não acreditamos em educação para o consumo e temos como já foram apresentadas, posições críticas, contrárias, ao que se constitui como proposta de se educar financeiramente os indivíduos.

A educação deve se orientar para a cidadania, ainda que sobre esse conceito, muito utilizado, tenham se construído significações distintas. O que significa cidadania ou ser cidadão, é questão que precisa ser reflexivamente, respondida.

Temos dito em várias oportunidades, sobre a não pertinência de reflexão sobre determinadas questões, sob a alegação do “espaço” e também pelo propósito deste trabalho.

No entanto uma questão sempre nos leva a outras e um modo que encontramos aqui para contornar essa dificuldade, no que tange ao tema *cidadão X consumidor*, na tentativa de constituir uma “identidade do consumidor”, foi através de uma reportagem que encontramos na Revista “**Ética – pensar a vida e viver o pensamento**”, Edição 2: “AFETOS CONSUMO”<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Afetos e Consumos/ [Coordenadora Ana Cláudia Ferrari; organizado por Clóvis de Barros Filho]. – São Paulo: Duetto Editotial, 2011. –(coleção ética: pensar a vida e viver o pensamento) Vários colaboradores.

Nesta revista encontramos pelo menos quatro artigos que se relacionam ao tema em questão em nossa pesquisa documental dado que tratam do consumo. São eles: **Torcedor: consumidor ou cidadão?**, *A aura de espiritualidade das marcas*, *Redução de Danos nas relações de consumo* e *O mito do consumo como ato individual*. Sugerimos à aqueles interessados pelo tema do consumo que leiam os referidos artigos. São todos muito interessantes.

Para os propósitos de nossa pesquisa vamos a estes textos no sentido apenas de pinçar considerações que servirão para compor também o conjunto de nossa revisão, ao mesmo tempo em que pretendemos através deles constituir reflexão sobre a identidade do consumidor.

Em “**Torcedor: consumidor ou cidadão?**”<sup>27</sup>, como sugere o tema há uma reflexão sobre a tendência de transformar os eventos esportivos em grandes eventos comerciais e dessa forma, os torcedores em consumidores. Voltado ao futebol de modo mais específico o autor o descreve como “*esporte mais popular do planeta, e, portanto mercadoria valiosíssima*” [...] “*vendido das mais diversas formas...*” [...] “*Dentro dessa lógica de mercantilização do futebol, não é de surpreender que o torcedor seja visto cada vez mais como consumidor.*” (p.24).

Acrescentaríamos ao exposto apenas que esse processo pode ser lido pelo fenômeno da *comodificação*, do futebol e torcedor.

Neste artigo, o autor observa o enorme poder conferido à Televisão como consequência “**da ideia de que o torcedor é, antes de tudo, um consumidor e de que o futebol deve ser visto como grande negócio**”. De modo semelhante, a iniciativa de Educar financeiramente os indivíduos deslocando-os de uma posição (de cidadãos) para outra em que se identificam como consumidores, significa movimentar um rentável mercado de produtos financeiros. Tanto assim que há uma certa vinculação presente nas asserções das estratégias entre ser *financeiramente educado* e alcançar um bom nível de *cidadania*.

Sobre o poder conferido às Televisões, Lopes (2011) argumenta se tratar de uma “visão” ao “mesmo tempo, potencialmente crítica e ideológica.”. A perspectiva

---

<sup>27</sup> **Sobre o Autor:** Felipe Tavares Paes Lopes tem graduação em comunicação social pela PUC-SP. É doutorando em psicologia social pela USP e o autor dos livros *Comunicação do eu: ética e solidão (Vozes)* e *Teorias da comunicação em jornalismo: reflexões sobre a mídia (Saraiva)*.



de ideologia sobre a qual analisa a questão do consumo é a de John B. Thompson no livro *Ideologia e cultura moderna*, um conceito negativo como afirma nosso autor.

Importante considerar que se trata da mesma abordagem de ideologia que encontramos nas referências da Análise de Discurso Crítica e que segundo (Rezende e Ramalho, 2011),

Provém de Thompson (1995) [...] o conceito é inerentemente negativo. Ao contrário das concepções neutras, que tentam caracterizar fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios ou ligados com os interesses de algum grupo em particular, a concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.” (Rezende e Ramalho, 2011, p.49).

Para Lopes (2011), no artigo em exame, na análise da ideologia na perspectiva de Thompson, **“todo fenômeno ideológico é enganador, ilusório e/ou parcial e deve ser sempre combatido.” (p.27)**. Trata-se da perspectiva negativa pela qual pode ser lida a ideologia que, no entanto pode servir para reproduzir ou transformar a realidade social.

Pensar sobre estas questões nos fazem oscilar de uma posição a outra com muita facilidade e talvez indiquem a necessidade de aprofundar reflexão, sobre as formulações de Certeau sobre os conceitos de *táticas* e *estratégias*. Percebo em suas orientações também um modo de pensar sobre as ideologias, como que relacionadas a fenômenos sempre passíveis de serem perspectivados a partir de duas posições, aquelas referidas ao “lugar” e ao “espaço”.

Para Josgrilberg (2005, p.50) “tais expressões não são termos opostos, mas dois aspectos de um único tema extremamente complexo: a organização dinâmica de uma sociedade.”. O primeiro descreve uma série de procedimentos estratégicos ligados a posições de poder e o segundo, retrata a perspectiva de arranjos diversos que fujam as orientações prévia e estrategicamente estabelecidas. Por exemplo, quando Lopes (2011) afirma que *“ver o torcedor como consumidor tem ajudado a conferir uma série de direitos a ele e a subverter um quadro de sistemático descaso.” (p.28)*, retrata uma posição que até concordamos, mas que se refere a uma situação, que pode ser interpretada em termos de que: os direitos (ora

concebidos) estão sendo considerados na posição de consumidores e não na de cidadãos o que deixa sob suspeita tais iniciativas, democráticas, e que podem assim, inclusive serem percebidas como estratégias para a maximização de seus potenciais de consumo.

Ao transportar o indivíduo cidadão para o papel de consumidor, num cenário em **que “Há uma tendência mundial de transformação dos estádios em espaços de consumo; eles são cada vez mais pensados para obtenção de lucros.”** (Lopes, 2011, p.29), pode estar em operação uma orientação ideológica em favor do capital.

O objetivo não está na criação de um “espaço” com maior conforto aos torcedores e sim na possibilidade de ampliar a capacidade de capitalizar lucro, mas pela potencialização no indivíduo, de sua capacidade de consumo e pela transformação do cidadão em consumidor apenas. Os aspectos positivos que são carregados para posição, de consumidor, que o cidadão torcedor, “ao caso”, passa a ocupar, são como já dissemos efeitos colaterais desejáveis, mas não o foco principal da estratégia. Portanto se há por um lado o que se comemorar há por outro, sobretudo o que se refletir criticamente.

#### 1.8. ACERSSÕES LEGAIS NA CONSTITUIÇÃO DE MELHORES TORCEDORES/CONSUMIDORES.

No artigo **Torcedor: consumidor ou cidadão**, percebemos ainda outros elementos aos quais nos referimos criticamente no percurso de nossa pesquisa documental. Falamos das **asserções**<sup>28</sup> constituídas no processo de legitimação da Educação Financeira. Aqui estão presentes, as do tipo “legal”, que é bom lembrar, já promovendo a devida adaptação para o presente cenário, formam um conjunto de normas que tem por objetivo criar um marco legal, no presente caso para o torcedor. O exemplo aqui é do Estatuto do Torcedor que no entender de LOPES, “serve para regulamentar a promoção do esporte como espetáculo, estabelecendo normas de

---

<sup>28</sup> A escrita do texto da Dissertação não percorre os mesmos caminhos da pesquisa que lhe dá origem de modo que vamos aqui nos referir a um termo (asserção) que será descrito de forma mais detalhada mais a frente.

proteção e defesa do torcedor.” Visto de outro modo serve também para proteção defesa manutenção e potencialização do consumo.

As **asserções legais** cumprem o papel de constituir a porta de entrada para iniciativa privada dar consecução ao processo de comodificação dos torcedores. Este processo os retira da posição de cidadãos (e atributos próprios desta posição) e os inscreve na posição de consumidores (também com atributos particulares) na qual estão sujeitos aos *desejos privados*, que não por acaso concorrem para maximização do lucro.

Tanto é assim que se permite certa “suspensão de direitos” dos cidadãos como veremos.

As conclusões a que chega o autor são as mesmas que externamos em nosso trabalho “o torcedor não tem seus direitos assegurados porque é cidadão e até esses, derivados de sua condição de consumidor, são alteráveis em função de uma necessidade constante do mercado em potencializar os lucros”. Exemplo oportuno e flagrante sobre esse aspecto, e especificamente ao que se refere ao consumidor/torcedor, é a atual<sup>29</sup> discussão sobre a Lei geral da Copa do Mundo de futebol.

Com os extratos de reportagens representados a seguir, temos a intenção de retratar o processo de constituição do marco legal para a realização da Copa do Mundo. Nossa intenção é descrever como essas **asserções legais** cumprem o papel de comodificação dos torcedores. Mais a frente, como é o objetivo da pesquisa documental, vamos descrever como elas operam para a constituição também de consumidores de produtos financeiros. Uma última consideração: retratamos como asserções<sup>30</sup> tantos os textos das normas (Leis, Decretos, Resoluções ou outros dispositivos legais) como também discursos (extratos de textos), em geral, jornalísticos que tratem do tema com olhar jurídico. Vejamos:

---

<sup>29</sup> Escrevíamos esta parte no momento em que essa discussão estava sendo feita no Congresso Nacional.

<sup>30</sup> S.f. Afirmação, proposição que se tem como verdadeira: os fatos justificaram-lhe as asserções. Fonte: <http://www.dicio.com.br>.

06/06/2012 07h06 - Atualizado em 08/06/2012 14h58

### **Lei Geral da Copa é publicada no 'Diário Oficial'**

São seis vetos; Dilma abre possibilidade para meia-entrada no Mundial. Ela manteve item que suspende proibição de bebida alcoólica em estádios.

- (1) **Fonte:** <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/lei-geral-da-copa-e-publicada-no-diario-oficial.html>

Um dos pontos mais polêmicos durante as discussões no Congresso não sofreu alteração: o artigo sobre a venda de bebidas alcoólicas em estádios durante o Mundial. O artigo **não libera nem impede expressamente a comercialização e o consumo nos estádios - somente retira, durante o período da Copa, a proibição prevista no Estatuto do Torcedor.**

- (2) **Fonte:** <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/lei-geral-da-copa-e-publicada-no-diario-oficial.html> . Data: 6/06/2012 07h06 - Atualizado em 08/06/2012 14h58

Em outro ponto polêmico, que contraria o interesse da Fifa, a presidente abriu caminho para permitir a meia-entrada nos jogos da Copa, ao vetar artigo segundo o qual regras estaduais e municipais sobre descontos não se aplicam ao evento.

Ao justificar o veto, a presidente argumenta que "lei federal que suspenda gratuidades e descontos previstos em normas de estados e municípios pode representar violação ao pacto federativo".

Com isso, se quiser restringir a meia-entrada, a Fifa terá, em tese, de negociar com Estados e municípios-sede de jogos da Copa que tenham leis específicas sobre o assunto

- (3) **Fonte:** <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/lei-geral-da-copa-e-publicada-no-diario-oficial.html>. Data: 6/06/2012 07h06 - Atualizado em 08/06/2012 14h58

A partir desse extrato percebe-se que se matem aberta a perspectiva de que talvez direitos sejam suspensos em favor de interesses comerciais.

O texto sancionado manteve a regra polêmica que suspende, durante o período da Copa do Mundo e da Copa das Confederações, a validade de trecho do Estatuto do Torcedor que veta a venda de bebidas alcoólicas em estádios brasileiros. A venda de bebidas é uma exigência da Fifa em razão de acordos com patrocinadores do Mundial.

Com a suspensão da vigência desse trecho do Estatuto do Torcedor (uma legislação federal), alguns parlamentares interpretaram que a decisão sobre a venda de bebidas alcoólicas nos estádios ficará a cargo dos governos dos estados, que têm leis específicas proibindo a prática.

- (4) **Fonte:** <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/lei-geral-da-copa-e-publicada-no-diario-oficial.html>. Data: 6/06/2012 07h06 - Atualizado em 08/06/2012 14h58

Parece-nos que, no extrato (1), para o autor da reportagem não há diferença entre manter uma proibição e retirá-la, ainda que explicitamente não se informe nada quanto a validade daquilo que era objeto da proibição. O que não é proibido é permitido. Essa questão retrata, em exata medida, um comportamento liberal.

É preciso retomar uma reflexão que fizemos no Capítulo I apenas para dizer que para Bobbio (2000, p.101), ser liberal significa “a faculdade de cumprir ou não certas ações, **sem o impedimento** dos outros que comigo convivem, ou da sociedade, como complexo orgânico ou, simplesmente, **do poder estatal...**”. (grifo nosso).

Sobre os significados atribuídos a ideia de liberdade afirma Bobbio que “permitido e obrigatório são dois termos antagônicos”, que se diz que “tudo aquilo que não é permitido é obrigatório”, e inversamente “tudo aquilo que não é obrigatório é permitido”.

Suspender a proibição é permitir o livre comércio de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa do Mundo em detrimento de orientações legislativas que

impeçam essa prática em eventos esportivos. Trata-se do *Laissez-faire*<sup>31</sup> - uma das características do pensamento liberal.

Antes de prosseguirmos, pois como já dissemos, “um tema leva a outro e a outro,...”, é preciso lembrar ao leitor (a) que estamos falando das mesmas orientações para o consumo, presentes na Educação Financeira. Os processos de constituição do **torcedor/consumidor** ou do **cidadão/consumidor de produtos financeiros**, ou ainda *indivíduo consumidor* (Kistermann, 2011) carregam as mesmas características. O Estatuto do Torcedor e a Lei Geral da Copa em discussão no Congresso brasileiro são exemplos de constituição de marcos legais para a implementação, respectivamente, de um conjunto de normas e condutas aos torcedores e para a realização aqui no Brasil a Copa do Mundo em 2014. Dizem respeito à *comodificação*<sup>32</sup> no sentido proposto por Fairclough (2001) mas também e sobretudo como indicado por Bauman(2008) quando reflete sobre a comodificação das próprias pessoas ( da subjetividade). Referem-se também ao papel do Estado que segundo Habermas se ocupa prioritariamente da comodificação do capital e do trabalho. Aqui, torcedores, vistos como mercadorias que consumirão outras mercadorias são preparados para esta função. Pela Educação Financeira *consumidores financeiros* serão constituídos. Ao consumirem produtos financeiros serão “consumidos” pelas instituições financeiro-bancárias.

### 1.9. . EDUCAÇÃO FINANCEIRA & OCDE: de volta ao conceito de capital humano.

Neste item pretendíamos tratar desse conceito que data do cenário industrial americano das décadas de 1950 e 1960 e que se refere a ideia de que investir na formação do trabalhador é imprescindível para o capitalista para maximização do

<sup>31</sup> Sobre o “*Laissez-faire*”:

“Como nota Rosenberg, praticamente “(...) qualquer pessoa instruída submetida a um teste de associação de palavras, quando solicitada a identificar algum personagem histórico com o termo 'laissez-faire' responderia 'Adam Smith'”(Rosenberg, 1979: 20).A metáfora da mão-invisível de Smith habita o imaginário de quase todos os economistas, e é, em geral, interpretada como representando a ideia de que o “mercado” seria uma instituição capaz de “transformar” o auto-interesse individual em benefícios sociais, sem a necessidade de intervenção da “mão-visível” do Estado<sup>1</sup>. A este cumpriria apenas garantir a ordem institucional e administrar a justiça.” Essa nota é reprodução de trecho do artigo: **As razões do *laissez-faire***: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na *Riqueza das Nações*. MATTOS, Laura Valladão, *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 1 (105), pp. 108-129, janeiro-março/2007

<sup>32</sup> Comodificação esta sendo utilizado como transformar em mercadorias.

lucro. Perceberá o leitor, no entanto que dada sua relevância acabamos por nos referir a ele ao longo de boa parte dessa pesquisa documental. Assim neste espaço vamos insistir com tentativa de construir reflexão ainda sobre esse conceito, contudo, relacionando-o a OCDE.

Começemos com a afirmação de que o projeto de desenvolvimento global (ou globalização)<sup>33</sup> tem subjacente uma nova concepção de desenvolvimento, adjetivado de sustentável, que traz novamente para o primeiro plano a teoria do capital humano.(Estrela & Teodoro,2007,05).

A suspeita com as primeiras indagações, sobre a proximidade do conceito de capital humano, que surge no cenário norte-americano a partir da década de 1950, com a proposta de se instituir a Educação financeira, parece agora caminhar para ser “confirmada”. Na falta de um melhor termo usamos aqui a palavra “confirmada” não para dizermos ter chegado à verdade, e sim que agora temos mais elementos que nos permitem fazer tal conexão. Desse modo acreditamos ser possível dizer que a Educação Financeira pode ser percebida como uma manifestação atualizada desse conceito e o texto: **As políticas curriculares em Portugal (1995-2007): Agendas Globais e Reconfigurações Regionais e Nacionais-** Teodoro & Estrela (2007) terá importantes contribuições.<sup>34</sup>

Como avaliávamos no início do nosso trabalho, a direção que tomou, parece indicar a necessidade de refletir sobre as relações entre Educação Financeira e a OCDE, também pela perspectiva do conceito de Capital humano. O trabalho de Estrela & Teodoro (2007), aborda de modo direto esta perspectiva que estava a compor os pressupostos (econômico-financeiros) da Educação Financeira.

“Fundada em 1961, a OCDE é uma instituição intergovernamental com influência política nos seus países membros e onde a educação tem vindo a crescer de importância, tendo adquirido um papel central para a

---

<sup>33</sup> Há uma nota na expressão original que é importante que seja transportada para este texto: “Segundo Santos (1995; 1997), devemos falar em globalizações e não no singular, uma vez que se podem distinguir quatro modos de produção da globalização, duas das quais predominantemente hegemônicas, impondo-se de cima para baixo – o *localismo globalizado* e o *globalismo localizado* -, e duas outras predominantemente contra-hegemônicas, que se afirmam de baixo para cima – que designa por *cosmopolitismo* e *património comum da humanidade*.” (Estrela & Teodoro, 2007, p.5).

competitividade das economias nacionais dentro de uma estrutura econômica de capital humano e ligada a emergência da economia do conhecimento.” (Teodoro, 2007, p.3)

Assim se a Educação, por este olhar, de modo mais amplo tem essa centralidade e orienta-se para as economias, a emergência da Educação Financeira parece expressar-se como ápice dos interesses desse organismo com a Educação que, **“desde sempre esteve ligado aos objetivos econômicos”** (idem, p.3).

No trato da educação em escala mundial podemos começar por nos referir aos grandes projetos de avaliação em escala internacional como medida universal que tendem,

“efetivamente, a utilização de indicadores de educação como instrumentos de avaliação dos sistemas educativos dos Estados-Nação por parte da OCDE conduz à formação de uma racionalização global, bem como de um imperativo de comparabilidade e um novo consenso sobre políticas educacionais.” (Estrela & Teodoro, 2007, p.3).

A *racionalização global* pode ser traduzida em termos de um processo de dominação e legitimação que encontra na padronização, além do evidente processo de desconstrução das identidades nacionais, um modelo identificacional com características globais específicas. Estamos nos referindo, olhando para o grande projeto de racionalização do comportamento econômico-financeiro global (Educação Financeira), que tem o escopo de desenvolver pelo mundo a fora, as competências e habilidades que possibilitem aos indivíduos realizarem escolhas seguras em suas decisões financeiras.

O instrumento utilizado para realizar as aferições e modelagem dos sistemas educacionais mundo a fora e, portanto que coloca em movimento o *Processo de Legitimação* de uma medida econômica e também da própria Educação Financeira, é o PISA. O “Big Brother” a observar, representar e instituir padrões educacionais /econômicos.

Segundo Estrela e Teodoro (2007), o PISA<sup>35</sup>, na voz de seu mentor e interlocutor a OCDE, representa,

---

<sup>35</sup> Programa para Avaliação Internacional de Estudantes da OCDE.



innovative approach to lifelong learning, which does not limit PISA to assessing students' curricular and cross curricular competencies but also asks them to report on their own motivation to learn, **their beliefs about themselves** and their learning strategies.( Estela e Teodoro (2007,p.4)<sup>36</sup>

O modo mais eficaz de dominação consiste em agir sobre as identidades, modificando-as. Atuar sobre “Beliefs about themselves” (“crença sobre si mesmos”) refere-se em certa medida a este tipo de operação de dominação.

A partir desse ano (2012) o PISA passou a verificar o conhecimento de alunos também no que respeita à Educação financeira. E, em caráter preliminar apresentamos algumas considerações a partir de indicações de documentos da OCDE/Pisa.

São preliminares por que a avaliação é recente e será preciso debruçar sobre seus resultados com mais acuidade para então constituir uma reflexão melhor sustentada. Para o propósito aqui que, lembremos: é de apenas relacionar a Educação Financeira à OCDE pelo PISA, vamos olhar para algumas indicações que estão no documento: Pisa 2012. Financial literacy assessment framework.

Neste documento, na definição de uma “medida de alfabetização financeira” que é a forma que acreditamos melhor traduz: The measurement of financial literacy in Pisa, nos informa que<sup>37</sup>:

---

<sup>36</sup>“abordagem inovadora para a aprendizagem ao longo da vida, que não se limita à avaliação do PISA curricular através de competências curriculares, mas também informa sobre a sua própria motivação para aprender, suas crenças sobre si mesmos e suas estratégias de aprendizagem.”

<sup>37</sup> Uma tradução: PISA 2012 é o estudo em grande escala primeiro internacional para avaliar a **literacia financeira** dos jovens. PISA avalia a disponibilidade dos jovens para a sua vida para além da escolaridade obrigatória e, em particular a capacidade de utilizar conhecimentos e competências, através da recolha e análise de informação cognitiva e outras informações de jovens acima dos 15 anos em muitos países e economias. É, portanto, capaz de fornecer um rico conjunto de dados comparativos que os decisores políticos e outras partes interessadas podem ser usados para fazer decisões de base factual. Dados comparativos internacionais sobre literacia financeira podem responder a perguntas como: "Como são jovens preparados para os novos sistemas financeiros que estão se tornando mais global e mais complexos?" E "Quem são os líderes em termos de literacia financeira?"

Tal como acontece com os domínios principais do PISA de leitura, matemática e ciência, o foco principal da avaliação de literacia financeira em Pisa, é em medir a proficiência de jovens acima de 15 anos em demonstrar e aplicar conhecimentos e habilidades. E, como outros domínios do PISA, a literacia financeira é avaliada através de um instrumento concebido para fornecer dados que são válidos, confiáveis e interpretáveis.

PISA 2012 is the first large-scale international study to assess the financial literacy of young people. PISA assesses the readiness of young people for their life beyond compulsory schooling, and in particular their capacity to use knowledge and skills, by collecting and analysing cognitive and other information from 15-year-olds in many countries and economies. It is thus able to provide a rich set of comparative data that policy makers and other stakeholders can use to make evidence-based decisions. International comparative data on financial literacy can answer questions such as, "How well are young people prepared for the new financial systems that are becoming more global and more complex?" and "Who are the leaders in terms of financial literacy?" .

As with the core PISA domains of reading, mathematics and science, the main focus of the financial literacy assessment in PISA is on measuring the proficiency of 15-year-olds in demonstrating and applying knowledge and skills. And like other PISA domains, financial literacy is assessed using an instrument designed to provide data that are valid, reliable and interpretable.

No tópico *definição de domínio*, em que o documento aponta para as orientações a que se destina no que se refere à Educação Financeira (alfabetização financeira , de modo mais preciso), apresentam as formulações<sup>38</sup>:

PISA conceives of literacy as the capacity of students to apply knowledge and skills in key subject areas and to analyse, reason and communicate effectively as they pose, solve and interpret problems in a variety of situations. PISA is forward looking, focusing on young people's ability to use their knowledge and skills to meet real-life challenges, rather than merely on the extent to which they have mastered specific curricular content (OECD, 2010).

E como definição de alfabetização financeira<sup>39</sup> do PISA 2012:

---

<sup>38</sup> Tradução: PISA concebe a alfabetização como a capacidade dos estudantes para aplicar conhecimento e habilidades em áreas-chave e analisar, raciocinar e comunicar de forma eficaz como eles colocam, resolvem e interpretam problemas numa variedade de situações. PISA é prospectiva, incidindo sobre a capacidade dos jovens para usar seus conhecimentos e habilidades para atender os desafios da vida real, ao invés de apenas na medida em que eles dominaram o conteúdo curricular específico (OCDE, 2010).

Financial literacy is knowledge and understanding of financial concepts and risks, and the skills, motivation and confidence to apply such knowledge and understanding in order to make effective decisions across a range of financial contexts, to improve the financial well-being of individuals and society, and to enable participation in economic life.

Devemos apenas considerar que “decisões eficazes em contextos econômicos variados” devem se referir inclusive à valorização de *táticas* cotidianas, que irão se constituir nos contextos escolares, que não necessariamente confirmem as indicações dos documentos das Estratégias em Educação financeira. Que por exemplo, não se orientem apenas para os aspectos individuais do comportamento financeiro e que não caminhem na direção exclusiva de constituir consumidores de produtos financeiros.

Para quem possa interessar-se por essas formulações teóricas sobre o capital humano, cujo espaço, neste trabalho, não nos permite aprofundar, encontramos informações relevantes em SAUL (2004) <sup>40</sup> que, para o que nos interessa localiza, a partir de Blaug (1986), as origens desse modo de pensar a educação (e também a economia) com raízes no liberalismo clássico.

“De acordo com Blaug, a teoria foi anunciada por Theodore Schultz, em 1960, e seu “nascimento efetivo” teria ocorrido em 1962 em suplemento da revista científica americana *Journal of Political Economy*, dedicado ao tema do investimento em seres humanos. Em outro texto (1986, p. 691-2), Blaug localiza as fontes primárias da teoria em Adam Smith, em Alfred Marshall e nos estudos de Irving Fisher, economista neoclássico americano, que a teria

<sup>39</sup> A alfabetização financeira é o conhecimento e entendimento de conceitos financeiros e riscos, e as habilidades, motivação e confiança para aplicar tais conhecimentos e compreensão, a fim de tomar decisões eficazes através de uma variedade de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar financeiro de indivíduos e da sociedade, e para permitir a participação na vida econômica.

<sup>40</sup> *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273

**As raízes renegadas da teoria do capital humano**, RENATO P. SAUL

Sociólogo, professor titular jubilado da UFRGS. Endereço eletrônico: [rpsaul@uol.com.br](mailto:rpsaul@uol.com.br)

exposto em 1906, no livro *The Nature of Capital and Income*. Reprints of *Economic Classics*.” (SAUL, 2004, p.231)

Assim, ressaltamos mais uma vez a impregnação do pensamento econômico liberal individualista, presente nas propostas de Educação Financeira na atualidade, agora, como que derivada do conceito de **capital humano**. Acreditamos que ela pode ser traduzida como uma nova expressão desse pensamento.

Pode-se perceber que tanto quanto o conceito de *capital humano*, a Educação Financeira são pensados como forma de qualificar os indivíduos, também trabalhadores, na intenção última, ou maior, de melhorar o desempenho das economias. É esta a perspectiva decrita por SAUL (2004) ao afirmar que ,

“Em discurso proferido no encontro da associação americana de economia, em dezembro de 1960, Theodore Schultz (1961), especialista em economia agrícola e então presidente da referida associação, buscou estabelecer a substância do capital humano e as condições da sua formação, sustentando residir nessa forma de entender a capacitação das pessoas a resolução de muitos paradoxos e confusões a respeito da dinâmica de crescimento econômico dos Estados Unidos.” (idem, p.232)

## **CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO FINANCEIRA – PESQUISA DOCUMENTAL**

### **2.1 INTRODUÇÃO.**

Nesta parte do trabalho de pesquisa documental, vamos tratar de textos, livros e documentos que abordam o tema da Educação Financeira. Todas essas fontes de pesquisa a partir daqui serão considerados, de um modo geral, como documentos. Neste conjunto de documentos incluem-se aqueles referentes às Estratégias nacionais de Educação Financeira do Brasil, Portugal e Espanha bem como documentos originários da OCDE<sup>41</sup> e UE<sup>42</sup>. Faremos uma “apresentação” do conteúdo desses documentos, acompanhada, em muitos casos, com nossas considerações. Oportuno ressaltar que não é objetivo deste trabalho de pesquisa documental, proceder a um detalhamento destes documentos e sim, realizar uma análise crítica, “pinçando” e identificando discursos ideológicos, através do que

---

<sup>41</sup> Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico

<sup>42</sup> União Europeia.

caracterizaremos como asserções<sup>43</sup>. Os livros de autoajuda , como estamos chamando, estão aqui para retratar a variedade de perspectivas sob a quais pode ser tratado o tema da Educação Financeira. Neste tipo de literatura vamos tratar de dois livros: *Dinheiro os Segredos de quem tem* de Cerbasi e *Terapia financeira* de Domingos.

### **SOBRE A PESQUISA EM DOCUMENTOS.**

Iniciamos por considerar que,

“o contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é o primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.”(Cellard, p.299)

A opção de iniciarmos a partir do trecho acima reside em que ele contém e defende a postura que adotamos durante todo trabalho até aqui e que continuará depois, de conferir fundamental importância ao contexto, de que emerge o fenômeno em estudo.

A Educação Financeira, podemos dizer, tem se constituído como área de interesse, mais intensamente, nos últimos anos. A preocupação com o planejamento financeiro das famílias e a correta utilização (consumo) de produtos financeiros pelos indivíduos, são marcas características, como dissemos, de uma fase de desenvolvimento do capitalismo que possui características peculiares.

A partir de Therborn (1995, p.39) com o título: “A crise e o futuro do capitalismo”, encontramos uma importante análise sobre o desenvolvimento desse fenômeno que, ao que nos interessa, assumiu a cada tempo histórico características distintas. Já em suas primeiras formulações aponta para a tese, da qual nos aproximamos, de que “o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo” (Therborn,1995,p.39).

---

<sup>43</sup> No Capítulo vamos estabelecer um entendimento sobre as asserções.

Sobre as suas diversas formatações (do capitalismo) ao longo da história apresenta o que podemos chamar de estratégia didática, o “triângulo institucional do capitalismo”. Trata-se, como o nome sugere, da figura de um triângulo em que cada vértice é relacionado a “instituições centrais”. Cada um representando um “poder específico” que corresponderiam: ao Estado, o poder político; às Empresas, o poder empresarial que ainda caracteriza como ser um “poder de mando” e “negociação”, e ao Mercado, o poder de competição. A partir dessa figura e como admite, “muito sumariamente”, identifica quatro fases para o capitalismo: *competitivo clássico*, localizado na segunda metade do século XIX, o *Capitalismo organizado* (ou monopolista), “por volta da década de 30”, o *Capitalismo de bem estar*, talvez com maior predominância no pós II grande guerra, e o novo *Capitalismo competitivo* (atual).

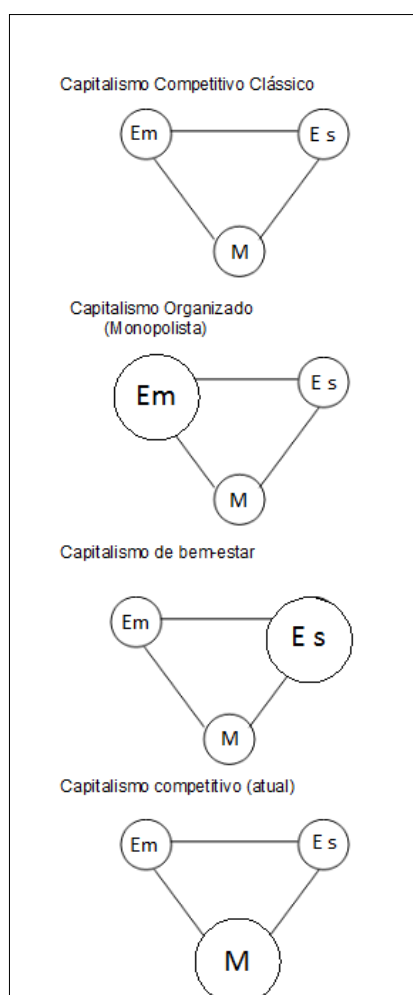
Em cada um deles, as distinções se dariam pela predominância, em cada momento histórico, de uma ou duas dessas “extremidades”. Até a década de 70, por exemplo, afirma que “o capitalismo se defrontou tanto com a expansão dos Estados quanto dos mercados” (p.43).

A figura ao lado, retirada do mencionado trabalho e que representa essas conformações do capitalismo, mostram, dentre outras coisas, que em seu atual formato o capitalismo se caracteriza pela predominância dos Mercados.

Como “última” expressão do capitalismo, o competitivo atual então, comportaria um modo de relação entre Estado, Empresas e Mercado de tal forma a conferir “centralidade” aos Mercados. Pode-se ainda dizer que essa fase contemporânea de capitalismo possui a característica de ter permitido “enorme expansão dos mercados” e ter seu início localizado a

partir dos anos 70, (Netto, 2007) e (Therborn, 1995).

O que estamos falando aqui é de uma impregnação e verdadeira submissão aos mercados. Nessas relações de forças, que é claro, possuem reflexo direto na



vida das pessoas, é importante que os sistemas educativos (e dessa forma as propostas curriculares e, de modo mais específico a atuação pedagógica – que sempre é um ato político), estejam envolvidos na tarefa de auxiliar os indivíduos na elucidação da “realidade”, socialmente construída, como forma de contribuir para a autonomia dos mesmos.

É, pois, neste cenário macro estrutural, que realizaremos nossa revisão literária.

### Revisão de Literatura

Na área da educação, é possível dizer que são escassos os trabalhos que tratam da Educação Financeira que foram realizados por educadores. Em geral, são trabalhos desenvolvidos por administradores de empresas, economistas e consultores financeiros envolvidos com o trato da educação.

Optamos nesta revisão em dividir nosso trabalho em quatro partes. A **primeira** tratará de texto de autor nacional dentro de uma linha de pensamento em Educação Financeira que estamos chamando de “autoajuda financeira”. Neste espaço o texto em análise foi o: *Terapia Financeira – A Educação financeira como método para realizar seus sonhos*<sup>44</sup> e o livro ***Dinheiro os segredos de quem tem de Gustavo Cerbasi***. Na **segunda**, procuramos lançar olhar para a produção que podemos chamar de: “A visão dos Economistas”. Aqui abordaremos formulações de autores brasileiros que, no entanto, não se enquadram na perspectiva anterior. A falta de uma classificação mais precisa reside em vários motivos que vão desde os limites deste trabalho (uma classificação requer estudo mais detalhado) até aos seus propósitos que não implica em proceder a categorização destes trabalhos. Seja como for, nesta parte, os trabalhos considerados foram: *Uma contribuição ao desenvolvimento da Educação em Finanças Pessoais no Brasil*<sup>45</sup> e *Paradigmas da educação financeira no Brasil*<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup>Do autor Reinaldo Domingues, consultor financeiro e contador, pós-graduado em Análise de Sistemas.

<sup>45</sup> Saito, André Taue, Dissertação de Mestrado, USP.Orientador: José Roberto Ferreira Savoia,2007.

<sup>46</sup>Os autores: José Roberto Savóia, André Taue Saito e Flavia de Angelis Santana.

Na **terceira** parte desta revisão será a vez de apresentarmos, ainda que sucintamente, as propostas portuguesa e espanhola, uma vez que não é nosso objetivo refletir sobre as propostas internacionais e sim caracterizar o caso brasileiro como reflexo desse fenômeno que se reproduz em escala global. Assim terá centralidade nesta parte da revisão a participação da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), maior difusor da Educação Financeira no mundo, de que decorre o modelo proposto para vários países e também para o Brasil. A União Europeia em que pese desenvolver estratégias muito próximas às da OCDE também merecerá um espaço para que analisemos alguns de seus documentos, no capítulo V.

Para compor a **quarta** e última parte de nossa Revisão, será a vez de focarmos a atenção na produção dos órgãos “Oficiais”<sup>47</sup> no Brasil sobre a Educação Financeira, o que faremos analisando a Estratégia Nacional de Educação Financeira, identificando-a como resultado das ações dos organismos internacionais, notadamente a OCDE.

## 2.2. PRIMEIRA PARTE LITERATURA – REVISÃO: AUTOAJUDA FINANCEIRA.

### 2.2.1 Revisão de texto: Terapia Financeira

Como **primeiro texto** analisado, o **Terapia Financeira**, cuja leitura contribuiu para a construção deste trabalho, segue linha da maioria dos textos consultados sobre essa temática e que, por hora, identificaremos como livros de “autoajuda financeira”. Como sugere o título, trata-se de orientações aos leitores sobre como alcançar a “saúde financeira”. Baseia-se no que o autor classifica como Disop, “metodologia comportamental” que compreende: diagnóstico, sonho, comportamento

---

A expressão refere-se a uma perspectiva de Educação financeira que embora não retrate estritamente a visão de economistas, diz respeito a áreas afins como o setor de consultoria financeira, administração de empresas e MBA.

<sup>47</sup> Como Órgãos oficiais estamos considerando todos aqueles que compõem a Comissão Nacional de Educação Financeira (CONEF).



e poupança. A familiaridade com expressões próprias da área médica (saúde, terapia e diagnóstico) podem sugerir os contornos que o autor atribui à Educação Financeira, um manual de sobrevivência financeira, o que sugere o comentário de que:

“Essa metodologia tem como diferencial o fato de não trabalhar com ciências exatas, não fala de tendências de mercado, economia e investimentos. Ela ensina as pessoas a cuidarem do dinheiro como uma questão fundamental em sua vida, dando ao dinheiro o conceito de elemento que é necessário para que se atinja o sonho” (Domingos, 2010).

Ao mesmo tempo em que atribui importância aos sonhos como forma dos indivíduos projetarem seus objetivos (ao menos aqueles realizáveis pela via financeira), defende uma proposta de Educação Financeira que contribui para a *domesticação* dos indivíduos, através da formatação de seus sonhos, pois, “além de reduzir problemas com o trabalhador, a Educação Financeira fará com que ele perceba que os rendimentos mensais que recebe são suficientes, diminuindo as reclamações.” (Domingo, 2010). Ou seja, autoriza, e até mesmo estimula, os indivíduos a sonharem, ao mesmo tempo em que oferta aos que detêm o modo de produção capitalista, uma proposta de Educação Financeira como forma de domesticação do trabalhador. O texto pretende ser um método para se alcançar a saúde financeira e se justificaria pela emergência das finanças pessoais como “a maior demanda do mundo dos negócios.”

A proximidade entre os termos utilizados pelo autor e aqueles próprios da área médica, como já pontuamos, indica, em certa medida, que o tratamento dado às dificuldades financeiras as coloca no status de doença. Daí porque se prescrever uma “Terapia financeira” como forma de alcançar o “bem estar” dos indivíduos. Adverte o autor que:

“o termo diagnosticar não está aqui por acaso. Ela representa a visão que adquiri ao longo da vida ao observar o comportamento das pessoas em relação ao dinheiro, ou seja, o fato de que a maioria sofre de uma espécie de doença, um desequilíbrio dos seus “órgãos financeiros. O desequilíbrio financeiro é como uma doença que pode apresentar vários sintomas e cada um vai exigir um tratamento.” (Domingo, 2008, p.31).

O enfoque que pretendemos dar à Educação Financeira não implica em perceber os indivíduos como acometidos por algum mal, nem tampouco pretendemos qualificar nossa intervenção como tratamento. Não, nosso pressuposto é de que podemos levar os indivíduos a outros modos de se organizar, financeiramente, mas como consequência de uma outra leitura, principalmente, sobre o fenômeno do consumo que nos parece, ser o maior impactante na educação financeira dos indivíduos.

Voltando ao texto em análise, o autor enfatiza que os indivíduos ao pensarem sobre seus rendimentos o façam considerando-os em um valor inferior ao que efetivamente ganham, e explica que essa estratégia consiste em criar um parâmetro mais próximo ao que o indivíduo de fato dispõe para investir ou consumir. Segundo Domingos, quando responde á pergunta “Quanto você ganha?”, o valor bruto geralmente é a referência que fica aprisionada no subconsciente, representando um parâmetro “errado”. Sugere, assim, como terapia que, ao “refletir sobre seus rendimentos, você dará início a um processo de mobilização psicológica fundamental em seu comportamento financeiro: a conscientização.” (Domingos, 2008, p. 35).

Registrar diariamente os gastos faz parte do diagnóstico proposto pelo autor, assim como enquadrar seus gastos às suas necessidades, adequando-se ao seu padrão de vida, uma vez que “a repressão de pequenos desejos hoje é a chave para a independência financeira amanhã.” (idem, p.86).

O capítulo que trata da poupança inicia por considerá-la “passo final para alcançar a independência financeira”.

“A maioria das pessoas não está acostumada a projetar o futuro, vive apenas o momento presente, está presa ao imediatismo e não consegue se programar para viver o futuro com qualidade de vida e saúde financeira.”  
(idem, p.91)

É preciso dizer que nos aproximamos de tal posição, no entanto, a divergência se estabelece por conta dos motivos geradores desse comportamento e dos encaminhamentos ou percepção do que pode modificá-lo.

Com o título: “Você pode!”, a conclusão do trabalho desse autor nos inclina a estabelecer um contraponto nem melhor, nem pior, do que a proposta em análise,

mas, certamente, divergente quanto a algumas características que, a seguir, rapidamente elencaremos:

A **primeira** diz respeito ao desenvolvimento de certas habilidades. São atributos individuais. A motivação (comportamental) e o estímulo teriam centralidade nesta proposta de Educação Financeira. De modo mais preciso, é importante demarcar nossa posição afirmando que, do modo como concebemos, o conhecimento é do nível da enunciação e, portanto uma proposta de educação financeira deve proporcionar aos indivíduos oportunidade para que imprimam significados próprios acerca dos fenômenos econômicos, nos quais estejam envolvidos, e sobre os produtos financeiros que sejam levados a “manipularem”. Como está concebida, o significado e sentidos estão postos, só restando aos indivíduos adequarem-se, adestrando seus sonhos e comportamentos.

A **segunda característica** diz respeito à necessidade de agregar a uma proposta de Educação Financeira outros valores, além do ganho de capital, originários de uma “melhor” aplicação do dinheiro. Talvez para além de aconselhar as pessoas sobre o uso consciente do cartão de crédito, que de fato é algo louvável, seja importante estabelecer uma discussão sobre a necessidade de ter um cartão de crédito ou, sobre onde repousa a justificativa para os juros (elevados) cobrados no rotativo do cartão. A **terceira**, diz respeito à **superficialidade** de tal proposta que, como tratamento de saúde, no mesmo tipo de comparação feita pelo autor, estaria no nível de combater os sintomas da doença, sem refletir ou agir sobre as causas.

A **quarta** característica, com a qual estabelecemos divergência, diz respeito ao modo de conceber a liberdade. O que está presente aqui é o embate entre duas visões distintas sobre a liberdade. A liberdade individual está contraposta à liberdade coletiva, e, assim, o bem estar individual prevalece sobre o bem estar coletivo. A crença de que se pode alcançar o bem estar coletivo pela observância do individual contém o mesmo equívoco de crer no desenvolvimento social a partir do desenvolvimento da economia. Além do mais, as iniciativas e sugestões sobre como alcançar a saúde financeira, fazem referência à esfera de ação individual das pessoas. Com slogans e clichês como: “Você pode!”, “Acredite!”, que pretendem ter efeito comportamental, carregam o problema de transferir para o indivíduo, e apenas a ele, a responsabilidade sobre sua situação financeira, como se, por exemplo, a

“agiotagem oficial” e irresponsável praticada pelas instituições financeiras, na oferta de crédito fácil, não acumulasse nenhuma contribuição para esse quadro.

. A partir dessa concepção (sobre o que é educar financeiramente os indivíduos) somos levados a considerar que o desenvolvimento econômico pode levar ao bem estar coletivo. Entretanto esta perspectiva se contrasta, primeiro com a realidade empírica que mostra, ou o contrário, ou a defasagem que existe o anunciado e o vivido, segundo porque nessa linha de consequências, acaba-se por se submeter a sociedade e, por conseguinte, os indivíduos de um modo geral, aos desígnios do econômico que, como sabemos, nem sempre se orienta por questões nobres.

Ainda na tarefa de sinalizar para questões importantes, para uma iniciativa de educar financeiramente os indivíduos, devemos nos deter agora na previdência privada. Segundo Domingos “se você deseja viver sua maturidade com tranquilidade, deve considerar seriamente a possibilidade de fazer um plano de previdência privada...”. Ainda que objetivo seja o de proporcionar aos indivíduos uma aposentadoria com padrão de vida semelhante ao que se tem na atualidade, o estímulo a que trabalhadores tenham uma previdência privada tem algumas outras implicações. Primeiro podemos dizer que ao instituir a necessidade de que as pessoas “consumam” o produto financeiro previdência privada, acaba-se por promovê-la ao status de melhor mercadoria. O próprio modo como Domingos sugere essa prática faz parecer que estamos diante de uma peça publicitária de um Banco. Orienta que “Há uma série de planos de previdência privada disponíveis no mercado. Se houver essa possibilidade, não deixe de fazer um. Procure o gerente de seu banco, pesquise outros bancos...” (Domingos 2008, p.103).

Do modo como concebemos é importante o estímulo à manutenção e aperfeiçoamento do sistema público de aposentadorias. Ele se estrutura a partir de um princípio importante de solidariedade. A previdência privada se orienta também a partir de outros interesses dado que: movimenta lucrativo mercado; transfere à iniciativa privada função que deveria ser do Estado; reverte a lógica da solidariedade constituinte desse modelo de previdência. O espírito solidário de contribuição é o que mais deve ser ressaltado, uma vez que o regime adotado no Brasil pressupõe que o conjunto de trabalhadores na ativa contribuam para pagar as aposentadorias

dos que já se encontram inativos. Por outro lado, o modelo privado subverte a lógica da solidariedade e de coletividade, elevando o valor da liberdade individual, como já dissemos.

Assim também aqui no tema da previdência, encontramos sinais de postulados que decorrem dos pressupostos do liberalismo que ao que nos interessa pode ser identificado com a necessidade de que o estado não interfira nos destinos da economia que, pela autoregulação dos mercados e os processos de privatizações, conduzirá todos ao bem comum.

Domingos percorre vários temas relativos às finanças pessoais, indicando o melhor comportamento a ser seguido em cada caso. Aconselha a pensar melhor sobre a necessidade de consumo de determinado produto antes de “sair comprando”; negociar o preço a vista do produto a ser comprado; cuidado ao utilizar o cartão de crédito e procurar um “melhor lugar para aplicar seu dinheiro” o que dependerá do perfil do investidor. O propósito é “modificar o comportamento para alcançar a saúde financeira”.

### 2.2.2. **Revisão de texto:** Dinheiro: os segredos de quem têm.

O segundo texto considerado nesta parte de nossa pesquisa documental é DINHEIRO OS SEGREDOS DE QUEM TEM: como conquistar e manter sua independência financeira do autor Gustavo P. **Cerbasi**. Assim como o, “Terapia Financeira”, julgamos poder classificá-lo como livro de autoajuda financeira. Essa identificação se justifica pelo que se destinam tais trabalhos: ajudar indivíduos a controlarem e gerirem suas finanças pessoais.

Já na introdução deste livro o autor indica que ler sua obra significa que o leitor enquadra-se num grupo “imenso” de pessoas que não estão seguras quanto a seu futuro, quando consideramos a vida financeira, pois como afirma se assim não fosse “não leria este livro”. Ainda que possa parecer prematuro, esta primeira consideração nos permite dizer se tratar de livro que se enquadra no perfil de literatura, que estamos chamando de auto-ajuda financeira. Faz um apelo a algo que ultrapassa o escopo da organização das finanças, parecendo querer evocar

emoções e crença do leitor sobre a verdade das palavras que carrega e sobre o potencial que ele (leitor) não sabe que tem.

Via de regra, livros dessa natureza, ainda que estabeleçam um importante conjunto de procedimentos que podem ajudar os indivíduos a controlar suas finanças, nisto nós concordamos, o fazem não considerando outras relevantes variáveis o que tem o efeito em longo prazo de retirá-las do escopo de questões que ajudam a produzir e conseqüentemente alargarem, a pauperização do trabalhador.

Que valor terá este “manual de práticas financeiras” a um trabalhador português, por exemplo, que terá nos próximos meses seu salário reduzido em 22%?<sup>48</sup> Que desempenho se pode esperar no controle de suas finanças, de cidadãos gregos ou espanhóis que convivem hoje com taxas de desemprego entorno de 23% e 21%<sup>49</sup>, respectivamente?

A autoafirmação com palavras de ordem como: “você consegue!” e “Acredite!”, fazem parecer crer aos indivíduos que apenas o seu comportamento pode mudar as coisas, valorizando o individualismo, característico da orientação ideológica do neoliberalismo que por si só representa um problema a ser combatido. Esse tipo de literatura com forte apelo à crença na capacidade individual, acreditamos, subtrai importantes elementos que figuram como variáveis nos problemas de ordem financeira, valendo-se apenas da motivação. Não é o que pensamos quando nos propomos a educar financeiramente os indivíduos e não compartilhamos da crença de que se pode alcançar o bem estar coletivo pela observância do bem estar individual. Mas essa não é nossa única divergência. No texto em análise, inadvertidamente o autor atribui a uma negativa característica cultural latina, o imediatismo, a responsabilidade sobre a incapacidade que teríamos para o planejamento de nossa vida futura. Para CERBASI (2005),

“algumas heranças latinas de nossas características culturais são extremamente negativas para nossa sobrevivência. Uma delas é o imediatismo. Dificilmente pensamos no futuro quando tomamos nossas decisões. E há grande contradição nessa forma de pensar, pois nós,

---

<sup>48</sup> Esse corte faz parte do pacote recessivo que a Grécia, Espanha mas também Portugal tiveram que proceder para receber ajuda financeira da União Europeia através do BCE.

<sup>49</sup> Segundo o Jornal da *Globo News* edição das 18 horas do dia 02/04/2012 os índices de desemprego nos 17 países da Zona do Euro estão no maior índice desde 1997. Chegando a 23% na Espanha relativos a população economicamente ativa e 21% na Grécia.

brasileiros, vivemos continuamente a sensação de insegurança. **Insegurança quanto ao emprego, quanto ao valor do aluguel, quanto à alíquota de impostos...** Mesmo assim, temos uma cultura extremamente imediatista, focamos apenas o presente para tomar nossas decisões.” (CERBASI, 2005, p.13).

A primeira parte da citação acima: *“algumas heranças latinas de nossas características culturais são extremamente negativas para nossa sobrevivência”* se adequaria, perfeitamente ao ideário *Eugenista*<sup>50</sup> que, aqui no Brasil na década de 20 a 30, pretendeu constituir um homem (naturalmente sem características negativas) de boas origens. Esse posicionamento demonstra resquícios de um comportamento já ultrapassado de supervalorização do padrão comportamental do colonizador. Um resquício de um complexo de inferioridade que ainda, infelizmente, se manifesta em vários campos de atividade social.

O curso da História hoje indica, ao menos, que devemos ter mais cautela em descrever comportamentos sociais e econômicos (no caso), justificando-os apenas com base em condições étnicas e culturais. Ainda que o desempenho positivo da economia brasileira, comparado a alguns países da União Europeia, possa ser considerado algo sazonal, é preciso olhar com mais acuidade para a situação econômica de vários países da “zona do euro” para percebermos que existem problemas que não se explicam por diferenças culturais e que dizem respeito a um modelo, capitalista, que está saturado e fragilizado.

O “imediatismo” cultural ao qual CERBASI (2005) atribui parte da “culpa” sobre nossa incapacidade de pensar e de planejar o futuro, não é exclusividade latina. Pelo contrário é fruto de uma forma de pensar o mundo que tem naturalidade europeia, a modernidade, que traduzida no cenário econômico implica no imperativo do consumo já e cria socialmente a necessidade de que os indivíduos estejam sempre consumindo.

Sobre esta constante necessidade de consumir Kistemann (2011), registra, por exemplo, que:

---

<sup>50</sup> Segundo Diwan Pietra (2007) em *Raça Pura*, os objetivos da Eugenia seriam “purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte. Essa pseudo- ciência tem sua origem moderna “na segunda metade do século XIX mais exatamente após o lançamento do livro *A Origem da Espécies*, de Charles Darwin”(DIWAN p.37), inaugurando o que se convencionou chamar de darwinismo social.

“a moda e o design se incumbem de envelhecer os bens simbólicos atuais, tornando-os rapidamente ultrapassados e obsoletos aos olhos de seus possuidores. O aumento da produção, da lucratividade e do emprego é o lado iluminado da sociedade de consumo, no entanto, para funcionar devidamente, tal sistema requer que as novidades devam ser continuamente almejadas e adquiridas cujo dinamismo mais eficiente vem sendo a propaganda.” (Kistemann, 2011, p.69)

Nesta mesma perspectiva Bauman (2010) afirma que

“A produção contínua de novas ofertas e o volume ascendente de bens oferecidos também são necessários para a velocidade da circulação de bens e reacender constantemente o desejo de substituí-los por outros, “novos e melhores”; também são necessários para evitar que a insatisfação dos consumidores com um produto em particular se condense num desapeço geral em relação ao próprio estilo consumista de vida.” (BAUMAN, 2011, p.35-36).

Essa necessidade volátil de consumo não é uma característica latina europeia, americana ou asiática. Trata-se de uma característica da modernidade - é social - que se reflete em todos os campos de atividade social, das instituições escolares até o interior das famílias e nas relações de trabalho por exemplo.

Além do mais é preciso lembrar ou informar ao leitor, por exemplo, que a Espanha, depois de muitos anos de enriquecimento, e de ser apontada como maior símbolo de prosperidade da Zona do Euro, atravessa crise econômica sem precedentes na história o que provavelmente implicará aos espanhóis algumas dificuldades, sobretudo no campo econômico – financeiro.

Na Grécia o desemprego atinge, em abril de 2012, 23% da população economicamente ativa e neste país. A “geração sem futuro”, forma como são chamados os jovens gregos que participam das manifestações populares contra as medidas de austeridade, sugere que a “Insegurança quanto ao emprego, quanto ao valor do aluguel, quanto à alíquota de impostos...” talvez não possa ser atribuída apenas a brasileiros ou latinos como uma condição quase natural.

Como se vê, as dificuldades econômico-financeiras pelas quais passamos tem, no imediatismo cultural uma frágil tentativa de explicação além de reforçar um estereótipo de inferioridade cultural latina. Dizem respeito a algo muito maior: o capitalismo.



Alias Therborn (1995) identifica a perspectiva que acabamos de constituir como “contradição fundamental do capitalismo atual” sobre a qual afirma,

Ela se manifesta na destruição social criada pelo poder do mercado. Vemos em todos os países, não somente na América Latina tendências a um desemprego de massas de caráter permanente, uma reprodução da pobreza e, também, o surgimento de alto grau de desesperança e de violência, inclusive nos países escandinavos. Esta tendência autodestrutiva da competição atual no capitalismo, geradora de mecanismos cada vez mais intensos de exclusão social de uma grande parte da população, é um aspecto central desta contradição sociológica. (THERBORN, 1995, p.47).

Como já dissemos, mas é sempre importante reforçar, o que causa insegurança quanto ao futuro talvez resida no passado de ajustes neoliberais que talvez tenham minado a crença do trabalhador num futuro melhor. Atribuir-lhe responsabilidade, caracterizando-o como culturalmente culpado pela sua situação financeira, é transformar vítima em réu. Além do que desloca nossa atenção do foco pela qual ela realmente deveria estar dirigida.

## **O DISCURSO E CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

A análise das orientações discursivas no referido texto parecem sugerir que talvez o autor esteja investido numa autoridade quase mágica que, em tom messiânico, pretende dizer o que é verdade e assim traduzir seu livro, como texto que incorpora características quase religiosas. É claro que como qualquer outro livro, tem a função de trazer um discurso que pretende constituir um dado objeto, que pode ser desde uma teoria sobre a origem do mundo até um manual de boa conduta num clube de escoteiros. Estão todos investidos por uma orientação ideológica. Bem mas então qual é o problema no proselitismo ideológico neste específico texto? Esta é uma questão que pretendemos discutir ao longo da análise deste livro. Por ora vamos nos deter em algumas considerações mais gerais, até porque a leitura completa da obra pode mudar o curso de nossa investigação. A semelhança com o discurso religioso com a utilização de algumas palavras que se referem à crença são características da literatura que estamos identificando como de

autoajuda financeira. Essas estão presentes no texto de Cerbasi em frases como: "... acredite você faz isso!" (p.11). Além disso, há também uma orientação liberal que pode ser percebida na frase: "... não podemos confiar nossa sorte à proteção do governo: temos de garantir sozinhos nossa sobrevivência com dignidade e conforto." (p.12).

No primeiro capítulo do livro CERBASI inicia por indicar que o objetivo do livro é tornar o leitor rico. Para tanto afirma que será fundamental que as pessoas tenham compromisso com esse propósito. Ao mesmo tempo mais adiante irá iniciar uma reflexão sobre o significado de riqueza e se ficar rico é realmente o objetivo.

Indaga: Qual é o significado de riqueza? Responde a essa questão afirmando que,

Se, para você, riqueza e ter recursos suficientes para comprar carro dos seus sonhos, uma casa imensa de frente para a praia ou uma viagem ao redor do mundo, lamento dizer que, quando conseguir isso, provavelmente sua frustração será muito grande. Você perceberá que a posse de bens materiais apenas alimenta a ansiedade pela acumulação cada vez maior de novos bens. A ganância humana não tem limites, e por isso a aquisição material jamais o fará feliz.

Daí conclui, que o ideal é que se procure um caminho que permita a coexistência entre felicidade e dinheiro.

Nossa primeira consideração está em observar elementos que nos permitam fazer a classificação que realizamos deste livro, enquadrando-o como literatura de autoajuda financeira. Neste sentido um elemento importante está em que o autor utiliza elementos como confiança, esperança, crença e pensamento positivo (motivacionais) para convencer o leitor do caminho a ser seguido. Neste sentido deixa claro a importância da confiança ou crença quando afirma que *,ao iniciar a leitura deste livro, seus primeiros passos para o caminho certo já foram dados. Esteja preparado para , a partir de hoje, mudar sua vida. É um esforço que dependerá de você , esteja certo disso.*(CERBASI,2005,p.23). É essa presunção da verdade que talvez nos permita dizer que livros com este perfil, trabalhem com certa medida de religiosidade quando tentam traduzir seus ensinamentos como o caminho e a verdade.

No decorrer de nossa análise vamos nos deter na observação das orientações mais gerais desse “manual” financeiro, deixando de lado os detalhes procedimentais e matemáticos. Justificamos esse comportamento porque este não é nosso foco de atenção até porque, estão corretos, não há nada de errado com eles. O problema não está nas prescrições econômico-financeiras deste livro e sim na crença de que apenas eles serão suficientes.

Cerbasi afirma que “há dois tipos de pobre: os pobres **sem** dinheiro e os pobres **com** dinheiro.” E que há uma diferença entre ganhar bem e ser rico. Sobre este aspecto afirma que “Há muita gente com dinheiro que declaradamente não é feliz, assim como tem muita gente que vive humildemente e diz de boca cheia que é feliz.” (p.25). Seguindo a linha de orientação pede ao leitor que “**convença-se** de que sua meta, **a partir de agora** é ter muito dinheiro e também ser feliz.” (idem, p.25).

O restante da leitura indica que de fato Cerbasi pretende dissuadir o leitor para que se oriente financeiramente não para o acúmulo de capital alerta que “não é esse tipo de riqueza que você será incentivado a construir lendo este livro”. Numa referência a pessoas que buscam apenas bens materiais e veem no dinheiro, “um fim em si mesmo.”p.25.

São outras asserções e ou indagações desse autor:

- “Sua riqueza não depende de quanto você ganha, mas de quanto você gasta ou do que faz com aquilo que ganha.” (p.25);
- “A noção de riqueza de nossa cultura latina está, antes de tudo associada a bens materiais ou a algo que possa ser mostrado – ou melhor, exibido – aos nossos amigos e parentes para que estes afirmem em coro:” Está se dando bem, não?”(p.25);
- “**logo que entramos na faculdade**, ou alguns meses depois, temos como verdadeira obsessão a conquista de alguns **bens que a grande maioria de nossos amigos já tem.**”(p. 25); Refere-se ao automóvel “ Verdadeiro símbolo de liberdade , afirmação social e status.”;
- A segunda maior preocupação, após a compra do automóvel, é a aquisição da casa própria;

- “e nossos sonhos vão, a grande custo, mas com grande satisfação, tornando-se realidade: a casa de campo, a casa de praia, o título do clube,...”;
- “imagine sua família com a obrigação de mudar-se para um bairro mais afastado ou desvalorizado por não poder arcar com o aluguel ou a necessidade de tirar seu filho de uma boa escola particular para matriculá-lo numa escola pública de padrão inferior em razão das mensalidades incompatíveis com o seu orçamento.” (p.31);
- São duas as causas apontadas por todos os problemas financeiros pelos quais passam os indivíduos: **a primeira** refere-se a nossa característica cultural de ostentar; **a segunda**, que são poucos os que admitem e “caem na real”;
- O ter em detrimento do ser passa a ser anunciado como um “defeito da vítima em que se manifesta” não do modelo;

Sobre este último aspecto indica que o problema é cultural porque nem toda cultura tem tanto apego a bens materiais e, portanto os costumes culturais podem favorecer a produção de riqueza. Os Judeus são um povo que valoriza a negociação, o enriquecimento e o sucesso em negócio próprio. Para Cerbasi o sonho de qualquer americano de classe média seria ganhar seu primeiro milhão. E essa cifra mágica estaria relacionada com a aposentadoria. A justificativa estaria em que efetuando um depósito desse valor numa caderneta de poupança com um rendimento de 0,5% ao mês você teria assegurado para o resto de sua vida uma renda de R\$ 5000,00 que garantiria sua aposentadoria.

Sobre a aposentadoria indica que o aumento na expectativa de vida, que segundo o autor na década de 1940 era de 38,5 anos e passa, em 2003, para 71,3 anos, deve sugerir a iniciativa de que as pessoas passem a se preocupar com previdência privada.

Não fica claro, ou melhor, parece confuso o conceito que o autor estabelece quanto ao significado de ser rico. Por um lado nos passa a ideia de que ter riqueza não significa a posse de bens materiais, por outro indica certo parâmetro de riqueza, o primeiro milhão, patamar no qual seria difícil imaginar nenhum grau de acumulação material. Ao mesmo tempo apresenta a ideia de que a riqueza se relacione ao modo como é construída. Afirma que o rico a que se refere é aquele que construiu sua riqueza da mesma forma que você (leitor) está buscando fazer.

(CERBASI, 2005, p.40). Dessa forma somos levados a concluir que rico para o autor se refere a uma postura de acumulação do capital, sem ostentação e sem grandes gastos.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Os dois textos pretendem ser um manual de bom comportamento financeiro.

Representam um conjunto de medidas e iniciativas com o objetivo de otimizar o resultado financeiro de indivíduos. Os próprios autores em certa medida é que definem seus trabalhos dessa forma. Domingos fala em “modificar o comportamento para alcançar a saúde financeira” e Cerbasi espera que seu livro seja mais do que um “manual de práticas financeiras”.

Percebe-se a presença, importante, da crença e/ou autoconfiança como elemento estruturante das propostas de educar financeiramente os indivíduos, apresentadas pelos referidos autores. Como dissemos talvez como estratégia de convencimento, utilizam frases de incentivo e convencimento como: “você pode!”, “Acredite!”.

Como olham apenas para o comportamento individual, caracterizando-o como necessário e suficiente para um bom desempenho financeiro, tornam opaca a visão sobre os processos históricos e econômicos sistêmicos que, na ponta, ajudam a produzir a situação de fragilidade e precariedade financeira dos indivíduos que ora pretendem combater.

Outra “proximidade” entre estes trabalhos é que se utilizam da autopromoção fazendo crer ao leitor que seu livro contém aquilo que procura e que depois de lê-lo sua vida mudará. Em certa medida os textos são investidos com uma predestinação quase mágica. Cerbasi dirá que “objetivo é fazer com que você fique rico através de um planejamento simples, objetivo, que possa ser seguido por qualquer pessoa. Não contaremos com velas, orações nem ações divinas.” (p.40). No entanto, num movimento que parece contradizê-lo afirma esperar que seu livro “sirva de guia de uma verdadeira transformação de sua postura na prosperidade. Tenha-o sempre a mão...” (p.14). Um texto que pretende guiar as pessoas e transformá-las para alcance da prosperidade, tem conotações muito próximas da religiosidade.

Não deve restar dúvida de que esses “manuais de práticas financeiras” tem importante contribuição a dar às pessoas no controle de suas finanças pessoais, mas certamente se referem apenas a uma parte do problema. Além disso, estamos numa pesquisa documental analisando discursos que contribuem para constituir e legitimar a Educação Financeira como prática social escolar. Em todo o Brasil estão sendo distribuídos kits de Educação Financeira com orientações para professores sem que uma ampla discussão sobre o tema tenha sido realizada. Sem a intenção de caracterizar nosso trabalho de pesquisa documental como aquele eu possuí a verdade, pretendemos apenas agregar elementos para que as instituições escolares, que tem autonomia, possam, antes de consumir, este ou aquele produto, refletir sobre os aspectos que estamos ressaltando.

### 2.3. OCDE : O PISA e Educação Financeira.

O tema tratado neste item, como sugere o título, indica um olhar para as contribuições da OCDE para o desenvolvimento não apenas da educação, nos sistemas escolares em países membros ou não, mas também para materialização de uma proposta de educação financeira que terá no PISA (Programme for International Student Assessment ) seu maior instrumento de aferição.

Para a OCDE, a Educação Financeira:

“é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.” (OCDE, 2005)

Pode-se perceber a partir da definição de Educação Financeira que seu objetivo último, ou maior, é a estabilidade econômica, uma vez que contribui “para a

formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.”, mas a partir da compreensão de produtos financeiros para “melhores escolhas” só deve ter como fim o crescimento e estabilidade dos Mercados.

Como uma estratégia de inserção, é claro, só está justificada pela necessidade de que algo seja implementado. Será importante, então, buscarmos aquilo que se constitui como nuclear nesta “necessidade” e assim nada melhor do que tentar identificar no discurso de seus interlocutores esse núcleo. Neste sentido, buscamos olhar com o devido *perquirere*<sup>51</sup> nos documentos norteadores da OCDE.

Como seus objetivos gerais<sup>52</sup>, encontramos:

“– alcançar o mais elevado nível de crescimento econômico e de emprego sustentável e uma crescente qualidade do nível de vida nos países membros, mantendo a estabilidade financeira e contribuindo assim para o desenvolvimento da economia mundial; – contribuir para a expansão econômica dos países membros e dos países não membros em vias de desenvolvimento econômico; – contribuir para a expansão do comércio mundial, numa base multilateral e não discriminatória, de acordo com as obrigações internacionais.” (OCDE, 2004)

Pode-se então perceber a “embrionária” relação que se estabelece entre a Proposta de Educação Financeira e os princípios de alcançar “crescimento econômico”, “mantendo a estabilidade financeira” promovendo o “desenvolvimento da economia mundial.” Assim, a OCDE configura-se como

“uma instituição intergovernamental com influência política nos seus países membros e onde a educação tem vindo a crescer de importância, tendo adquirido um papel central para a competitividade das economias nacionais dentro de uma estrutura económica de capital humano e ligada à emergência da economia do conhecimento.” (Estrela; Teodoro, 2007)<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Pode ser compreendido como procurar com cuidado.

<sup>52</sup> Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades 2004. Nos termos do enunciado no artigo 1º da Convenção assinada em Paris em 14 de Dezembro de 1960, que entrou em vigor em 30 de Setembro de 1961.

<sup>53</sup> \*Doutoranda em Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Investigadora da UID Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos. Professora do Ensino Básico e Secundário.

\*\* Professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Director da UID Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos.

Texto apresentado no III Colóquio Internacional de Políticas Curriculares, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 12-14 Novembro 2007.

Trata-se de uma organização que é:

“entendida como agência globalizadora com um papel determinante na corrente de pensamento sobre educação e também um agente com influência crescente nas políticas educativas dos Estados-Nação, tendo-se constituído como mediadora internacional do conhecimento.” (Henry *at al*, 2001) apud (Estrela; Teodoro, 2007)

E que ainda

“esteve desde sempre ligado aos objectivos económicos e só em 2002 é que esta área veio a individualizar-se dentro da organização, o que denota a importância da educação dentro das agendas políticas e económicas. De acordo com os membros da Organização, o trabalho da OCDE em estatística e indicadores fornece uma base sólida para comparação internacional de todos os aspectos dos sistemas educativos.” (Estrela, Teodoro, 2007).

O alcance das políticas educacionais / económicas levadas a termo pela OCDE, para além de focar apenas o desenvolvimento e a estabilidade das economias dos países em que atua, e é claro, na crença de que assim agindo pode-se desenvolver socialmente, compõe-se de outro aspecto de grande importância e que reside na interferência dos destinos dos países pela propagação de uma “medida internacional de comparação educacional”. Notadamente, através da PISA (1997) que se constitui em um programa internacional de avaliação de estudantes (e dos sistemas de ensino de seus países) em Matemática, Ciências e Leitura, e que tem como finalidade “medir” o desempenho dos alunos em face dos conhecimentos e habilidades que se julgam essenciais para a participação na vida moderna (OCDE). Objetiva “*medir as capacidades que os jovens de 15 anos tem de forma a enfrentarem os desafios da vida real*”.<sup>54</sup>

O PISA em sua versão 2012, pretende observar também a Educação Financeira num estudo comparativo dos países a ele integrados o que se observa na indicação de que,

---

<sup>54</sup> “Com periodicidade de três anos:” a primeira recolha de informação ocorreu em 2000 e teve como principal domínio de avaliação a literacia em contexto de leitura , tendo sido também avaliados a motivação , as atitudes face à aprendizagem , a familiaridade com os computadores e os métodos de estudo.O PISA 2003 deu maior enfoque à literacia matemática, tendo avaliado igualmente a resolução de problemas , e o PISA 2006 incidiu sobre a literacia científica.(Estrela & Teodoro,2007,p.4)



“This edition includes some minor prompted by PBG comments. The most important is the inclusion of further detail about the relationship between financial literacy and mathematical literacy in PISA.”(OCDE,2007,p.5)<sup>55</sup>

Além disso,

“Represents a commitment by governments to monitor the outcomes of education systems regularly within an internationally agreed framework and it provides a basis for international collaboration in defining and implementing educational policies.” ( PISA,2009) <sup>56</sup>

Percebemos certa variação no conteúdo desses princípios quando comparados documentos de diferentes instituições e organismos, o que nos causou, inicialmente, certa confusão. Há documentos e textos que indicam 10 princípios, como os que aparecem no artigo, *Paradigmas da Educação Financeira para o Brasil* e que cita como fonte a OCDE (2005). Outros, como é o caso do *Plano Nacional de Educação Financeira da Espanha*, que em documento anexo: *Principios y buenas prácticas para la concienciación y educación financieras*, OCDE (Julio de 2005), sugerem 7 princípios. E ainda, a União Europeia que trata em: *Principios básicos para unos planes de educación financiera de alta calidad, Punto 5 de La Comunicación de la Comisión de 18 de diciembre de 2007 sobre “La educación financiera”*, tratam de 8 princípios básicos. No decorrer do trabalho, podemos perceber, no entanto, que, em geral, referem-se às mesmas ideias e valores, todos originários de indicações da OCDE. Por fim, cabe ainda dizer que o documento produzido pela Comissão da União Europeia tem objetivo de uniformizar iniciativas em Educação Financeira nos países desse bloco como parece sugerir a introdução do documento:

“Basándose en su descripción de los planes de educación financiera que ya se aplican en la Unión Europea, la Comisión considera que es conveniente definir algunos principios que puedan ayudar a las autoridades públicas, los

<sup>55</sup> Esta edição inclui algumas pequenas solicitações por PBG (Powszechny Bank Gospodarczy) comentários. O mais importante é a inclusão de mais detalhes sobre a relação entre alfabetização financeira e alfabetização matemática no PISA.

<sup>56</sup> Representa um compromisso pelos governos para monitorar os resultados dos sistemas educativos regularmente dentro de um quadro internacionalmente aprovado, e fornece uma base para a colaboração Internacional na definição e execução políticas educacionais.

prestadores de servicios financieros, las organizaciones de consumidores, los empresarios y otros interesados en sus esfuerzos para lanzar y gestionar programas de educación financiera. Estos principios tienen en cuenta la diversidad de enfoques y métodos disponibles para desarrollar una estrategia de educación financiera fructífera.” (**Comunicación de la Comisión** de 18 de diciembre de 2007 sobre “La educación financiera”<sup>57</sup>)

De modo geral depreendemos que:

- A educação financeira deve começar cedo, na instituição escolar, e deve estar disponível em todas as etapas da vida. Assim, os Governos devem cuidar para que o tema seja incorporado aos sistemas (currículo) educacionais;
- Deve estar voltada, com programas específicos<sup>58</sup>, para cada grupo etário dado que as preocupações dos indivíduos se modificam com o passar do tempo;
- Aponta para a necessidade do envolvimento das instituições financeiras no trato deste tema;
- Os programas devem tratar de informações sobre os produtos financeiros (cada vez mais complexos), os riscos que envolvem suas decisões, fundo privado de aposentadoria, poupança, endividamento e gestão das finanças pessoais;
- Deve haver uma coordenação entre os diversos atores: Governos, Bancos Centrais e Instituições do Terceiro Setor (em geral, financeiras);
- Contém uma indicação que a educação financeira deva ser percebida como “instrumento para o crescimento e estabilidade econômica”;
- Os programas devem adequar-se à realidade de cada país e incluir conceitos elementares de economia e matemática;
- Apresentam certa “preocupação” de que a Educação Financeira deva ser promovida “de forma justa” e “livre de interesses particulares”.

Essas considerações não traduzem todas as indicações que aparecem nos vários documentos consultados e pode perceber o leitor também, que de modo consciente, apesar de no referido espaço estamos abordando a atuação da OCDE,

---

<sup>57</sup> Com base na sua análise dos programas de educação financeira já aplicadas na União Europeia, a Comissão considera que é apropriado definir alguns princípios que podem ajudar as autoridades públicas, prestadores de serviços financeiros, organizações de consumidores, empregadores e outras partes interessadas nos seus esforços para lançar e executar programas de educação financeira. Esses princípios levam em conta a diversidade de abordagens e métodos disponíveis para o êxito da educação financeira.

<sup>58</sup> Em documentos referentes à Educação Financeira, nos Estados Unidos percebemos a tendência de direcionar estratégias para controle das finanças pessoais a partir de recortes étnico-raciais. Há programas voltados a afro americanos e hispânicos, por exemplo.

acabamos por considerar orientações provenientes da União Europeia também. Isto se justifica pelo fato de que as concebemos como partes do mesmo cenário. A União Europeia possui 27 membros e a OCDE 30 membros e destes, 19 são comuns às duas instituições<sup>59</sup>.

Embora representem instituições criadas em contextos históricos distintos podemos dizer grosso modo, dado que a OCDE sempre esteve implicada a interesses econômicos e A União Europeia por natureza constitui um bloco econômico, que as duas possuem as mesmas orientações no que diz respeito ao desenvolvimento das economias dos países membros.

Não têm a mesma configuração, mas possuem pontos de confluência. As proximidades referem-se a suas serventias em que, para a crítica que estamos fazendo ao longo de todo o nosso trabalho, tanto a OCDE quanto a UE são instituições nascidas como forma de prover o capitalismo, seja através do fomento a políticas “educacionais” em várias partes do mundo, que é o caso da OCDE, quer seja no trato do desenvolvimento das economias no bloco europeu, tarefa da União Europeia. Estão submetidas, ao mesmo tempo em que o reproduz, a um mesmo ideário político-ideológico e econômico, discutido nos primeiros capítulos deste trabalho.

Suas estratégias de atuação, especificamente a OCDE, inserem-se, é nosso entendimento, numa perspectiva de construção do que Dale (apud Teodoro e Estrela, 2007, p.01) chama de uma “agenda globalmente estruturada” que opera,

“transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, reconstruindo, simultaneamente, as relações entre as nações. Estas forças supranacionais não pretendem a priori substituir o Estado, antes poderão afectar as políticas e as práticas nacionais de diferentes formas e intensidades nos mais diversos Estados uma vez que esses efeitos são sempre mediados pelo local.”(Estrela & Teodoro,2007)

Neste trabalho, já considerado, Estrela e Teodoro, 2007 constroem “*uma análise crítica das recentes políticas educacionais em Portugal*”, traçando um panorama do cenário de relações construídas pela tríade, “**globalização, agências**

---

<sup>59</sup> No final do trabalho, em apêndice, há uma tabela indicativa dessas informações.

**internacionais e currículo**". Nossa análise crítica do processo de legitimação de Educação Financeira pretendeu refletir sobre os mesmos elementos: **currículo** – as Estratégias Nacionais de Educação Financeira implicam em proposições e prescrições curriculares; **globalização** – o cenário em que são constituídos os documentos analisados bem como de que emerge o fenômeno da Educação Financeira, pode ser definido como de globalização do capital; e **agências internacionais**, notadamente a **OCDE**, grande difusora do propósito de educar financeiramente os indivíduos. Desse modo ainda que o trabalho desses autores esteja localizado "no caso Português", sua leitura serviu a nosso propósito visto que, como sabemos, os projetos educacionais pretendem transpor as fronteiras nacionais.

## **2.4. A ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PORTUGUESA:** inventário de iniciativas

### **Introdução**

O tema da **Educação Financeira em Portugal** será apresentado em duas etapas, para acompanhar em certa medida o curso em que a análise dos documentos considerados neste espaço, foi realizada. A primeira etapa, além de retratar como dissemos o curso de pesquisa, quando construíamos este capítulo ainda não dispúnhamos do documento do **Plano Nacional de Formação Financeira**, pretende se ocupar da descrição de documentos diversos que retratam várias iniciativas sobre Educação financeira neste país. Numa segunda etapa, já na análise de documentos, vamos tratar do Plano Nacional de Formação Financeira que, posteriormente passou a integrar o conjunto de documentos, substrato para esta pesquisa.

Desenvolvemos esta pesquisa em meio a realização de Conferências sobre o tema. Foi em Portugal que ocorreram: 1ª Conferência Internacional de Educação Financeira em Alvaiázere (2009), 2ª Conferência Internacional de Educação Financeira em Lisboa 2010 e no corrente ano, no mês de julho, ocorreu a 3ª Conferência Internacional de Educação Financeira em Aveiro (2012).

A Educação Financeira está posta como uma prática importante hoje e, como vimos, olhando para os países da OCDE e União Europeia de modo geral, são várias as instituições que se envolvem na tarefa de difundir-la. É de se esperar então que o tema esteja sendo tratado nos países do bloco de modo homogêneo.

A pesquisa documental que fizemos não nos permitiu traçar com um bom grau de certeza como, no nível da realização, está o trato com a Educação Financeira nos países europeus. O que será levado ao conhecimento do leitor (a) representa tentativa de traçar um quadro sobre o tema olhando apenas para os países ibéricos (Portugal e Espanha). É apenas neste sentido, e olhando para alguns documentos, o que nos possibilitará apenas um recorte, que podemos dizer que Portugal ainda não contava<sup>60</sup> com uma estratégia ou plano nacional em operação, como já dispunha a Espanha. Como Portugal foi cenário de três conferências internacionais sobre Educação Financeira, as informações nesta parte de nosso trabalho virão também de textos extraídos destas conferências, além de noticiários e documentos, captados através da internet, é claro, em veículos que sugerem considerável grau de confiança.

### **EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PORTUGAL:** inventário de iniciativas.

---

<sup>60</sup> Como dissemos essa situação refere-se ao período em que esta parte da pesquisa estava sendo desenvolvida. O documento oficial da Estratégia portuguesa propõe seu desenvolvimento no período de 2011 – 2015, e nossa pesquisa começa a ser feita no final de 2010. Foi durante seu desenvolvimento que acrescentamos ao grupo de documentos analisados, a proposta portuguesa. De qualquer forma esta parte inicial retrata o ambiente sócio- global, utilizando expressão de Cellard (2005), em que os documentos e o fenômeno da Educação financeira, emergem. Optamos assim por manter a redação tal como foi construída inicialmente.

Para começar a traçar o estágio da Educação financeira em Portugal, começamos pelo “recorte” de noticiário (**figura 1**) que, já em 2009, dava conta de iniciativas em algumas localidades, como é o caso da cidade de Alvaiázere:



Figura 1

As conferências internacionais as quais nos referimos, aconteceram:

A **primeira**, Conferência Internacional em Educação Financeira: Perspectivas para Portugal, no município de Alvaiázere, (ao qual se refere a reportagem anterior), em 6 de Novembro de 2009, e contou com o apoio da Caixa Geral de Depósitos e Universidade de Aveiro; a **segunda** Conferência Internacional de Educação Financeira UA/CGD na cidade de Lisboa, em 28 de setembro de 2010, com o tema: "Por uma educação + financeira" e a terceira em 2012, na cidade de Uma Conferência Internacional em Educação Financeira teve lugar no Rio de Janeiro, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2009, promovida pela OCDE em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com trabalhos voltados para países da América Latina. E a **terceira (portuguesa)** em Aveiro em 2012, com o tema: Transversalidade e cidadania.

Há, paralelamente, alguns projetos desenvolvidos como: o “Saldo Positivo”, promovido desde 2007 pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). Dispõe de um Site

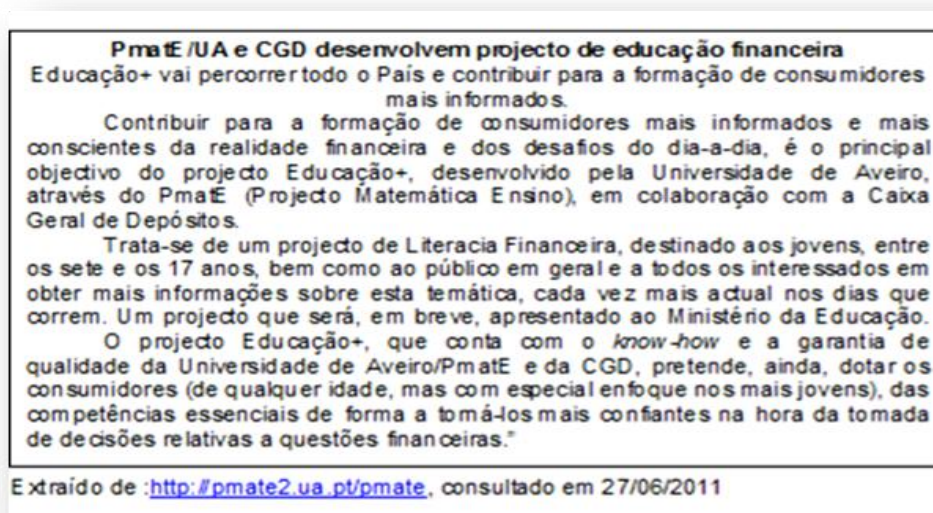
([www.saldopositivo.cgd.pt](http://www.saldopositivo.cgd.pt)) com jogos, simuladores financeiros, e informações (econômicas) variadas. Tem objetivo de

“elevant a cultura financeira dos seus utilizadores através da desfragmentação de temas, conceitos e dúvidas centrados na área das finanças pessoais. Dividido por áreas que abarcam os aspectos-chave da vida financeira, como a gestão do orçamento familiar, o planeamento fiscal e as soluções de habitação. E pretende que o enriquecimento do léxico e da prática que fazem parte da economia diária seja o ponto de partida para uma cidadania financeira mais eficaz e responsável.” (Apresentação de Sara Silva Ramos, Direção de Comunicação – CGD, Nov 2009)<sup>61</sup>

### Abordando

“diferentes temas procura-se o esclarecimento das questões: pequena análise de números fulcrais que fazem parte da gestão do orçamento familiar, seguros, impostos, créditos, endividamento, reforma, comportamentos de poupança, assuntos que são complementados por calculadoras e simuladores que tornam as palavras em números.”(idem, 2009).

Há outro projeto, desenvolvido em parceria entre a Universidade de Aveiro e a Caixa Geral de Depósitos, cujos objetivos estão expostos na página do projeto na internet, como mostramos na **figura (2)**, a seguir:



<sup>61</sup> Extraído da apresentação: Construir um futuro com saldo + positivo, do Programa: “Saldo Positivo”, na 1ª Conferência Internacional de Educação Financeira na cidade de Alviázere em novembro de 2009, Portugal.

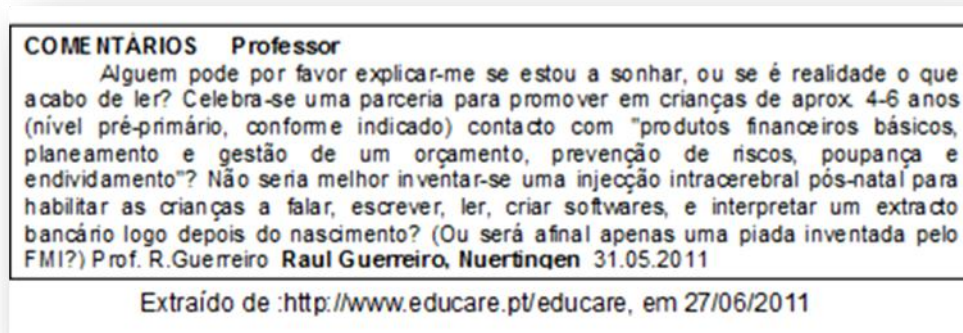
Esse projeto teve desdobramentos na II Conferência Internacional de Educação Financeira e para o que nos interessa trata da interface Ensino de Matemática–Educação Financeira. Como afirmamos, está em desenvolvimento uma estratégia nacional em Educação Financeira, de modo que, aos 30 de maio de 2011, foi assinado acordo nesse sentido como mostra reportagem na **figura (3)**, recorte feito da página do Ministério da Educação português:

<p><b>Educação Financeira – Estratégia de Intervenção no Sistema Educativo</b> 30/05/2011</p> <p>O Ministério da Educação, representado pela Ministra Isabel Alçada, e o Banco de Portugal, representado pelo seu Governador, Carlos da Silva Costa, assinaram hoje o protocolo <i>Educação Financeira – Estratégia de Intervenção no Sistema Educativo</i>.</p> <p>O documento estabelece os termos e condições de colaboração entre o Ministério da Educação e o Banco de Portugal, com vista à definição de um referencial de Educação Financeira na educação pré-escolar, nos ensinamentos básico e secundário e na educação e formação de adultos. O protocolo tem ainda por objectivo estabelecer uma regulação das condições para a participação das instituições de crédito, sociedades financeiras e suas associações nas iniciativas de Educação Financeira em espaço escolar.</p> <p>No âmbito desta parceria, o Ministério da Educação fica incumbido, entre outras matérias, de organizar documentos de apoio à Educação Financeira que permitam aos alunos e formandos ter contacto com matérias como os produtos financeiros básicos, o planeamento e a gestão de um orçamento, a prevenção de riscos, a poupança e o endividamento.</p> <p>O Ministério da Educação e o Banco de Portugal comprometem-se ainda a elaborar um código de conduta destinado a enquadrar a participação das instituições de crédito, das sociedades financeiras e das respectivas associações nas iniciativas de Educação Financeira em espaço escolar.</p> <p>O protocolo hoje assinado é válido por três anos e poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos.</p> <p style="text-align: center;">Extraído de: <a href="http://www.min-edu.pt">http://www.min-edu.pt</a>, em 27/06/2011</p>
--

Chama atenção para a iniciativa de compor um “*código de conduta*” para “*enquadrar a participação das instituições de crédito...*”. Se por um lado, como buscamos mostrar neste trabalho, a consecução da Educação Financeira como projeto mundial segue orientações liberais, por outro, parece indicar, em alguns momentos, como nesta iniciativa, para a necessidade de certo controle do Estado, representado aqui pelo Ministério da Educação.

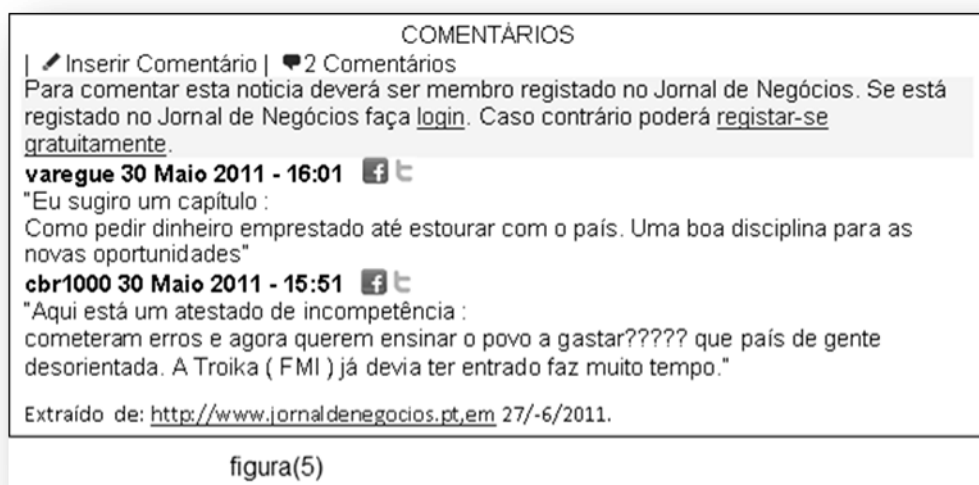
Como essa informação foi veiculada (também) em sites portugueses de notícias há, como em qualquer outro do gênero, espaço para que os “leitores internautas” possam comentar as notícias. Chamaram-nos a atenção os comentários postados em relação a esta assinatura de protocolos de modo que apresentamos abaixo, **figura (4)**, um deles:





Deve ficar claro ao leitor que, como fragmento, não tem a capacidade de representar o entendimento de toda a sociedade portuguesa sobre o tema. Expõe, no entanto, uma das perspectivas pelas quais se pode “perceber” a inserção da Educação Financeira naquele país.

Outro comentário está representado a seguir, na **figura (5)**. Veja:



Ainda que apresentem a mesma “limitação” do anterior, podem servir para que percebamos, em parte, o imaginário social criado a partir do cenário econômico português. Assim, esse fragmento representa sem dúvidas, percepção de parte da sociedade portuguesa ressentida pelos destinos da economia do país. A “Troika”, a que se refere o segundo comentário, é o trio formado por Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia (EU), e Banco Central Europeu (BCE), em uma alusão à tardia “intervenção” na economia portuguesa.

A discussão sobre Educação Financeira é oportuna, se considerarmos o ambiente, mundial, e de modo mais específico, o europeu diante das crescentes dificuldades econômicas de vários países da zona do euro. Irlanda, Espanha, Itália, Portugal e Grécia têm atravessado desequilíbrios em suas economias e contas fiscais, cujos ajustes através de aportes financeiros concedidos pela “troika”, via de regra, implicam em pesadas e severas restrições nas condições sociais às populações de seus países. São cortes em programas sociais e investimentos, redução de benefícios e salários do funcionalismo público e outras medidas recessivas que, aliadas ao desemprego, constroem um quadro insustentável, socialmente retratado através das ondas de manifestações sociais que ocorreram no continente europeu recentemente.

Na Grécia, por exemplo, o ambiente é de greve geral e de profunda insatisfação popular. São dívidas que ultrapassam a 300 bilhões de euros e que levaram o FMI e a UE a, praticamente, tutelar o país. Segundo economistas e especialistas e também vasto noticiário, a falta de uma solução do problema grego pode refletir nos demais países do bloco. Bancos de outros países, como Alemanha e França, têm investimentos na Grécia, e um eventual calote poderia acarretar dificuldades para estas instituições, que seriam socorridas por seus governos, causando soluções recessivas às suas populações (pelo emprego de dinheiro público), em uma corrente interminável de efeitos colaterais.

O objetivo desse pequeno trecho não foi o de desenvolver uma análise econômica do que se passa na Europa o que está fora do escopo deste trabalho. Percebemos, no entanto, a partir desse cenário, interessante oportunidade para refletir sobre a “impregnação” a que nos referimos inúmeras vezes, ao longo de todo o nosso trabalho e da submissão ao “olhar econômico” para as coisas do mundo, da qual as propostas de Educação Financeira parecem ser mais uma manifestação.

A segunda parte desta etapa deverá contar com a descrição do Plano de Formação Financeira de Portugal, como dissemos já na parte de análise de documentos.

#### **2.4.1 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA DE PORTUGAL: uma descrição geral.**

Começamos em dizer que em linhas gerais a estratégia portuguesa tem desenho muito próximo das estratégias brasileira e espanhola o que se justifica dado que todas se orientam a partir de documentos da OCDE seguindo uma tendência mundial.

O documento está dividido em duas partes:

A **primeira** parte tentará responder a questão: Porque um Plano Nacional de Formação Financeira? E para construir a resposta a esta indagação, caracteriza um cenário descrito pelo “Diagnóstico de necessidades” em que retrata as condições sociais e econômicas que exigiram a iniciativa da formação financeira. Os indicadores deste cenário português nos informam que:

1. **Indicadores de endividamento** apontam para o agravamento do nível de endividamento das famílias portuguesas que está (2007) em “130% do rendimento disponível”;

2. **Indicadores de Inquéritos à literacia financeira** “mostram a necessidade de sensibilizar a população para a importância da poupança como forma de acumulação de riqueza necessária para a obtenção de objetivos de médio e longo prazo.”;

3. **Reclamações e pedidos de informação dos consumidores** tem indicado a necessidade de: prestar informações sobre as características dos produtos comercializados; informar sobre matérias relacionadas com “as contas de depósito, o crédito a consumidores e o crédito à habitação.”. Também indicam aumento na demanda por serviços e produtos.

4. **Indicadores de poupança** mostram aumento na taxa de poupança bruta das famílias de 7% em 2007 para 7,8% em 2008 que não obstante ao aumento aí registrado, fica abaixo a indicadores (em 2009) para a União Europeia (13,2%) Alemanha (17,2%) e Espanha (18%).

As Experiências internacionais por sua vez, reconhecem a importância da Educação financeira para a “tomada de decisões conscientes por parte dos cidadãos.” Afetam a vários países como: EUA, Reino Unido e a Nova Zelândia (os primeiros a desenvolver estratégias neste sentido) bem como Espanha e Holanda (com propostas mais recentes). Na maioria dos países a Educação Financeira tem

“contado com um envolvimento cada vez maior dos bancos centrais e dos reguladores financeiros.”.

A UE (União Europeia) e OCDE (Organização para a Cooperação e desenvolvimento econômico), “*tem desenvolvido um amplo trabalho de promoção da formação financeira e de sensibilização para a sua importância.*”.

Neste último aspecto o INFE (*International Network for Financial Education*) criado em 2008, sendo o Banco de Portugal um de seus fundadores, tem contribuído para partilhar experiências em educação financeira entre os países.

O documento português aponta ainda para aqueles que seriam elementos comuns entre as estratégias diferentes países:

1. Os vários países envolvidos com esta iniciativa definem seus objetivos pela “necessidade de conscientização dos cidadãos para a importância da educação financeira.”;

2. Os conteúdos das propostas, “mais usuais”, são: “orçamento familiar, a poupança, o crédito ao consumo, os cartões de crédito, os seguros e os direitos do consumidor financeiro.”;

3. Iniciativa de abrangerem todos os segmentos da população:

- **Jovens** em idade escolar (e que indicam que a Educação financeira deve ser tratada desde o ensino primário até a universidade, com conteúdos adaptados às idades);

- **Trabalhadores** com preferência de temas como “poupança e preparação da reforma” <sup>62</sup>;

- **Grupos vulneráveis** <sup>63</sup>;

- “**Segmentos definidos em termos de etapas da vida** como: nascimento dos filhos, casamento, divórcio, compra da casa e compra de carro, entre outros”;

4. Tratam das estratégias de divulgação como portais, “anúncios na imprensa escrita e a programas de rádio e televisão”;

Na **segunda parte** o documento tratará das “linhas de orientação do plano”, indicando:

---

<sup>62</sup> Se refere à aposentadoria.

<sup>63</sup> O documento identifica como grupos vulneráveis, os “imigrantes desempregados ou jovens sem escolaridade obrigatória.” (p.9)

1. Os princípios gerais de sua implementação com base nas necessidades da população<sup>64</sup>; as entidades responsáveis pela coordenação e os parceiros;

2. O objetivo de “contribuir para melhorar os conhecimentos e comportamentos financeiros da população em geral” que são divididos em outros objetivos decorrentes: Melhorar conhecimentos e atitudes financeiras; apoiar a inclusão financeira; desenvolver hábitos de poupança; promover o recurso responsável ao crédito, criar hábitos de precaução.

3. A criação de um portal do PNFF assim como a União Europeia tem o *Dolceta*, Espanha o *Finanza para todos*, Estados Unidos (*May Money* e *Money Smart*), Inglaterra (*The Money Advice Service*), e Brasil (“dinheiroevida”).

Importante considerar que outras instituições têm portais próprios para desenvolver suas estratégias de Educação Financeira como Bancos e, citando um exemplo português fora do grupo de instituições financeiras, a Universidade de Aveiro através do *P Mat E* (Programa Matemática e Ensino, voltado recentemente para o trato da Educação Financeira).

4. As áreas de atuação, como já indicamos e aponta o documento, dirigem-se “às *necessidades específicas de cada segmento da população*”.(ENFF,p.13).

Seguindo a apresentação do documento, vamos, de modo mais detalhado, apresentar suas indicações para cada um dos segmentos: Estudantes do Ensino Básico e Secundário, Estudantes Universitários, trabalhadores, grupos vulneráveis e população em geral.

A opção que fazemos é de apresentar em forma de tópicos:

- **Estudantes do Ensino Básico e Secundário.**

Sobre a Introdução de conteúdos de formação financeira nas escolas percebe-se que o ponto fundamental esta em entender a necessidade de que,

“as crianças do ensino primário devem ser sensibilizadas para importância do dinheiro e da poupança; aos jovens do ensino secundário é importante transmitir informação em áreas como os meios de pagamento ou o acesso ao crédito, nomeadamente , como lidar com cartões.”(PNFF,p.13)

---

<sup>64</sup> O documento base para identificação dessas necessidades é o Inquérito à Literacia financeira 2010( Banco de Portugal).

Sobre a estratégia de introdução do tema, indicam que:

“existem várias formas de implementar a formação financeira nas escolas: em disciplina autônoma ou em disciplinas já existentes; nos currículos obrigatórios ou em atividades extracurriculares. Em relação a estes aspectos, as práticas internacionais apontam para a introdução de conteúdos obrigatórios em disciplinas já existentes **como a matemática** ou a educação cívica.” (PNFF, p.13) (grifo nosso)

Importante considerar aqui, antes de prosseguirmos, que a preocupação com o modo de introdução do tema da educação financeira nos currículos escolares, pode estar relacionada à perspectiva do *empowering*<sup>65</sup> a Educação financeira por via da Matemática. Vinculá-la a uma *linguagem com poder formatador*<sup>66</sup> pode servir ideologicamente ao objetivo de legitimá-la como bem a ser consumido.

De volta às indicações do documento em exame, mas ainda no aspecto da natureza de tratamento curricular que deve ser dedicado a Educação Financeira, terminemos por concluir que **“a definição da forma de implementação da literacia financeira<sup>67</sup> nas escolas, tanto em termos de conteúdos e de materiais, como de procedimentos, compete ao Ministério da Educação.”** (PNFF, p.14).

Essa posição estabelecida na Estratégia Portuguesa se reveste de fundamental importância dado que delega à instituição cujo trato principal deve ser a Educação, de modo diverso a orientações presentes em outras propostas nacionais sobre o tema, a responsabilidade de definir conteúdos curriculares. Em tese é o Ministério da educação dos vários países envolvidos com a Educação Financeira (junto aos Conselhos Nacionais de Educação ou instituições homólogas) que dispõem de legitimidade e “isenção” para estabelecer prescrições curriculares. Além é claro das próprias instituições escolares, dentro da autonomia que lhe são atribuídas.

- **Estudantes Universitários.**

<sup>65</sup> Trata-se de: “dar poder”, expressão utilizada por Skovsmose (2001) em Educação Matemática Crítica, a questão da democracia.

<sup>66</sup> A referência a uma “linguagem com poder formatador” deve-se às perspectivas desenvolvidas por Skovsmose e Borba em Educação Matemática Crítica, mas acrescentamos aqui a proposição de que ela (Matemática) possui um **potencial poder** de formatação, cuja utilização ou não será posta em movimento por seus “usuários”.

<sup>67</sup> Devemos observar que o documento em exame trata de *literacia financeira, formação financeira e educação financeira*, aparentemente, como sinônima.

Os temas que devem ser trabalhados com estudantes universitários são, prioritariamente, segundo indicações do documento português, conteúdos relacionados

“as características dos produtos financeiros existentes no mercado [...] relação entre a rentabilidade esperada e o risco, o funcionamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos [...] acesso a crédito [...] utilização de cartão de crédito e o risco de sobreendividamento” (PNFF, p.14).

- **Trabalhadores**

As primeiras indicações do documento no que respeita ao tema da formação financeira de trabalhadores indicam que

“A avaliação de iniciativas de formação financeira junto de trabalhadores já realizadas noutros países tem demonstrado boa aceitação por parte desses e das próprias empresas, bons resultados em termos de aprendizagem e um contributo positivo para o aumento da produtividade.”(PNFF,p.15)

Para esses segmentos seriam importantes, “áreas temáticas relacionadas com a poupança, o acesso ao crédito e á suas diferentes modalidades, incluindo o crédito a habitação, a prevenção do sobreendividamento, os seguros e a preparação da reforma.” (PNFF, p.15).

- **Os vulneráveis**

Antes das prescrições propriamente ditas devemos considerar que de acordo com o documento constituem-se como vulneráveis “*os desempregados, os imigrantes, os reformados com baixos níveis de rendimento e os jovens sem escolaridade obrigatória.*”

As temáticas que deveriam ser destinadas a este segmento são,

“o acesso a produtos bancários (incluindo os serviços mínimos bancários que permitem a abertura de conta de depósito a ordem e o acesso a meios de pagamentos essenciais), a gestão do orçamento familiar, a prevenção do sobreendividamento e a prevenção da fraude.”(PNFF,p.15)

Uma sugestão que aparece no documento é de que ações sobre formação financeiras possam ser, por exemplo, vinculadas à utilização do subsídio de desemprego (auxílio desemprego aqui no Brasil).

Quanto à população em geral as ações estão direcionadas a poupança mas também de formação sobre **as características dos produtos financeiros**. Há uma preocupação também com “as etapas da vida que implicam decisões financeiras mais exigentes (compra de casa, preparação para a reforma, etc.)

Os últimos itens considerados dizem respeito a Governação , Campanha de divulgação e Avaliação.

Quanto à Governação refere-se a instituições de Órgãos destinados à definir linhas gerais , orientar e implementar o PNFF(comissão de Coordenação – CC) ; disponibilizar recursos para , também métodos e meios, implementação da PNFF(**Comissão de Acompanhamento 1- CA1**);identificar prioridades e necessidades de formação (Comissão de Acompanhamento 2- CA 2) e constituir-se como fórum de reflexões sobre as iniciativas em formação financeiras ( Comitê Consultivo ).

A primeira comissão terá em sua composição integrantes dos agentes reguladores financeiros: Banco de Portugal(BdP) , Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Os representantes na demais comissões serão “ *entidades públicas , associações do setor financeiro , associações de defesa do consumidor , universidades e institutos e outras entidades vocacionadas para a promoção para a promoção da literacia financeira.*”(PNFF,p.1).

Quanto à divulgação será desenvolvida por campanhas feitas em todos os veículos de comunicação, mas de modo mais intenso pela mídia eletrônica com a criação de portais dos “reguladores financeiros”.

No estabelecimento de critérios avaliativos o documento chama a atenção para o fato dos planos de formação financeira “serem recentes” o que dificultaria a utilização de uma metodologia de avaliação que tenha sido testada, para servir de modelo. Elenca, no entanto pontos que seriam fatores impactantes, além de seu caráter inovador:

- O conceito de formação financeira:

Neste aspecto o conceito de Educação Financeira “*que pressupõe não só a aquisição de conhecimentos, mas também a forma como estes influenciam atitudes e comportamentos*” (PNFF, p.17) gerariam uma duplicidade que por sua vez exigiria



uma avaliação em dois níveis: Os conhecimentos como são observáveis devem ser aferidos por questionários e os comportamentos através de estudos de grupos de consumidores.

- A medição do impacto:

No que respeita a este tema, por um lado, há a *assunção* de certa limitação do PNFF dado que,

“a maioria dos objetivos pretendidos com um projeto de formação financeira (e.g. promover a inclusão financeira, sensibilizar para hábitos de poupança, evitar situações de sobreendividamento) depende, provavelmente em maior grau, de uma série de factores, para além da literacia financeira, **tais como o rendimento dos consumidores ou a situação económica em geral.**” (ENFF, p.17). (grifo nosso)

Por outro lado afirmam que tais dificuldades não devem impedir a avaliação do PNFF, implicando, apenas, na necessidade de “alguma cautela na interpretação dos resultados.”.

Estabelece por fim três objetivos avaliativos traduzidos como:

- *Funcionais- implementação*, que tratam mais diretamente da quantificação de ações e instituições envolvidas com a literacia financeira e o estabelecimento de metas (também quantitativas). Como exemplo pode ser facilmente verificado, num dado período de aplicação, o numero de escolas envolvidas , de acessos a portais sobre o tema ou número de estudantes abrangidos;

- *Imediatos – conhecimento financeiro*, que pressupõem avaliação por meio de questionários alertando para a necessidade de avaliação “ao final de seu horizonte temporal” no caso do próprio PNFF, para “projetos concretos’ a avaliação pode ser feita imediatamente;

- *Principais – que dizem respeito ao comportamento financeiro e podem ser realizados através de questionários gerais ou destinados a grupos específicos.* Podem ainda ser observados a partir de indicadores como:

- indicadores sobre a inclusão financeira (e.g. percentagem da população sem conta bancária);

- indicadores sobre o hábito de poupança (e.g. taxa de poupança bruta das famílias, instrumentos de poupança mais utilizados);

- indicadores sobre o endividamento (e.g. endividamento das famílias, rácios de incumprimento por tipo de crédito concedido);

- indicadores sobre o número e tipo de reclamações e pedidos de informações dos consumidores financeiros. (PNFF, p.19)

Como os indicadores estão relacionados a outros fatores, o documento ressalta a importância de adoção de *“métodos que avaliem a relação de dependência e/ou causalidade entre a formação financeira e os objetivos do Plano.”*. Para tanto estabelece os métodos:

**Modelo econométricos**, com a intenção de isolar a interferência de outros fatores e então aferir a existência de causalidade entre objetivos e projetos desenvolvidos;

**A comparação com grupos de controle**, que se referem á comparação entre grupos que recebem e outros que não foram submetidos a ações de formação financeira;

**Análise de resultados de questionários e inquéritos**, o estabelecimento de um novo inquérito à literacia financeira desenvolvido em 2015, período de término do PNFF, para ser comparado ao realizado em 2010.

**Como considerações finais, indica:**

1. “A importância da literacia financeira é hoje amplamente reconhecida.”;
2. “Num contexto em que os produtos financeiros são cada vez mais complexos [...] a formação financeira passou a assumir um papel de relevo nas políticas de proteção ao consumidor, especialmente após o eclodir da crise financeira.”;
3. “A literacia financeira, entendida como a capacidade de tomar decisões informadas, contribui não só para maior bem-estar dos indivíduos, mas também para a estabilidade macroeconômica e financeira.”;
4. “Consumidores mais informados e com maiores níveis de formação são susceptíveis de adquirirem melhores hábitos de poupança e de selecionar produtos mais adaptados às suas necessidades.”;

Por fim assumem como orientações que,

O PNFF tem como missão contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros sãos e adequados, concorrendo para a estabilidade do sistema financeiro e para aumentar o bem-estar da população. (PNFF, p.20)

Uma última consideração que é feita é de que o PISA<sup>68</sup> (que nesse ano (2012) avalia competências em literacia financeira) poderá representar contribuição para a construção/consecução da proposta de formação financeira de Portugal.

## 2.5. A Estratégia Nacional Financeira na Espanha.

A Estratégia Nacional para abordagem da Educação Financeira na Espanha segue o mesmo percurso de outros planos analisados neste trabalho. As informações e análise documental, feitas aqui, têm como suporte o *Plan de Educación Financiera*, desenvolvido em conjunto pela Comisión Nacional del Mercado de Valores e Banco de España – Eurosistema, para o período 2008-2012. Suas principais aspirações estão postas no fragmento, na **figura (6)**<sup>69</sup>, abaixo, extraído do referido plano:

Con la publicación de este Plan de Educación Financiera y la firma del Convenio de Colaboración para su desarrollo, la CNMV y el Banco de España asumen, dentro de la estrategia global del Gobierno en el ámbito de la educación financiera, las recomendaciones y principios de la Comisión Europea y la Organización para la Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE) de contribuir a la mejora de la cultura financiera de los ciudadanos, dotándoles de herramientas, habilidades y conocimientos para adoptar sus decisiones financieras informadas y apropiadas.

La mejora de la cultura financiera de la población contribuye a fomentar tanto la estabilidad y confianza en el sistema financiero como el crecimiento económico.

Os interlocutores: A *Comissão Europeia* e a *OCDE*, cujos princípios analisados anteriormente estão a fundamentar este plano. O propósito final a ser alcançado: estabilidade do sistema financeiro e desenvolvimento.

<sup>68</sup> O PISA avalia o desempenho escolar de alunos com cerca de 15 anos e neste ano de 2012 avaliará seus desempenhos em Educação Financeira.

<sup>69</sup> Com a publicação deste Plano de educação Financeira e a assinatura de convênio para seu desenvolvimento, a Comissão nacional de Mercado de Valores e o Banco de Espanha, dentro da estratégia global de governo no âmbito da educação financeira, as recomendações e princípios da Comissão Europeia e da Organização para Cooperação e desenvolvimento econômico de contribuir para melhora da cultura financeira dos cidadãos , proporcionando-lhes ferramentas habilidade e conhecimentos para tomar decisões financeiras informadas e apropriadas. A melhora da cultura financeira da população contribui para fomentar tanto a estabilidade e confiança no sistema financeiro como o crescimento econômico.

Devemos pedir licença ao leitor para, mais uma vez, dizermos a que veio a Educação Financeira, nos termos em que tem sido proposta. Inclusive através do que é possível depreender a partir da fala de seus próprios interlocutores. Destina-se ao Mercado! É claro que busca qualificar os indivíduos para “tomarem decisões mais seguras”, mas o faz, transformando-os, em melhores consumidores de produtos financeiros, e assim, mais uma vez, o objetivo é o mercado. O bem *estar social*, que em alguns documentos aparece como bem *estar econômico*, sugere que por vezes seus interlocutores, por um lapso linguístico, deixem revelar suas “ocultas” intenções e assim os benefícios sociais alcançados pelos indivíduos, educados financeiramente, seriam meros efeitos colaterais.

Bem mas então não é promover o bem social, capacitar as pessoas para terem uma vida financeira mais estável, alcançarem seus sonhos – aqueles realizáveis pela via financeira – e ainda conseguir com isso que toda a economia se desenvolva?

Responder negativamente a esta pergunta, pode sugerir ao leitor que de fato perdemos o juízo. Ainda sim, a resposta é não. Mas devemos esclarecer que nossa negativa refere-se, principalmente, a algumas concepções que essa perspectiva de educar financeiramente os indivíduos, deixa transparecer. Tentemos refletir um pouco mais sobre isto.

Uma das definições de Educação Financeira às quais fomos apresentados, durante esta revisão, a qualifica como um:

“processo de transmissão de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, de modo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras, tornando-se mais integrados à sociedade com uma postura pró-ativa na busca de seu bem estar.” (SAITO, 2007)

Em que se pode concluir que a concepção epistemológica presente aqui, aproxima-se de uma visão de aprendizagem segundo a qual é possível transmitir o conhecimento. Esse já é um primeiro ponto que nos causa afastamento desta perspectiva.

Não temos o propósito de travar discussão, nem mesmo fazer um relato das diferentes teorias de aprendizagem, mas sim, certamente, de nos aproximar do

interacionismo sócio-histórico de Vigotsky, ao qual rapidamente nos referimos pelas palavras de Rego (2002, p. 98).

“Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem.”

Ocorre que conhecimento não pode ser transmitido, visto que é algo “*do domínio da enunciação*” (LINS, 1999, p.88). É preciso que o indivíduo se lance ao objeto, constituindo-o e, assim, pela intermediação do outro (ambiente sócio-histórico também), produza significados. Este processo se constitui em conhecimento que, como concebemos é “*uma crença afirmação junto com uma justificação que me autoriza a produzir aquela enunciação.*” (LINS, 1999, p. 88).

Compartilhamos ainda a ideia de que “a imersão de uma pessoa em uma cultura se dá através de sua imersão em modos legítimos de produção de significados.”. O que equivale a dizer que: “produzimos significados para que pertençamos a uma prática social e de modo mais amplo a uma cultura.”.

É a partir desse conjunto de caracterizações sobre o conhecimento, presentes no Modelo dos Campos Semânticos, que julgamos poder dizer que uma proposta , alternativa, de Educação Financeira deve proporcionar aos indivíduos a produção de significados acerca dos objetos e conhecimentos (informações) constituintes desse fenômeno social. Que significados podem, em uma atividade de matemática, ser constituídos pelos alunos, por exemplo, ao objeto Taxa de Juros? Que significados podem ser produzidos para o objeto Fundo de previdência? E nesta tarefa, que outros valores podem ser agregados a este objeto?

Consideremos por fim que mesmo que nosso propósito seja deprever criticamente as Estratégias da Educação Financiera, não podemos fazê-lo sem ao menos indicar possíveis e alternativos caminhos quanto ao modo como devemos nos educar financeiramente. A menção ao MCS é apenas um exemplo disso.

Retomamos, a partir daqui, novamente a análise do *Plan de Educación Financera* da Espanha, segundo o qual são três os critérios básicos a serem

seguidos: **da generalidade**, atender os indivíduos em todas as fases da vida e acalcar também todos os produtos e serviços financeiros; **da cooperação**, que une iniciativas públicas com instituições financeiras, aberta ainda a todas as instituições sociais que possam apoiar essa tarefa. E **da continuidade**, desenhado para um período de 04 (quatro anos) poderá se estender além desse prazo.

Foi elaborado a partir do que expõem a Financial Services Authority (FSA) que trata da Educação Financeira na Inglaterra e nos Princípios e Recomendações da OCDE e da Comissão Europeia.

Com pequenas alterações, segue o mesmo conjunto de justificativas, de outros trabalhos, para a implementação da Educação Financeira, sugerindo ainda benefícios (elencamos aqui aquelas que julgamos mais significativas):

1. Estudos internacionais mostram que os consumidores possuem uma cultura financeira insuficiente;
2. Beneficia os indivíduos por toda a vida, independente de sua renda;
3. Servirá às crianças para compreenderem o valor do dinheiro;
4. Aos jovens para a vida independente no futuro;
5. Aos adultos tanto para auxiliar em decisões básicas de compra e venda como para o preparo para a aposentadoria.

Está presente nesta proposta, de modo explícito, um paradoxo que se refere à existência de uma relação de equivalência (ou de causa e efeito) entre desenvolvimento econômico e o alcance do bem estar social. Ao menos, é o que se depreende da ideia de que a Educação Financeira favorece “el ahorro, lo que añade liquidez adicional a los mercados de capitales, aspecto clave para la promoción del crecimiento, el empleo y el bienestar social.”<sup>70</sup> (2007).

Um foco bastante interessante nesta estratégia foi o de “olhar” para o comportamento financeiro das famílias espanholas, o que foi feito pela *Encuesta Financiera de las Familias*<sup>71</sup>, observando os seguintes aspectos<sup>72</sup>:

- a) Composición de los activos;

<sup>70</sup> “A poupança acrescenta liquidez aos mercados de capitais, aspecto fundamental para promoção do crescimento, do emprego e bem estar social.” PNEF (2007)

<sup>71</sup> Encuesta Financiera de las Familias que elabora el BE (EFF)1: La Encuesta Financiera de las Familias, en sus dos ediciones correspondientes a 2002 y 2005, se puede consultar a través de la web del BE ([www.bde.es](http://www.bde.es)).

<sup>72</sup> Composição dos ativos; endividamento das famílias e atitude frente ao risco financeiro.

- b) Endeudamiento de los hogares;
- c) Actitud frente al riesgo financiero.

Para que não corramos o risco de, na tradução, perdermos um pouco de seu significado, a fizemos, mantendo também as expressões originais para que eventuais interpretações (traduções) “corretivas” possam ser feitas pelos leitores que as julgarem necessárias.

Desse modo, aos aspectos elencados, estamos traduzindo como:

- a') composição dos ativos;
- b') Endividamento das famílias;
- c') Postura frente ao risco financeiro.

Os resultados, de forma resumida, mostramos abaixo:

*- A habitação é o ativo real em que as famílias mais investem. Representa cerca de 66,1% dos ativos reais e 58,9% dos ativos totais;*

Segue-se a esta informação o nosso comentário: Há dois tipos de ativos a serem considerados: os financeiros e os reais. Como financeiros, podemos citar: ações de determinada empresa, fundos de investimentos, ou títulos públicos (são intangíveis). Como ativos reais: o ouro, terrenos (ou imóveis) obras de artes,... (são tangíveis).

*- a composição dos ativos financeiros mostra: contas bancárias 42%, ações e fundos de investimentos 33%, e planos de pensões e seguros de vida 20%.*

*- nas famílias chefiadas por pessoas entre 45 e 65 anos, o peso das ações, planos pensão de seguro de vida e fundos de investimento está bem acima da média.*

*- 58,6% do endividamento da famílias diz respeito à “residência principal” ( talvez, em uma comparação possamos pensar na casa própria).*

*- a razão da dívida sobre o rendimento disponível bruto, apresenta os grupos de baixa renda, juntamente com os menos escolarizados como aqueles que têm uma situação pior.*

*- Em geral, famílias espanholas mantêm um perfil bastante conservador todas as faixas etárias e níveis de escolaridade e renda. Três quartos das famílias em 2002 declarou um total de aversão ao risco.*

Os resultados indicam que há variação entre os níveis de renda e os tipos de investimentos. Mostra ainda diferenças por conta da situação de trabalho em que os trabalhadores com carteira assinada investem mais em fundos mútuos e de pensões enquanto os que estão na atividade informal, em imóveis e depósitos.

Neste quadro descrito de acordo com o Estudo, a Educação Financeira está assumindo maior importância por três razões:

O **primeiro**: que também aparece em outros estudos, diz respeito à maior complexidade dos produtos financeiros e dos mercados.

O **segundo**: aumento da expectativa de vida, taxas de fertilidade mais baixas que levam ao envelhecimento da população.

O **terceiro**: “Mudanças na pirâmide demográfica terá um impacto significativo sobre sistemas de protecção social e, especialmente, na pensão, com uma diminuição de renda de aposentadoria em relação aos salários.”

Há a indicação de um novo marco legal possibilitado pelo:

“Plan de Acción de Servicios Financieros, que la Comisión Europea puso en marcha a finales de los años 90 para favorecer la creación de un verdadero mercado único de servicios financieros, ha introducido el siguiente enfoque: por un lado, liberaliza la actividad de las entidades financieras para mejorar la eficiencia y competencia de los mercados financieros y, por otro, refuerza las exigencias prudenciales y de conducta para mejorar La confianza de los inversores.”<sup>73</sup>

Como exposto, representa importante mecanismo de ajuste liberal da economia que para os propósitos deste trabalho, pelos limites já considerados, apenas faremos o registro.

A OCDE, como não poderia deixar de ser, aparece como grande formulador de Educação Financeira a fundamentar esta estratégia espanhola através de suas recomendações e seus princípios:

“En sus recomendaciones, la OCDE reconoce la necesidad de impulsar programas de educación financiera dirigidos a todos los ciudadanos, comenzando por la escuela, adaptados a las necesidades y características

---

<sup>73</sup> Plano deacção de Serviços Financeiros que , a Comissão Europeia lançou no final dos anos 90 para promover a criação de um verdadeiro mercado único dos serviços financeiros, apresentou a seguinte abordagem: em primeiro lugar, liberalizar a atividade das instituições financeiras para melhorar a eficiência ea concorrência nos mercados financeiros e, em segundo lugar, reforça os requisitos prudenciais e de comportamento para melhorar a confiança dos investidores.



de cada grupo de población. En sus contenidos deben cubrir aspectos esenciales como la planificación financiera, el ahorro, el endeudamiento, los seguros y las pensiones.”(Plan Educación Financera, Espanha, 2008-2012)<sup>74</sup>

Ou seja: partem de uma necessidade, quase “natural”, do homem por educar-se financeiramente; que deve começar na Escola e específica de cada grupo etário, cobrindo aspectos como endividamento e pensões, características que são gerais a outras Estratégias Nacionais.

Reafirma o alinhamento ao que dispõe a “Comunicación sobre Educación Financiera de la Comisión Europea, de diciembre de 2007” e “Principios básicos para unos planes de educación financiera de alta calidad” como orienta a OCDE.

Parte específica neste documento espanhol tratará de experiências em outros países, através do *“Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies”* da OCDE (2005) analisando o nível e o impacto da Educação Financeira em seus cidadãos. Como se vê refere-se a um trabalho desenvolvido pela OCDE, mas que, por surgir em nossa pesquisa documental, quando da análise da estratégia espanhola, será aqui considerado. Ao leitor, do mesmo modo como já fizemos, lembramos que com o passar da investigação (em sua parte de revisão) as mesmas questões passam a surgir em outros trabalhos revisados. Esta uniformidade de pensamento em Educação Financeira é o que julgávamos encontrar, inicialmente por se tratar de fenômeno recente, e depois pelas próprias características do cenário em que se desenvolve. Vale lembrar que estamos refletindo sobre *as relações sociais econômicas num mundo globalizado*. Aqui, a predominância de um pensar econômico (talvez mais financeiro), além de resultado, é principalmente característica fundante de nossa fase de “desenvolvimento” tecnológico, econômico e social. Essa invariância no modo de pensar está expressa no corpo do próprio documento para o qual “todos los estudios arrojan resultados similares, aun cuando el alcance, la población analizada y la metodología empleada sean diferentes.”

---

<sup>74</sup> Em suas recomendações a OCDE reconhece a necessidade de promover programas de Educação Financeira , dirigidos a todos os cidadãos , começando pela Escola , adaptados às necessidades e características de cada grupo da população. Seu conteúdo deve cobrir aspectos essenciais como planejamento financeiro, a poupança, o endividamento os seguros e as pensões. Plano Nacional de Educação Financeira (2008- 2012)

(OCDE, 2005) . Ou seja, são “verdades” que assumem características de existência e unicidade, visto que sobrevivem a metodologias e populações diferentes.

A indicação desta e de outras propostas é de que:

“La mejora de la cultura financiera es un objetivo complejo cuyo logro sólo podrá valorarse a medio y largo plazo. En particular, la inclusión de la educación financiera en el sistema docente, dentro del ámbito de la política educativa, su aportación más valiosa por lo que de reforma estructural tiene, sólo será visible en las generaciones futuras. Conscientes de que esta medida podría requerir un proceso de preparación más dilatado, el BE y la CNMV ofrecen a las autoridades educativas su total colaboración para que se implante con rapidez.” (Plan Educación Financera , 2008-2012, p 20).<sup>75</sup>

É possível, no futuro, quando os efeitos dessas estratégias puderem ser sentidos, que tenhamos (nos termos em que é concebida a EF) uma população melhor formada, financeiramente. E também que essa formação contribua, em certa medida, para o desenvolvimento das economias. No entanto, se levada a termo pelos sistemas escolares, tal como está formulada, teremos uma instituição (Escola), que terá contribuído para o desenvolvimento da economia como um todo que, no entanto, pouco ou nada tenha feito no sentido de colaborar para a diminuição das desigualdades sociais, visto que a EF se dirige aos mercados e que não há uma relação direta entre desenvolver-se economicamente e desenvolver-se socialmente.

No que respeita, ainda, aos sistemas escolares e de como a Educação Financeira pretende lhes envolver, destacamos alguns recortes (**figura (7)**) da Estratégia em análise:

---

<sup>75</sup> A melhora da cultura financeira é um objetivo complexo, cuja realização só pode ser avaliada a médio prazo e longo prazo. Em particular, a inclusão da educação financeira no sistema educacional no âmbito da política educativa, sua contribuição mais valiosa que tem a reforma estrutural só será visível nas gerações futuras. Ciente de que esta poderia exigir processo de preparação mais extensa, o BE e as autoridades educacionais CNMV oferecem plena cooperação para que possam ser rapidamente implementadas.

Cuadro 1 Síntesis del contenido del Plan				
	Segmentos	Necesidades	Actuaciones	Ámbitos de cooperación
Sistema educativo	Secundaria Formación profesional	- Básicos: Ahorro / Inversión / Endeudamiento	- Elaboración material - Formación profesores	- Autoridades educativas nacionales y autonómicas - Asociaciones de profesores
	Universidad	- Sistema Financiero	- Línea apoyo permanente - Inclusión currículo	

Fonte: Plan Educación Financera 2008-2012. Recorte relativo ao envolvimento dos sistemas escolares.

- *Estudiantes.* El sistema educativo facilita el acceso al grupo de población que abarca a los jóvenes integrados en la enseñanza secundaria, la formación profesional o la universidad. En el entorno educativo, los esfuerzos se centrarán en:
  - Colaboración con las autoridades educativas para incluir la educación financiera en el sistema docente.
  - Formación del profesorado y líneas de apoyo permanente.
  - Elaboración de materiales pedagógicos.

Fonte: Plan Educación Financera 2008-2012. Recorte relativo aos sistemas escolares

**Figura (8)** <sup>76</sup>

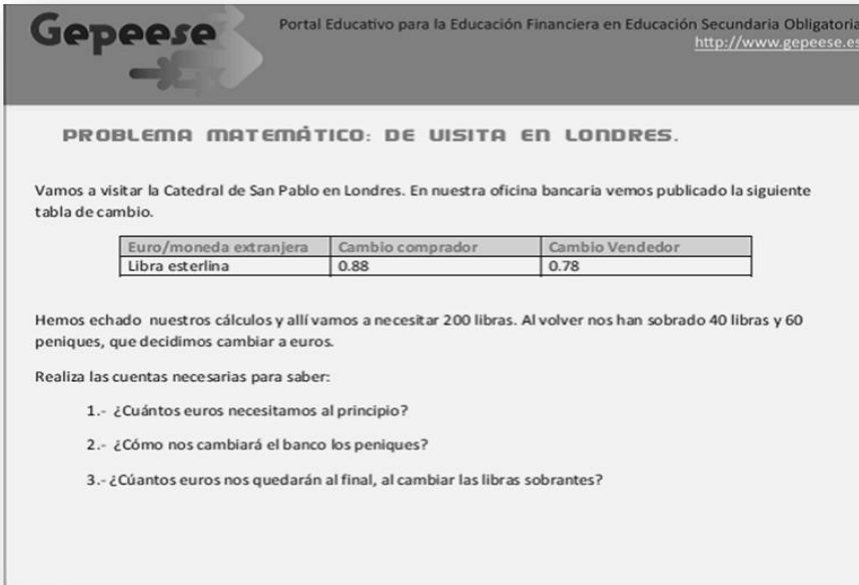
Assim, as orientações para a área de atuação dos sistemas escolares, (alunos do ensino secundário, de formação profissional e universitária) importam em ações curriculares para a introdução da Educação Financeira, bem como atuar na formação docente e produção de materiais didáticos. Há também o propósito de direcionar ações a cada grupo populacional, como em outras propostas, acrescentando-se, aqui, talvez pela primeira vez nesta revisão, uma abordagem específica para imigrante. Países europeus, de um modo geral, mas de modo mais intenso, talvez França e Itália tenham históricos “problemas” com o trato da imigração.

<sup>76</sup> Estudiantes: O sistema de ensino facilita acesso ao grupo da população que envolve jovens de ensino secundário, profissional e universitário. No contexto da educação os esforços estão centrados em:

- Colaboração das autoridades educacionais para incluir a Educação Financeira nos sistemas de ensino;
- Formação de professores e linhas de apoio permanente;
- Elaboração de materiais pedagógicos.

Entre as quatro fases propostas para o seu desenvolvimento, o Plan de Educación Financiera estabelecia, dentre outras coisas, a construção de um Portal de Educação Financeira para 2008. Está em funcionamento um site<sup>77</sup> que dispõe de jogos, materiais didáticos e problemas matemáticos.

São atividades nos moldes daquelas que tradicionalmente ocorrem nos sistemas de ensino, com o diferencial da utilização de recursos tecnológicos. Os problemas matemáticos, por exemplo, são aplicativos de objetos que normalmente se utilizam em uma sala de aula de Matemática Financeira. Veja exemplo que extraímos desse site, retratado na figura abaixo:



**Gepeese** Portal Educativo para la Educación Financiera en Educación Secundaria Obligatoria  
<http://www.gepeese.es>

**PROBLEMA MATEMÁTICO: DE VISITA EN LONDRES.**

Vamos a visitar la Catedral de San Pablo en Londres. En nuestra oficina bancaria vemos publicado la siguiente tabla de cambio.

Euro/moneda extranjera	Cambio comprador	Cambio Vendedor
Libra esterlina	0.88	0.78

Hemos echado nuestros cálculos y allí vamos a necesitar 200 libras. Al volver nos han sobrado 40 libras y 60 peniques, que decidimos cambiar a euros.

Realiza las cuentas necesarias para saber:

- 1.- ¿Cuántos euros necesitamos al principio?
- 2.- ¿Cómo nos cambiará el banco los peniques?
- 3.- ¿Cuántos euros nos quedarán al final, al cambiar las libras sobrantes?

BANCO DE ESPAÑA  
 CNMV  
 COMISIÓN DE ESPAÑA  
 MINISTERIO DE ECONOMÍA

Figura. (9)

## ALGUMAS INDICAÇÕES

Em termos de indicações gerais, podemos dizer que as prescrições do Plano de Educação Financeira da Espanha não apontam para direções diferentes das que

<sup>77</sup> [www.finanzasparatodos.es](http://www.finanzasparatodos.es)

aparecem em outros trabalhos aqui revisados, de modo que julgamos desnecessário aprofundar análise, preferindo fazer apenas um resumo indicativo de suas tendências e orientações. O que se segue então será uma tentativa de construir uma síntese dessas propostas, além de representar algumas indicações que delas podemos constituir.

Algumas questões e orientações parecem percorrer praticamente todas as propostas de Educação Financeira sobre as quais nos debruçamos, ainda que com relativa profundidade. No entanto, é possível dizer que, com pequenas alterações, de um interlocutor a outro, indicam que:

**1.** A Educação financeira é necessária aos indivíduos na atualidade;

**2.** A justificativa dessa necessidade reside:

(i) Os produtos financeiros estão, cada vez mais, apresentando certo grau de complexidade, de modo que para utilizá-los é necessário capacitar as pessoas;

(ii) Há um contingente de indivíduos que não são alcançados pelos sistemas bancários (estão fora do mercado de consumo financeiro);

(iii) Há uma preocupação crescente sobre os fundos privados de pensões dado o aumento da expectativa de vida e, talvez, no impacto desse fenômeno nos sistemas públicos de aposentadoria;

(iv) Aumento do endividamento das famílias e das pessoas;

(v) Os indivíduos não têm o hábito da poupança nem de realizar outras aplicações financeiras, sobretudo as mais complexas;

**3.** Dirige-se ao Mercado Financeiro e o propósito é de alcançar e manter a estabilidade das economias na crença, como dissemos reiteradas vezes, liberal, de que assim se pode alcançar o bem estar social.

Para que fique claro ao leitor, ressaltamos que o exposto neste item refere-se a uma indicação que estamos fazendo, em decorrência da pesquisa. Poderíamos chamá-la de conclusão de pesquisa, no entanto como estamos preocupados com a constituição de discursos, essa caracterização pode sugerir um resultado inequívoco. Preferimos assim apenas apresentá-lo como uma indicação.

**4.** Educação Financeira deve ser dirigida a todos os grupos sociais e a todas as pessoas, em todas as faixas etárias, considerando suas especificidades. Há orientações, na proposta espanhola, por exemplo, de uma EF dirigida aos grupos de

imigrantes, grupos étnicos e outras minorias que comportam estratégias específicas para cada segmento.

5. Deve ser uma preocupação dos Governos, materializada em seus sistemas escolares. Ou seja, é tarefa posta aos educadores;

6. Aponta como imprescindível a participação da iniciativa privada, orientação que está presente em várias propostas analisadas nesta pesquisa. De modo dominante as instituições privadas envolvidas com esta temática são financeiras, ou ligadas ao setor financeiro;

7. Podemos dizer que de modo mais abrangente a Educação Financeira está aberta ao Terceiro setor;

## 2.6. Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil.

### **Introdução**

O recurso que temos utilizado, de fazermos “recortes”, representando em “figuras”, além das próprias imagens que aparecem nos textos, também, reportagens e trechos de apresentações, por exemplo, tornam nossa tarefa facilitada, poupa-nos, e também ao leitor, de extensas transcrições, e não impendem que façamos as devidas considerações após exibí-los.

Uma figura em determinado texto, cumpre a função, é nosso entendimento, de ser complemento da informação (reflexão) que a acompanha, servindo também como “texto”. Assim, justificamos também a utilização desses “recortes” pelo mesmo valor que pode ser creditado a elas (figuras).

Será também por meio de documentos e das Conferências Internacionais de Educação Financeira que vamos apresentar ao leitor a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil. Vamos proceder a esta apresentação considerando duas partes. Na primeira vamos tratar de documentos variados com o objetivo de descrever uma visão geral sobre a proposta brasileira. Embora alguns façam parte do documento oficial da Estratégia brasileira, constituem também o cenário de estudos e discussões que antecedeu a proposição de uma ENEF brasileira,

propriamente dita. É o caso do documento de apresentação das iniciativas de educação financeira desenvolvidas no âmbito do CEMLA<sup>78</sup>. Na segunda parte vamos tratar do documento da ENEF<sup>79</sup>.

Ainda que incipiente, a Educação Financeira no Brasil, parece seguir os mesmos passos das iniciativas internacionais. Os modelos Português e Espanhol, por exemplo, orientam-se a partir de iniciativas capitaneadas pelos respectivos Bancos Centrais e instituições financeiras como: Banco de Portugal e Caixa Geral de Depósitos, no caso português, que conta ainda com outras instituições financeiras como também da Universidade de Aveiro (através do Pmat E); Comisión Nacional del Mercado de Valores e Banco de España – Eurosistema, na elaboração do “Plano” espanhol.

No caso brasileiro, a consecução de uma ENEF esteve a cargo, inicialmente do COREMEC, Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (criado pelo Dec. 5.685, 25.01.06). Constituído por: BACEN, CVM, SPC e SUSEP, este comitê, a partir de deliberação nº3, de 31 de maio de 2007, aprovou a constituição de um grupo de trabalho (Membros: BACEN, CVM, CPC e SUSEP, mais entidades privadas convidadas pelo grupo) para desenvolver uma ENEF.

O cenário traçado que favoreceria a implementação da Educação Financeira, para o então constituído grupo de trabalho (GT) caracteriza-se por um ambiente de: maior complexidade de produtos financeiros e maior acesso (internet) a produtos com alto risco de investimentos através dos home-broker, por exemplo; aumento na expectativa de vida dos brasileiros (dados do IBGE); golpes financeiros, superendividamento e popularização de crédito.

Além disso, há uma preocupação com o número de pessoas bancarizadas<sup>80</sup> em todo o mundo. No final da pesquisa apresentamos um quadro com dados extraídos do Banco Mundial<sup>81</sup>, que confirma o que estamos dizendo.

---

<sup>78</sup> Centro de Estudos Monetários Latino Americanos

<sup>79</sup> Estratégia Nacional de Educação Financeira – Brasil.

<sup>80</sup> Podemos dizer que se trata da caracterização de indivíduos que tem acesso , formal, a uma instituição bancária.

Mas já aqui, para exemplificar essa questão, apresentamos a informação de que “50% of adults worldwide have an account at a formal financial institution<sup>82</sup>”.

Essa “preocupação” se justifica pelo fato de que os bancos representam a abertura de todo um mercado de produtos financeiros que através dessas instituições podem ser ofertados aos indivíduos. Estes, uma vez “incluídos”, passam a ser qualificados como consumidores de tais produtos. Mais a frente, quando descrevermos a figura do *consumidor financeiro* vamos nos deter, de modo mais detalhado, deste tema.

## OS DOCUMENTOS

As informações apresentadas nesta primeira parte constam de documentos extraídos da **Conferência Internacional sobre Educação Financeira (Brasil/2009)**<sup>83</sup> Como essa conferência teve foco voltado para a América Latina, achamos interessante representar alguns de seus discursos, como forma de indicar também a tendência o que se propõe para o Brasil em termos de Educação Financeira. Neste espaço também pretendemos abordar a iniciativa do Estado de Minas Gerais que já há alguns anos desenvolve projeto de Educação Financeira nas Escolas.

As primeiras considerações discursivas que representamos dizem respeito à apresentação do senhor Dr. Kenneth Coates, Diretor Geral do CEMLA (Centro de Estudos Monetários Latino Americanos), segundo o qual **“os mandatos dos Bancos centrais são claros e objetivos na busca da estabilidade dos preços e do sistema financeiro.”** Porque então a preocupação com a Educação? A resposta que o Sr. Coates apresenta:

“Los mandatos de los bancos centrales son muy claros y acotados: La estabilidad de precios y La estabilidad Del sistema financiero. Entonces, llama La atención que “educar” sea también una tarea del banco central, cuando esta función no se encuentra entre SUS mandatos. **Uma primera respuesta sencilla y contundente: La estabilidad del sistema financiero y de La moneda pueden mejorar sustancialmente si se cuenta com um sociedad educada.**” (Coates, 2009)<sup>84</sup>

<sup>82</sup> 50% dos adultos em todo o mundo tem uma conta em uma instituição financeira formal.

<sup>83</sup> Os documentos foram extraídos e podem ser consultados em: <http://www.oecd.org>.

<sup>84</sup> Segundo o Sr. Coates “Os mandatos dos bancos centrais são muito claros e delimitados: A estabilidade de preços e estabilidade do sistema financeiro. Chama atenção para que “educar” seja também tarefa do banco central, quando essa função uma atribuição de seu mandato. Uma primeira resposta clara e contundente: O sistema financeiro e monetário pode ser substancialmente melhorado se conta com uma sociedade educada.”



“Es claro que ciudadanos instruídos e informados que tomen decisiones econômicas y financieras sensatas–y que apoyen La autonomia del banco central–contribuyen a La estabilidad macroeconômica, que es a La vez um prerequisite para um entorno favorable al crecimiento y al desarrollo.” (Coates,2009)

“Entonces, hay “motivos interesados” de La banca central, ya que una población financieramente educada facilita su labor.” (Coates,2009)

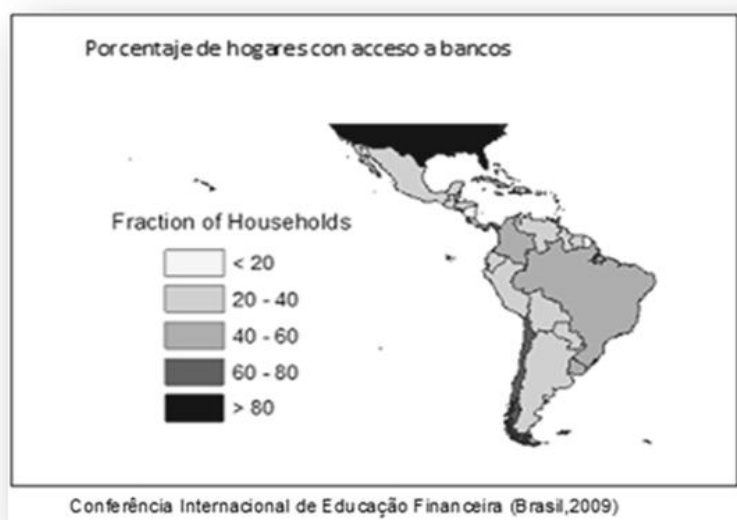
Ou seja, segundo o Sr. Coates uma população educada financeiramente pode ajudar o trabalho dos Bancos Centrais, o desenvolvimento dos sistemas financeiros e das economias. Pode proporcionar crescimento econômico.

Existem ainda, segundo o Sr. Coates, justificativas mais “altruístas”, – *no dicionário, se diz daqueles que se dedicam a seus semelhantes*. Tarefa nobre no discurso, mas, perversa na intenção manifestada na prática, uma vez que Coates caracteriza como altruísta, a iniciativa de tentar incluir no sistema financeiro (o que equivale a aumentar o número de consumidores de produtos financeiros), significativa parcela da população que não dispõe de vínculo bancário e assim, como o próprio expositor indica “promover el acceso y la inclusión financiera (bancaización)”.

O Quadro seguinte (**Figura-10**), extraído de sua apresentação, parece justificar a necessidade dessa “inclusão”, indica o percentual de “desabrigados”, (famílias fora do alcance do sistema bancário), como dissemos, potenciais consumidores:

---

“É claro que cidadãos instruídos e informado que tomem decisões sensatas - que apoiem a autonomia do Banco Central – contribuem para a estabilidade macroeconômica que por sua vez é pré-requisito para um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento.”  
“Então há interesses do Banco Central já que uma população educada facilita o seu trabalho.”



Observa-se que os percentuais referentes ao Chile, primeiro país da América Latina a passar pelo processo de reformas neoliberais e talvez até por conta desse mesmo fenômeno, aproxima-se dos percentuais indicados nos EUA, de famílias “bancaizadas”.

Ainda segundo Coates, a Educação Financeira deve começar nos primeiros anos de escolaridade (posição que tem se repetido em todos os trabalhos pesquisados); a formação dos professores é importante como estratégia e os bancos centrais têm apoiado a formação financeira docente e a produção de materiais. Afirma ainda que: **Figura (11)**<sup>85</sup>

- En el caso de Brasil, por ejemplo, existe una estrategia nacional de educación financiera (ENEF) que apunta a insertar “situaciones didácticas” en la enseñanza de otras materias.
- Pero no existe en ningún país de América Latina una asignatura de “Educación Financiera” incorporada a la currícula escolar o liceal.

Conferencia Internacional de Educação Financeira (Brasil, 2009)

<sup>85</sup> “O caso do Brasil, por exemplo, existe uma estratégia de Educação financeira indica para a inserção de situações didáticas no ensino de outras matérias. No entanto não existe em nenhum país da América Latina uma disciplina de Educação financeira incorporada ao currículo escolar.”

Na mesma Conferência coube ao senhor José Alexandre Cavalcanti Vasco (CVM), a tarefa de apresentar a ENEF brasileira. Segundo Vasco, o ambiente nacional que justifica a iniciativa de uma ENEF caracteriza-se pelos seguintes dados e informações<sup>86</sup> **Figura (12)**:

- 82% of consumers are not aware of the interest rate when borrowing money;
  - overdue installments were mostly caused by poor financial management;
  - the saving rate of Brazilians is low, even among affluent families. In 2003, IBGE found that families saving rates ranged from 0.06% of income, in the low income class, to 3.12 %, among the wealthy;
  - a 2007 survey showed that 87% of families do not save for the future;
  - Brazilians investors: 59% have a saving account; 20% have investments in real estate; 17% own an application in investment funds, and just 8% buy stocks.
- Conferência internacional de Educação Financeira(Brasil,2009)

Como se percebe, este recorte retrata um cenário de pouca preocupação das famílias com a poupança e o futuro, ou seja, sem perspectiva de planejamento a longo prazo, leitura com a qual concordamos; em que a maioria dos investidores (59%) utiliza-se da poupança, o que consideramos positivo pois apesar de render valores inferiores, quando comparada a outras aplicações, representa um tipo de investimento seguro, não sujeito a especulações de toda ordem.

É preciso fazer uma consideração ao que acabamos de escrever, pois na data em que foi construído (o parágrafo anterior), dado que uma fundamental característica da modernidade é a incerteza, sobretudo no cenário econômico, a poupança era de fato um investimento que sugeria bom nível de confiança. Isso era verdade, no entanto recentemente uma proposta do governo para a alteração na

<sup>86</sup> \* 82% dos consumidores não tem conhecimento da taxa de juros quando a pedir dinheiro emprestado; parcelas vencidas foram causados por má gestão financeira; a taxa de poupança dos brasileiros é baixa, mesmo entre as famílias abastadas. Em 2003, o IBGE constatou que as taxas de poupança das famílias variou de 0,06% da renda, na classe de baixa renda, para 3,12%, entre os ricos; uma pesquisa de 2007 mostrou que 87% das famílias não poupam para o futuro; Investidores brasileiros: 59% têm uma conta de poupança, 20% têm investimentos no setor imobiliário, 17% uma aplicação própria em fundos de investimento, e apenas 8% compram apenas compram ações.

forma de cálculo de rendimento da poupança talvez tenha abalado substancialmente tal nível de confiança. O tempo dirá.

As questões que afetam ao cenário e o comportamento financeiro das pessoas são diversos e nem sempre nobres. No modo como concebemos, será desconforto, por exemplo, que investidores alcancem lucros em aplicações, apenas porque em determinada parte do globo, “algum país” despeja bombas em outro. Essa perspectiva, assustadora, está presente no fenômeno de valorização/desvalorização e determinação dos preços de ações comercializadas em Bolsas de Valores. A segunda representação discursiva de que vamos tratar é do representante brasileiro na já referida Conferência. Trata-se das asserções de Alexandre Vasco representante da CVM<sup>87</sup>.

Devemos fazer mais uma breve observação, desta vez para explicar que estamos utilizando a expressão, “*representação discursiva*”, apenas para considerar que, uma vez que tratamos nessa pesquisa documental de caracterizar os documentos como discursos que como tais, contribuem para constituição da prática social da educação financeira, sua utilização tem o objetivo apenas de retratar nossa enunciação como uma perspectiva particular, portanto, uma representação.

Embora seja uma expressão utilizada por Fairclough (2001) autor, cuja contribuição sobre análise de discurso será nossa referência teórica<sup>88</sup>, com um sentido mais denso, neste espaço esta expressão é utilizada apenas no sentido que acabamos de lhe atribuir. Assim, ainda que isso possa estar claro, queremos indicar que os discursos ora considerados estão sendo intermediados por aquele que escreve.

Por fim para evitar que a todo tempo tenhamos que creditar as falas (da apresentação), todas as informações, a seguir, referem-se à apresentação da ENEF feita por José Alexandre Vasco, na Conferência Internacional de Educação Financeira, no Rio de Janeiro, em 2009. Quando for o caso, ressaltaremos tratar-se de nossas considerações.

Os objetivos da ENEF brasileira:

---

<sup>87</sup> Comissão de Valores Mobiliários.

<sup>88</sup> No Capítulo III vamos de modo mais detalhado vamos indicar os elementos da ADC ( Análise de Discurso Crítica) de Fairclough(2001) que nos serão úteis.

1. Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país.
2. Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos.
3. Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Observa-se que a dimensão que compreende a formação dos indivíduos remete-se à esfera da qualificação dos mesmos para que façam boas escolhas financeiras. De resto, orienta-se para o Mercado.

A Estratégia Nacional é composta de (04) quatro seções retratadas no quadro

	Capítulo
Seção I	Introdução (justific., exp. internacionais, pesq. e inventário);
Seção II	Apresentação dos principais tópicos de interesse (Economia/SFN/Bcos e Coop. / Planejamento Financ./ Crédito/ Investimento/ Previdência/ Seguros/ Consumidor)
Seção III	3.1 - Educação nas Escolas (MEC/ONG/Fundações) [Formação básica]
	3.2 Educação de Adultos:
	3.2.1 Alfabetização Financeira [Formação básica]
	3.2.2 Investimentos
	3.2.3 Previdência
	3.2.4 Seguros
	3.2.5 Bancariz./Crédito
Seção IV	Conclusões

ENEF  
Estrutura  
Nova estrutura segregada por:  
a) público-alvo  
b) tema

Conferência Internacional de Educação Financeira (Brasil, 2009)

(Figura 13):

A Seção III é a que terá mais importância nesta parte de nosso trabalho, primeiro porque as duas anteriores, de um modo ou de outro, apareceram ao longo de outros trabalhos e documentos analisados neste capítulo. Segundo porque estamos próximos de começar a delimitar os contornos (primeiros) que daremos a nossa formulação sobre Educação Financeira, e, assim, será relevante descrever, especificamente, a participação do setor educacional nesta Estratégia

Nacional. O leitor deve ter percebido que até o presente momento, praticamente apenas instituições do terceiro setor, e quase todas financeiras, estiveram (em nossa revisão) envolvidas com essa temática. Ressaltamos, aqui, de modo singular, a atuação da Universidade de Aveiro, que através do Pmate, projeto de ensino de Matemática, que agora se direciona também a Educação Financeira.

No quadro acima, observamos o destaque dado ao trato do tema da Educação financeira para Jovens e de Adultos, o que segue orientação que consta de princípios da OCDE (2005) de que *“deve estar voltada, com programas específicos, para cada grupo etário dado que as preocupações dos indivíduos se modificam com o passar do tempo.”* A alfabetização financeira (financial literacy) é outro aspecto a ser ressaltado por ser tema “pouco” presente nos textos nesta revisão, mas “dominante” nos trabalhos de alguns autores americanos (não revisados). Por fim, apresentamos os quadros esquemáticos em que constam estratégias e justificativas para a Educação Financeira nas Escolas no Brasil:

<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.1. Propor a inclusão da Educação Financeira como tema transversal a ser trabalhado nas escolas.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•A educação financeira é assunto essencial para o exercício da cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode deteriorar ou deixar de melhorar a qualidade de vida das pessoas no futuro;</li> <li>•Assim, ter a informação ou saber onde buscá-la é essencial para fazer valer os direitos como cidadão e consumidor.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.2 Desenvolver metodologia pedagógica como proposta de trabalho, porém não impondo-a como um modelo obrigatório para a escola.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Será desenvolvida com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para que o conteúdo seja abordado transversalmente às disciplinas regulares.</li> <li>•As escolas terão liberdade para escolher como trabalhar o conteúdo.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.3 Sensibilização da sociedade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Mobilizar a sociedade explicando sobre a importância da educação financeira para exercício da cidadania e formação de cidadãos mais capacitados para tomar suas decisões.</li> </ul>

<b>Estratégia</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1.4 Sensibilização das Secretarias Estaduais e Municipais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Mobilizar as secretarias estaduais e municipais pois são elas as responsáveis por dar direcionamento às escolas.</li></ul>

<b>Estratégia</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1.5 Sensibilização das instituições de ensino</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Mobilizar as instituições de ensino pois elas tem autonomia para decidir quais os conteúdos e temas a serem trabalhados em sala de aula junto aos alunos.</li></ul>

<b>Estratégia</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1.6 Sensibilização de educadores</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Mobilizar os educadores uma vez que, se eles perceberem a importância de trabalhar o conteúdo da Educação Financeira, conseqüentemente poderão realizar esforços significativos para levar o conteúdo para as salas de aula e conscientizar os estudantes.</li></ul>



<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.7 Implantação da ENEF</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Ações com o Instituição de Conselhos Estaduais e Municipais,</li> <li>•Parcerias com desenvolvedoras de sistema de ensino,</li> <li>•Parcerias com fundações e institutos com ações voltadas à Educação,</li> <li>•Ação integrada com o Programa Mais Educação;</li> </ul> <p>•Essas ações terão por objetivo colocar a ENEF em prática.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.8 Formação de professores</b></p>	<p>O trabalho de formação dos professores terá dois objetivos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Conscientizá-lo sobre a importância em controlar as finanças pessoais e planejar o futuro para sua própria qualidade de vida;</li> <li>2- Conscientizá-lo sobre a importância em trabalhar a educação financeira nas escolas para desenvolvimento do país e qualidade de vida dos alunos no futuro.</li> </ol>
<p style="text-align: center;"><b>Estratégia</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Justificativa</b></p>
<p><b>1.9 Reconhecimento de escolas que implantarem a educação financeira</b></p>	<p>•Com o objetivo de estimular a participação de todas as escolas.</p>

<b>Estratégia</b>	<b>Justificativa</b>
<p><b>1.10 Controle e avaliação</b></p>	<p>•As ações de controle e avaliação serão realizadas em periodicidade a ser definida de forma a acompanhar os resultados alcançados, avaliar a eficiência das ações e propor aprimoramentos</p>
<b>Estratégia</b>	<b>Justificativa</b>
<p><b>1.11 Estabelecimento de parcerias para financiamento das ações</b></p>	<p>•Essa estratégia objetiva maximizar a participação das escolas e implantação de diferentes ações.</p>

Seguem a este quadro, considerações e observações que julgamos necessárias.

Os dois primeiros pontos tratam da forma de introdução dessa temática nos sistemas escolares: a transversalidade. Além disso, cumprem também função de promover o convencimento daqueles envolvidos, sobretudo aqueles aos quais essa

proposta se dirige. Essa iniciativa fica materializada pelo apelo à ideia de que a “alfabetização financeira é essencial para o exercício da cidadania”.

Assim como no consumo de uma mercadoria qualquer, na Educação financeira a primeira iniciativa deve ser então o propósito de criar demanda. É exatamente essa a perspectiva desenvolvida pela Estratégia em exame: intuir a necessidade de que indivíduos precisam educar-se financeiramente. Os pontos 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 referem-se a essa perspectiva uma vez que tratam da necessidade de “sensibilizar” os segmentos envolvidos.

Como estamos analisando discursos, o ponto 1.2 contrasta-se com ações que têm sido desenvolvidas como é o caso da cidade de Santos no Estado de São Paulo. O referido ponto indica que é preciso “desenvolver metodologia pedagógica como proposta de trabalho, porém **não a impondo como um modelo obrigatório para a escola.**” (*Grifo nosso*). No entanto parece-nos que iniciativas como estas tem sido desenvolvidas como consumo de pacotes pedagógicos prontos inclusive com metodologia já estabelecida, vendidos no mercado educacional. Esta questão está posta a partir do recorte de reportagem abaixo<sup>89</sup>:

19/04/2012  
*Cotidiano*  
**Relação com o dinheiro vira tema de sala de aula, em Guarujá.**

**Poupar e ter hábitos de consumo consciente, comprando apenas o necessário. Essas são apenas algumas orientações que os estudantes de Guarujá passarão a ter a partir do próximo bimestre. Este é o objetivo do Programa de Educação Financeira: Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar (DSOP) que a Prefeitura de Guarujá implantou nas escolas da rede de ensino.**

---

<sup>89</sup> Extrato de noticiário veiculado em: <http://www.jornaldaorla.com.br>, aos 19/04/2012. Consultado e extraído em 3/08/2012.

A metodologia será incluída no currículo escolar dos alunos do 5º ao 8º ano, a partir do segundo bimestre. O conteúdo está dividido em seis eixos: Família, Diversidade, Sustentabilidade, Empreendedorismo, Autonomia e Cidadania. "O grande diferencial da iniciativa é a ampliação do enfoque matemático, geralmente dado ao assunto, para uma abordagem comportamental, que trabalha capacidades cognitivas, afetivas e sociais", esclareceu a secretária de Educação. Professores e alunos receberão material didático.

No caso do professor, será um kit com o livro *Terapia Financeira*, caderno de atividades e caderneta para anotar despesas. Já aos estudantes será disponibilizado um livro de exercícios, de acordo com a série. Segundo a coordenadora de Matemática da Prefeitura, Umbelina Dantas do Nascimento Silva, a Secretaria de Educação elaborará um cronograma com o número de aulas necessárias para adequar o programa ao currículo escolar.

Assim como parece ocorrer em São Paulo, no caso do Estado de Minas Gerais a proposta foi enviada às Escolas com material didático já constituído bem como metodologia de trabalho, estabelecida. Ainda que cada instituição de ensino tenha “certa” autonomia de trabalho, inclusive para produção e consecução de proposta própria neste tema, há empenho de recursos públicos que financiam as parcerias, com editoras e outras instituições, que põem em execução tais projetos.

Se de fato há autonomia então porque, antes de firmar parceria com uma determinada instituição, não seja dada, por exemplo, a oportunidade de que educadores escolham, até mesmo dentro de uma listagem pré-estabelecida e diversificada, qual texto mais se adapta às particularidades de cada unidade escolar?

Discurso e prática parecem não caminhar em mesma direção e sentido. A reportagem em exame nos informa ainda que,

**Docentes avaliam metodologia Baseado na metodologia Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar (DSOP), o programa foi inicialmente passado aos orientadores de ensino e professores da rede municipal. Ao todo, 100 profissionais participarão da capacitação. Eles serão agentes multiplicadores de informação para a implantação do programa de Educação Financeira nas escolas.**

Ou seja, o programa, segundo a reportagem “foi inicialmente **passado** aos orientadores...” (grifo nosso). Assim se sugere apenas que os educadores terão a importante função de serem os “multiplicadores”, passivos e acríticos de tais orientações metodológicas.

Mais uma vez devemos ressaltar a “presença” do neoliberalismo em operação, como fenômeno de produção do contexto sócio–global de que emergem, não só os documentos que neste trabalho de pesquisa documental estamos discutindo, como também iniciativas como as referidas na reportagem anterior. Convênios firmados entre as instituições públicas de ensino e outras instituições, privadas, que não necessariamente tratem de educação, são resultado aqui no Brasil do conjunto de reformas neoliberais que dentre outras coisas permite o instrumento das PPPs (Parcerias publico-privadas ).

Por fim, no documento da ENEF em exame, as “parcerias” ficam indicadas como forma de se implantar, pelo trabalho conjunto entre secretarias de Educação e outras instituições, voltadas à educação ou não (que podem ser instituições privadas de qualquer ramo de atividade e interesse), a Educação Financeira no Brasil.

Vale ainda ressaltar, aqui, a menção específica , do documento, ao programa já em desenvolvimento, intitulado “Mais Educação” (1.7), do Governo Federal, cujas orientações gerais e descrição estão no quadro abaixo:

#### Mais Educação

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica.

O programa visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Nesses estudos destacou-se o uso do "Índice de Efeito Escola – IEE", indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.

Apesar desse programa fazer referência a “educação econômica”, o documento em exame, da apresentação da ENEF, indica a possibilidade de utilizá-lo como forma de implantação da Educação Financeira.

No que se refere à formação de professores, está indicado na estratégia brasileira atuar de duas formas: convencendo-os da necessidade da EF como forma de contribuir para o desenvolvimento do país, e de que será importante para a vida pessoal deles e dos alunos, no futuro. (veja item 1.8).

Como forma de controle e avaliação (item 1.10) aponta que ocorrerá com certa periodicidade, não indicando, no entanto, a forma como se processará, o tipo (ou concepção) de avaliação, nem mesmo os atores envolvidos.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira está em curso no país. No caso de Minas Gerais, como dissemos, a Educação Financeira está presente no Sistema Estadual de Educação, sendo tratada no Ensino Médio.

Em Juiz de Fora, o programa está dividido em “Escolas de aplicação” e “Escolas de controle”. A ideia é confrontar os resultados entre os alunos que passaram pelo processo de Educação Financeira e os que não tiveram acesso, e nos parece que essa avaliação ficaria a cargo do CAED-UFJF. Está sendo desenvolvido em algumas Escolas e com turmas do 2º ano do Ensino médio. Possui material didático que conta com três “livros”: um para o professor e dois para o aluno, sendo que um deles é caderno de atividades. Os livros são “autoinstrucionais”. Há material produzido e disponibilizado para alunos e professores e, em linhas gerais, trabalha-se com as intituladas situações didáticas SDs.

A legislação brasileira já caminha há algum tempo no sentido de comportar a Educação Financeira, através do Decreto nº 7397, de dezembro de 2010, que institui

a “Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº9394/96) deve ser alterada em seu Artigo 26:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (LDB Art. 26.)

Deverá ser acrescentado a esse artigo, o parágrafo §7º, que tratará da Educação Financeira, como prevê (se aprovado) o projeto de lei 3402/2004, de iniciativa do Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), que inicialmente criava a disciplina “Educação Financeira” e que após alterações passa a indicar a Educação Financeira como parte da disciplina de Matemática. Como último movimento a indicação apontava para a abordagem pela transversalidade.

Essa mesma orientação surge em propostas aqui analisadas mostrando talvez, senão uma tendência internacional, pelo menos algumas aproximações sobre como conceber “curricularmente” a Educação Financeira.

A proposta de tratar a educação financeira pela transversalidade, a princípio nos agrada, dado que, de fato, concebemos que educar-se, financeiramente, é relevante para o exercício da cidadania e, desse modo, importa a todas as disciplinas escolares. A divergência reside no significado de educar-se financeiramente.

A cidadania tem a ver com uma ideia de pertencimento. Esta é a primeira questão que nos vem quando nos propomos pensar sobre este tema. A lógica da sociabilidade humana implica na busca, individual, mas também coletiva, de valores que, para além das convenções e, por que não dizer estipulações, sirvam para aproximar indivíduos, agora na qualidade de cidadãos, de todos os benefícios que o desenvolvimento tecnológico e científico pode, a cada tempo histórico, proporcionar.

Como indicam os Parâmetros Curriculares Nacionais elencamos, a seguir, apenas alguns dos objetivos do Ensino Fundamental, relevantes para o exercício da cidadania que, portanto devem ser observados por qualquer proposta de educação financeira que se pretenda constituir como espaço de formação para cidadania. São eles:

“-**questionar a realidade** formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

- **posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;**

-compreender a **cidadania como participação social e política**, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de **solidariedade, cooperação** e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;”

Podemos depreender que “posicionar-se de maneira crítica [...] nas diferentes situações sociais...” permite e estimula essa criticidade, por exemplo, nas relações de consumo que por sua vez não podem apenas serem traduzidas em termos de um conjunto de procedimentos. “Questionar a realidade...” implica também em questionar a necessidade criada socialmente de consumo e, por que não dizer, questionar a necessidade de consumir produtos financeiros.

Bem, de qualquer forma, aliados a estes objetivos sobre a educação, encontramos na estipulação dos temas transversais considerações que, de fato, parecem concorrer para a introdução da Educação Financeira, visto que atendem ao requisito de estarem vinculadas ao cotidiano das pessoas, como sugerem os parâmetros curriculares, quando afirmam que:

“O compromisso com a **construção** da **cidadania** pede necessariamente uma **prática educacional** voltada para a compreensão da **realidade social** e dos direitos e responsabilidades em **relação à vida pessoal e coletiva** e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.” (BRASIL, 1998)

Mesma perspectiva que está em:

“criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de **conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.**” (BRASIL, 1998)



Neste aspecto, pode-se dizer que as propostas que estão postas para a Educação Financeira estão em acordo, ao menos, pois partem justamente da “necessidade” de que os indivíduos se eduquem financeiramente. Não podemos negar o grande cenário traçado, a partir dessa revisão, que coloca a Educação Financeira como imprescindível. Mas por fim observamos que esses documentos orientam-se a aspectos que dizem respeito à coletividade e que incorporem elementos como cooperação e solidariedade, na contramão da constituição de indivíduos capazes de controlar suas finanças pessoais, ainda que pelo discurso se tenha como objetivo final, alcançar o desenvolvimento de toda a sociedade.

### **Pós-Revisão**

Não foram raras as vezes que “pausamos” a descrição dos trabalhos revisados, intercalando-os com considerações e reflexões. Agora que chegamos mais próximos de seu final, começamos a perceber o valor que tal postura, que não foi pré-estabelecida, teve. Mesmo que, por vezes, repetitiva em torno de alguns pontos, cumpriu o papel, como dissemos na apresentação do trabalho, de inserir o leitor no que poderíamos chamar de cenário de investigação. Ao longo de toda essa revisão, estivemos num processo de filtragem, depuração e construção de uma concepção de Educação Financeira, ao mesmo tempo em que, pela crítica indicávamos pontos que (é nosso julgamento) necessitam de uma proposta de intervenção pedagógica alternativa.

Pensando sobre esta questão, na tentativa de refiná-la, chegamos à figura de um abismo como uma metáfora interpretativa desse processo. Esse abismo é o que separa a reflexão teórica do trabalho de campo, a teoria da prática. Sua escolha (como figura) não pretende dimensionar essa distância, e sim, apenas dizer que ela existe. Por vezes, parecem surgir inconsistências e inseguranças sobre o que queremos, e se o que estamos fazendo, de fato, atende o nosso querer. São períodos em que o objeto de nossa indagação parece se diluir. Lembrava-me,

nesses momentos, da figura mitológica de Tântalo<sup>90</sup>, uma questão tantalizante como, certa vez, ouvi dizer.

Ao longo da pesquisa documental, de modo mais intenso nas leituras dos referenciais teóricos, algumas “pinguelas” (no dicionário: viga que atravessa sobre riachos) foram se formando sobre os abismos a que nos referimos e, frágeis que são, logo após se desfazendo. Esse foi um processo que se repetiu a exaustão. Ocorre que, com o passar do tempo, após varias construções e desmanches, aquilo que se julgava ser, se desfez sedimentando-se no fundo desse precipício, de tal modo que, em certo momento, não deverá haver mais um abismo a separar a reflexão teórica do trabalho de campo, a prática da teoria. Este, talvez, representará o momento em que as reflexões sobre as inquietações parecem carregá-las para um lugar em que possam ser melhor compreendidas.

---

<sup>90</sup> Personagem da Mitologia grega, filho de Zeus. Segundo Bauman (2003), que faz uma narrativa sobre esse mito, “sua vida transcorria, pelos padrões normais, sem problemas, alegre e feliz - até que ele cometeu um crime que os deuses não quiseram (não poderiam) perdoar. Quanto à natureza do crime, os vários narradores da história discordam. Alguns dizem que ele abusou da confiança divina e revelou aos outros mistérios que deveriam permanecer oculto dos mortais. Outros dizem que ele foi arrogante ao ponto de se acreditar mais sábio do que os deuses...”. (p.13). Seja como for a acusação foi de que ele teria se apropriado de algo que deveria ser de conhecimento apenas dos deuses e a punição: “Tântalo foi mergulhado até o pescoço num regato - mas quando abaixava a cabeça tentando saciar a sede, a água desaparecia. Sobre a sua cabeça estava pendurado um belo ramo de frutas mas quando ele estendia a mão tentando saciar a fome, um repentino golpe de vento carregava o alimento para longe. (Daí que quando as coisas desaparecem no momento em que nos parecia que as tínhamos, ao final, ao alcance, nos lamentamos por termos sido “tantalizados” por sua “tantalizante” proximidade.”)(Idem, p.13).

## CAPÍTULO 3 – A METODOLOGIA DE PESQUISA: Buscando referências teórico-metodológicas em Michel Certeau e Norman Fairclough.

### 3.1 INTRODUÇÃO

Nossos procedimentos metodológicos devem, certamente, estar em sintonia com os pressupostos que assumimos durante todo o nosso trabalho em sua parte teórico-reflexiva e, principalmente, na análise documental propriamente dita. Nossa tarefa nesta parte deste trabalho será de conferir coerência entre as perspectivas teóricas aqui discutidas e o fenômeno da Educação Financeira. Devemos lançar esforços no sentido de esclarecer os processos que ligam as formulações e os teóricos utilizados ao fenômeno em estudo.

Neste capítulo, intencionamos apresentar um quadro dos referenciais teórico-metodológicos que utilizamos para o trato do **Processo de Legitimação da Educação Financeira**, nesta pesquisa documental. Aqui a postura é de conceber os conceitos desenvolvidos pelos autores utilizados, como “fios condutores na reflexão crítica sobre a educação financeira (e o cenário de que emerge), ainda que não tenham necessariamente se envolvido nessa tarefa. A pertinência teórica, já falamos sobre isso, desses autores, reside, dentre outras coisas, talvez em que nosso objeto de análise seja fruto de um dado “sistema de pensamento”<sup>91</sup> (Paraskeva, 2002, p.107) ou “sistema de conhecimento e crença” Fairclough (2001), qualificação que já atribuímos, em capítulos anteriores, ao momento atual de desenvolvimento do capitalismo, caracterizado dentre outras coisas pela financeirização do capital, emergência dos mercados e pela valorização da liberdade individual. Ou seja, estamos considerando o cenário da atual fase do capitalismo como um “sistema de conhecimento e crença”, do mesmo modo como também podem ser percebidos alguns de seus “processos” como a globalização e a própria Educação Financeira. Desse modo que ainda que nosso olhar crítico se dirija à Educação Financeira, estará também em análise, o cenário que se constitui como fenômeno de valor e importância social. Aliás essa postura de olhar também para o ambiente sócio-global

---

<sup>91</sup> Essa expressão segundo o referido autor deve-se a (Foucault, 1972, p.128) em : *The Archeology of Knowledge*.

de produção dos documentos é uma indicação da referência teórica de pesquisa documental que encontramos em Cellard(2008).

A Educação financeira está referida a um determinado contexto sócio-econômico-cultural, mas, sobretudo a um contexto que possui uma coloração ideológica dominante.

Michael De Certeau (2008) nos auxiliará a pensar sobre a particularidade que nosso olhar representará e podemos dizer também, na “arte de fazer” que o próprio trabalho de investigação documental crítica pode representar, “*vitória do fraco sobre o mais forte [...] pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores”*” (p.47) e Norman Fairclough (2001), no modo como vamos olhar para os documentos, a partir de elementos da Análise Crítica de Discurso. Vamos considerar os extratos de textos como discursos ideológicos.

As perspectivas apontadas por De Certeau sobre a preocupação com a “encenação do outro” (passado) e pelas artimanhas desenvolvidas pelos “fracos” para subversão de uma ordem instituída, podem e certamente irão compor, também, um futuro trabalho quando formos olhar para a prática da educação financeira no cotidiano escolar.

Nesta pesquisa documental, a julgar pela incipiência das propostas sobre a Educação Financeira que é tema recente, vamos melhor aproveitar o conceito de *estratégia* de Certeau, referenciado a relações de forças e que se ocupa das “maneiras de se empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.” (De Certeau, p.39). Vamos nos deter apenas dos discursos (textos, documentos e textos) constituintes desse fenômeno, procurando olhar mais para seu Processo de legitimação e chamando a atenção de professores e fundamentalmente de Educadores Matemáticos.

É oportuno dizer que concebemos ao Processo de legitimação da Educação financeira ao conjunto de discursos (asserções) que pretendem elevar a Educação Financeira, tal como se apresenta ao status de bem/valor a ser consumido pelos indivíduos.

Queremos caracterizar nosso trabalho de investigação, considerando-o uma particularidade de olhar, referenciada a um contexto histórico (mas profundamente econômico) e identificá-lo, porque não, como uma “tática”, “maneiras de fazer”.

Tentando tornar mais claras as posições acima precisamos dizer que nos filiamos às ideias de Certeau que propõem dentre outras coisas, um olhar de mais acuidade, para os modos como os indivíduos estabelecem *táticas*, operando na prática cotidiana de modo diverso aos fenômenos aos quais, de modo hegemonicamente ideológico, estão submetidos. E, no caso da educação financeira, pretendemos aprofundar reflexão sobre esses modos de se constituir no cotidiano escolar, que certamente irão se estabelecer. Mas esta tarefa caberá talvez a uma sequência, não ao espaço desta pesquisa documental.

Ainda precisamos caminhar um pouco mais para estabelecermos uma relação entre os conceitos, mas Fairclough (2001) em sua *Teoria Social do Discurso* utiliza a expressão “**sistema de conhecimento e crença**”, quando se refere a um dos efeitos constitutivos do discurso que contribui para construir, dialeticamente, esse mesmo sistema. Identifica-o (sistema de conhecimento e crença) com uma das funções da linguagem, a *ideacional* que por sua vez descreve os “*modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.*”

Um “sistema de conhecimento e crença” é um modo de dar significado ao mundo e as coisas do mundo. *Assim nossa primeira caracterização da Educação Financeira a percebe como discurso e ao mesmo tempo “sistema de conhecimento e crença” com a característica, mais expressiva, de conferir status de mercadoria (o olhar econômico) aos indivíduos ao mesmo tempo em que os transforma em consumidores de produtos financeiros.*

Neste sentido a Educação Financeira como “sistema de conhecimento e crença” compõem-se de discursos (asserções) e a capacidade de promover a comodificação das pessoas está em que os torna aptos a serem “abraçados” pelas instituições bancárias. Talvez prematuro ou talvez forte de mais para caracterizar fenômeno tão “desintencionado”, mas certamente uma das perspectivas pelas quais se pode vê-la. É como se um grande “sistema de conhecimento e crença” se fragmentasse, estrategicamente em outros que dialeticamente operassem como

subsistemas de conhecimento e crença. Não menos ideologizados e desinteressados.

Do modo como entendemos a Educação Financeira, seu processo de legitimação insere-se na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, talvez o mais abrangente sistema.

Os “Sistemas” determinam em certa medida como as pessoas devem agir e pensar. Como as relações sociais hoje estão profundamente impregnadas por determinantes econômico-financeiros, a Educação Financeira pode ser lida como Sistema que superdimensiona essa característica.

No presente, domina assim simbolicamente uma perspectiva de mundo, entidades (Escolas) e relações sociais, todas podendo ser pensadas em termos de produção circulação e consumo de mercadoria. Fenômeno a que tanto Bauman (2008) quanto Fairclough (2001) irão caracterizar como *comodificação*.

Lembro aqui, a esse respeito, que Habermas (apud Bauman, 2008, p.14) estabelece, aliás, a comodificação do capital e do trabalho como a principal função do Estado capitalista, “*a própria raison d’ être.*”.

A globalização é outro fenômeno que, em alguma medida, se relaciona também à Educação Financeira que como vimos, a partir de Teodoro (2007), tem nas atividades da OCDE seu grande elemento de difusão. Processa-se em escala planetária e, neste trabalho, como recorte, voltamos nosso olhar para as propostas e estratégias de educação financeira portuguesa, espanhola, brasileira e os documentos da OCDE. O desenvolvimento do que estamos chamando de processo de legitimação da educação financeira segue o curso da globalização assumindo assim escala também mundial. Este tema foi abordado (ver Capítulo I) quando de nossa tentativa de estabelecer relação entre Globalização , em perspectivas , e a Educação Financeira.

### 3.2 PENSANDO SOBRE *TÁTICAS, ESTRATÉGIAS* E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A contribuição de Certeau.

Como dissemos, a partir deste ponto estaremos envolvidos na tarefa de pinçar que formulações desses autores nos serão importantes no trabalho de análise (crítica) documental. Os textos aos quais estaremos nos referindo, sempre tentando ligá-los ao fenômeno aqui em estudo, são *A Escrita da História*, de modo mais específico o capítulo II: A operação historiográfica e *A Invenção do Cotidiano*, focando apenas aos conceitos de *táticas* e *estratégias*.

Antes de seguirmos é preciso esclarecer que fomos até os referidos textos na busca apenas dos elementos que julgamos guardam pertinência e relevância para nosso estudo e apartir da perspectivas que constituímos, de conceber os extratos de textos como discursos.

Inicialmente devemos considerar toda a complexidade da análise historiográfica “certeauniana” e também os limites deste trabalho e porque não dizer, da utilização de referencial teórico fronteiriço. A Educação Matemática pressupõe essa “dificuldade” à medida que, se constitui em área de investigação que se serve de vasto menu *teórico-referencial* em suas investigações. Seja como for, como estratégia que nos facilita esta utilização, seguiremos pontuando algumas posições retiradas do texto **A Escrita da História** que nos parecem aproximar (no sentido de nos auxiliar) das que queremos construir. Chama-nos a atenção inicialmente o zelo de Certeau com “uma encenação do outro” donde a escrita (historiográfica) é vista como uma **prática social** que já de antemão insere o leitor num sistema de representação simbólico ao mesmo tempo em que é referida a este (dialeticamente o constitui) ou a outro (quando distanciado no tempo). Afirma que,

operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu “outro” (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu este distanciamento. (De Certeau, 2008, p.93)

Na operação historiográfica ao se “presentificar uma situação vivida” se percebe aquilo que falta, mas que só assim o é caracterizado, pelo discurso que o constitui como tal. Assim falta aos dois, passado e leitura no presente, e talvez seja por isso que De Certeau se refira a “uma encenação do outro” quando fala de pesquisa em história.

Caberá ao leitor, historiador ou todo aquele que se proponha a refletir sobre uma dada investigação em documentos históricos, fazê-lo não inocente da particularidade de olhar que sempre representará sua investigação, ainda que dela se aproximem um conjunto de pessoas uníssonas em posições de denuncia ou anúncio sobre a origem e serventia das formulações decorrentes da análise do objeto em questão.

Diante destas perspectivas podemos dizer que De Certeau confere ao historiador uma postura de reflexividade<sup>92</sup> sobre o lugar sócio-econômico, político e cultural ao qual sempre estará referenciado o historiador e do domínio sobre o qual realiza leituras e considerações. Nosso interesse está em, caracterizar o lugar social em que emergem os discursos sobre educação financeira e apresentarmos nossa análise (nossa particularidade) como uma tentativa de subversão da ordem, realizada pelo mais “fraco”.

De Certeau, em *A Escrita da História*, reflete sobre a superação de uma visão positivista de investigação quando do abandono da pesquisa historiográfica, da pretensão de “reconstituir a “verdade” daquilo que havia acontecido.” (De Certeau, 2007, p.67) e ainda que “os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados.” (idem, p.67). Ou seja, está estabelecendo uma crítica do um olhar positivista na pretensão de constituir a verdade pela pesquisa historiográfica. Devemos dizer que nosso olhar sobre a educação financeira será apenas, nosso olhar.

Algumas palavras e expressões significativas na leitura de *A Escrita da História*, mais precisamente o capítulo II Operação historiográfica, são relevantes de serem registradas como: sistema de pensamento (sistema de referência, p.67), particularidades (olhar a partir de uma determinada posição), lugar social (sempre político, econômico e cultural), encenação do outro (passado).

Em “A Invenção do Cotidiano” já na introdução De Certeau dedica um espaço para refletir sobre a “produção dos consumidores”. Partirá de uma indagação sobre as “operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina.” (De Certeau, 2008, p.37) para indicar que formas de resistências se estabelecem

---

<sup>92</sup> Nos termos formulado por Giddens (1994) em *Consequências da Modernidade*.



nas práticas cotidianas. Tratará então desse tema (operações dos usuários), oferecendo com “sondagens e hipóteses” alguns caminhos para análise.

Caracteriza práticas cotidianas (e, portanto das operações dos usuários) se opondo a percebê-las como um retorno a um “atomismo social” que por muito tempo (três séculos) supõe uma unidade elementar os indivíduos que compõem grupos, mas a qual esses últimos poderiam ser reduzidos.

E ainda afirma que

“de um lado a análise mostra que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.” [...] “De outro lado, e, sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor ou seu veículo.” (Idem, p.38).

As considerações feitas aqui por De Certeau nos levam a uma questão que tem assumido centralidade em nossa reflexão não aqui neste trabalho, mas que nos acompanha, como que a compor nossos pressupostos. Remetem-nos a um modo de pensar o mundo ao qual nos opomos. Estamos falando do liberalismo (neoliberalismo) e sua primazia da liberdade individual que faz parecer, ter o indivíduo, total controle e responsabilidade e até domínio, sobre os “fenômenos” do mundo que interferem em sua vida. O pensamento liberal clássico crê na possibilidade de se alcançar o bem estar coletivo pela observância das condições de desenvolvimento do bem estar individual (basta retornar à figura da “mão invisível” de Adam Smith).

Agora amparados em De Certeau, não compreendemos os indivíduos como isolados de um tecido social, acreditamos que ele aprende pela mediação com o outro, ou seja, conferimos importância às relações sociais na aprendizagem. Tanto assim que o olhar que desenvolvemos nesta análise documental sobre a educação Financeira, pretende ser denúncia de seus aspectos individualistas (liberais) presentes nos documentos e propostas analisadas. A própria literatura, se formos olhar para os textos que estamos chamando de “autoajuda financeira”, tem expressamente este perfil.

Voltando a De Certeau no exame das práticas, olhando para as *operações dos usuários*, indica a presença de uma “lógica operatória”, com modelos ( eu diria modos operandi) aos quais compara “às *astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados, e que, em todo caso, é oculta por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente.*”(idem,p.38). Pretende em seu trabalho “exumar os modelos de ação característicos dos usuários (consumidores) o estatuto de dominados, mostrando que o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada.*”. Em “**O uso ou o consumo**”, afirma que muitos trabalhos se destinam a estudar as representações e comportamentos de uma sociedade e daí seria possível, através desses objetos, balizar o uso que deles fazem os grupos de indivíduos. Cita alguns exemplos e refere-se:

as imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. (p.39).

Aplica a mesma análise aos “relatos e legendas que o jornal distribui.”.

Ao longo da leitura fomos acumulando elementos que nos permitiram remeter, maior valor das contribuições de Certeau, a outro momento de investigação fora dos limites desta pesquisa.

Adverte De Certeau que,

A “fabricação” que se quer destacar é uma produção, uma poética - mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas de “produção” (televisiva, urbanista, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que *fazem* com os produtos. (De Certeau, 2008, p.39).

E ainda que,

a uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção qualificada de “consumo”:esta é astuciosa,é dispersa,mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente silenciosa e quase invisível pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (Certeau,2008,p.39)

De outro modo, do que fala Certeau deve ficar mais claro quando da análise de exemplos que ele próprio faz uso. Ou seja, o modo como os participantes “consumidores” constroem arranjos que lhes permitam “exercer o seu poder”, diferindo no modo como se realizam os “procedimentos de consumo”.

“A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores , por educadores ou por vulgarizadores ) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários .É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos seus praticantes que não a fabricam. Só então se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização.”(De Certeau,2008,p.40).

Em nosso trabalho de investigação sobre os documentos de Educação Financeira em que descrevemos, constituindo, o processo de Legitimação da educação financeira, podemos nos servir de algumas das formulações de Certeau. O fenômeno da **Educação Financeira** pode ser concebido e identificado como uma **representação simbólica** e compreende uma **prática social**. Essa por sua vez está profundamente impregnada pelo olhar econômico e notadamente financeiro; está em questão em sua **circulação**, ser *“ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores.”*

Correspondentes aos divulgadores, quer sejam pregadores , educadores ou vulgarizadores, estamos chamando-os **interlocutores** e representam **instituições financeiras** em sua maioria,os próprios Estados pela figura de seus Bancos Centrais mas também educadores ,visto que se constitui como proposta pedagógica.Seremos multiplicadores de tais propostas.

Na adequação ao que expõe Certeau também nos aproximamos da ideias de que não há relação de equivalência entre as proposições, asserções como estamos chamando, sobre a Educação Financeira e a prática pedagógica, (relação social econômica) em exata medida. É certo que os contextos escolares, em suas práticas cotidianas, e os indivíduos envolvidos neste processo, irão constituir formas próprias de desenvolvê-la. Por essa razão sinalizamos não raras vezes para relevância que uma continuidade dessa pesquisa (desta feita no ambiente escolar) terá para exame do tema da Educação Financeira.

Certeau numa alusão ao “Vigiar e Punir” de Michael Foucault, em que pese a existência de “dispositivos” que “vampirizam” as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder: procedimentos técnicos “minúsculos”, atuando sobre e com os detalhes, redistribuíram o espaço para transformá-lo no operador de uma “vigilância” generalizada.”(De Certeau,2008,p.41), afirma ser mais urgente ainda “descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela:que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los...”(Idem,p.41).

Indaga: “que “maneiras de fazer” formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política”. (Idem, p.41).

Para voltarmos ao curso de nossa análise, é preciso dizer que, ao que nos interessa nosso olhar, neste trabalho, não estará voltado à análise dos arranjos sociais que permitam resistir ou subverter as imposições do Processo de legitimação em exame. Até porque como se trata de prática social (pedagógica) ainda incipiente seria talvez prematuro refletir sobre suas combinações táticas. Além do mais como adverte Certeau,

“A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. **É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos seus praticantes** que não a fabricam. **Só então se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização.**”(De Certeau,2008,p.40).

O Certeau nos fala é por um lado da impossibilidade de nos determos apenas das análises estratégicas o que colocaria nossa descrição das Estratégias de Educação Financeira numa perspectiva determinista, e até mesmo pessimista, mas por lado como ele próprio também indica só será possível “apreciar” as configurações táticas depois de analisadas “pelos seus praticantes”. Portanto o presente trabalho deve ser analisado a partir deste recorte: descrever operações estratégicas nos documentos sobre Educação Financeira.

Aqui neste “espaço investigativo” estaremos envolvidos na análise crítica dos discursos constituintes do objeto Educação Financeira e de seu Processo de Legitimação, que é ideológico, na tentativa de envolver reflexão sobre o papel do Educador Matemático. Tarefa da qual, ao final de nosso trabalho, acreditamos nos aproximar das formulações da Educação Matemática Crítica, quanto ao papel da Educação Matemática. Aliás, o que está em questão é também uma preocupação externada por Skovsmose (2001) para quem,

“Em geral, concebemos uma **ideologia** como um **sistema de crenças** que tende a **esconder, disfarçar** ou filtrar uma série de questões ligadas a uma situação problemática para grupos sociais. Uma ideologia poderia **camuflar** ou suavizar essa situação por **obstruir possibilidades de identificar e discutir a natureza da “crise” dessa situação. Lutar para tornar essa ideologia representa uma atitude crítica em direção dessa situação e da ideologia que a acoberta.**” (SKOVSMOSE, 2001, p.128-129) (grifo nosso).

De qualquer modo, precisamos avançar um pouco mais em Certeau para olharmos para algumas formas de pensar sobre as “maneiras de fazer” que se instalam nas práticas sociais cotidianas em desalinho aos propósitos “ideológicos” nelas inicialmente e silenciosamente embutidos.

Os conceitos de **estratégias** e **táticas** nos serão caros ao que nos interessa observar e refletir criticamente sobre a Educação Financeira. Ao primeiro define como

o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.(Certeau,2008,p.46).

Por outro lado, De Certeau parece construir os dois conceitos por oposição, chama de **tática**,

um cálculo que não pode que não pode contar com um próprio nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem aprendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo a distância. (Idem, p.48).

E conclui ser

“o “próprio”, uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato do seu não lugar, a **tática** depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. (Idem, p.47).

Primeiro é possível dizer o que está em questão: o poder e relações de força. A partir daí, parece-nos então que as *estratégias* se identificam com o lugar de poder enquanto as *táticas* se relacionam a posições do mais “fraco”. *Táticas* são “maneiras de fazer”, vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” e estão presentes em práticas cotidianas como (falar, ler, circular, fazer compras no supermercado).

Diante disto, pensando na educação financeira, equivale a dizer que tem valor social a ideia que os indivíduos se eduquem financeiramente como forma de melhor cuidar de suas finanças **pessoais** e alcançar seus sonhos, não menos individuais. Numa perspectiva neoliberal, projetos coletivos são, quando ocorrem, como resultado das buscas individuais. Faz-nos lembrar do mapa rodoviário de Apple (2003), que na tentativa de descrever metaforicamente “os conceitos que usamos para compreender o mundo em que vivemos hoje” considera a existência de palavras sempre presentes nas reflexões sobre educação de tal sorte que se transformaram em “conceitos chaves” como: mercados, individualismo, consumidor, etc.

Apple (2003) descreve o paradigma que vivemos hoje e que, acreditamos se relaciona ao que estamos dizendo, do seguinte modo:

“Pense nessa situação como algo parecido como um mapa rodoviário. O uso de uma palavra-chave – *mercados* – coloca você numa via expressa que vai numa direção e que tem saídas em certos lugares, mas não em outros. Se você está numa via expressa chamada **mercado**, sua direção geral leva a uma parte do país chamada a **economia**. Você toma a saída intitulada **individualismo** que leva a uma outra estrada chamada opção do **consumidor**. Saídas com palavras, como sindicatos, **liberdade coletiva**, **o bem comum**, política e outros destinos semelhantes **são evitadas**, quando chegam a existir no mapa.” (p.12).

Assim, ainda que consumir produtos financeiros esteja dentro do conjunto de práticas que podem ser pensadas como **táticas**, nossa análise de discurso pretende olhar para as asserções que pretendem legitimá-la, ou seja, para as **estratégias**.

Nossa leitura sobre o que expõe Certeau é frágil para que possamos realizar reflexão mais detalhada e responsável sobre seus conceitos e suas formulações. Mas há alguns desconfortos que precisamos dividir com o leitor, por exemplo, quando afirma que táticas são “performances operacionais”, “pequenos sucessos”, “arte de dar golpes”, sugerindo como figura metafórica uma comparação, a capacidade animal de camuflagem e “simulações de plantas e peixes”. A vitória do mais fraco.

Bem, animais, ao que se “sabe” têm como propósito quase único sobreviver. O pensar e refletir sobre o que se vive e como se vive não é uma característica do animal não racional (ao menos não como o homem). Portanto o sucesso do mais fraco, no caso animal (não racional) é mais evidente quando ocorre. Já no ser humano que é depositário de uma necessidade de conhecer é possível que não haja consenso sobre sua vitória ou que ele seja difícil de ser alcançado. Apesar de mecanismos de resistência e subversão que existem e que nos fazem continuar acreditando em mudanças e das impermeabilidades a que alguns de nossos alunos estão sujeitos.

Os “mal sucedidos” nos sistemas escolares, são aqueles que são impermeáveis, por algum, e bom, motivo, ao doutrinário disciplinatório ainda presente na docência. De algum modo, existem as exceções. As reprovações são prova de que não se pode alcançar a todos, não do mesmo modo e à mesma medida da formulação teórica. Elas de fato demonstram a validade das perspectivas certeunianas. No entanto há único problema: as “artes de fazer” e “astúcias” permitem uma coexistência pacífica e passiva demais, sem interferência substancial, em um modelo hegemônico de pensar o mundo (econômico), sem representar indício de poder de alteração da ordem constituída. A Terra ainda gira “em torno do Sol.” Há o risco de que os “pequenos sucessos” talvez sejam os “efeitos colaterais”, indesejáveis, mas já previstos e esperados pelos aplicadores e construtores de sistemas de pensamento, já cientes da impermeabilidade de alguns. Isto não altera, no entanto o andamento, quando olhado o todo, do processo de dominação cultural

e domesticação das consciências. Pessimista demais por um lado, é postura que nos tira a ingenuidade por outro.

Ainda que no contexto escolar a prática da educação financeira tal como anunciada por seus interlocutores encontre terreno incerto para sua materialização e mesmo que ocorram de fato estratégias de subversão, elas ficam submetidas e confinadas a contextos (os escolares) reduzidos. Dificulta-nos perceber em que medida os “pequenos sucessos” interferiram no contexto macro de produção ideológica do fenômeno da educação financeira em estudo. Por outro lado, a manifestação de inscrições de significados próprios pelos usuários nos leva a perceber a possibilidade de arranjos outros e assim o desafio se torna encontrar e ultrapassar os limites de intervenção sobre o real.

Desvelar o real ainda que, ao fazê-lo, estejamos envolvidos numa constituição particular do objeto Educação Financeira e de seu processo de legitimação. Essa pode ser uma das tarefas a que se destina este trabalho. Não haveria então problemas em marcar posições e pela análise crítica de documentos, realizar formulações. Essas depois de feitas se constituirão em discursos passíveis da mesma análise crítica, de mesma natureza da que, por ora, realizamos. De outro modo seríamos levados a conformidades e unidades de pensamento que domesticam consciências ao invés de lhe convidarem à reflexão. A própria proposição de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que é como se configura a iniciativa brasileira já indica uma maneira pela qual podemos analisá-la nos termos em que propõe De Certeau em seu conceito de *estratégia*. É ideológica referida a um lugar social econômico e cultural e, portanto não desintencionada.

### 3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC): uma contribuição de Norman Fairclough<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Norman Fairclough é linguista britânico de tendência marxista. "Professor emérito de linguística na Universidade Lancaster e um dos fundadores da análise de discurso crítica (ADC), um ramo de análise do discurso que estuda a influência das relações de poder no conteúdo e na estrutura dos textos." Essas informações e claro, todo o conjunto teórico da ADC, o leitor(a) encontrará em



Numa perspectiva que a nosso modo de conceber completa o olhar presente nas formulações (de que fizemos uso) de Certeau, a ADC ou de modo mais preciso a Teoria Social do Discurso (Fairclough, 2008), nos auxiliará numa segunda parte de nossa análise. Estão presentes neste referencial teórico-metodológico algumas ferramentas que serão interessantes para análise documental sobre educação financeira. Devemos alertar antes de prosseguirmos que vamos nos valer, para pensar sobre as Estratégias de Educação Financeiras, de algumas ideias apenas como *discursos* ( vamos caracterizar os documentos – extratos - como tais) bem como seus efeitos constitutivos , como veremos. De modo que talvez seja exagero nos referir a nossa referência como sendo a *Teoria Social do Discurso*, referência que não apenas não dominamos como também não a utilizaremos em seu conjunto. Certo seria dizer que vamos nos valer a perspectivas de discursos como forma de representação e transformação da realidade e os três efeitos constitutivos dos discursos que mais a frente descreveremos.

Uma breve apresentação do autor, talvez não muito conhecido e utilizado na área de Educação Matemática, é feita na nota de rodapé e as informações, conceitos e posicionamentos que utilizamos estão referenciados a dois textos: Discurso e Mudança Social do próprio Norman Fairclough e Análise Crítica de Discurso das autoras Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho.

Para Resende e Ramalho (2011)<sup>94</sup> num esclarecimento, não numa definição, afirma ser a Análise Crítica de Discurso

“uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas que tem atraído cada vez mais pesquisadores, não só da Lingüística Crítica, mas também das Ciências Sociais.” (Resende e Ramalho, 2011, p.7).

Esse posicionamento é uma primeira indicação da pertinência teórica desse referencial para a presente pesquisa documental, ou seja, o fato de que ele tem sido utilizado por diversas outras áreas de conhecimento. Como a Educação Matemática

---

Discurso e Mudança Social. Norman Fairclough (2001-2008-reimpressão) pela Editora da UNB, coordenado e revisado por Izabel Magalhães.

<sup>94</sup> Texto: Análise de Discurso Crítica, Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho, Ed. Contexto.

está também “envolvida” a outras áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais, por exemplo, chegamos a mais um ponto de apoio na justificativa da utilização do referencial da ADC. É claro que seu maior valor como referencial teórico reside em sua capacidade analítica dos documentos, modo pelo qual escolhemos refletir sobre os documentos sobre educação financeira.

A partir de agora nossa tarefa será elencar alguns pontos, assim como fizemos com De Certeau, que julgamos, poderão justificar a utilização desse referencial, o que faremos através de tópicos quando julgarmos ser essa a melhor forma de apresentação.

Para Fairclough (2001) essa abordagem nos ajuda a perceber

“como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso.”(Fairclough,2001,p.31).

Resende e Ramalho (2011), afirmam tratar-se

“de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere.” (RESENDE e RAMALHO, 2011, p.11).

Talvez essas perspectivas nos permitam, assumindo a Educação Financeira como uma **prática social** constituída por discursos, responder, e responder aqui, tem o significado apenas de nos colocar em “movimento” reflexivo nesta direção, às questões:

1. *Como se desenvolve o processo de legitimação da educação financeira?E, de modo mais específico, como a Educação Financeira se insere na prática Escolar?*
2. *Quais os atores envolvidos nesse processo de legitimação e inserção? Educadores Matemáticos estão envolvidos neste processo de legitimação? Que papel devem desempenhar os Educadores Matemáticos?*
3. *Há um papel pré-estabelecido para a Matemática neste processo?*

Uma análise crítica de discursos sobre a educação financeira é claro, necessita de referenciais que a sustentem. Para tanto vamos nos servir da qualificada intervenção de autores como **Michel Apple** (2003)<sup>95</sup> e **Bauman** (2008) e (2010)<sup>96</sup>. Esses autores não estão falando de Educação financeira mas, tratam, e alguns de seus trabalhos de processos e fenômenos correlatos como consumo e comodificação.

Torna-se relevante que tracemos (este é um capítulo apropriado?) alguns objetivos, tentando alocar à cada um deles um desses autores, “companheiros”. Os objetivos a que nos referimos são os da própria pesquisa documental. Assim podemos estabelecer:

1. Desenvolver uma elucidação reflexiva dos discursos constituintes da Educação Financeira neste processo de legitimação, construindo o cenário de que emerge; (Bauman, Apple, Fairclough (ADC));
2. Realizar a análise documental propriamente dita, constituindo documento final, que será nosso produto educacional, de alerta aos Educadores sobre o processo de legitimação em curso. (De Certeau, Fairclough (ADC));
3. Constituir crítica sobre a “empoderação” da Educação Financeira pela Matemática enquanto linguagem de poder. (Skovsmose).

Em nossa pesquisa estaremos voltados à análise do *Processo de legitimação da Educação Financeira*, no entanto, até aqui utilizamos o termo legitimação apenas em seu significado literal. No dicionário *legitimar* se diz de “**tornar legítimo; justificar; reconhecer como autêntico, legalizar.**”<sup>97</sup> Mas uma definição nos força a pensar sobre outra de modo que sentimos necessidade de indagar sobre o que é conferir autenticidade ou legalizar alguma coisa? E, uma possível e primeira resposta é de que significa *mover-se no sentido de fazer com que o fenômeno sobre este processo passe a compor o rol dos conhecimentos necessários e importantes aos indivíduos e, mais ainda pretende torná-los oficiais*. Estão assim presentes, a

<sup>95</sup> O texto é Educando à Direita- Mercado, Padrões, Deus e Desigualdade. A referência completa está no final de nosso trabalho.

<sup>96</sup> Respectivamente estamos nos referindo aos textos: Vida para o Consumo e Capitalismo Parasitário. Referência completa também se encontra ao final.

<sup>97</sup> Bueno Silveira 1898-1989. minidicionário da língua portuguesa/Silveira Bueno – 2 ed. –São Paulo. FTD, 2007.

figura do Estado e a ideia de poder sem as quais o fenômeno em questão ficaria à marginalidade.

O modo, ou um importante modo de conferir legitimidade é, nosso entendimento, através dos discursos. Para Fairclough,

“O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (Fairclough, 2001, p.91)

A Educação Financeira é uma prática social ao mesmo tempo em que é discurso ou compõem-se de discursos, asserções como vamos caracterizá-los.

Os conceitos básicos da Análise de Discurso Crítica são: discurso e prática social. Resende e Ramalho (2011) indicam que:

Para alguns analistas de discurso, somente o conceito funcionalista de discurso é aplicável, uma vez que o foco de interesse não é apenas a interioridade dos sistemas lingüísticos, mas, sobretudo, **a investigação de como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso.** (Resende, 2011, p.13)(grifo nosso).

Os principais tipos de significados do discurso propostos por Fairclough (2003a) são: *acional, representacional e identificacional*. Mas até o presente momento não percebemos aplicações dessa classificação para o trabalho de pesquisa.

Fairclough (2001) apresenta oito pontos “na forma de um conjunto de afirmações que podem ser julgadas desejáveis para uma abordagem crítica adequada à análise de discurso.” (p.57). Vamos nos ater (dar destaque) a aquelas que acreditamos, possam ser relevantes em nosso trabalho de investigação que tem como parte de seus objetivos a tarefa de se constituir texto crítico-reflexivo sobre o que estamos chamando de **“Processo de legitimação da Educação Financeira”**. São os pontos:

1. “O objeto de análise são textos lingüísticos, que são analisados em termos de sua própria especificidade.” *“As seleções de textos que representam um*

*domínio particular de prática devem assegurar que a diversidade de práticas é representada e evita a homogeneidade.”*

**Comentário:**

Haveria aqui, não sabemos ao certo, um “problema” uma vez que parece existir já priori certa homogeneidade. A maior parte dos trabalhos pesquisados faz menções às definições e orientações sobre a Educação Financeira advindas da OCDE o que confere assim pequeno **grau de diversidade a essas práticas**. Ao contrário parecem convergir para uniformizar a Educação Financeira em escala mundial. De qualquer forma essa homogeneidade que parece existir, é “congenita”. São os textos, não nossa análise, que se apresentam dessa forma. Ainda assim do modo como interpretamos essa primeira indicação, parece-nos razoável considerar que nosso trabalho de investigação atende ao exposto por considerar, em nossa revisão de literatura, e nos textos selecionados para a pesquisa documental, uma gama de autores sobre o tema em exame que possuem como apresentamos características distintas. Tanto assim que numa iniciativa pouco detalhada realizamos um enquadramento de tais textos como os de **autoajuda financeira**. Ou seja, garantimos frágil heterogeneidade, uma vez que a maior parte dos discursos parece se orientar para caminhos únicos e partirem também de um mesmo, e inicial, interlocutor: a OCDE<sup>98</sup>.

2. “além de textos como ‘produtos’ de processos de produção e interpretação textual, os próprios processos são analisados”. “A análise propriamente dita é considerada como interpretação, e os analistas buscam ser sensíveis à suas próprias tendências interpretativas e a razões sociais.”

3. “Os textos podem ser heterogêneos e ambíguos...”.

4. “O discurso é estudado histórica e dinamicamente, em termos de configurações mutantes de tipos de discursos em processos discursivos, e em termos de como tais mudanças refletem e constituem processos de mudança social, mais amplos.”

5. **“O discurso é socialmente construtivo, constituindo os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, e o estudo do discurso focaliza seus efeitos ideológicos construtivos.”**

---

<sup>98</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

6. **“A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição.”**

7. **“A análise de discurso cuida do funcionamento deste na transformação criativa de ideologias e práticas como também do funcionamento que assegura sua reprodução.”**

8. “Os textos são analisados em termos de uma gama diversa de aspectos de forma e significado (as propriedades do diálogo e da estrutura textual, como também o vocabulário e a gramática).”

Assim como em De Certeau, a formulação aqui nos remete à necessidade de um estudo posterior, complementar. Neste estaremos olhando para o caráter mais representacional (sempre constituinte) do discurso e, em outro momento, para a perspectiva de transformação que ele (discurso) carrega. Num paralelo estaremos no primeiro momento “olhando” para as *estratégias* e no segundo às *táticas*, se pensarmos nas contribuições de Certeau.

Os pontos destacados 5, 6 e 7 além do primeiro ponto já analisado são aqueles que nos despertam maior interesse.

Como dissemos reiteradas vezes, nosso entendimento é que está em andamento um Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF) que se realiza principalmente, e constitutivamente pelos discursos as **asserções** a que nos referimos em outra parte de nosso trabalho. Essas objetivam conferir legitimidade à Educação Financeira. Uma das *estratégias* pode consistir em “empoderá-la” via Matemática dada as características já apontadas por SKOVSMOSE (2001) que a identifica como “linguagem de poder”.

Olhando para os elementos básicos da ADC (*discurso e prática social*) acreditamos poder identificar a Educação Financeira como uma prática social observando existir uma relação dialética que confere ao discurso o lugar de uma das dimensões da prática social.

Este conceito utilizado por Fairclough tem raízes no “materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996)” (Resende, 2011, p.35).

Para esse autor, “o discurso é um momento de práticas sociais dentre outros-relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/ valores/desejos e instituições rituais – que , assim como os demais momentos , internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles.” (Resende, 2011, p.35). São “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais as pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p.21).

As “práticas assim compreendidas são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura, incluindo a vida cotidiana.”(Resende, 2011,p.35).Discurso como um momento da prática social.

Para (Chouliaraki e Fairclough 1999- apud Resende 2011, p.35),

“o objetivo da ADC é “refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social.”

Essas considerações merecem nossa atenção, pois se adaptam ao que propomos como parte do trabalho de pesquisa documental, que consiste em olhar para o cenário político-ideológico-econômico na qual nos situamos. É subjacente a essa pesquisa ainda que não seja o foco principal. Está lá, a determinar arranjos nas relações sociais, cada vez mais embebidas pelas orientações econômicas. Lembrará o leitor que no início de nosso trabalho nos envolvemos numa tentativa de constituir um cenário macro-estrutural para então caracterizá-lo como substrato que se processa a “legitimação da educação financeira”.

Este cenário, foi identificado, é a leitura que fazemos com a atual fase de desenvolvimento do capitalismo que, para alguns autores, é de **financeirização do capital** (Neto, 2007). Trata-se (o capitalismo) talvez da maior das “estruturas cristalizadas da vida social”, a que se referem os autores acima. Como tarefa então, pela utilização da ADC temos o desafio de constituir reflexão “sobre a possibilidade de práticas emancipatórias” o que mais uma vez solicita um segundo momento para nossa investigação.

E isso tudo ocorre num **ambiente de “mudanças globais de larga escala”** o qual identificamos com o fenômeno da globalização.

Para Skovsmose:

“Globalização pode se referir a todos os aspectos da vida. Ela tem a ver com assuntos econômicos, significando que empresas econômicas em uma parte do mundo podem afetar a economia em outras partes diferentes. A atividade febril do mercado da bolsa pode ser percebida como uma expressão da globalização, fortemente mantida pela rede eletrônica.” (SKOVSMOSE, 2005, p.52)

Essa caracterização aproxima dois aspectos presentes no processo de legitimação da Educação Financeira. Envolve uma ideia de pertencimento e de que os indivíduos estão interligados. O que os une, inclusive no processo de educar-se financeiramente, são os mercados. Qualquer pessoa hoje por menor volume de recursos financeiros que disponha pode aplicá-los no mercado ações. Essa atraente possibilidade de “pertencer” deixa pouco transparente a posição de poder que cada um dos sujeitos, envolvidos neste processo ocupa, o que, por consequência, dificulta a visibilidade das reais possibilidades de interferência produtiva, importante quando do nosso olhar sobre as táticas ou práticas emancipatórias. O que estamos querendo dizer é que os indivíduos participam também como peças de um **jogo** financeiro especulativo arriscado. Esse, através do **“Santo Mercado”**, tem como resultado, em momentos de crises, impor aos Governos, obrigações orçamentárias e ajustes fiscais que têm as consequências que estamos vivendo na atualidade. Basta olhar para o que acontece no bloco europeu, notadamente com Espanha e Grécia, mas também Itália e Portugal.

Na Educação Financeira uma das asserções que a constituem é de que os indivíduos precisam dominar certas competências que lhes permitam atuar no cenário econômico de modo que com decisões acertadas possam se integrar a sociedade alcançando seu bem estar. São essas as asserções constitutivas do objeto, prática social e, dialeticamente, também discurso, da Educação Financeira.

Voltemos, no entanto ao referencial teórico da ADC.

Para Fairclough, “o discurso é uma prática social não só de representação, mas de significação do mundo”. Aponta para três aspectos decorrentes dos efeitos constitutivos do discurso que contribuem para construir:

1. Posições de sujeito;



2. Relações sociais entre as pessoas;
3. Sistemas de conhecimento crença.

Relacionam esses três aspectos a funções de linguagem, a saber, a **identitária** que diz respeito “aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas nos discursos.”; **relacional** trata de como “as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas.” e **ideacional** que se refere “aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.”

Fairclough (2001a) admite três dimensões ao discurso em sua teoria tridimensional que compreendem: texto, prática discursiva e prática social. O quadro abaixo apresenta algumas categorias analíticas utilizadas nesta teoria.

<b>TEXTO</b>	<b>PRÁTICA DISCURSIVA</b>	<b>PRÁTICA SOCIAL</b>	
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência	Ideologia	Sentidos
			Pressuposições
			Metáforas
		Hegemonia	Orientações
		econômicas, políticas, culturais, ideológicas.	

O quadro refere-se a um primeiro enquadre teórico da Análise de Discurso Crítica segundo Rezende e Ramalho (2011) que, mais a frente em seu trabalho apresentam o enquadre de Chouliaraki e Fairclough (1999). Uma reformulação desse primeiro.

Não temos a intenção (que certamente requer um conhecimento mais profundo dessa teoria) de fazer desse nosso trabalho um detalhamento da ADC, contudo a demora e o prolongado tratamento deste tema reside em que estamos em verdade num processo também de conhecimento a medida em que escrevemos. Já dissemos isto em outra oportunidade nos referindo a uma “depuração teórica” que

tal postura favorece. Assim vamos tentar resumir as etapas desse novo enquadre teórico. O ponto inicial descrevem Ramalho e Rezende (2011, p.36), reveste-se da

percepção de um *problema* que, em geral , baseia-se em relações de poder , na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais , na naturalização de discursos particulares como universal, dado o caráter crítico da teoria.

Na educação financeira os maiores problemas talvez maiores impactantes como já descrevemos são o consumo e a *comodificação* das próprias pessoas, características que acompanham seu processo de legitimação.

A sequência do método de abordagem da ADC compreende uma série de categorias e processos aos quais conferimos relevância, mas sua utilização neste trabalho exigiria tempo e esforço, mas também propósito, aos quais, como afirmamos anteriormente este trabalho não se destina. Outro quadro com a descrição completa o leitor (a) encontrará no texto ***Análise de Discurso Crítica*** já apresentado.

### 3.4 LEGITIMAÇÃO: Uma primeira aproximação

Para concluirmos a parte que se destina às referências teóricas ou como preferimos sempre dizer, em termos de primeiras conclusões (elas podem ser muitas e sempre não definitivas), vamos dialogar sobre um importante significado de *legitimação* que aparece nas formulações sobre ADC, e que nos permitirá melhor situar o emprego que fazemos desse “conceito” em nosso trabalho de investigação.

Está elencado, no mesmo texto referido acima, como um dos “modos gerais”<sup>99</sup> pelos quais uma ideologia é posta em operação. É por seu intermédio que

relações de dominação podem ser estabelecidas ou mantidas, sendo representadas como legítimas, ou seja, a legitimação estabelece e sustenta relações de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio.(Rezende e Ramalho,2011,p.50).

<sup>99</sup>Segundo as autoras, Thompson (1995, pp.81-90) estabelece cinco modos pelos quais uma ideologia é posta em movimento. Além da legitimação, estabelece: dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Abaixo representamos quadro com as indicações de Thompson (1995)<sup>100</sup>:

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações) UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais) NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões) EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações) TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado) SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratção de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural) ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes) NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Quadro 3 - Modos de operação da ideologia.

Seguindo a mesma postura de pinçarmos os conceitos que possam nos ajudar, devemos considerar que, uma primeira leitura sobre a legitimação na perspectiva acima embora nos cause um movimento de aproximação, não reflete o significado que atribuímos ao termo *legitimação*.

Podemos dizer que a *legitimação, dentro do espaço dessa pesquisa se traduz como processo ideológico por natureza que pretende elevar a Educação Financeira ao status de bem/valor a ser consumido.*

Concebemos que os demais *modos gerais* elencados por Thompson (1995 apud Rezende e Ramalho, 2011, p.50), traduzem características que preferimos atribuir à nossa ideia de legitimação de modo que passam, em nosso entendimento,

<sup>100</sup> Trata-se do “arcabouço de Thompson para a análise de construções simbólicas ideológicas...” (apud Rezende e Ramalho 2011, p.52).

a compor o cenário, em que ela opera como *estratégias*<sup>101</sup> ao invés de “modos gerais” distintos. Dito de outro modo a **legitimação da Educação Financeira** pode ocorrer por **dissimulação, unificação e reificação**. Admitimos esses modos gerais, assim como suas subdivisões, como características *estratégicas* de um processo maior, a *legitimação*. Esta sim se destina a elevar um dado elemento social, histórico ou cultural ou processo que o envolva assim como valores e crenças religiosas ou posicionamentos políticos, à categoria de valores gerais consensuais que assim devem ser consumidos por todos. Está, portanto submetida a uma orientação ideológica.

Para mostrar ao leitor o que nos permite pensar dessa forma vamos apresentar extratos de textos (asserções como indicaremos mais à frente) dos documentos analisados nesta pesquisa, tentando elucidar neles a presença dessas orientações estratégicas.

“A educação financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. Nos últimos anos, sua relevância cresce em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e da inclusão bancária, bem como das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, seus riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem acesso a mais instrumentos bancários, serviços on-line de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro às famílias de baixa renda.” (ENEF).

A caracterização da Educação Financeira como algo que “*sempre foi importante*” tem o resultado (consciente ou não) de conferir a este fenômeno que é sócio-histórico, o status de permanente. O que se identifica e produz os efeitos da **reificação** - uma operação ideológica que trata “*uma situação transitória*” como “*permanente, ocultando seu caráter sócio-histórico*”.

Um dos efeitos será: a conformidade e o consumo acrítico “dessa ideia” de que é preciso educar financeiramente os indivíduos.

---

<sup>101</sup> O termo aqui deve ser compreendido no sentido sugerido por De Certeau já apontado e refletido anteriormente.

Além disso, o extrato de texto indica que se pretende constituir consumidores de produtos financeiros.

Fairclough (apud Rezende e ramalho 2011, p.53) “*explica que ideologias são, em princípio, representações, mas podem ser legitimadas em maneiras de ação social e inculcadas nas identidades de agentes sociais.*”. Um dos efeitos constituintes dos discursos das Estratégias de Educação Financeira será a constituição do *consumidor financeiro*, indivíduo consumidor<sup>102</sup>. Ou numa perspectiva menos determinística, ela potencializa a capacidade dos indivíduos de consumir produtos financeiros.

Na análise dos documentos referentes à **Educação Financeira** pretendemos caracterizá-la como **prática social**, discurso e ao mesmo tempo conjunto de discursos (asserções) não desinteressados, que pretendem legitimá-la como atributo ou capacidade, indispensável aos indivíduos na atualidade. Essa habilidade resultante do educar-se financeiramente permitiria aos indivíduos aprenderem a lidar com produtos financeiros cada vez mais complexos. O “não desinteresse” ocorre por conta da “oculta” orientação do “educar-se financeiramente” que, como afirmamos reiteradas vezes, se dirige aos Mercados.

Juntam-se ainda à nossa reflexão, notícias sobre a “mobilidade” social no Brasil que indicam que “até 2014 , a classe C vai incorporar 17 milhões de cidadãos, enquanto outros 13 milhões vão cruzar a linha da pobreza.”<sup>103</sup> Boa notícia que, no entanto, merece ser olhada com maior cuidado. A referida reportagem baseia-se nos dados de pesquisa realizada pela Empresa de consultoria de mercado Data Popular.

Importante será saber também como estes brasileiros estão sendo atendidos nos sistemas públicos de saúde ou nos sistemas escolares, e de que forma têm acesso à informação de qualidade ou qual o percentual desses indivíduos que acessam ao ensino superior público. A participação nas instâncias populares de decisões como se dá? Ou seja, **o que significa ascender a uma nova classe social?** Nos parece que a única medida utilizada para localizá-los nessa “nova classe”, fazendo crer aos indivíduos que a sociedade assim avança, é a econômica

<sup>102</sup> A esse respeito ver Kistemann (2011).

<sup>103</sup> Carta Capital Junho /2011.

e mais especificamente , o poder de consumo. A despeito desse mudança, os “10% mais ricos da população brasileira ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com 1,1%.”<sup>104</sup>

Há ainda uma pequena parcela da população brasileira que concentra a maior parte da renda e a inclusão de um novo contingente de indivíduos num novo patamar de consumo, contribui sim para aumento de ganho de capital daqueles que detém os meios de produção capitalista. Via de regra trabalhadores são mantidos com baixos salários e os investimentos em sua qualificação tem o objetivo de adequá-los às necessidades do mercado Leia-se: melhor rendimento no trabalho = maior lucro. A Educação Financeira serve também a este propósito e não somos nós quem dizemos.

Os extratos de textos de autor que está em nossa revisão de literatura , representados abaixo, apontam para o que estamos afirmando.

Um problema enfrentado por muitas empresas é o absenteísmo, que é um termo usado para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho. O problema normalmente é enfrentado pelas empresas com punições e descontos nos salários, fato que complica ainda mais a situação desse trabalhador, gerando insatisfação e queda no rendimento. Assim, sempre alerto os empresários com quem converso para o fato de que uma das saídas para absenteísmo, queda de produção ou mesmo para autos índices de acidentes de trabalho é desenvolver a educação financeira. Recente-

Observa-se aqui uma finalidade para a Educação Financeira que difere da maior parte das indicações de outros documentos analisados nesta pesquisa. Aqui ela parece estar orientada como uma medida que pode interferir na produção do trabalhador e ,na ponta do processo, no lucro do empresário.

Para esta tarefa a indicação é de que indivíduos formatem inclusive seus sonhos. A essa orientação podemos chamar de *domesticação do trabalhador*. Ela está retratado pelo extrato seguinte:

---

<sup>104</sup> Essa informação foi extraída de <http://www.vejabemvb.com/2011/11/brasil-concentracao-de-renda.html>, datada de 17/11/2011, consultada em 7/08/2012.

A respeito, eu questiono: como podem as empresas pensar em segurança de seus colaboradores se eles não terão cabeça para utilizar meios preventivos por motivo das questões financeiras? É importante, assim, que se estabeleça um trabalho gradativo de educação financeira, na qual o colaborador adéque seu nível de vida aos seus rendimentos, incluindo neles os sonhos.

Há por fim a indicação de que a Educação Financeira possa servir inclusive como instrumento para negociação salarial. Essa perspectiva fica representada pela asserção:

Além de reduzir problemas com o trabalhador, a educação financeira fará com que ele perceba que os rendimentos mensais que recebe são suficientes, diminuindo as reclamações.

Desse modo ela pode ser caracterizada pelo que, no capítulo seguinte, chamaremos de *asserção capital-trabalho*.

No referido capítulo vamos nos deter de modo mais detalhado sobre as asserções<sup>105</sup>. Elas tem a função de identificar discursos (extratos de textos) que indiquem orientações ideológicas que contribuem para legitimação da Educação Financeira, em favor do capital. Podendo ser: *asserções legais*, *asserções financeiras*, *asserções neoliberais* e *asserções capital trabalho*.

Por ora vamos apenas dizer que os três extratos de documentos constituem-se em asserções do tipo *capital-trabalho*.

## **CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DOCUMENTOS**

### **4.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PESQUISA EM DOCUMENTOS.**

<sup>105</sup> As asserções consistem num conjunto de afirmações, não des-intencionadas, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade tardia, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar “melhor” produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores.

Iniciemos por considerar que:

**“o contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é o primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.”**(Cellard, p.299)

A opção de iniciarmos a partir do trecho acima reside em que contém a defesa da postura que adotamos durante todo trabalho até aqui, **de conferir fundamental importância ao contexto, em que emerge o fenômeno da educação financeira** e por consequência em que também surgem os documentos que, como avaliamos, põem em movimento seu processo de legitimação. Isto foi o que tentamos fazer, mais especificamente, no capítulo I.

No presente trabalho de pesquisa documental estamos, pela perspectiva de Cellard (2008), a partir do exposto, sob o risco de enfrentarmos “complicações” que podem decorrer, do não distanciamento temporal entre pesquisador e “cenário” em que o fenômeno em estudo se desenvolve. Como observamos em outra parte de nosso trabalho, a Educação financeira é tema recente e deste modo estamos todos, pesquisador, tema investigado e documentos, submetidos ao mesmo contexto sócio histórico.

Por outro lado, o fato de “pertencermos” ao mesmo tempo histórico pode eliminar outro receio que segundo o autor está no perigo de “interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos.”? Como não estamos distanciados “temporalmente” a interpretação se processará segundo valores próprios, ainda que possam ser divergentes ideologicamente daqueles que, como indica nossa pesquisa, produzem o fenômeno da Educação Financeira.

De qualquer modo ainda que cada contexto histórico possua marcos que estabelecem momentos de mudanças, não podemos precisar quando os efeitos, nas práticas sociais cotidianas, de determinado fenômeno, ideológico ou não, deixam de existir. Assim, preferimos considerar sempre uma dinâmica e dialética relação entre os cenários históricos, concebidos como espaços de lutas hegemônicas, em que



orientações ideológicas estão permanentemente em embate, alterando constitutivamente o próprio cenário em que se defrontam e, portanto nossa própria análise.

O que está em questão neste espaço se refere a percepção de Fairclough(2001) que considera o discurso como uma dimensão da prática social. Desse modo, mesmo não distanciados no tempo, podemos **proceder a interpretações** segundo valores presentes também naquele tempo ou não, isto não é o mais importante, dada a dialética relação entre discurso e prática social. O risco e relevância residem então, dado que não é possível nos livrarmos de certas determinações, quando em nossas análises, **fazê-las reflexivamente**, nos termos em que Giddens estabelece este conceito quando afirma que:

“Há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente “se mantêm em contato” com as bases do que fazem como parte integrante do fazer. “(Giddens 1991, p.43)

E prossegue definindo que:

“A reflexividade na vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (Idem, p.45).

O olhar sobre pesquisa documental que utilizaremos aqui terá contribuição de Cellard (2008), a partir de algumas características estabelecidas por este autor que terão relevância em nossa pesquisa.

## **A NECESSIDADE DOS DOCUMENTOS**

Como a capacidade humana de memória é limitada, os documentos adquirem o status de “preciosa” fonte para todo pesquisador seja ele historiador ou não. Possibilita “algum tipo” de reconstrução do passado dado que, em muitos casos, são os únicos registros disponíveis.

Essas são as primeiras considerações, um pouco modificadas por nossa interpretação, que encontramos no texto de Cellard (2008).

Para este autor o distanciamento no tempo ou não pode representar menor ou maior dificuldades ao pesquisador.

No texto encontramos a informação de que para Kelly (apud Gauthier, 1984, p.296-297) se referindo a pesquisa documental, a descreve como:

“método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.”

Como primeiro passo Cellard indica que o pesquisador deve **“localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representabilidade”**.

O texto de Cellard (2008) base para as considerações que estamos fazendo tem foca o objetivo de realizar uma *“descrição do documento escrito, das principais categorias de documentos e dos procedimentos que visam facilitar o acesso a eles.”*. Abordará também *“diferentes aspectos da análise preliminar, ou seja, o estudo do contexto no qual o texto em questão foi produzido, o autor e os atores sociais em cena, a confiabilidade do documento, sua natureza, sua lógica interna, etc.”* (idem p.296).

Por fim apresentará exemplos de análise documental.

## O DOCUMENTO ESCRITO

Cellard trata como documento,

“tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.”(CELLARD,2008).

A “grosso modo” admite uma definição mais geral dos documentos entre aqueles que podem ser arquivados “e os que não o são.”

Estabelece uma classificação dos documentos, entendendo-os como: públicos (arquivados ou não), privados ou pessoais.

O autor inclui ainda na classificação documento privado, aqueles, por exemplo, referentes a “documentos de organizações políticas, sindicatos, Igrejas, comunidades religiosas, instituições, empresas, etc.” (idem, p.298).

## **ANÁLISE PRELIMINAR EXAME E CRÍTICA DO DOCUMENTO**

Neste aspecto Cellard afirma que:

“é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta” por outro lado “continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda a análise documental.” (idem, p.299).

E assim a avaliação deve ser processada por **cinco** dimensões: contexto, o autor (ou os autores), autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto e os conceitos-chaves.

### **1. O CONTEXTO**

O contexto de sua produção na qual afirma:

“o contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, **é o primordial**, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.” (CELLARD,2008, p.299)(grifo nosso)

Como já dissemos o problema aqui é que pesquisador e tema pesquisado estão presentes na atualidade de modo que nos traz o questionamento da validade dessas orientações para o nosso caso. Entretanto não se pode dizer quanto tempo decorre para que um dado documento e, portanto fenômeno em estudo que ele comporta, esteja “distanciado no tempo”. Um, dois, três dias, ou anos? Como não é possível precisar, deve-se considerar que qualquer documento, inclusive do tempo presente, esteja dentro dessas características e, portanto analisável segundo os

critérios estabelecidos aqui. Por fim devemos considerar que se desenha com legitimidade a perspectiva de *história do tempo presente*<sup>106</sup>.

Segundo Ferreira (2000), que citamos apenas para considerar que a questão do distanciamento envolve a discussão sobre a legitimidade desta perspectiva de pesquisa em história,

Ancorada em princípios que sustentavam a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, através do que os historiadores costumam chamar de *visão retrospectiva*, ou seja, a possibilidade de trabalhar com processos históricos cujo desfecho já se conhece, a história criava limitações para o trabalho com a proximidade temporal, por temer que a objetividade da pesquisa pudesse ser comprometida. Mesmo reconhecendo, como faz Vital Naquet (1993), que todo o trabalho do historiador é engajado, e que mesmo os livros de história antiga estavam marcados por posicionamentos políticos, acreditava-se que o distanciamento do objeto dá mais segurança no sentido de preservar o historiador das paixões políticas atuais. (FERREIRA, 2000, p. 6-7)

O cenário em que estão mergulhados os documentos analisados é o mesmo em que emerge o fenômeno da educação financeira que já foi contextualizado em capítulos anteriores.

## 2. O AUTOR

O autor ou autores representam a segunda dimensão e para Cellard, “*Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever.*” (Idem, 2008, p.300). Perspectiva que confirma ao dizer ainda que

“parece, efetivamente, bem difícil compreender os interesses (confessos, ou não) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles, que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem. é muito mais fácil dar a entender que é a “sociedade” ou o “Estado” que se exprime por meio de uma documentação qualquer.”. (Idem p.300).

No nosso caso de pesquisa documental, os autores, interlocutores como indicamos, em alguns momentos, estão bem identificados quando olhamos para o

<sup>106</sup> Para esclarecer com um pouco mais de cuidado o que estamos considerando, registro aqui um trecho de Ferreira (2000) do artigo intitulado: ***História do tempo presente: desafios***. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94,nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

processo de legitimação da educação financeira. Em geral são instituições ligadas ao setor financeiro. Quer sejam instituições da “ponta”, operadoras do Sistema Financeiro Nacional (SFN) como as instituições financeiras de um modo geral, em que destacamos a participação dos Bancos, quer sejam as “supervisoras”: BCB, CVM, Previc e Susep.

De volta às considerações de Cellard (2008) sobre pesquisa documental, deve-se perguntar: “Por que esse documento, preferencialmente a outros, chegou até nós, foi conservado ou publicado?”. Com essa indagação, acreditamos que o autor esta se referindo ao perigo das deformações decorrentes de interpretações impregnadas por uma única e particular perspectiva. Ao menos é o que depreendemos do que nos informa quando afirma que:

“um bom exemplo de deformação é o da imagem da Nova França, longamente veiculada pela historiografia tradicional. Uma vez que uma enorme parcela das fontes provinha de religiosos, como os jesuítas, e de membros de comunidades religiosas [...] a reconstituição do passado, efetuada pelos historiadores, baseava-se essencialmente nas interpretações, percepções e convicções transmitidas por essas pessoas de igreja desejosos de valorizar os progressos realizados.” (CELLARD, 2008, p.301).

Ao que se relaciona ao nosso caso, podemos “adequar” o exposto em termos de preocupações que devemos ter com documentos (sobre a educação financeira) que representem perspectivas particulares (instituições financeiro-econômicas e seus pares). Sem esse cuidado a constituição do objeto, Educação Financeira, pode nos aprisionar numa visão (e valores) que não é a única. É até por isso que, fundamentalmente embebidos por esta inquietação, nos propomos a refletir criticamente sobre as Estratégias de Educação Financeira em exame.

No exemplo de Cellard, como “uma enorme parcela das fontes” advinha de instituições religiosas, as interpretações seguiam reproduzindo tais orientações. Caso semelhante pode ocorrer pelo que descrevemos na presente pesquisa documental em que a quase totalidade das fontes apresenta-se, uniformemente constituída, a partir das orientações da **OCDE**. E ainda, em sua maioria, são produzidas por instituições ligadas ao sistema financeiro local ou mundial. No caso

da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) no Brasil, por exemplo, são as instituições referidas anteriormente.

Observa-se que reduzido número de trabalhos sobre a Educação financeira se devem a educadores, de modo que esse viés é ainda perspectiva que precisa ser construída, sobretudo pela Educação Matemática.

A principal questão aqui envolve o risco de que o “credo *econômico-financeiro*” esteja a compor, de forma dominante, as propostas sobre Educação Financeira pelo mundo a fora, que serão levadas aos Sistemas Educacionais.

Como contra-argumento ao que estamos considerando pode-se indagar: ***Por que não instituições financeiras a cuidar da Educação Financeira?*** Isso poderia parecer ser bastante razoável, mas uma resposta, metafórica, pode vir em termos de outra pergunta: É possível pedir a lobos que cuidem de ovelhas?

É claro que os sistemas e instituições financeiras (o capitalismo) não se alimentam, não literalmente, de indivíduos. Mas muito já se escreveu, sobre sua característica de voracidade em que,

“Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência.” (BAUMAN, 2010, p.08).

Bauman trata assim de uma tendência autofágica do capitalismo que precisa sempre de “novas pastagens” para, ao devorá-las, se reproduzir. Há apenas um problema: ao persistir esse modelo, em algum momento, não existirão “novas pastagens”.

### 3. A AUTENTICIDADE E A CONFIABILIDADE DO TEXTO.

No que respeita a esta dimensão e considerando o caso de nossa pesquisa documental sobre Educação financeira, não há muito a dizer, pois os interlocutores são de fato, e ao mesmo tempo, os proponentes se não literalmente, ao menos ideologicamente. Estão “bem” identificados nos documentos, em geral instituições bancárias e do sistema financeiro, em parcerias com governos através de seus

Bancos Centrais, e neste sentido há razoabilidade em que tratem de “educar financeiramente os indivíduos”. Contudo, o fazem segundo interesses próprios dos mercados, a partir da difusão de valores que se referem a uma parcela específica de indivíduos tentando, não “des-intencionadamente”, transferi-los a todo o conjunto da sociedade.

Estas propostas pretendem se introduzir por via de uma instituição (Escola) que por princípio, deve ser laica, democrática e livre de valores ideológicos (se é que isso algum dia ocorreu na história da humanidade) o que não corresponde, portanto, a princípios gerais a que se deve destinar a Educação. Relaciona-se a esta questão a contribuição de BARBER (2009) de que

“estamos presos a uma cultura do consumo individualista na qual os bens públicos que pertencem a nós, como cidadãos, não fazem parte da contabilidade. O destino do capitalismo e o destino dos cidadãos já não convergem.” (BARBER, 2009, p.30).

Os documentos de que trataremos em nossa análise documental crítica são, em geral, propostas de Estratégias nacionais de Educação Financeiras do Brasil, Portugal e Espanha. Estes países difundem através de parcerias público/privadas para além das fronteiras dos Estados, os documentos norteadores originários da OCDE. Portanto há **autenticidade** e há **confiabilidade** nos textos.

A confiabilidade, aliás, é uma característica que deve ser marcante da Educação financeira, ainda que seus interlocutores não digam isso de modo expresso. Dizemos isto dado que ela advém de um cenário e contexto em que esse elemento é fulcral. No sistema financeiro a confiança é o que sustenta as relações ali localizadas e talvez seja o princípio básico para investimentos.

#### **4. A NATUREZA DO TEXTO**

Neste aspecto o autor nos leva a considerar sempre de modo sensato, com discernimento e com prudência, levando em conta a natureza do texto sob análise, “antes de tirar conclusões”. Devemos considerar que esta dimensão relaciona-se com o que já foi dito antes, sobre “o contexto no qual ele é redigido.”.

#### **5. OS CONCEITOS-CHAVE E A LÓGICA INTERNA DO TEXTO.**

A atenção aqui está voltada à compreensão de termos utilizados que, contextualizado em outros tempos históricos, necessitam da apropriada interpretação. Segundo nosso entendimento essa perspectiva se adéqua melhor a textos mais antigos de modo que em nossa pesquisa não deve ser relevante. Ao menos no que respeita a adequada interpretação no tempo, dado que em nossa análise documental, estamos tratando do *tempo presente*. A relevância dessa observação permanece visto que como estabelece Cellard (2008), “deve-se prestar atenção em conceitos-chave presentes em um texto e avaliar a sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados.” (p, 303).

Novamente considerando nossa pesquisa documental devemos dizer que a Educação Financeira segue com razoável “importância e sentido” segundo o contexto em que é produzida. No entanto, reafirmamos representa uma visão muito particular (econômica e individualista) do mundo e pretende (ideologicamente) se estender a todos como valor a ser seguido ou, que talvez seja apropriado dizer, ser consumido.

Algumas questões propostas pelo autor poderão ser utilizadas como:

Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação? Observa que “esta contextualização, efetivamente, pode ser um precioso apoio, quando, por exemplo, comparam-se vários documentos da mesma natureza.” (idem, 303).

Esta última orientação deve ser útil em nossa pesquisa. É o que podemos considerar num primeiro momento visto que também tratamos de textos “de mesma natureza”.

Conclui por fim que **“o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois procede a uma reconstrução, com vistas a responder ao seu questionamento.”** (Cellard, 304).

Do mesmo modo como estamos tratando outras referências teórico-metodológicas neste trabalho, devemos proceder a recortes em relação à contribuição de Cellard (2008) sobre pesquisa documental.

Será preciso fazer as devidas adaptações, ao nosso trabalho de pesquisa documental em Educação financeira, pois, como já observamos, não estamos



distanciados no tempo do fenômeno em estudo e, portanto os documentos não se referem a um passado. Há algumas questões que não nos parecem triviais e refletir sobre os trechos recortados e apresentados logo abaixo, talvez nos auxiliem nas devidas adaptações. Cellard (2008) refere às

“ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular **explicações plausíveis**, produzir uma **interpretação coerente**, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento.”(Idem ,p.304)(*grifo nosso*)

Sobre as “observações extraídas de sua documentação”, pode ser uma complicação pensar em que não sejam “particulares” essas observações. E estamos nos referindo a uma particularidade de lugar social e teórico talvez como considera de Certeau. Do mesmo modo, “explicações plausíveis” não nos deixa outra alternativa que não seja considerar que se pretende com isso , se não o estabelecimento “da verdade”, pelo menos o desenvolvimento de “uma verdade”. (essa última perspectiva, é a mais “nobre” a ser seguida).“Plausíveis” , se diz de: “*Que merece aplauso , aceitável, razoável*” e por sua vez ,”*razoável*” indica que “se refere à razão”.

Olhando para nossa pesquisa documental podemos indagar sobre a que “razão” estaremos nos referindo, quando tratarmos da educação financeira , nos moldes em que está proposta? A aceitabilidade está dita de quem? Quem é que deve percebê-la como aceitável e razoável e que razões existem para isso? Para quem é aceitável e razoável educar-se financeiramente, nos moldes em que são propostas tais iniciativas?

Inevitável neste ponto, não considerar as preocupações, que nos parecem pertinentes, de Apple (apud LINS 2004, p 26) sobre que talvez a discussão (curricular) deva deslocar da pergunta: “*que conhecimento deve estar no currículo*” para “*o conhecimento de quem deve estar no currículo.*” Caberá então perguntarmos: **a quem interessa educarmos financeiramente os indivíduos?**

Questões como estas sempre poderão ser colocadas, independente do tempo em que se “encontre” localizado o documento em estudo e, ainda assim, será sempre respondida a partir de uma posição particular.

Temos então talvez uma *aporia*, no sentido formulado por Skovsmose(2007) que só poderá ser absorvida , não resolvida, se os indivíduos em suas análises procurarem se servir de outras posições e interpretações antes da “opção” ou “filiação” a uma determinada posição. Os indivíduos leitores, não os pesquisadores! A essa nossa afirmação é preciso seguir uma melhor, e detalhada, explicação. Um mesmo fenômeno por mais que seja analisado em trabalhos de investigação distintos, o que permitiria um amplo e plural olhar, é feito sempre por um sujeito, contextualizado historicamente, sujeito a várias determinações. Não é possível então que esgotemos as possibilidades de leitura sobre um mesmo fenômeno. Ou seja haverá sempre , e isso é positivo, um outro olhar possível, mesmo “dentro” do mesmo tempo histórico. Além disso, nossa breve existência material não nos permite que conheçamos, com profundidade, as infindáveis perspectivas sob as quais um dado fenômeno ou objeto pode ser considerado. Isso exigiria do pesquisador um tempo maior do que a sua existência lhe oferece, como de resto a qualquer outro ser humano. Estaremos sempre, portanto, nos valendo de leituras indiretas, sempre constituídas por determinações que dizem respeito ao tempo histórico em que foram feitas e, ainda sim, mesmo que nos utilizando de fontes diretas, estas, já lá naquele contexto, estariam impregnadas, por uma de muitas das possíveis visões próprias daquele tempo. Uma *aporia*.

## 4.2. SOBRE AS ASSERÇÕES.

### Introdução

No contexto da pesquisa documental sobre o que estamos chamando de Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF) criamos as figuras das **asserções** como forma de evidenciar/elucidar a presença ideológica em favor do capital nos discursos (documentos) sobre Educação Financeira. A tese principal é que esses documentos se orientam para a constituição de consumidores de produtos financeiros e desse modo, para a elevação da Educação Financeira como um bem/valor também a ser consumido.

Elas se constituíram no decorrer da pesquisa como uma tentativa de traduzir alguns aspectos que parecem percorrer a quase totalidade dos documentos analisados. O que pode parecer algo evidente ao leitor dado que são documentos, em geral das Estratégias, que tem uma orientação inicial vinda da mesma instituição: a OCDE. Porque não deveriam apresentar as mesmas características? Isso é verdade, no entanto, estamos nos referindo não a aquelas características visíveis a um primeiro olhar. Estamos falando de discursos ideológicos e eles têm a importante característica da *dissimulação*<sup>107</sup>.

Um dos prováveis efeitos desse modo de conceber a Educação financeira poderá ser (por ora ela é apenas uma prescrição) constituir consumidores de produtos financeiros e a nosso modo de conceber este é um dos objetivos (não explícito).

Antes de tentarmos descrevê-las, devemos ainda ressaltar que são descrições preliminares e que surgem da leitura e análise dos documentos a partir da percepção de algumas características comuns a esses discursos.

## AS ASSERÇÕES

Como primeiro passo talvez seja relevante darmos uma primeira aproximação sobre o que estamos pensando quando nos referimos às *asserções*. Desse modo podemos dizer que *são prescrições estratégicas, discursivas que tem como objetivo elevar a Educação Financeira, tal como se apresenta, ao status de um bem/valor a ser consumido pelos indivíduos. Elas ajudariam a compor o que estamos chamando de Processo de Legitimação da Educação Financeira.*

A estrutura das **asserções** tal como definimos, comporta tipos diferentes: as asserções legais, as financeiras, as neoliberais e as capital/trabalho. Todas direcionadas à legitimação da Educação Financeira **e á constituição de consumidores de produtos financeiros , como dissemos**, diferindo, entretanto, no seu *modus operandi*:

As **Asserções legais** agem pela constituição de um marco legal nos países em que as Estratégias de Educação Financeira se desenvolvem. São promovidas

---

<sup>107</sup> Ver as considerações de Thompson (1995) que desenvolvemos anteriormente.

pelos Estados em parceria com instituições financeiras e/ou reguladoras do sistema financeiro. A essas últimas em geral, no conjunto de documentos, as identificamos como: os Bancos centrais e as Comissões de Valores Mobiliários dos países cujas Estratégias foram pesquisadas, nomeadamente o Brasil, Espanha e Portugal. Há também a constituição de um marco legal e que se refere a estes dois últimos países, feita através de documentos da Comissão Europeia<sup>108</sup>. Elas também são identificadas nas iniciativas legislativas em andamento por todo o Brasil, como consequência da ENEF<sup>109</sup>.

As **asserções legais** ainda, se relacionam a desobstrução necessária que o Estado precisa promover para criar um ambiente em que o capital financeiro possa seguir seu fluxo. Por esta mesma razão, para dar vazão a este movimento, os produtos financeiros precisam ser de fácil entendimento aos potenciais consumidores.

As **asserções financeiras** são construções discursivas que intuem a necessidade de que os indivíduos precisam se educar financeiramente, atuam pela criação artificial de uma demanda. Lembremos que “*atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção dos bens e dos serviços.*” (SANTOS, 2003, p.48). Assim, a tarefa desse tipo de *asserção* é constituir o *consumidor financeiro* ou *indivíduo consumidor*<sup>110</sup>.

Em verdade deveríamos dizer que é tarefa das enunciações<sup>111</sup> promoverem os indivíduos ao status de consumidores de produtos financeiros. Descrevê-las como discursos e caracterizá-las como *asserções* têm o propósito de evidenciar a presença ideológica com os efeitos aqui descritos.

A concepção de discurso que estamos empregando, a partir de Fairclough (2001, p.91) implica em percebermos que<sup>112</sup>:

<sup>108</sup> Ver documento normativo na proposta da Espanha.

<sup>109</sup> Estratégia Nacional de Educação Financeira.

<sup>110</sup> Kistemann (2011).

<sup>111</sup> S.f. Ação, maneira de enunciar; enunciado; expressão, declaração, proposição: a enunciação de um princípio.

<sup>112</sup> Ver também Capítulo IV.

*“O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes.”;*

*“O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”.*

Bem como descrevermos três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso:

- *“o discurso contribui para constituir as relações sociais entre as pessoas...”;*
- *“... para construção para o que variavelmente é referido como “identidades sociais” e “posições de sujeito” para os “sujeitos sociais” e “tipos de eu”.”;*
- *“... para a construção de sistemas de conhecimento e crença.”*

Assim as asserções tem o objetivo de evidenciar/elucidar discursos que pretendem, propriamente, constituir consumidores de produtos financeiros;

As **asserções neoliberais** tem o efeito de constituir o sistema de conhecimento e crença que as produzem, identificado como o neoliberalismo e, em certa medida, o próprio capitalismo em sua forma financeirizada. São os discurso que destacamos como enunciações que valorizam preceitos próprios do pensamento neoliberal que vale lembrar: primazia da liberdade individual e a orientação voltada aos mercados.

As **asserções capital/trabalho** referem-se ao Estado no desempenho de sua função, identificada por Habermas (apud Bauman), de comodificação do capital e do trabalho. O melhor exemplo que podemos trazer dessa questão se refere ao fenômeno do neoliberalismo. As reformas neoliberais com seu processo de desregulamentação e privatização representaram o desmonte das estruturas de proteção de direitos dos trabalhadores no intuito de torná-los mais atraentes ao capital.

Além disso, percebemos que, iniciativas de desoneração da folha de pagamentos e folha fiscal, são instrumentos bem utilizados por governos para atrair o capital, gerando empregos a custos mais baixos ao empregador. São exemplos do Estado no exercício de sua função de comodificação.

Embora as asserções **capital/trabalho** se estabeleçam a partir de uma função do Estado (capitalista) concorrendo direta ou indiretamente para o reforço

neoliberalismo como fenômeno ideológico, serão as **asserções neoliberais** aquelas diretamente envolvidas com este último propósito.

As **asserções neoliberais**, num refinamento de nosso próprio entendimento, são desse modo, aquelas que contribuem para constituição do sistema de conhecimento e crença - neoliberalismo/capitalismo financeirizado - ao qual se vincula dialeticamente, produzindo-o e reproduzindo nas práticas sociais, seus princípios.

A escolha da palavra asserção para identificar a presença ideológica nos discursos sobre Educação Financeira se refere a seu significado. No dicionário<sup>113</sup> *asserção s.f. Afirmação, proposição que se tem como verdadeira: os fatos justificaram-lhe as asserções.*

Uma afirmação põe em questão a necessidade de refletir sobre sua adequação, sobre sua natureza. O que por sua vez nos remete a pensar que quando fazemos uma afirmação, provavelmente acreditamos ter legitimidade para tal comportamento. Chegamos assim que “afirmação” se relaciona com “legitimidade”. Legitimidade por sua vez deve estar referida ao contexto de sua produção. O que é legítimo em um dado contexto (“digno de ser...”) pode não ser em outro.

Chegamos a que, a utilização da palavra **asserção**, dentro do que estamos chamando de Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF) tem o escopo traduzir em termos de uma orientação ideológica, um dada enunciação documental.

#### 4.3. ANÁLISE DOCUMENTAL (1): AS ASSERÇÕES LEGAIS E CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO DE VINCULAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TAREFA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA.

##### Introdução

O propósito aqui é caracterizar e descrever aos extratos de textos das Estratégias, como discursos que tem o efeito de estabelecerem a Educação

<sup>113</sup> <http://www.dicio.com.br>

Financeira, *tal como se manifesta*, como tarefa do professor de Matemática. Ao menos é esta a perspectiva que a análise documental permitiu captar, por exemplo, no imaginário do legislador brasileiro. E que também esteve presente em iniciativas sobre o tema, em alguns países.

As asserções que definimos como “legais” tem como dissemos o propósito de constituírem o marco legal para introdução da Educação Financeira nos Sistemas escolares, mas nos documentos aqui em exame, serviram também para constituir o imaginário referido anteriormente.

Antes de prosseguirmos achamos apropriado tentar descrevermos ainda que preliminarmente, o que estamos pensando quando falamos em imaginário. Não se trata de defesa de uma ou outra posição acerca do tema e sim de retratar uma perspectiva que nos coloque, e também ao leitor, em movimento reflexivo. Destacamos assim algumas considerações extraídas do texto: *O Imaginário na relação pedagógica*<sup>114</sup>, que se seguem:

“Imaginar é evocar seres, colocá-los em determinada situação, fazê-los viver como se quer. É criar um mundo a seu bel-prazer, libertando-se. Tudo é possível. Tudo acontece.”

“Na vida cotidiana, imaginar é uma atividade paralela à ação que exercemos, ligada à realidade. A imaginação é um processo. O imaginário é seu produto.”

“o imaginário está povoado de representações simbólicas do real. Eis porque cada um de nós se encontra perto dos mitos, onde é encontrado o drama do homem, de sua condição de homem, envolvido pelo que o assedia no mundo, presa de suas pulsões e de suas angústias.”

“imaginar é uma atividade de reconstrução, até de transformação do real, em função dos significados que damos aos acontecimentos ou das representações interiores que eles tem em nós. Não é afastar-se em relação ao mundo real; é seguir ao mesmo tempo uma via paralela.”

Para Postic (1993) ainda,

“o imaginário age como exorcismo dos efeitos maléficos do real sobre a pessoa, e como valorização dos efeitos benéficos, a fim de garantir-lhe a coerência interna. Eu não me desligo do real. Ele caminha em mim por vias secretas. Tal acontecimento, tal pessoa encontrada, suscita ressonâncias;

---

<sup>114</sup> Postic, Marcel. *O imaginário na relação pedagógica*; tradução, Estela dos Santos Abreu. \_Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

por associação, desperta em mim imagens. O desencadeamento da atividade imaginária é provocado por encontros emocionais entre o real e mim mesmo.” (POSTIC, 1993, p.13-14).

A considerar apenas que talvez seja difícil estabelecer real e imaginário como que a compor mundos paralelos dado que a relação que se estabelece entre eles é por demais intrincada e complexa. Porque, o que é o real se não também uma construção social que por sua vez recorre a um imaginário?

Ou seja, a representação da verdade e a verdade têm ambas o mesmo estatuto, referen-se a uma posição perspectiva particular.

A partir dessas considerações podemos dizer que o imaginário é para nós um “lugar” que se compõe a partir de valores sócio-culturais produzidos por um dado grupo social, comunidade ou indivíduo que serve de referência para condutas e comportamentos. Não representa, no entanto, uma forma racionalizada de produzir condutas, práticas ou discursivas, embora essa seja uma força constante dentro de cada grupo sócio-cultural. Ele (imaginário) é acessado de forma ininterrupta e por uma indexação entre, de um lado a imagem e/ou enunciado e de outro a representação discursiva que fazemos do enunciado ou da imagem.

O mundo real se constitui dialeticamente a partir também das representações que dele fazemos a partir do imaginário.

Não quero conceber, no entanto, o imaginário como algo distante do real. Ele pode ser considerado como uma dimensão do real nos mesmos termos em que o discurso é uma dimensão da prática social.

Quando da análise de algumas<sup>115</sup> Estratégias de Educação Financeira vemos que a forma estabelecida para o trato desta temática nos sistemas escolares variou bastante. Entretanto, percebe-se que a perspectiva de apresentá-la como **responsabilidade do professor de matemática**, não foi prática isolada. Identificamos **esta tendência** a partir de SAITO (2011), que a descreve como iniciativa: na **Inglatera**, em que “a Educação em Finanças Pessoais não possui *status de disciplina regular, mas tem os seus conceitos transmitidos em cursos de Matemática*”, na **Nova Zelândia** “a Educação em finanças pessoais não é

---

<sup>115</sup> Neste trabalho de pesquisa documental olhamos apenas pra as Estratégias do Brasil, Portugal e Espanha.



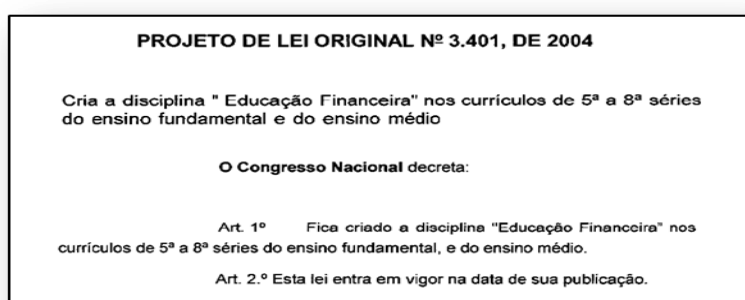
obrigatória nos currículos escolares, mas, em algumas unidades de ensino, é inserida como tema **de disciplinas como Matemática, Estudos Sociais, Saúde e Bem-estar.** Feslier (apud SAITO, 2011).

No caso brasileiro o trajeto que conduz da proposição inicial da Educação Financeira até sua concretização curricular como tema transversal indica a presença de sua vinculação ao professor de matemática.

Discorremos sobre o que chamamos de PLEF afirmando constituir-se de um conjunto de asserções que pretendiam legitimar a Educação Financeira. Assim podemos dizer que *as asserções consistem-se num conjunto de afirmações, não des-intencionadas, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade líquida, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar “melhor” produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores.*

São as **asserções legais** que pretendem constituir o marco legal que possibilitaria a inserção curricular da Educação Financeira no sistema escolar brasileiro. São exemplos dessas asserções os projetos de leis decretos pareceres e resoluções como: Projeto de Lei nº 3401 de 2004<sup>116</sup>;

### Asserção Legal - extrato de documento (1)

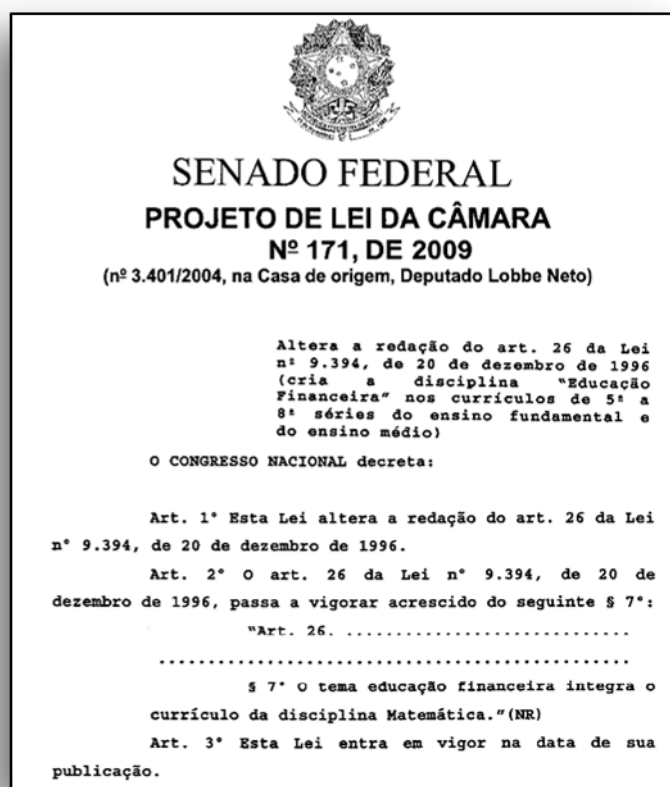


De autoria do então deputado Lobe Neto (PSDB) tem formato inicial que optava pela introdução desta temática como disciplina específica. No percurso

<sup>116</sup> A fonte para este e todos os documentos, numerados de (1) à (6) é <http://www.senado.gov.br/>, consultado em 28 de maio de 2012.

legislativo, dá entrada no Senado Federal sob o nº 171 como indica documento abaixo.

### Asserção Legal – extrato de documento (2)



Constitui-se no Senado como mais uma **asserção**, agora modificada para sua aceitação. Como indica, a orientação passa a ser a **instituição da Educação Financeira como parte do currículo de Matemática**. Contribui dessa forma a constituição de um imaginário, composto pelas *asserções legais*, que tem o efeito de vincular a Educação financeira à figura do professor de Matemática.

Passo seguinte essa asserção passa a comportar o formato final, de tema transversal como indicaram os documentos abaixo:

### Asserção Legal – extratos de documentos (3) e (4)

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009, do Deputado Lobbe Neto, que altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 171, de 2009, de iniciativa do Deputado Lobbe Neto, insere novo parágrafo no art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que dispõe sobre os currículos da educação básica.

Conforme, o projeto, o tema educação financeira deve integrar o currículo da disciplina Matemática.

O início de vigência da lei proposta é marcado para a data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa, que tem decisão terminativa desta Comissão.

Trata-se de parecer da Comissão de Educação do Senado. Nas justificativas destacamos o trecho, que também se constitui em asserção legal, que se segue, dividida em três quadros:

## II – ANÁLISE

A LDB dispõe apenas sobre linhas gerais para os currículos da educação básica. Conforme seu art. 26, os currículos plenos são definidos pelos sistemas de ensino e estabelecimentos escolares, em respeito às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. No entanto, existe uma base nacional comum, que tem por objetivo fortalecer a unidade nacional e favorecer as eventuais transferências de alunos entre escolas, especialmente quando feitas entre sistemas de ensino.

Desse modo, julgamos que as linhas curriculares nacionais para a educação básica já se encontram, essencialmente, estabelecidas, seja em lei federal, seja em documentos emanados do CNE. Isso não impede que sejam feitos aperfeiçoamentos na legislação. Aliás, o caráter dinâmico do processo educativo recomenda a permanente atualização curricular.

O projeto em apreço intenta operar essa atualização mediante a inclusão, nos estudos de Matemática, de um tema indispensável ao cotidiano dos estudantes e dos cidadãos em geral, a saber, questões de natureza financeira.

### **Asserção Legal – Documento (5)**

Os arts. 26, 26-A e 27 da LDB, por sua vez, estipulam orientações para a composição dessa base nacional comum, que é complementada pelas diretrizes curriculares nacionais, previstas no art. 9º da própria LDB, bem como na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE).

O Ministério da Educação, juntamente com a CEB/CNE instituíram, ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que buscam orientar o trabalho dos professores.

### **Asserção Legal – extrato de documento (6)**

Ocorre que, embora o tema sugerido mereça atenção especial na tradicional disciplina Matemática, sua abordagem deve ser transversal e interdisciplinar. A idéia de transversalidade indica a tentativa de construir uma ponte entre os conhecimentos aprendidos e as questões da vida real. Essa abordagem assume estreita relação com a interdisciplinaridade, que questiona a segmentação entre as diferentes áreas de conhecimento e aponta para a necessidade de se buscar uma inter-relação entre temáticas tratadas em campos aparentemente distintos do saber.

Assim, apresentamos emenda ao art. 2º do PLC, para que o componente curricular sugerido seja tratado como tema transversal.

Por fim, a proposição respeita a Constituição Federal e as leis do País. No que diz respeito à técnica legislativa, cumpre evitar que a lei tenha efeitos imediatos, a fim de possibilitar a adaptação curricular pelas escolas, além de explicitar na ementa do projeto o objetivo da alteração proposta na LDB, para o que apresentamos outras duas emendas.

Nota-se que o legislador em seu parecer reforça o imaginário a que nos referimos, ao enfatizar a necessidade de **“atenção especial” do tema da educação Financeira pela “tradicional disciplina Matemática”** (deve ser tarefa especial delegada a professores de matemática).

A aprovação com apresentação de emendas, junto à indicação de trato da Educação Financeira como tema transversal dá ao projeto inicial o formato indicado abaixo:

EMENDA Nº – CE
<p>Dê-se ao § 7º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 26. ....</p> <p>.....</p> <p>§ 7º A educação financeira constitui tema transversal dos currículos dos ensinos fundamental e médio.” (NR)</p>

Em movimento seguinte o projeto, então com indicação pela abordagem do tema da Educação financeira como transversal, vai à Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, por conta de requerimento que sugeria a tramitação deste, em conjunto a outros projetos que, igualmente versavam sobre “a inclusão de temas diversos nos currículos escolares.”, obriga a manifestação desta Comissão nos termos em que expõe o documento seguinte.

#### **Asserção – extrato de documento (7)**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre os Projetos de Lei da Câmara nºs 79, de 2009, da Deputada Alice Portugal (Projeto de Lei nº 235, de 2007, na origem), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*; e 171, de 2009; e sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 31, de 2008; 143, de 2008; 155, de 2008; 371, de 2008; 103, de 2009; 279, de 2009; 95, de 2010; 232, de 2010; e 254, de 2010, que tramitam em conjunto e tratam da inclusão de novos temas nos currículos escolares.

Os projetos buscam ampliar os horizontes dos nossos estudantes, por meio do domínio de disciplinas com conteúdos voltados para os direitos das mulheres; educação financeira, condição essencial para se acompanhar inclusive os gastos públicos; história e cultura indígena brasileira; primeiros socorros; aspectos históricos locais e regionais na história do Brasil; estudos sobre a Amazônia; ética social e política; valores éticos e de cidadania; práticas de trabalho; aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil; e direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

No entanto, ponderamos acerca da viabilidade da inclusão desses conteúdos nos nossos currículos escolares. Acreditamos que as temáticas sugeridas pelos autores e autoras dos projetos em exame já se encontrem incluídas nos conteúdos hoje administrados aos estudantes do país, muitas vezes até de forma transversal.

Trata-se de questão eminentemente técnica, de ordem educacional, que envolve em sua essência a introdução, nos currículos escolares, de dez novas temáticas, além da busca de mudança nos conteúdos que envolvem a formação de professores.

A teor do disposto no inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o exame do mérito das proposições, no tocante aos aspectos educacionais, é de competência exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Assim, apresentamos nossa manifestação favorável aos conteúdos, sem nos referirmos à viabilidade e necessidade de cada um dos projetos aqui tratados, considerando que a CE irá se manifestar acerca dessa questão, em decisão terminativa. Em outros termos, a CDH considera importante que os assuntos contidos nas proposições sejam debatidos nas escolas, mas não entra no mérito da forma como esses conteúdos devem ser administrados, tarefa reservada à CE.

Até o momento de nossa pesquisa documental esse era o último movimento do projeto que ao que sugere aguarda parecer da Comissão de Educação. Chamamos a atenção para a indicação final dessa asserção que acena para a necessidade de que os temas, que se inclui a Educação Financeira, **“sejam debatidos nas escolas”**.

Essas asserções, aqui analisadas, ocorrem dentro do que estamos chamando de **Processo de Legitimação de Educação Financeira** e podem ser percebidas como eventos discursivos constituintes da prática social, escolar, da Educação Financeira.

Comportam, portanto, uma orientação ideológica que já identificamos com o neoliberalismo que se constitui numa *“superestrutura ideológica que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno.”*, Therborn (1995). Essa superestrutura ideológica sustenta visões e práticas políticas que dentre outras coisas possibilitam, no tema em exame, a emergência da necessidade de que os indivíduos precisem se educar financeiramente.

Diante do exposto as prescrições curriculares das propostas de Educação Financeiras analisadas nesta pesquisa, revestem-se de ares de **estratégias**.

Para Josgrilberg (2005, p.110) *estratégias* no sentido posto por De Certeau são *“operações ligadas diretamente a um poder e que tem por objetivo a organização do espaço social”*. As **asserções legais** se constituem como estratégias dado que: se vinculam a um poder, o do Estado, mas não só a ele, e tem como tarefa instituir (organizar) o marco legal para a prática social da Educação Financeira.

Na Educação Financeira, perspectiva que discutimos anteriormente, em que pese a comodificação das próprias pessoas (constituição de consumidores financeiros, também mercadorias), está em curso uma orientação estratégica do capital, através ou em parceria com o Estado de *potencializar a capacidade de consumo de produtos financeiros (e a acumulação de capital pelo sistema e operadores financeiros) dos indivíduos*.

Além disso, esta perspectiva de estar a compor um imaginário como tarefa de professores de Matemática pode ser também uma *estratégia* de **empowering** à Educação Financeira pela Matemática, promovida por seus interlocutores, mas não só por eles. Quando voltamos nosso olhar ao PLEF, especificamente, quando da análise das asserções que pretendem constituí-la como bem a ser consumido, é possível identificar essa tendência, no documento brasileiro, no conjunto de *asserções legais*.

Nas Estratégias de vários países também se observam *estratégias*, com esta vinculação, em países como Nova Zelândia e Inglaterra, por exemplo, informação que encontramos em Saito (2011).

Chamamos a atenção aqui para diferenciar as utilizações do termo estratégia. Estamos grafando **Estratégia** para descrever os documentos oficiais do Brasil, Portugal e Espanha, sobre o tema e **estratégias** para denotar tanto uma orientação ideológica como também ao significado empregado por Certeau.

A tese que defendemos é de que há, em seu *Processo de legitimação*, a perspectiva de empoderar a Educação Financeira pela sua introdução via Matemática. Essa *estratégia*, no sentido decerteauiano, deve-se ao seu *poder formatador*.

#### 4.4. ANÁLISE DOCUMENTAL (2): A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. AS ASSERÇÕES FINANCEIRAS E A CONSTITUIÇÃO DE CONSUMIDORES FINANCEIROS.

A partir das formulações de Fairclough (2001) sobre discursos<sup>117</sup> podemos nos considerar a *Educação Financeira como uma prática social e discursiva de constituição de consumidores de produtos financeiros, devidamente orientada aos sistemas e/ou instituições financeiras. Ela contribui para constituir a figura do consumidor financeiro, e reveste-se como orientação estratégica a serviço do capital financeiro.*

Começamos por postular que as asserções podem assumir formas diversas – além das “legais” - e dessa forma sugerimos aqui as do tipo **Asserções financeiras: aquelas que concorrem para a legitimação da Educação Financeira, como um valor a ser consumido - pela constituição de consumidores de produtos financeiros.** Ou seja, são aquelas que indicam ou valorizam a necessidade de que indivíduos devam

---

<sup>117</sup>Lembremos que nesta pesquisa, utilizamos como referência teórica para análise dos discursos que compõem as Estratégias Nacionais de Educação Financeira(Brasil-Portugal-Espanha), alguns elementos próprios da Análise de Discurso Crítica(ADC) desenvolvidos a partir de Fairclough (2001) em Discurso e Mudança Social. Algumas das ideias básicas que deste trabalho extraímos são: os discursos são modos de significação (representação, reprodução ou transformação) dos indivíduos sobre as coisas do mundo que decorrem de orientações ideológicas (Sistemas de conhecimento e Crença); as práticas sociais são formas materiais de ideologias; os discursos constituem-se em dimensão da prática social; são modos de interpelação dos sujeitos (Althusser/1971).



consumir tais produtos. Dessa forma caracterizadas, observamos que esse tipo de asserção percorre todos os documentos sobre o tema da Educação financeira: desde as Estratégias Nacionais até a literatura que identificamos como de “autoajuda financeira”. Atuam diretamente na construção das identidades dos consumidores financeiros (uma vez que geram a “necessidade” de consumir).

Sobre o *Processo de Legitimação da Educação Financeira* lembremos em considerações já feitas, reproduzidas aqui, que utilizamos o termo *legitimação* em seu significado literal que, no dicionário se diz de: “*tornar legítimo; justificar; reconhecer como autêntico, legalizar.*”<sup>118</sup> Diante disto há a necessidade de indagar sobre o que é conferir autenticidade, por exemplo, ou legalizar alguma coisa. Uma preliminar resposta é de que significa *mover-se no sentido de fazer com que o fenômeno sobre este processo, passe a compor o rol dos conhecimentos necessários e importantes aos indivíduos e, mais ainda, pretende torná-los conhecimentos oficiais.*

Chegamos assim aos documentos oficiais que tratam da Estratégia Nacional de Educação Financeira aqui no Brasil.

O documento da Estratégia brasileira já foi descrito no capítulo II de modo que aqui faremos análises pontuais, de extratos de textos. Como vimos, ele se divide em 05 seções. A quarta seção tratará mais propriamente da proposta direcionada a dois segmentos: crianças e jovens atendidos em programas nas escolas e adultos.

O Formato de análise será o mesmo utilizado ao longo de trabalho, de intercalarmos extratos de textos, asserções, seguidas de considerações.

### **No documento**

Assim, são indicações que podemos identificar como **asserções financeiras**:

O crescimento da demanda dos consumidores e investidores por produtos e serviços financeiros também chegou a outros setores do sistema financeiro, como o de capitais, de previdência complementar, de seguro e de capitalização, que se tornam populares. Ao mesmo tempo os mercados vêm se sofisticando, com a ampliação no leque de opções no campo financeiro oferecidas à população.

<sup>118</sup> Bueno Silveira 1898-1989. Minidicionário da língua portuguesa/Silveira Bueno – 2 ed. –São Paulo. FTD, 2007.

### **Estratégia Nacional de Educação financeira – Brasil**

Como análise dessa asserção, vamos proceder às considerações seguintes:

#### **Pretende constituir consumidores financeiros:**

Respondendo a uma, plausível, pergunta de um imaginário leitor que, no momento em que escrevemos, pela sua falta, será nossa própria consciência, podemos nos indagar sobre: Por que o extrato acima pode ser caracterizado como asserção financeira?

A nosso modo de conceber a constituição dos consumidores financeiros inicia-se, precisamente, pela caracterização da demanda por produtos financeiros tal como expõem asserções como esta, que são extratos de documentos.

A primeira iniciativa para a concepção do consumo é intuir e/ou incentivar a existência de uma demanda, é o primeiro passo para constituir consumidores, portanto trata-se de uma *asserção financeira*, tal como a caracterizamos.

#### **Há a presença de uma orientação ideológica:**

Lembremos, apenas como uma retomada conceitual que a nossa percepção sobre Educação Financeira implica percebê-la *como uma prática social e também discursiva de interpelação /constituição de sujeitos como consumidores de produtos financeiros, vinculada ao neoliberalismo como sistema de conhecimento e crença que ideologicamente a constitui*. O Neoliberalismo, por sua vez, orienta-se aos mercados financeiros.

No percurso de transformações históricas que sofreu o capitalismo chegamos, pois a uma fase contemporânea de financeirização do capital, e assim podemos dizer que a Educação financeira é também prática social decorrente desse sistema de conhecimento e crença: capitalismo financeiro. É exatamente por esta perspectiva que tratamos do conceito de capital humano, percebendo a Educação Financeira como uma reedição (desse conceito) devidamente adaptada para o capitalismo em sua fase contemporânea.

#### **Descortinando a presença de discursos ideológicos no documento.**

Esse discurso, asserção financeira, indica que aumento da demanda por produtos financeiros, ocorre paralelamente (“ao mesmo tempo”) ao aumento (“ampliação no leque de opções”) de oferta desses produtos. Esta asserção, no entanto, além de não vincular demanda e oferta, descreve os fenômenos sem o esclarecimento de sua origem ou pela apresentação de uma justificativa parcialmente “verdadeira”. É preciso observar que as considerações são feitas a partir de extratos e que isso possivelmente represente um dificultador ao leitor para compreensão das críticas aqui construídas.

No texto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF/Brasil) de que o extrato, *asserção financeira*, é retirado, as justificativas para os aumentos da demanda e oferta de produtos financeiros são muitas e se afirmam a partir da construção de um cenário econômico e social positivo, como decorrência do estabelecimento de “políticas públicas acertadas”.

Apresentamos abaixo algumas das indicações positivas do cenário econômico social que acarretariam, na ponta, ao aumento da demanda e oferta de produtos financeiros, sempre segundo seus interlocutores.

A opção de apresentação (representação) foi através de tópicos cuja redação é nossa, em alguns casos, e se justifica apenas pela praticidade da escrita. É importante que façamos tal consideração dado que estamos realizando uma pesquisa documental e que dessa forma a *representação* dos discursos em sua forma integral seria relevante.

São indicações dos documentos (representações de discursos):

- (i) “Projeções indicam que o Brasil poderá sair da posição de décima economia do mundo, medida pelo produto interno bruto (PIB), para a quarta posição, em 2050, superado apenas por China, Estados Unidos e Índia.” (ENEF, p.5);
- (ii) A classe média brasileira (Classe C) elevou-se dos 32% em 2002 para 47% em 2007. (ENEF, p.5);
- (iii) O índice de Gini <sup>119</sup> que em 0,604 reduziu em 2007 para 0,556, indicando redução na distribuição de renda;

---

<sup>119</sup> Índice que mede o grau de distribuição de renda de uma população.

(iv) A expectativa de vida que em 1950 era de 51 anos variou para 73 em 2008 com projeção de chegar a 81 anos “em pouco tempo”;

(v) Estudos indicam que o consumo será impactado a partir desse cenário construído pelas asserções anteriores de modo que segundo a “*Bain & Company e Euromonitor, o consumo anual do brasileiro deverá crescer de UU\$ 780 bilhões em 2007 para US\$ 1 trilhão em 2012.*”, o que colocaria o mercado brasileiro na posição de terceiro dentre os que mais contribuem para o consumo no mundo;

(vi) A oferta de crédito variou de 22% do PIB em 2002 para 40% em 2008;

Além desses dados “*a necessidade de educar as pessoas para atuarem no meio financeiro*”, como indica o documento, se justifica através de outras asserções financeiras:

“A sofisticação do sistema financeiro do país acompanhou o desenvolvimento global dos mercados financeiros de produtos ofertados ao público, porém sem os excessos verificados em outras economias.”.

“Relatórios internacionais, como o *Global Stability Financial Report*, editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), reconhecem que o sistema financeiro brasileiro é bem regulado e supervisionando.”.

“Como resultado, a gama de produtos financeiros oferecidos aos consumidores e aos investidores vem sendo ampliada, aumentando as opções dos indivíduos...”.

#### Estratégia Nacional de Educação Financeira – Brasil

Esses indicadores e justificativas estão a compor o corpo da ENEF – Brasil. Importa-nos aqui considerar que apesar de serem utilizados, *estrategicamente*, para convencimento da legitimidade da iniciativa de *educar financeiramente os indivíduos*, eles não são os únicos motores do fenômeno da Educação financeira. É nosso entendimento que o cenário descrito, de que emerge a Educação Financeira como prática social, é de *financeirização do capital* tal como consideramos esse fenômeno a partir do trabalho<sup>120</sup> de Lapyda (2011).

Como já consideramos este tema, registramos apenas que para Lapyda (2011) a “**face mais visível da financeirização**” seria “**a forte expansão das**

<sup>120</sup> O que foi feito pelo trabalho dissertativo de Llan lapyda intitulado: A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey.

**atividades, produtos e mercados financeiros, abrindo possibilidade cada vez mais diversificada para as aplicações financeiras.”.** Dessa forma defendemos a posição de que a Educação financeira é fenômeno que se produz, principalmente, em decorrência do *financeirização do capital*. Ou, de outro modo, nossa suspeita é de que essa prática decorra de uma mudança no regime de acumulação capitalista.

Na asserção seguinte há uma localização temporal do início dessa demanda (por produtos financeiros ou pelo menos da oferta) na década de 70. Vejamos:

A sofisticação do sistema financeiro do país acompanhou o desenvolvimento global dos mercados financeiros, especialmente a partir da década de 70, com a ampliação da quantidade de produtos ofertados ao público, porém sem os excessos verificados em outras economias.

#### Estratégia Nacional de Educação financeira – Brasil

Esse período coincide com o que alguns autores identificam, consensualmente, como o de retomada do neoliberalismo que, em nossa pesquisa documental identificamos como o sistema de conhecimento e crença ao qual a Educação Financeira está significada.

Lapyda (2011) nos informa que

Inúmeros teóricos de diversas áreas de conhecimento já identificavam, desde os anos 70, uma retomada de princípios liberais – movimento denominado neoliberalismo e encarnado simbolicamente nas figuras de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Esta retomada se deu em contraposição ao realtivo controle, **especialmente sobre a circulação do capital** as nível mundial, predominante no período de vigência dos acordos de Bretton Woods, extinto definitivamente em 1971, quando Richard Nixon abandona unilateralmente a conversibilidade do dólar e o lastro do ouro. Nesse sentido, **passa ocorrer um volume cada vez maior de transações financeiras me com uma mobilidade em escala internacional inaudita.** (LAPYDA, 2011, p.12)

Paulani (apud LAPYDA 2011) dimensiona essa movimentação do capital nos informando que,

Para um estoque de ativos financeiros em torno de US\$ 12 trilhões e um PNB de US\$ 11,8 trilhões (relação de 1,02) em 1980, chega-se em 2006 a um estoque de ativos financeiros de US\$ 167 trilhões e um PNB de US\$ 48,8 trilhões (relação de 3,42). Ou seja, em 26 anos, o PIB mundial cresceu 314% (4,1 vezes o que era) enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1292% (13,9 vezes o que era) (Idem, p.13).

O que indicam essas considerações é que esse capital supervalorizado localizado na esfera financeira precisa ser circulado, movimentar-se. Daí ofertar produtos financeiros aos consumidores, constituir consumidores financeiros, revestir-se como estratégia do capital, pela reedição da ideia de capital humano, como forma de dar consecução a este fluxo.

A percepção de Fairclough (2001) de que as estratégias das instituições bancárias que mesclam informações publicitárias com regulamentações financeiras, como *“um modo de reagir ao dilema que as instituições como bancos enfrentam no mercado moderno”*, talvez ajudem a traduzir nosso posicionamento.

Para este autor.

Setores da economia fora da produção de bens de consumo estão, de modo crescente, sendo arrastados para o modelo dos bens de consumo e para a matriz do consumismo, **e estão sob pressão, para ‘empacotar’ suas atividades como bens de consumo e ‘vendê-las’ aos ‘consumidores’**. Isto cria uma dificuldade particular para os bancos: para competir com os bens de consumo, **seus serviços precisam se curvar ao poder dos consumidores e se tornar atrativos, simples e sem quaisquer restrições**; mas a natureza particular dos ‘bens’ em oferta torna imperativo que o acesso dos consumidores a eles seja controlado por regras e salvaguardas. (FAIRCLOUGH, 2001, p.150-151)(grifo nosso)

Nos documentos normativos das Estratégias Nacionais de Educação Financeira, em especial a brasileira, encontramos elementos que, discursivamente, se orientam para essa mesma perspectiva indicada por Fairclough que poderíamos chamar de *comodificação*<sup>121</sup> *de produtos financeiros*.

Desse modo chegamos que, ao contrário do que pode parecer, a necessidade criada de que indivíduos precisem aprender a lidar com um conjunto de produtos financeiros cada vez mais variados e complexos, ou seja, educar-se

---

<sup>121</sup> Lembremos que este termo desenvolvido por Fairclough (2001) se refere a um modo de pensar domínios e instituições sociais em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.

financeiramente, não se constitui fenômeno natural. As justificativas que encontramos nos documentos depreendem em verdade (é nossa tese), um processo de transformação, transição no modo de acumulação de capital.

#### 4.5. ANÁLISE DOCUMENTAL (3): ELUCIDAÇÃO DOS IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL NO COTIDIANO DAS PESSOAS, ATRAVÉS DE REPORTAGENS JORNALÍSTICAS.

##### Reportagem (1)

O propósito desta feita será representar reportagem jornalística que denote alguns dos efeitos da financeirização de capital. São muitas as reportagens que poderiam retratar esses efeitos e sugerimos aqui a que se segue:

##### Zuckerberg perde US\$ 5 bilhões com queda em ações do Facebook

FOLHA.com DE SÃO PAULO/ 30/05/2012 - 19h48

O bilionário Mark Zuckerberg, co-fundador e presidente do Facebook, perdeu US\$ 5 bilhões de sua fortuna com a oferta inicial de ações (IPO) da empresa e deixou de ser uma das 40 pessoas mais ricas do mundo, informou a Bloomberg. As cifras bancárias de Zuckerberg despencaram de US\$ 19,4 bilhões em 18 de maio, o primeiro dia da abertura de capital da empresa, para US\$ 14,7 bilhões na última terça-feira, acompanhando a queda de 9,6% que sofreram as ações da empresa, que passaram de US\$ 38,23, no primeiro dia de IPO, para cerca de US\$ 30 no período. Analistas ouvidos pela Bloomberg apontaram que a abertura de capital da empresa foi muito agressiva, e que muitos dos investidores esperavam um ganho rápido, não um investimento a longo prazo. Fonte : <http://noticias.bol.uol.com.br/economia>

Essa primeira reportagem refere-se ao episódio de abertura do capital do Facebook que ocorreu em 18/05/2012. Havia muita expectativa sobre o início da venda de ações desta empresa na Nasdaq - Bolsa que comercializa ações de empresas ligadas ao setor de tecnologia nos Estados Unidos.

Para entendermos um pouco mais sobre abertura de capital podemos dizer que se trata de uma iniciativa de uma dada empresa que, para levantar capital, oferta suas ações a investidores. Elas são inicialmente cotadas a partir de um índice

do Nasdaq, o (IPO) *initial public offering* que para o caso do Facebook foi de US\$ 38,23 por cada ação.

O mercado financeiro é muito volátil e o fluxo de capital que se movimenta com a intenção de obter sempre maior liquidez, se valorizar. No caso das Ações do Facebook houve um atraso de 30 minutos na abertura das vendas no dia 18 de maio o que teria causado “nervosismo” nos investidores e, além disso, muitos não conseguiam acessar a Bolsa, por intermédio de suas corretoras<sup>122</sup>, para procederem a compras de ações. Resultado: os valores cotados iniciais pelo IPO de US\$ 38,23 por unidade, despencaram já no primeiro dia para US\$ 30,00.

O aspecto que queremos chamar atenção, dado que não é intenção descrevermos o modo como funcionam as Bolsas de valores, se refere à movimentação fictícia de capital, num processo quase incontrolável de valorização-desvalorização que acarreta consequências não apenas para os donos das empresas (cujas ações estão sendo comercializadas), mas para investidores – outras empresas ou cidadãos comuns. Todos sofremos seus efeitos.

Os cidadãos comuns perdem, por exemplo, porque esse volume de capital prefere circular no meio financeiro, o que pode ser bem compreendido a partir da indagação de Harvey (2011) em *O Enigma do Capital: Porque investir em produção de baixo lucro, quando você pode tomar emprestado no Japão sem taxa de juros e investir em Londres a 7% com cobertura para seus investimentos em caso de uma possível e deletéria mudança na taxa de câmbio iene-libra?* Essa predileção do capital fica também expressa pelos números que Paulani (apud LOPYDA 2011) já comentados.

## Reportagem (2)

**Mudança na poupança começa a valer nessa sexta para novos depósitos**  
 Dinheiro depositado será corrigido mensalmente pelo equivalente a 70% da Selic mais a variação da TR. Isso valerá sempre que a Selic estiver em 8,50% ao ano ou em patamar menor. 03 de maio de 2012 | 18h 47  
 Fonte: economia.estadao.com.br / consultado em : 21/08/2012.

<sup>122</sup> Essas, por sua vez, utilizam-se de recursos tecnológicos para constituição de plataformas de negociação para seus investidores os chamados *Home Brokers*.



Para refletirmos sobre este tema começamos por representar acima reportagem extraída do site de economia do “Estadão”<sup>123</sup>. A sua escolha, dentre muitas outras, deve-se ao fato da referida manchete ser precisa quanto ao fenômeno em questão (a mudança na fórmula de cálculo do rendimento da poupança) não deixando transparecer palavras que possam indicar um julgamento de valor quanto ao tema. Ela apenas informa.

Se isso não está claro, a mesma reportagem pode ser representada como:



Como se percebe o extrato de texto acima apresenta, já em sua manchete, uma valorização negativa talvez, isso também dependerá do leitor, dessa “alteração da poupança”. Há uma adjetivação dessa alteração pelo emprego da palavra “tênue”.

Para além dessa questão, que pode suscitar outras leituras, há outras perspectivas que podem ser construídas sobre essa iniciativa governamental.

---

<sup>123</sup> Maneira como é referido popularmente o Jornal Estado de São Paulo.

Ocorre que como o governo vem, repetidas vezes reduzindo a taxa de juros básica (a chamada *selic*<sup>124</sup>), e isto também porque investidores teriam migrado de outros títulos do governo, que são corrigidos por esta taxa de juros, para a poupança.

Existem também outros títulos públicos, títulos bancários e privados. Os títulos são forma que as instituições bancárias (públicas ou privadas) têm para captar recursos. No caso do Banco Central e do Tesouro Nacional servem para financiar atividades de Governo como também para pagar juros da dívida pública.

Uma variação na “poupança”, que a torne menos atraente, inverte o sentido da migração que, segundo alguns economistas, era verificado até a edição da medida que alterou o seu rendimento. Ou seja, essa iniciativa de governo pode ser pensada como estratégia de manter atraentes outros produtos financeiros (fundos de renda fixa) que remuneram o capital em valores mais elevados, servem para financiar os Governos.

O que de fato queremos apontar é que o Estado pela iniciativa de educar financeiramente os indivíduos estimula dentre outras coisas a poupança. O que pode ser percebido como iniciativa presente na ENEF pelo extrato abaixo, que representa uma **asserção financeira**:

---

<sup>124</sup> Selic- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Apresentamos a seguir definição que extraímos de [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) que é a que se segue: “Selic é uma sigla formada pelas iniciais de Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Esse sistema é operado pelo Banco Central (BC) e cuida exclusivamente de negociações com títulos escriturais emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo próprio BC, ou seja, de títulos públicos federais. A sigla ficou conhecida por causa da Taxa Selic, que expressa diariamente a taxa de juro aplicada nas operações de financiamento por um dia, feitas pelo BC, com esses títulos públicos. A vantagem da Taxa Selic em relação às outras taxas de juro é que ela é extraída de um ambiente de negociação mais estável, já que o governo é menos exposto às turbulências da iniciativa privada. Além disso, no atual regime, em que a política monetária é feita por meio da fixação de uma taxa de juro, o BC está sempre disposto a recomprar os títulos públicos de acordo com a taxa estabelecida, ou seja, eles têm liquidez garantida. Por tudo isso, a Taxa Selic é considerada a taxa básica de juro, através da qual o BC procura influenciar as outras taxas. Mensalmente, o Conselho de Política Monetária (Copom) estabelece metas para a Taxa Selic, que refletem sua avaliação sobre a trajetória da inflação. Na primeira reunião de 2005, o Copom voltou a aumentar em meio ponto a meta para a Taxa Selic, que foi fixada em 18,25% ao ano. Assim, o governo estimula o mercado de títulos públicos e reprime a demanda de bens e serviços, ou seja, retém o dinheiro e diminui o risco de uma pressão inflacionária.”

Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

A Educação financeira pode conscientizar os indivíduos para a importância do planejamento financeiro, a fim de desenvolverem relação equilibrada com o dinheiro e adotarem decisões sobre finanças e consumo de boa qualidade. Ela pode, também, estimular a população de ter sua poupança.

#### Estratégia Nacional de Educação Financeira

Por outro lado a recente alteração de política monetária, voltada à poupança, denota que essa “preocupação”, inclusive com o nível de poupança da população brasileira, que é baixo, está submetida a interesses não só de governo como também e principalmente, da iniciativa privada financeira. Remunera-se bem a aqueles que detêm o capital.

São ofertados aos indivíduos vários produtos financeiros:

“Ao cidadão que se dirige a uma instituição financeira, são oferecidos, simultaneamente, produtos financeiros – caderneta de poupança, certificados de Depósito Bancários (CDB), cotas de fundo de investimento, Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Seguro de Vida Gerador de Benefícios livres (VGBL) e outros...”

#### Estratégia Nacional de Educação Financeira

Mas como vimos o interesse está em que as pessoas se movimentem sempre no sentido da “necessidade” de financiamento do Estado que “coincide” com boa remuneração ao capital. Opera assim a perspectiva, que temos indicados ao longo de todo o trabalho, da figura do estado capitalista no exercício de sua principal função *de commodificação do capital e do trabalho*. Ainda que no exemplo em tela a perspectiva trate apenas do capital.

#### 4.6. ANÁLISE DOCUMENTAL (4): ASSERTÇÕES PRESENTES NO PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN FINANCIERA DA ESPANHA.

## INTRODUÇÃO

Como o documento da proposta de educação financeira da Espanha já foi descrito no final do capítulo I e possui estrutura bastante semelhante às estratégias **brasileira e portuguesa**, vamos também aqui apenas analisar alguns extratos do documento.

Antes devemos dizer que e os interlocutores que estão a frente da proposta espanhola são também homólogos aos responsáveis pelos planos nesses dois últimos países: CNMV e Banco de España; de modo análogo às ENEF (BRA) e PNFF (POR), a “espanhola” desenvolve-se a partir de documentos e princípios da OCDE e Comissão Europeia.

No documento as perspectivas iniciais sobre a educação financeira indicam que ela se orienta a “estabilidade e confiança no sistema financeiro.”

São assim, **asserções financeiras**<sup>125</sup>:

La educación financiera es, según la OCDE, “el proceso por el que los inversores y consumidores financieros mejoran su comprensión de los productos financieros, conceptos y riesgos y, a través de la información, la enseñanza y/o el asesoramiento objetivo, desarrollan las habilidades y confianza precisas para adquirir mayor conciencia de los riesgos y oportunidades financieras, tomar decisiones informadas, saber dónde acudir para pedir ayuda y tomar cualquier acción eficaz para mejorar su bienestar financiero”.

Essa asserção trata de prescrição da OCDE que , como dissemos, está a compor todas as Estratégias de Educação financeira analisadas. Traça como orientação a “**compreensão dos produtos financeiros**” e para tanto pressupõe o

<sup>125</sup> “A educação financeira é , segundo a OCDE o processo pelo qual investidores e consumidores de produtos financeiros melhoram sua compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, através de informação, do ensino e/ou assessoramento objetivo, desenvolvem as habilidades e confianças precisas para adquirir maior consciência dos riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões informadas, saber onde pedir auxílio e tomar qualquer ação eficaz para melhorar seu bem estar financeiro.”

desenvolvimento de habilidades. Chamamos a atenção para esse último aspecto, pois “habilidades” são atributos dos indivíduos, são mais fáceis de serem identificadas, empacotadas e comercializadas. O processo de comodificação dos indivíduos pela Educação financeira opera pelo desenvolvimento de habilidades que lhes permitam fazer melhores escolhas, de produtos financeiros mais adequados a seu perfil. Trata-se de uma **asserção financeira**.

Sobre a importância crescente da educação financeira e os benefícios tanto para os indivíduos quanto para os sistemas financeiros, o recorte abaixo, extrato do documento em exame, afirma:

Asimismo, contribuye a que familias e individuos puedan ajustar sus decisiones de inversión y de consumo de productos financieros a su perfil de riesgo, a sus necesidades y a sus expectativas, lo que favorece la confianza y estabilidad del sistema financiero.

#### Asserção neoliberal

Além da presença da intenção de constituir consumidores de produtos financeiros, desenvolve a ideia de alcance do bem estar coletivo (financeiro) favorecido pelo alcance de “suas expectativas e necessidades”- individuais - um pressuposto liberal.

Importante considerar que um documento base para o desenvolvimento do Plan espanhol é *La Encuesta Financiera de Las Familias elaborado pelo Banco de España*<sup>126</sup> e embora seja relevante a análise de tal documento, faremos aqui apenas essa referência.

Vejamos agora o seguinte extrato de texto<sup>127</sup>:

<sup>126</sup> Questionário sobre Educação financeira das famílias, elaborado pelo Banco de Espanha.

<sup>127</sup> Complexidade dos produtos financeiros e dos mercados de capitais.

A globalização e a inovação financeira, os avanços tecnológicos, os novos canais de distribuição eletrônica e a integração dos mercados tem aumentado a oferta de serviços e produtos financeiros.

### **Complejidad de los productos financieros y de los mercados de capitales**

La globalización y la innovación financiera, los avances tecnológicos, los nuevos canales de distribución electrónica y la integración de los mercados han aumentado los servicios y productos financieros que se ofrecen.

Através de construções textuais como esta, percebe-se a caracterização de um cenário em que a “necessidade” de educar financeiramente os indivíduos, decorreria do desenvolvimento tecnológico e do fenômeno da globalização. Estes produziriam o efeito de aumentar a oferta de produtos financeiros. Essa relação de causalidade entre os fenômenos indicados, embora correta em certos aspectos, pois de fato esses fenômenos impactam a oferta de produtos, não atinge aquele que, fundamentalmente (é nosso entendimento) proporciona o aumento da oferta de tais produtos: *a financeirização do capital* – tal como consideramos na *Análise documental (1)*.

Estamos, ao longo de toda a pesquisa documental, na caracterização de um Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF). Nele, asserções como esta têm, como toda orientação ideológica, o efeito de tornar opaca a visão sobre os fenômenos que, na ponta desse processo, produzem a prática social da Educação financeira. Como já desenvolvemos considerações a este respeito na análise do documento da proposta brasileira<sup>128</sup>, fazemos aqui apenas essa observação.

Por fim concluímos por dizer que o extrato acima se constitui em uma **asserção financeira** e o modo como ela opera é pela sugestão de uma demanda pela caracterização da oferta de tais produtos.

---

<sup>128</sup> Na análise do documento brasileiro consideramos, dentre outras coisas, a ideia de que a constituição dos consumidores financeiros inicia-se, precisamente, pela caracterização da demanda por produtos financeiros tal como expõem asserções como esta, que são extratos de documentos. A primeira iniciativa para a concepção do consumo é intuir e/ou incentivar a existência de uma demanda, é o primeiro passo para constituir consumidores, portanto trata-se de uma *asserção financeira*, tal como a caracterizamos.

Na análise do documento brasileiro indicamos a presença de asserções legais que teriam a função de constituir o marco legal para introdução curricular da Educação financeira. No Plano Espanhol, indicamos também a presença das asserções legais que se seguem<sup>129</sup>:

**Oportunidad en el marco normativo actual**

El nuevo marco normativo europeo, creado a partir del Plan de Acción de Servicios Financieros, que la Comisión Europea puso en marcha a finales de los años 90 para favorecer la creación de un verdadero mercado único de servicios financieros, ha introducido el siguiente enfoque: por un lado, liberaliza la actividad de las entidades financieras para mejorar la eficiencia y competencia de los mercados financieros y, por otro, refuerza las exigencias prudenciales y de conducta para mejorar La confianza de los inversores.

En esta línea, la Directiva de Mercados de Instrumentos Financieros (MiFID), transpuesta al ordenamiento jurídico español por la Ley 47/2007, de 19 de diciembre, impone obligaciones a los intermediarios y exige del inversor un papel mucho más activo basado en la mejora de su capacidad para comprender y asimilar los riesgos inherentes a las inversiones que realiza, para lo cual es preciso incidir tanto en su formación como en la calidad de la información que se le debe suministrar.

As asserções acima descrevem exemplos da reestruturação do Estado para compor iniciativas favoráveis ao capital. Tratam dessa forma, ainda que indiretamente para constituição de marco legal que permite a introdução do tema da Educação Financeira nos países da União Europeia. Talvez um ajuste seja necessário ser feito ao considerarmos que as asserções legais não são exatamente os instrumentos jurídicos (normas) criados. Referimos-nos aos discursos que se orientam para constituir o marco legal para introdução do tema.

A ideia de liberdade orientada para o mercado, que preserva também valor liberdade individual, presente no primeiro desses dois extratos, refere-se a principio neoliberal. O que o inscreve, também, como asserção neoliberal.

<sup>129</sup> Sugerimos que as asserções legais, até como forma de ajustarmos suas características com intuito de mantermos sua capacidade descritiva, não necessitam serem representadas por instrumentos normativos como resoluções, decretos, etc. Manifestam-se também quando há a presunção de sua necessidade, como no primeiro extrato aqui considerado.

O extrato seguinte<sup>130</sup> que trata da importância da Educação Financeira e caracteriza-a como prática que pode contribuir para alcance, pelo desenvolvimento econômico, do bem estar social. Essa crença nos permite identificá-la como asserção neoliberal:

Y, finalmente, favorece el ahorro, lo que añade liquidez adicional a los mercados de capitales, aspecto clave para la promoción del crecimiento, el empleo y el bienestar social.

De modo semelhante às iniciativas brasileira e portuguesa, a proposta espanhola se dirige a todos os segmentos sociais (princípio da generalidade). No cenário da Educação esta direcionado a “Alumnos de secundaria, formación profesional y universidad” com preferência por temas como poupança, investimentos e endividamento para os dois primeiros grupos e sobre o sistema financeiro para o último.

A forma de trato das questões financeiras segue também o modelo das outras Estratégias. Dentre as ações previstas no documento destacamos a construção de um portal de Educação Financeira: ***www.finanzaparatodos.com***.

O conteúdo para o site deverá ser elaborado “*con la colaboración de expertos em finanzas y pedagogia, que se detallan en el siguiente cuadro.*”

Do referido quadro destacamos o aspecto que se destina a “La oferta de productos y servicios financieros”:

---

<sup>130</sup> “... E finalmente favorece a poupança, o que acrescenta uma liquidez adicional aos mercados de capitais, aspecto chave para o crescimento, o emprego e o bem estar social.”



En esta sección se describirán de forma práctica los productos y servicios financieros más importantes y utilizados. Se expondrán cuestiones como las modalidades de contratación, gastos y comisiones asociados, fiscalidad, particularidades operativas y precauciones necesarias en cada caso. En principio esta sección constará de los siguientes capítulos: Cuentas y depósitos bancarios, Tarjetas, Operaciones bancarias frecuentes, Préstamos y créditos, Dónde y cómo realizar operaciones financieras, Jubilación, Inversiones y Seguros.

No quadro, há a indicação dos produtos financeiros aos quais a “Estratégia da Espanha” estará voltada: “contas e depósitos bancários , cartões de crédito, operações bancárias frequentes, empréstimos e créditos, em que e como realizar operações financeiras , aposentadoria, investimentos e seguros.”Terminemos, pois, em considerar esse extrato como mais uma **asserção financeira**.

#### 4.7. ANÁLISE DOCUMENTAL (5): ASSERÇÕES FINANCEIRAS / NEOLIBERAIS NO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA DE PORTUGAL (PNFF).

##### Introdução

Antes de iniciarmos nossa análise do documento que trata da Literacia Financeira em Portugal, lembremos-nos da consideração feita por Cellard (2008) sobre pesquisa documental a respeito da necessidade de focar atenção às,

“ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento.”(Idem ,p.304)

Os aspectos que tentaremos reconstruir, claro a partir de pressupostos, são *de que tais prescrições curriculares sobre educação financeira são orientações ideológicas de cunho neoliberal a serviço do capital financeiro. Operam pela*

*constituição, através de discursos, dos consumidores de produtos financeiros e está orientada aos mercados.*

Tal como ocorreu na Estratégia brasileira de Educação Financeira, o Plano português fundamenta-se em documentos orientativos sobre o tema, produzidos pela Organização para cooperação e desenvolvimento econômico, OCDE<sup>131</sup>.

De acordo com esta instituição *“a formação financeira é um processo que proporciona aos consumidores **uma maior compreensão dos produtos financeiros** e a adoção de comportamentos financeiros adequados.”* (OCDE, 2005). Leia-se: Uma maior “compreensão dos produtos financeiros” é, dentre outras possíveis coisas, potencializar a sua capacidade de consumi-los.

Podemos desde já indicar a presença discursiva de elementos característicos do pensamento liberal o que “põe” o PNFF de Portugal como prescrição ideológica a serviço do Capital Financeiro. Essa formatação ideológica que ora atribuímos ao PNFF decorre da leitura e reflexão sobre esta estratégia nacional, realizada anteriormente, cujas considerações mais relevantes representamos aqui.<sup>132</sup>

A primazia da liberdade individual frente aquela decorrente do modelo democrático clássico e a ideia do alcance do bem estar coletivo pela observância do bem estar individual, são impregnações características do neoliberalismo que, ao longo de toda a nossa pesquisa, pudemos identificar nas Estratégias de Educação Financeira analisadas.

Os procedimentos que adotamos até aqui: caracterizar / identificar as asserções, discursos ideológicos, presentes nas Estratégias.

Num movimento de aproximação podemos dizer que as *asserções neoliberais* são aquelas que tratam das orientações discursivas que concorrem para constituição da Educação financeira como um valor a ser consumido, tal como as *“financeiras”* e as *“legais”*. Elaborando com um pouco mais de acuidade e, tentando perceber o que está no centro de seu potencial de constituir o fenômeno da Educação financeira, chegamos, pois que elas agem pela constituição do sistema de conhecimento e crença (o próprio neoliberalismo) ao qual se vinculam. Ou seja,

---

<sup>131</sup> Texto de referência: Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE(2005)

<sup>132</sup> O termo “representação” decorre de “preferência” indicada por Fairclough(2001)

estamos dizendo que asserções como essas contribuem para desenvolver a crença de que o comportamento a ser seguido pelos indivíduos deve conformar-se às duas características (liberais) citadas acima.

As asserções são modos de se caracterizar a presença ideológica, indicando também a direção em que, constitutivamente, se orientam. As **Asserções neoliberais** então são aquelas que denunciam e nos ajudam a desvelar a presença de orientações neoliberais - dirigidas aos mercados e valorizando a liberdade (sobretudo econômica) individual- nos documentos das Estratégias Nacionais de Educação Financeira.

Desse modo, realizaremos a análise documental crítica deste documento, tentando, delimitar com clareza o que é crítica e o que é informação textual. Postura que acreditamos, está bem construída, pela forma que assumimos de alternar extratos de documentos, com nossas considerações (caracterização das asserções). Constituem-se em *estratégias* as seguintes asserções:

Conforme reconhecido pela OCDE na sua Recomendação de Julho de 2005, a formação financeira é um processo que proporciona aos consumidores uma maior compreensão dos produtos financeiros e a adoção de comportamentos financeiros adequados.

#### Asserção Financeira (PNFF, p.7)

O extrato acima vincula, de modo conceitual, a Educação Financeira aos produtos financeiros do ponto de vista de potencializar a capacidade de consumo dos indivíduos, dado que pretende promover “maior compreensão” sobre seus aspectos funcionais. Contribui assim, potencialmente, para constituir consumidores para tais produtos.

Elas, é nosso entendimento, estão relacionadas ao próprio processo de transformação do capitalismo. Tratam de uma reorientação e, paralelamente, uma

adaptação do conceito de capital humano<sup>133</sup>, para uma nova fase de financeirização do capital<sup>134</sup>.

Como já desenvolvemos estes aspectos no capítulo I, vamos apenas pontuar que o conceito de capital humano se refere ao fato do capitalista ter, no contexto do capitalismo industrial, percebido que investir na formação do trabalhador, deve ser considerado um modo de potencializar sua capacidade de produção e, conseqüentemente, no lucro do capital. Isto se relaciona às duas características desse processo de transformação do capitalismo, captadas por Lukács (apud COUTINHO),

“Em primeiro lugar”, diz Lukács, observa-se, “nos oitenta anos seguintes [à morte de Marx] , todo o terreno do consumo foi dominado pelo processo capitalista” , ao passo que , no período anterior esse processo dominava apenas a produção; Lukács declara ainda estar convencido de que “todo o sistema da manipulação surgiu da necessidade (econômica) e estendeu-se posteriormente também à sociedade e a política. Em segundo lugar , nessa nova fase do capitalismo, “a exploração da classe operária volta-se cada vez mais intensamente da exploração mediante a mais-valia absoluta para uma exploração operada através da mais-valia relativa ; isso significa que é possível , simultaneamente , um aumento da exploração e um aumento do nível de vida do trabalhador.(COUTINHO,2010,p.68)

Conclui COUTINHO que:

“Essas duas características são intimamente relacionadas, pois só com a possibilidade de um progresso no padrão de vida das classes assalariadas (sem redução da taxa de mais-valia) é possível um aumento da produção sem o perigo de crises de superprodução. Por outro lado, o aumento da mais-valia relativa liga-se ao aumento da produtividade do trabalho;...” (COUTINHO, 2010, p.68).

Desse modo concebemos a Educação Financeira como uma readaptação do conceito de capital humano para um cenário (de capitalismo) em que as mercadorias não são apenas consideradas no sentido clássico. Neste novo perfil (de financeirização) está em curso o que Baumam (2008) identifica como *comodificação da subjetividade*. Os próprios indivíduos transformam-se em mercadorias consumidoras de mercadorias. Essas últimas não são mais, apenas, produtos

<sup>133</sup> Sobre este conceito sugerimos a leitura de Shuldes, T. “O capital Humano”.

<sup>134</sup> Sobre a financeirização do capital, além da leitura do capítulo VI sugerimos, HARVEY (211), NETTO (2007) e LOPYDA (2011)

materiais. Na adaptação, como produtos financeiros, podem ser identificadas como: poupança, fundos privados de previdência, fundos de investimentos, ações, etc.

Alguns dos efeitos dessa transformação do capitalismo foram também captados por Fairclough (2001, p.255), ao tratar também da comodificação concebendo-a como: “processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias.”. Percebeu assim que instituições como Bancos, como forma de reagir ao dilema de competir no mercado moderno, “fora da produção de bens” estão,

“de modo crescente, sendo arrastados para o modelo de bens de consumo e para a matriz do consumismo, e estão sobre pressão para ‘empacotar’ suas atividades como bens de consumo e ‘vendê-las’ aos consumidores. Isso cria uma dificuldade particular para os bancos: para competir com bens de consumo, seus serviços precisam se curvar ao poder dos consumidores e se tornar atrativos, simples e sem quaisquer restrições; mas a natureza particular dos ‘bens’ em oferta torna imperativo que o acesso dos consumidores a eles seja controlado por regras e salvaguardas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.151).

Chegamos assim à nossa segunda asserção financeira.

A oferta de produtos de poupança e de crédito nos mercados financeiros tem sido cada vez mais diversificada e complexa, com alternativas cada vez mais difíceis de avaliar pelos indivíduos e famílias. Surgem no mercado de retalho, por exemplo, produtos de poupança com risco de taxa de juro e/ou de capital e empréstimos com carência ou diferimento de capital, nem sempre fáceis de comparar com os correspondentes produtos mais simples, levando a que os consumidores nem sempre estejam totalmente conscientes dos custos efectivos e dos riscos das suas escolhas. Esta maior complexidade implica também que, sem uma adequada formação financeira, a assimetria de informação existente entre as instituições financeiras e os consumidores seja cada vez mais evidente, factor que, ao reduzir o poder negocial do consumidor, contribui também para dificultar o processo de decisão.

Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal (p.8).

O extrato de texto acima pode ser compreendido como discurso, *asserção financeira*, que concorre para constituir consumidores de produtos financeiros. Todo o processo de “educar financeiramente” os indivíduos, aliás, parece orientar-se para racionalização do processo de consumo. Tem como objetivo tornar simples aos consumidores tanto os próprios produtos quanto, principalmente, a tarefa de consumi-los. Uma das estratégias de implementação da *literacia financeira* na proposta portuguesa, implica no imperativo da adequação de temas a grupos específicos. No caso de estudantes universitários, indica o documento, o que será nossa terceira asserção financeira, que é importante tratar:

"as características dos produtos financeiros existentes no mercado [...] relação entre a rentabilidade esperada e o risco, o funcionamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos [...] acesso a crédito [...] utilização de cartão de crédito e o risco de sobreendividamento " (PNFF, p.14).

### Asserção financeira (3)

Para trabalhadores as prescrições temáticas como poupança, o acesso a crédito e preparo para reforma, além de prevenção ao endividamento, estão direcionadas à produtividade. É o que se pode depreender a partir do extrato abaixo:

"A avaliação de iniciativas de formação financeira junto de trabalhadores já realizadas noutros países tem demonstrado boa aceitação por parte desses e das próprias empresas, bons resultados em termos de aprendizagem e um contributo positivo para o aumento da produtividade."(PNFF,p.15)

Antes de caracterizarmos tal asserção, devemos considerar que há uma dupla orientação aqui (quando trata do segmento de trabalhadores). Como estabelece preferência por temas como “aquisição da casa própria” e “preparo para a reforma” (o que equivale ao “consumo” de fundo de previdência privada), concorre para constituição de trabalhadores também como consumidores de produtos financeiros. Por outro lado, dirige-se à produtividade, o que a coloca como medida atuarial.

O texto, especificamente, não compõe o Plano nacional de formação financeira de Portugal, mas aborda questão correlata ao que estamos discutindo – a Educação Financeira destinada a trabalhadores. Como se trata de documento que compõe o conjunto analisado nesta pesquisa documental julgamos importante abrimos um parêntese, no curso da análise da estratégia portuguesa.

O documento é de autor de literatura que estamos chamando de “autoajuda financeira”, mas não a mesma obra analisada na revisão de literatura (Capítulo II). É extrato da *Revista Eletrônica*<sup>135</sup>, em artigo de Reinaldo Domingos. O autor afirma que:

Um problema enfrentado por muitas empresas é o absenteísmo, que é um termo usado para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho. O problema normalmente é enfrentado pelas empresas com punições e descontos nos salários, fato que complica ainda mais a situação desse trabalhador, gerando insatisfação e queda no rendimento. Assim, sempre alerta os empresários com quem converso para o fato de que uma das saídas para absenteísmo, queda de produção ou mesmo para altos índices de acidentes de trabalho é desenvolver a educação financeira.

E ainda que, como uma medida com poder de formatar o trabalhador, num nível de controle que chega até a “seus sonhos” de consumo.

---

<sup>135</sup> Site [www.moedaviva.com.br](http://www.moedaviva.com.br), Revista nº 18, com referência completa ao final do trabalho.

A respeito, eu questiono: como podem as empresas pensar em segurança de seus colaboradores se eles não terão cabeça para utilizar meios preventivos por motivo das questões financeiras? É importante, assim, que se estabeleça um trabalho gradativo de educação financeira, na qual o colaborador adéque seu nível de vida aos seus rendimentos, incluindo neles os sonhos.

Além de reduzir problemas com o trabalhador, a educação financeira fará com que ele perceba que os rendimentos mensais que recebe são suficientes, diminuindo as reclamações.

Por fim define à que devem se destinar iniciativas de “educar financeiramente os trabalhadores”. Pois, desse modo pode-se incluir no conjunto de preocupações do empregador as reclamações salariais, o que torna a educação financeira como instrumento de formatação em favor do capital promovida pela *docilização* das mentes dos indivíduos trabalhadores.

Seguindo a proposta de elucidar discursos sobre Educação financeira, caracterizando-os como asserções, podemos estabelecer a partir dos extratos anteriores, as **asserções capital-trabalho**. Numa primeira aproximação elas podem ser definidas como aquelas que contribuem para constituir a Educação Financeira como um bem a ser consumido, formatando trabalhadores em favor do capital. Estão relacionadas a exploração do trabalho pela mais-valia relativa ou seja promovem a interlocução entre capital e trabalho realizando a comodificação deste último em favor do capital.

Cumprem ainda a perspectiva retratada por Habermas que identifica a comodificação do capital e do trabalho como principal função do Estado capitalista.



Assim como o extrato anterior (do PNFF) esses extratos, que estamos agora considerando como *asserções capital-trabalho*, têm duplo papel: contribuem para constituição de trabalhadores em consumidores de produtos financeiros e servem para a exploração mediante a extração de mais-valia relativa formatando-os. Fechamos aqui o parêntese e voltamos nosso olhar para o extrato:

"A avaliação de iniciativas de formação financeira junto de trabalhadores já realizadas noutros países tem demonstrado boa aceitação por parte desses e das próprias empresas, bons resultados em termos de aprendizagem e um contributo positivo para o aumento da produtividade."(PNFF,p.15)

### **Asserção capital- trabalho**

Que acreditamos poder em fim caracterizá-lo como ***asserção capital-trabalho***.

Asserção seguinte concorre para difundir a crença e valor no comportamento financeiro, dos indivíduos, embora não de modo expreso neste extrato, como motor da estabilidade financeira e o bem estar da população. Como pontuamos anteriormente esse pressuposto sustenta tanto o pensamento liberal clássico quanto orienta o que se convencionou chamar-se neoliberalismo.

Vejamos:

O PNFF tem como missão contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros sãos e adequados, concorrendo para a estabilidade do sistema financeiro e para aumentar o bem-estar da população. (PNFF, p.20)

Lembremos que é o característico do pensamento liberal a ideia de que,

**“cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico , quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que assegura o bem estar. É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum.”** (Behring e Boschetti, 2008, p.56) (grifo nosso)

Desse modo, acreditamos poder identificar tal extrato como asserção neoliberal.

O PNFF tem como missão contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros sãos e adequados, concorrendo para a estabilidade do sistema financeiro e para aumentar o bem-estar da população. (PNFF, p.20)

### Asserção neoliberal

Como dissemos as asserções financeiras, irão percorrer todas as Estratégias de Educação financeira. Serão mais visíveis denotando a presença dominante nos documentos da perspectiva ideológica que carregam de constituir consumidores de produtos financeiros. No PNFF encontramos então várias asserções que tem essa característica.

Ainda na parte da orientação temática da literacia financeira aos vários seguimentos a que se dirige, detido ainda no setor de ensino universitário, encontramos o extrato:

### Asserção financeira

Podem ser abordados temas como a **relação entre a rentabilidade esperada e o risco, o funcionamento dos mercados financeiros e o investimento em produtos financeiros complexos**, com maior ou menor grau de aprofundamento consoante a licenciatura em causa. As modalidades de **acesso a crédito** para o financiamento de estudos universitários, a **utilização de cartões de crédito** e os **riscos de sobreendividamento** são também temas particularmente relevantes para este público alvo.

No que respeita ao ensino superior, observa-se que as indicações sobre educação financeira se “alargam” em dois extremos. Por um lado o documento, alerta para o perigo do sobreendividamento, o que é louvável, mas por outro, contraditoriamente, eleva as perspectivas do educar financeiramente os indivíduos em grau máximo, pretendendo concebê-los como operadores/investidores (consumidores) no mercado financeiro. Essa contradição parece ser não menos proposital, inscreve-se como estratégia de manter a exploração, não do trabalhador mas do consumidor (adaptado ao cenário de financeirização) pela lógica de extração da mais-valia relativa. Que proporciona ao capital acumular lucro não permitindo que a capacidade de consumo dos indivíduos consumidores se extenuie. O efeito parasitário refletido por Bauman (2011) parece se moldar estrategicamente a novos contornos mantendo seu perfil predador.

As áreas temáticas relacionadas com o acesso a produtos bancários (incluindo os serviços mínimos bancários que permitem a abertura de conta de depósito à ordem e o acesso a meios de pagamentos essenciais), a gestão do orçamento familiar, a prevenção do sobreendividamento e a prevenção de fraude surgem como especialmente importantes.

### **Asserção financeira**

O extrato seguinte mantém a lógica de constituir consumidores de produtos financeiros mesmo em seguimentos “vulneráveis”. A ideia é simples: todos, independente da posição da classe que ocupem, e de sua condição de vulnerabilidade social, devem consumir. Devem contribuir para manter vivo o fluxo do capital financeirizado através do consumo de produtos financeiros.

O discurso, no entanto é de que esse procedimento possui caráter de inclusão (financeira). Isso equivale a dizer que não podem existir indivíduos que não estejam ao alcance dos Bancos e/ou instituições financeiras.

Esse aspecto de estender os braços dos sistemas financeiros a todos os segmentos não obstante ao discurso de inclusão se reveste de **estratégia** do setor financeiro em favor do capital.

#### 4.8. ANÁLISE DOCUMENTAL (6): PARECER DO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE) SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONSUMO RESPONSÁVEL DE PRODUTOS FINANCEIROS (PARECER DE INICIATIVA).

**1. Identificação do Documento:** Parecer do *Comité Económico e Social Europeu* (CESE) sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa). Em :Jornal Oficial da União Europeia, 29.10.2011, p.24-30.

**2. Contextualização:** Comité Económico e Social Europeu.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa)

(2011/C 318/04)

Relator: Carlos TRIAS PINTÓ

Em 20 de Janeiro de 2011, o Comité Económico e Social Europeu decidiu, nos termos do artigo 29.º, n.º 2, do Regimento, elaborar um parecer de iniciativa sobre:

*Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros.*

Foi incumbida da preparação dos correspondentes trabalhos a Secção Especializada da União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social que emitiu parecer em 24 de Junho de 2011.

Na 473.ª reunião plenária de 13 e 14 de Julho de 2011 (sessão de 14 de Julho), o Comité Económico e Social Europeu adoptou, por 142 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções, o seguinte parecer:

Essa análise documental tratará das orientações da união Europeia. Antes será importante esclarecer que a partir do que expõe Cellard (2008) e de nossa própria leitura, vamos proceder às leituras críticas dos documentos passando pelos pontos:

### 3. Prescrições e orientações

Como se trata de um parecer, esse documento apresentará orientações sobre iniciativas em educação financeira, dirigido aos países da União europeia, mas também a outros envolvidos com esta temática. As indicações abaixo representam um recorte que precisaremos fazer. Antes, no entanto, devemos ressaltar que de acordo com Cellard (2008),

“é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta” por outro lado “continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, **com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar**. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda a análise documental.” (idem, p.299) (grifo nosso).

#### SÃO INDICAÇÕES E CONSIDERAÇÕES DO REFERIDO DOCUMENTO:

##### 1. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

**1.1** *(Na íntegra) A crescente complexidade e a falta de transparência do sistema financeiro têm vindo a dificultar, nos últimos anos, a correto compreensão dos produtos financeiros.*

##### **Comentário**

Esta primeira orientação refere-se à complexidade e falta de transparência do sistema financeiro como elemento dificultador da compreensão sobre produtos financeiros; Ou seja, na atualidade os produtos financeiros tem se tornado mais complexos, o que impede que os consumidores se utilizem deles. O que se torna um problema para as economias que precisam que as pessoas consumam. Além disso, o documento neste item alerta para a “falta de transparência do sistema financeiro.” Sobre este último aspecto julgamos necessário acumular mais informações antes de estabelecermos análise crítica.

*1.1.1 (Na íntegra) Perante esta situação, o CESE reconhece as diferentes iniciativas levadas a cabo pela Comissão Europeia e a OCDE para atenuar as falhas do sistema financeiro e exorta a indústria financeira a aplicar corretamente a nova regulamentação e a fazer uso da auto-regulação para promover uma actuação adequada e honesta, que corrija o anterior comportamento de certas entidades e facilite o acesso a produtos financeiros transparentes que possibilitem aos consumidores não só conhecer exactamente os termos dos contratos que subscrevem mas também comparar as diferentes ofertas existentes no mercado.*

### **Comentário**

Há o reconhecimento de iniciativas da **UE** e **OCDE** diante da situação anterior e a CESE **exorta** a auto-regulação como atuação adequada e correta a **facilitar** o acesso e **consumo de produtos financeiros**. Além disso, registra a importância de se conhecer as condições contratuais, nas relações que envolvem consumo de produtos financeiros bem como, comparar as ofertas do mercado.

*1.2 (Na íntegra) A imprescindível melhoria da regulação, supervisão e transparência do sistema financeiro, destinada a aumentar a protecção do consumidor de produtos financeiros e do investidor neste tipo de produtos não liberta o cidadão da necessidade de desenvolver as suas capacidades financeiras ao longo de toda a vida, com vista a **exercer um consumo responsável de produtos financeiros** mediante a tomada de decisões informadas e bem fundamentadas. Trata-se, em suma, de estabelecer um triângulo virtuoso entre a educação financeira, a regulação dos mercados e a protecção do consumidor.*

### **Comentário:**

A regulação, supervisão e transparência do sistema financeiro como **imprescindível** para a proteção do consumidor de **produtos financeiros e do investidor neste tipo de produto**. O Cidadão deve desenvolver suas **capacidades financeiras para exercer um consumo responsável de produtos financeiros**.

O discurso que envolve o documento estabelece uma relação entre duas posições de sujeito, para usar expressão que encontramos em Fairclough (2001): consumidor e Cidadão. Já construímos reflexão sobre esses aspectos de modo que aqui apenas nos importa considerar que a posição cidadão está posta e valorizada, apenas enquanto serve à transferência de certas características dessa posição

(cidadão) a outra (consumidor), o que garantiria a este último a proteção de direitos e princípios como: a informação, dignidade humana , etc.

Consideramos um aspecto positivo embora estabeleça uma proteção aos indivíduos apenas enquanto dispõem de capacidade de consumo. Em nada servem aos indivíduos que não se encontram em posição de consumidores ativos, sobretudo de produtos financeiros.

**1.3** *(Na íntegra) A **educação financeira** deve ser concebida como uma **política integral** baseada na colaboração de **todos** os actores implicados: **administrações públicas, indústria financeira, empresas, organizações sindicais, associações de consumidores, sistema de ensino** e, de maneira geral, o conjunto dos cidadãos enquanto consumidores de produtos financeiros. Contudo, a educação e a formação devem ser ministradas por **entidades isentas de conflitos de interesses**.*

#### **Comentário:**

Embora o discurso aqui indique a necessidade de um envolvimento de todos, em geral os formuladores de Estratégias Nacionais de Educação financeira são Instituições ligadas ao setor financeiro- econômico, e todas as estratégias possuem como princípios, aqueles formulados pela OCDE e/ou União Europeia. Ou seja, não nos parece que os sistemas educativos estejam envolvidos na formulação das estratégias. Existem parcerias e projetos isolados em algumas Instituições de ensino públicas federais, mas que não representam interferência e participação numa política nacional. No caso português, por exemplo, a Universidade de Aveiro através do programa PMatE, se orienta agora à Educação financeira. A participação dos Estados se dá a partir de seus Bancos Centrais com parcerias, em alguns casos com os Ministérios da educação, mas com contribuição desse último, pouco esclarecida.

Deve-se indagar também qual é de fato o significado que se pretende instituir ao definir que as instituições promotoras de iniciativas de Educação financeiras devam ser “isentas de conflitos de interesses” e posteriormente indagar se projetos

como o desenvolvido pelo Unibanco<sup>136</sup> em parcerias com Estados, por exemplo, atende a essa “isenção”.

O extrato aponta ainda, para o caráter ampliado que as políticas sobre Educação financeira devem ter, envolvendo diversos seguimentos da sociedade, desde agentes públicos, empresas, sistemas de ensino, associações de consumidores e indústria financeira.

*1.4 No âmbito de um sistema educativo que encoraje o cidadão europeu a desenvolver o seu espírito crítico, a educação financeira deve estar presente ao longo de todo o ciclo de vida das pessoas. O CESE solicita, pois, que seja incluída como matéria obrigatória nos programas de estudo do sistema de ensino, com continuidade nos programas de formação e de reciclagem para trabalhadores. Uma das funções desta disciplina deverá ser o fomento de uma gestão consciente dos assuntos financeiros (poupança, utilização de cartões de crédito, empréstimos, etc.), que valorize os produtos financeiros socialmente responsáveis. O CESE apoia as medidas de regulamentação dos mercados financeiros de produtos básicos levadas a cabo pela Comissão Europeia para melhorar a transparência, reforçar a qualidade da informação e melhorar os mecanismos de supervisão.*

**Comentário:**

Cabe apenas ressaltar que o “desenvolvimento de espírito crítico” relaciona-se ao consumo de “produtos financeiros socialmente responsáveis”.

O que mantém a perspectiva de constituir consumidores de tais produtos. Esse item é mais uma *asserção financeira*.

*1.5. Uma educação financeira plenamente acessível beneficia toda a sociedade. Os projectos de capacitação financeira devem incidir prioritariamente nos grupos de pessoas que se encontram em risco de **exclusão financeira**, e a própria indústria financeira tem de se envolver activamente na dupla acção de «microfinanciamento e educação» e facilitar o acesso a serviços financeiros básicos.*

**Comentário:**

Questão central deste item é que a preocupação deve estar voltada a aqueles que correm “risco de exclusão financeira”. Esses discursos constituintes de

---

<sup>136</sup> Informações sobre essa iniciativa podem ser encontradas em: [http://ww2.itau.com.br/institutounibanco/pages/Proj\\_Construindo\\_o\\_Futuro.aspx.Essa](http://ww2.itau.com.br/institutounibanco/pages/Proj_Construindo_o_Futuro.aspx.Essa) consulta foi realizada em 27/08/2012.



Educação financeira parecem então sinalizar ao que estão relacionados de modo claro: o número de pessoas que não têm acesso formal às instituições financeiras dado que só se pode chegar ao consumo desses produtos, socialmente responsáveis, por intermédios delas.

*1.6 O CESE assinala o limitado impacto dos actuais programas de educação financeira e, ao mesmo tempo, salienta que tão importante como identificar as necessidades de formação dos consumidores de produtos financeiros e conceber propostas ad hoc é avaliar a idoneidade dos diferentes programas educativos e a eficácia dos canais de acesso utilizados, contando para tal com o contributo das partes interessadas.*

**Comentário:**

O propósito aqui é, ou a questão aqui é: se os consumidores “estão saindo de fábrica com algum defeito que os impele a escolhas ruins”<sup>137</sup> é preciso então capacitá-los a partir de informações que nos possibilite instigá-los a “melhores escolhas.” Mas essa por sua vez nos leva a outra e primordial questão de termos que definir o significado de “melhores escolhas” e talvez solicite uma segundo questão: melhores escolhas para quem?

*1.7 A educação financeira é, sem dúvida, um aspecto essencial para manter a confiança no sistema financeiro e exercer um consumo responsável de produtos financeiros. Assim, para o futuro, é imprescindível que as instituições públicas e privadas mais relevantes e as partes interessadas unam esforços para dotar a educação financeira das estratégias e dos recursos que merece, bem como para resolver os problemas da falta de coordenação e das escassas sinergias entre as numerosas iniciativas existentes (à escala internacional, europeia e dos próprios Estados-Membros).*

**Comentário:**

Como alguns extratos de textos (como o presente) refiram-se a aspectos já comentados preceberemos apenas a seu registro.

*1.8 O CESE está ciente das limitadas competências da Comissão Europeia em matéria de educação mas argumenta, face a isso, que a educação financeira*

---

<sup>137</sup> Essa expressão faz uma alusão ao texto, artigo de Jornal comentado aqui neste trabalho e se refere à visão de Caplan sobre eleitores. No livro o mito do voto racional. Esse texto constava de verão anterior do texto desta pesquisa que nesta atual optamos por retirar. Fica aqui, no entanto a referência ao artigo.

*transcende o domínio restrito da educação, uma vez que se relaciona também com questões como o reforço do poder dos cidadãos, a exclusão social e a promoção do consumo responsável.*

**Comentário:**

Há aqui uma sinalização importante, pois raras vezes, na análise dos documentos, verificamos o estabelecimento de uma relação entre o “*poder dos cidadãos, a exclusão social e a promoção do consumo responsável.*”, embora não apresente maiores esclarecimentos quanto a este posicionamento. Trata a Educação Financeira não apenas como competência da Educação.

*1.9 Por último, o CESE sublinha que as necessidades dos consumidores de produtos financeiros devem figurar como tema prioritário nas reuniões internacionais de alto nível, em particular na Cimeira do G-20, e apela, nesse sentido, para a criação de um grupo de peritos sobre a protecção financeira do consumidor.*

**Comentário:**

Estende a Educação Financeira com especial atenção à proteção do consumidor ao conjunto de atribuições do G-20. Deve-se considerar que esta iniciativa vai ao encontro das perspectivas de impor certo nível de regulação dos mercados e sistemas financeiros o que por sua vez decorre como consequência da crise financeira de 2008.

## 2. A CULTURA FINANCEIRA E O PAPEL DOS CONSUMIDORES

*2.1 A cultura da desregulamentação e a auto-regulação financeira, a criatividade financeira, a sofisticação dos novos instrumentos e a opacidade do sistema, além de serem uma causa decisiva da grave crise que hoje padecemos, tiveram um impacto negativo na forma como os cidadãos compreendem os princípios de funcionamento de um mercado já de si complexo e globalizado e inundado por uma prolixa variedade de produtos financeiros.*

**Comentário:**

Importante considerar que pela primeira vez em nossa pesquisa documental encontramos, em certa medida, uma crítica ao *modelo paradigmático* de produção do fenómeno em estudo. Não se trata de uma crítica contundente e se dirige a outros aspectos, que já apareceram em outros textos e até mesmo neste trabalho, como a “opacidade do sistema” e a complexidade dos produtos financeiros.

Entretanto devemos registrar esse dado, uma vez que retira, em tese e no referido documento, parte do caráter liberal que desde o início de nosso trabalho vínhamos, e continuamos, a creditar à Educação financeira.

É o que se depreende do item acima quando se refere a uma “cultura da desregulamentação e a auto-regulação financeira” como causa da crise financeira. Como o contexto de escrita do texto em análise data de 2011, queremos crer que se refere à atual crise econômica que atinge o bloco de países da União Europeia.

*2.2 Na chamada **sociedade do conhecimento**, que deve tirar partido de um sistema educativo capaz de estimular o espírito crítico dos seus cidadãos, a **educação financeira** é um **instrumento estratégico** que deve acompanhar a **nova regulação do sistema financeiro**. É impossível configurar um sistema financeiro mais sólido, seguro e transparente sem incluir a participação de consumidores responsáveis e empenhados no desenvolvimento das suas capacidades financeiras.*

**Comentário:**

Olhando para estes dois itens somos levados a considerar que se por um lado apresentem crítica ao modelo liberal, no primeiro item, e de modo não explícito, mantém certo crédito a iniciativa individual dado que os consumidores devem estar “empenhados no desenvolvimento de suas capacidades financeiras.”.

*2.3 De fato, está a ganhar terreno o «consumo responsável de produtos financeiros», que apela à dissociação entre o desejo e a necessidade. Do mesmo modo, está a ganhar adeptos a «poupança consciente», que aposta, numa perspectiva essencialmente em longo prazo, em **produtos socialmente responsáveis**<sup>138</sup>, ou seja, que atestam um melhor comportamento na sua dimensão ambiental, social e de governo das empresas.*

**Comentário:**

Neste item estão presentes duas ideias também bastante comuns em outros documentos: a primeira é a que trata da importância de distinção entre o que é **necessidade e o que é desejo**, ou seja, nos estimula a pensar sobre o consumo;a

---

<sup>138</sup> Essa nota no original faz referência ao texto: Parecer do CESE sobre Produtos financeiros socialmente responsáveis, JO C 21/06 de 21.1.2011, p. 33.

segunda, da iniciativa de estimular os indivíduos a pensarem à longo prazo, ou seja é um incentivo a poupança.

*2.4 O objectivo não deve ser apenas transmitir conhecimentos e competências (educação financeira), mas também permitir fazer um juízo bem informado (alfabetização financeira) com a finalidade de conseguir, num contexto real, tomar decisões correctas sobre a gestão da economia pessoal (capacitação financeira).*

#### **Comentário:**

Na verdade são feitas três caracterizações, perspectiva sobre o tema:

● **Educação financeira** como que relacionada ao desenvolvimento de competências e transmissão de conhecimentos;

● **Alfabetização Financeira** relacionada à realização de juízos bem informados;

● **Capacitação financeira**, que se refere a tomadas de decisões corretas, num contexto real, sobre suas finanças pessoais;

*2.5 Uma parte substancial das decisões da vida de uma pessoa está sem dúvida associada a um comportamento financeiro que afecta directamente o seu meio pessoal e familiar, desde a procura de financiamento para os estudos até à planificação do rendimento para a reforma.*

#### **Apenas o relato**

*2.6 Além disso, tendo em conta o contexto de crise económica internacional, o crescente interesse dos cidadãos pela sustentabilidade e o próprio comportamento do tecido empresarial nas dimensões ambiental, social e de governo das empresas, parece importante facultar mais informação sobre como incluir estes critérios nas decisões financeiras dos consumidores de retalho.*

#### **Apenas o relato**

*2.7 Por conseguinte, na opinião do CESE, fazer com que a cultura financeira chegue a todos os segmentos da população com intensidade suficiente e ao longo de toda a vida é fundamental para manter a confiança num sistema financeiro bem regulamentado, assim como para assegurar o seu desenvolvimento e estabilidade, favorecendo um **consumo inteligente de produtos financeiros** baseado em*

*decisões informadas e bem fundamentadas. Aliás, esta questão está a tornar-se num objectivo comum de governos, reguladores e supervisores.*

**Comentário:**

Educação Financeira deve ser levada a todos os segmentos populacionais e durante toda a vida. Isso é condição para se manter a confiança nos sistemas financeiros para **“assegurar o seu desenvolvimento e estabilidade.”**

*2.8 As entidades financeiras também têm um papel importante a desempenhar. Nesse sentido, a sociedade deve contar com o empenho de uma indústria financeira que garanta honestidade e transparência na prestação de serviços ao cliente e que se assuma claramente ao serviço dos interesses das pessoas.*

**Apenas o relato**

3. INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

*3.1 Entende-se por educação financeira **o processo através do qual os consumidores melhoram a compreensão dos produtos financeiros, adquirem um maior conhecimento dos riscos financeiros e das oportunidades do mercado e tomam decisões económicas com base em informações adequadas.** Uma educação financeira plenamente acessível beneficia toda a sociedade, reduzindo os riscos de exclusão financeira e incentivando os consumidores a planificar e a poupar, contribuindo também, deste modo, para evitar o sobreendividamento.*

**Comentário:**

Apresenta uma definição de Educação Financeira que implica em considerá-la como processo capaz de melhorar **“a compreensão dos produtos financeiros”**. Perspectiva que vem acompanhada da crença de que assim agindo se **“beneficia toda a sociedade”**. Trata-se a nosso modo de conceber, do princípio de que se pode alcançar o bem estar coletivo pela observância do bem estar individual. Pressuposto presente no liberalismo e, por conseguinte, no neoliberalismo.

O extrato identifica uma asserção do tipo neoliberal. Daí porque compreendemos a educação financeira como prática social e discurso com orientações neoliberais.

Além dessa conceituação, o item refere-se à Educação Financeira como medida capaz de combater o endividamento excessivo.

**3.2** *Para incentivar a cultura financeira entre os consumidores surgiram diversas iniciativas por parte dos organismos supervisores, das entidades financeiras e de outros actores da sociedade civil, sob a designação de «Planos de educação financeira»*

**3.3** *Este desafio não é novo, tendo já sido anteriormente abordado pela OCDE ( 3 ), pela Comissão Europeia ( 4 ) e pelo ECOFIN ( 5 ).*<sup>139</sup>

**Comentário:**

Indica outras iniciativas para desenvolvimento de uma cultura financeira: Propostas da OCDE, Comissão Europeia e ECOFIN.

**3.4** *Neste sentido, as expressões institucionais de âmbito europeu mais significativas foram o lançamento de uma ampla secção sobre educação financeira no quadro do projecto de educação para o consumo **DOLCETA** (Development of On Line Consumer Education Tools for Adults) e a criação, pela Comissão, em Outubro de 2008, do Grupo de Peritos para a educação financeira que, desde então, se tem reunido periodicamente para analisar as diferentes estratégias de desenvolvimento dos programas de educação financeira, incentivando a **cooperação público-privada** com vista a favorecer uma melhor implantação. PT 29.10.2011 Jornal Oficial da União Europeia C 318/25*

**Comentário:**

---

<sup>139</sup> Reproduzimos aqui nas notas a que se referiam no texto original.

(3) Em Julho de 2005. Importa também sublinhar o Projecto da OCDE sobre Educação Financeira de 2009.

(4) A Comissão Europeia publicou os «Oito princípios básicos para planos de educação financeira de elevada qualidade», COM (2007) 808 final.

(5) Nas suas conclusões de Maio de 2008.

ECOFIN: Economic and Financial Committee da União Europeia.

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

CE: Comissão Europeia.

Destaca as iniciativas europeias como o Projeto de educação para o consumo, **DOLCETA**: (*Development of On Line Consumer Education Tools for Adults*). E o Grupo de peritos (2008) para a Educação Financeira.

**3.5** *Entre os factores que exigem a melhoria da educação financeira contam-se a complexidade dos novos instrumentos financeiros, as alterações demográficas<sup>140</sup> e o novo quadro normativo europeu (7).*

**Comentário:**

Porque é necessária uma melhor educação financeira dos indivíduos:

1. Complexidade dos novos instrumentos financeiros;
2. Alterações demográficas;
3. Novo quadro normativo europeu.

**3.6** *A estes aspectos acrescentamos o facto de que, em geral, a população tem uma cultura financeira insuficiente. A consecução deste objectivo requer, como etapa prévia, que os cidadãos sejam sensibilizados para a necessidade de melhorar a sua formação financeira. Neste sentido, o CESE apela à intensificação da realização de campanhas nacionais de divulgação financeira.*

**Comentário:**

4. Um quarto ponto é o facto que “**a população tem uma cultura financeira insuficiente**”. Antes então os indivíduos devem ser sensibilizados para esta necessidade.

**3.7** *O CESE empenha-se em garantir a todos os cidadãos (crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiência ou outros grupos) o acesso efectivo a programas de capacitação financeira com temáticas correspondentes a cada etapa, tendo em conta os objectivos e os interesses de cada grupo. Os conteúdos formativos essenciais (a planificação financeira, a poupança, o endividamento, os seguros, as pensões, etc.) e a metodologia específica de aplicação devem vir acompanhados de vias eficazes de acesso aos respectivos segmentos da população: escolas, centros de trabalho, associações de consumidores, sítios Web, publicações especializadas, meios de comunicação, etc.*

---

<sup>140</sup> Nota no original faz referência a: (6) É especialmente relevante o aumento da esperança de vida, que impõe uma familiarização dos mais idosos com os novos instrumentos financeiros e obriga os adultos a planificar melhor o futuro; (7) Criado a partir do Plano de Acção para os Serviços Financeiros, que a Comissão Europeia lançou no final dos anos 90.

### **Comentário:**

Temas específicos para cada segmento da população, a partir de: planificação financeira, a poupança, o endividamento, os seguros, as pensões, etc. Devem ocorrer por meio de **“vias de acesso aos respectivos segmentos da população: escolas, centros de trabalho, associações de consumidores, sítios Web, publicações especializadas, meios de comunicação etc.”**

*3.8 As crianças e os jovens são um público prioritário nos programas, mas a educação financeira só é curricular, ou seja, só faz parte dos programas de estudos, num número restrito de países<sup>141</sup>. O CESE salienta que enquanto esta situação não se generalizar, não será possível alcançar os objectivos pretendidos em matéria de desenvolvimento da capacidade financeira.*

### **Apenas o relato**

*3.9 O CESE incita a Comissão Europeia e outras instituições a melhorarem a informação e sensibilização sobre investimentos socialmente responsáveis nos diferentes Estados-Membros, no quadro das suas actuais iniciativas sobre educação financeira.*

### **Apenas o relato**

*3.10 Os programas de educação financeira em funcionamento em países como o Reino Unido (Programa de Consultoria Genérica), França (Instituto para a Educação Financeira), Espanha (Programa de Educação Financeira 2008-2012), Áustria (Iniciativa de Educação Financeira) e outros foram correctamente concebidos mas não estão suficientemente difundidos nem têm estratégias de aplicação de alcance suficiente. Para além disso, os cidadãos não estão suficientemente informados sobre os recursos educativos de que estas instituições dispõem.*

### **Apenas o relato**

*3.11 O CESE chama a atenção para a necessidade não só de intensificar a realização de estudos que avaliem a idoneidade dos conteúdos formativos e dos meios de acesso utilizados, mas também de medir a conseqüente melhoria da capacidade financeira na sua dimensão a longo prazo, especialmente no atinente ao impacto desta disciplina na formação das crianças e dos jovens.*

---

<sup>141</sup> Referência no original à participação do PISA: (8) Em 2012, o relatório PISA avaliará pela primeira vez as competências financeiras dos estudantes de 15 anos em 19 países.



**Comentário:**

Indica a importância de estudos sobre a “idoneidade dos conteúdos formativos”, mas também de “**medir a consequente melhoria da capacidade financeira na sua dimensão a longo prazo, especialmente no atinente ao impacto desta disciplina na formação das crianças e dos jovens.**”

## 4. NOVOS COMPORTAMENTOS FINANCEIROS DOS CONSUMIDORES

*4.1 Os factores demográficos, socioculturais e tecnológicos do meio dão origem a novos comportamentos financeiros dos consumidores. Concretamente, as pessoas procuram, hoje em dia, produtos feitos à medida e um tratamento mais profissional exigem mais informação, interessam-se pelo destino dos seus investimentos <sup>142</sup>e revelam uma atitude crítica.*

**Apenas o relato**

*4.2 Neste contexto, a estreita relação que os clientes têm vindo a manter com as suas entidades financeiras vai-se erodindo pouco a pouco: hoje, as pessoas trabalham com várias entidades, desejam uma sucursal próxima ou trabalham com a banca electrónica e procuram serviços eficazes e activos rentáveis.*

**Apenas o relato**

*4.3 A melhor forma de fidelizar os clientes é gerir correctamente a informação, com vista a analisar hábitos de consumo e facultar a cada pessoa a informação adequada, com base na definição do seu perfil. O consumidor deve, no entanto, verificar as informações que recebe e analisar cuidadosamente os contratos que subscreve.*

**Comentário:**

A fidelidade pode ocorrer pelo gerenciamento correto de informações, adequadas ao perfil do correntista.

*4.4 Do ponto de vista das associações de consumidores, é recomendável que as relações com as entidades financeiras continuem a pautar-se por uma série de princípios (atenção personalizada, qualidade do serviço, grau de especialização em*

---

<sup>142</sup> Referência no original (9) Nos últimos anos aumentou a procura de produtos financeiros socialmente responsáveis, que aplicam critérios de responsabilidade social na selecção dos investimentos.

*determinados produtos), em vez de se cair na voragem da melhor rentabilidade possível. Neste sentido, a educação financeira permitirá ao consumidor detectar o perigo dos gabinetes financeiros que não cumpram os devidos padrões de qualidade.*

**Comentário:**

Na contramão de outros documentos analisados como os da OCDE, por exemplo, a CSEE parece atentar para necessidade de uma educação financeira não demasiadamente centrada na **“voragem da melhor rentabilidade possível.”**

**5. INCENTIVAR A TRANSPARÊNCIA PARA MELHORAR A PROTECÇÃO E RECUPERAR A CONFIANÇA**

***5.1** As iniciativas de educação financeira devem complementar a regulação integral dos mercados financeiros e a melhoria efectiva da protecção do consumidor de produtos financeiros, ainda que a regulação dos mercados financeiros não liberte o cidadão da necessidade de desenvolver as suas capacidades financeiras ao longo de toda a vida.*

**Comentário:**

Regulação integral dos mercados financeiros, (uma perspectiva keynesiana?) e protecção dos consumidores de produtos financeiros.

***5.2** A transparência é indispensável na relação com o utilizador e é fundamental para recuperar a confiança dos consumidores no sector dos serviços financeiros.*

**Comentário:**

Transparência é fundamental para desenvolver a confiança dos consumidores.

***5.3** Esta transparência na informação consegue-se graças à realização de iniciativas como relatórios e publicações, consultoria responsável, folhetos informativos, fichas e guias, novas vias de consulta, exposições de produtos e de serviços financeiros, etc., sendo de eliminar as cláusulas discriminadas em letra pequena, as cláusulas contratuais abusivas e a publicidade enganosa.*

**Apenas o relato**

**5.4** De maneira geral, as entidades financeiras são uma fonte de preocupação para o cliente devido à falta de comunicação, aos critérios de atendimento ao público («front office») e aos próprios documentos que, na maioria dos casos, são incompreensíveis para quem não seja perito. Para fazer face a esta situação, as entidades financeiras devem dispor de pessoal qualificado que mantenha os clientes informados, estabeleça contactos com eles e utilize a sua linguagem.

**Apenas o relato**

**5.5** Quanto à comercialização de produtos e de serviços financeiros, os requisitos de informação devem ser reforçados através da obrigatoriedade de comunicar ao consumidor, com veracidade, as condições contratuais e as respectivas implicações, com um prazo suficiente antes da aceitação da oferta.

**Apenas o relato**

**5.6** É particularmente imprescindível especificar os riscos associados a cada operação e tentar equilibrar a aceitação desses riscos, já que se verificou, nos últimos tempos, uma tendência crescente para deslocar para o consumidor os riscos do produto financeiro. No caso da banca electrónica, importa garantir o pleno acesso à informação mais pertinente.

**Apenas o relato**

**5.7** Concretamente, a Directiva 2007/64/CE relativa aos serviços de pagamento impõe um melhor acesso à informação, ao passo que a directiva MiFID<sup>143</sup> define quais as informações necessárias para a prestação de serviços de investimento, aplicáveis a todas as etapas da negociação de um contrato, ou seja, as informações a fornecer antes, durante e após a conclusão de um contrato. Além disso, exige que as entidades financeiras reforcem a protecção dos investidores e ofereçam aos seus clientes os produtos mais adequados, em função dos seus perfis de risco e socioculturais.

**Comentário:**

Trata de uma **asserção legal** relacionada ao mercado legal da instituição da Educação financeira no bloco europeu.

---

<sup>143</sup> Referência no original:(10) Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros, JO L 145/1 de 30.4.2004.

**5.8** *Outro instrumento de protecção dos direitos dos consumidores é a Directiva 2008/48/CE relativa ao crédito aos consumidores, que consagra o princípio do «empréstimo responsável», segundo o qual o mutuante assume a obrigação de prestar consultoria, bem como a necessidade de avaliar a solvência presente e futura do consumidor a partir das informações por este fornecidas e da consulta de bases de dados.*

**Comentário:**

Trata de uma **asserção legal** relacionada ao mercado legal da instituição da Educação financeira no bloco europeu.

**5.9** *Futuramente, um importante instrumento da UE para reforçar a confiança dos cidadãos será o Acto para o Mercado Único<sup>144</sup>, cujo leque de medidas contempla a protecção dos consumidores de produtos financeiros de retalho, com especial incidência sobre a transparência dos encargos bancários e a actual desprotecção dos mutuários no mercado de empréstimos hipotecários.*

**Apenas o relato**

**6. PROMOVER AS MELHORES PRÁTICAS BANCÁRIAS**

**6.1** *A desregulamentação financeira das últimas décadas encorajou a interconexão entre o mercado bancário e o mercado de capitais, o que acentuou a vulnerabilidade dos direitos dos clientes da banca comercial.*

**Apenas o relato**

**6.2** *Assim, os consumidores denunciaram a falta de informação na comercialização dos produtos financeiros, sobretudo no caso de produtos sofisticados criados recentemente.*

**Apenas o relato**

**6.3** *Concretamente, a Comissão Europeia<sup>145</sup> sublinha que os problemas fundamentais do consumidor na sua relação com a banca são os seguintes: informação pré-contratual deficiente, consultoria não fiável, falta de transparência ao nível das comissões bancárias e dificuldades em mudar de entidade.*

**Apenas o relato**

<sup>144</sup> Referência do original: (11) COM (2011) 206 final.

<sup>145</sup> Referência do original: (12 ) Comissão Europeia, *Data collection for prices of current accounts provided to consumers*, Bruxelas, 2009.

**6.4** Para combater estas falhas, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa de auto-regulação para o sector bancário, que visa melhorar o acesso à informação, bem como a compreensão e a comparabilidade das comissões bancárias. O CESE saúda este importante projecto de harmonização, que deverá conduzir a um sistema mais normalizado que facilite a comparação entre diferentes ofertas, e insiste na necessidade de contar com as organizações de consumidores para articular este processo de forma a garantir o seu êxito.

**Apenas o relato**

**6.5** Por outro lado, há que salientar a renitência das instituições financeiras em apresentar aos seus clientes produtos de outras entidades, que lhes são menos rentáveis. Além disso, entre os erros cometidos no domínio dos investimentos colectivos contam-se o lançamento de novos produtos independentemente de haver ou não procura para eles.

**Apenas o relato**

**6.6** Em suma, a inadequação entre as necessidades do cliente e o produto subscrito é uma realidade causada por um modelo de gestão em que a oferta impulsiona a procura, tirando proveito da crescente disparidade entre os conhecimentos dos compradores e os dos vendedores de produtos financeiros, dado o desigual nível de informação de que cada parte dispõe. Neste sentido, o CESE propõe a elaboração de códigos de conduta rigorosos e vinculativos para o pessoal das entidades financeiras, que permitam reduzir a possibilidade de um conflito de interesses entre a consultoria e a comercialização. Às instituições financeiras deveria caber o ônus da prova de que cumprem os códigos de conduta.

**Apenas o relato**

**6.7** Por conseguinte, os intermediários financeiros (não só da banca mas também agentes de seguros, corretores da bolsa, etc.) devem, sem prejuízo da aplicação rigorosa da regulamentação vigente, adotar as melhores práticas para proteger os consumidores de serviços financeiros através de medidas de melhoria da qualidade da informação (clara, precisa, adaptada às necessidades, compreensível e comparável com outras ofertas), de políticas que favoreçam a educação financeira dos aforradores e dos investidores, de consultoria profissional (fiável e honesta) que facilite a escolha ao utilizador e de uma entidade

*independente que tutele e defenda os direitos e interesses dos clientes de produtos financeiros (provedor).*

**Apenas o relato**

*6.8 Para consolidar este novo cenário, o CESE chama a atenção para a necessidade de melhorar as qualificações dos intermediários financeiros, para que possam desempenhar essa tarefa pedagógica imprescindível. Estes agentes enfrentam um desafio duplo: por um lado, conhecer melhor os produtos que comercializam e, por outro, saber transmitir eficazmente a informação aos utilizadores.*

**Apenas o relato**

**7. FOMENTAR A INCLUSÃO FINANCEIRA**

*7.1 O CESE está ciente de que a inclusão financeira deve inserir-se no contexto da plena inclusão social das pessoas, e é evidente que as garantias de emprego, a protecção social, etc. tornam mais viável qualquer iniciativa no domínio da educação financeira.*

**Apenas o relato**

*7.2 Diversos estudos (13) constataam o deficiente nível de educação financeira e a sua correlação com o nível cultural e o estatuto socioeconómico das pessoas. Assim, muita gente tem dificuldade em gerir a sua situação financeira e em avaliar os riscos que os seus investimentos comportam. Também se verificou que muito poucas destas pessoas contemplan planos de contingência para fazer face a uma mudança da sua situação pessoal por força de circunstâncias imprevistas (desemprego, acidentes, divórcio ou viuvez, etc.).*

**Apenas o relato**

*7.3 Em muitos países, apenas 30 % da população adulta é capaz de calcular um juro simples e só 44 % tem conhecimentos elementares sobre o funcionamento do sistema de pensões <sup>146</sup>.*

---

<sup>146</sup>Referência do original:(14) Segundo o trabalho realizado por M a José Gómez Yubero e publicado no artigo «Financial education: from information to knowledge and informed financial decision-

### **Apenas o relato**

*7.4 Aproximadamente 80 milhões de cidadãos europeus, ou seja, 16 % da população total, vivem no limiar da pobreza. Em 2010, a União Europeia fixou, como um dos objectivos para o «Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social», a promoção do apoio social a políticas de inclusão, destacando a responsabilidade colectiva e individual.*

### **Apenas o relato**

*7.5 A inclusão financeira apoia os processos de inclusão social. Por conseguinte, é importante fomentar iniciativas que favoreçam a inclusão financeira de grupos com elevado risco de exclusão (mulheres, desempregados, pessoas com deficiência, idosos, pessoas sem recursos, etc.), com base numa perspectiva de acessibilidade universal, desenvolvendo produtos e serviços financeiros à medida destes grupos.*

### **Comentário:**

O grifo refere-se a **asserção do tipo neoliberal**.

*7.6 No actual cenário socioeconómico é imprescindível valorizar uma educação financeira que se oriente para a planificação da reforma, dada a drástica tendência para sistemas públicos de pensões contributivas cujas prestações são determinadas em função das contribuições efectuadas («earnings-related benefits»). Do mesmo modo, importa, para reforçar a posição das mulheres trabalhadoras, que a entrada no mundo laboral seja acompanhada por programas específicos de capacitação financeira.*

### **Apenas o relato**

*7.7 As medidas de melhoria da cultura financeira dos consumidores devem, sem dúvida, concentrar-se principalmente **nos grupos de pessoas mais desprotegidas e que se encontram em risco de exclusão financeira ou de sofrerem abusos como resultado de certas acções especulativas.***

**Apenas o relato, chamando atenção (grifo) para aspecto importante.**

---

making» [Educação financeira: da informação ao conhecimento a à tomada de decisões financeiras bem informadas].

**7.8** O CESE sublinha que uma das funções que as entidades financeiras devem assumir **é facilitar o acesso aos serviços bancários às pessoas sem recursos, para evitar a sua exclusão financeira**. Assim, os programas de concessão de microcrédito<sup>147</sup> devem ser plenamente integrados na oferta de empréstimos das entidades financeiras. Os beneficiários do microcrédito são desempregados, jovens que acabam os seus estudos e que necessitam de uma garantia de empréstimos, empreendedores, imigrantes, pessoas incapacitadas, etc.<sup>148</sup>, e importa garantir o seu acesso a este tipo de crédito.

### **Comentário:**

A perspectiva ressaltada reveste-se de ares de *tática* (promover a educação financeira como forma de inclusão) e como *estratégia* (potencializa a capacidade das instituições de se capitalizar pela extração de mais valia relativa).

**7.9** Em certos programas, a dupla acção «microfinanciamento e educação» produz excelentes resultados, tendo em conta que a educação tem vantagens competitivas relativamente a outras iniciativas baseadas exclusivamente no microfinanciamento.

### **Apenas o relato**

## **8. PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

**8.1** O CESE está plenamente ciente das limitadas competências da Comissão Europeia em matéria de educação<sup>149</sup> mas argumenta, face a isso, que a educação financeira transcende o domínio restrito da educação, uma vez que se relaciona também com questões como o reforço do poder dos cidadãos, a exclusão social e a promoção do consumo responsável.

### **Apenas o relato**

<sup>147</sup> Referência no original: ( 15 ) A Assembleia-Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2005 Ano Internacional do Microcrédito.

<sup>148</sup> Referência no original: (16) O microcrédito deve não só apoiar o empreendedorismo, mas também servir como ferramenta para suprir outras necessidades das pessoas com poucos recursos, conforme acontece em França.

<sup>149</sup> Referência do original: (17) O artigo 165.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia deixa a cargo dos Estados-Membros a adopção de legislação em matéria de educação



**8.2** O CESE exorta a Comissão a ponderar seriamente a adopção de medidas legislativas que vinculem os Estados-Membros a promover efectivamente a educação financeira.

**Apenas o relato**

**8.3** Existe um amplo consenso entre organismos e instituições (possivelmente, os mais relevantes em matéria de educação financeira são o *International Network on Financial Education (INFE)* da OCDE e o *Grupo de Peritos para a educação financeira da Comissão Europeia*) sobre os conteúdos e as práticas mais relevantes em matéria de educação financeira a considerar futuramente. O CESE concorda plenamente com esses princípios consensuais e, por conseguinte, exorta os governos e as instituições financeiras a dotarem-se dos meios adequados para estimular as suas iniciativas, nomeadamente:

— metodologia comum para avaliar o nível de familiaridade com conceitos financeiros e o grau de inclusão da população;

— maior inclusão da educação financeira nos currículos de estudos e adopção de uma metodologia internacional para avaliar a eficiência e eficácia dos programas nas escolas;

— concepção de estratégias nacionais de educação financeira, com sistemas adequados de seguimento e de avaliação do impacto;

— reforço das estratégias de inclusão financeira e intensificação dos esforços junto de grupos específicos (jovens, mulheres, imigrantes, pessoas com baixos rendimentos);

— protecção dos direitos dos consumidores de produtos financeiros;

— reforço da cooperação entre a Comissão Europeia, a OCDE e os governos nacionais para explorar as potenciais sinergias e evitar a duplicação de esforços;

— organização de **um dia europeu da educação financeira**, por exemplo, sob os auspícios da Presidência rotativa da União Europeia;

— promoção de uma **conferência anual sobre a educação financeira**, com a participação de peritos de reconhecido prestígio;

— criação de um sistema de reconhecimento público, a nível da União Europeia, (por exemplo, um prémio) que destaque as melhores iniciativas de educação e as melhores práticas;

- promoção de uma «carta de condução financeira»;
- reuniões periódicas entre os governos dos Estados-Membros sobre os programas de educação financeira em curso e inscrição dessas considerações na agenda política nacional (estas reuniões devem não só descrever as acções em curso, mas também analisar o seu impacto).

**Comentário:**

Esse conjunto de indicações parece decorrer de perspectivas globais em Educação (no que se relaciona a Educação Financeira) nos termos em que descreve Dale (2004) a orientação de uma *Cultura Educacional Mundial Comum* à qual,

“No essencial, os proponentes desta perspectiva defendem que o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de estado e de sociedade, mais do que através de factores nacionais distintivos.” (DALE, 2004, p.425).

Segundo Dale(2004) o principal argumento dos institucionalistas, como são caracterizados os defensores da CEMC é

“que as instituições do estado-nação, e o próprio estado, devem ser vistos como sendo essencialmente moldados a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante (ou Ocidente), e não como criações nacionais autónomas e únicas. Sob esta perspectiva, os estados têm a sua actividade e as suas políticas moldadas por normas e cultura universais.” (Idem, p.426).

Relaciona-se ainda a outra perspectiva sobre os efeitos da globalização, numa interface com a educação, a Agenda Global Estruturada para a Educação, discutida por Dale (2004) que,

“encaram a mudança de natureza da economia capitalista mundial como a força directora da globalização e procuram estabelecer o seus efeitos, ainda que intensamente mediados pelo local, sobre os sistemas educativos.”

A proposição de Planos de Educação Financeira nos termos em que propõe o documento em tela pode ser percebida como que relacionada a estes processos. Tanto a *Agenda Global Estruturada para a Educação* quanto a *Cultura Educacional*

*Mundial Comum* sinalizam com interessantes perspectivas para o estudo do fenômeno da Educação Financeira. Aqui, nos limites desta pesquisa faremos apenas essa consideração.

**8.4** *Por seu lado, o CESE acrescenta as seguintes propostas, que aliam iniciativas para melhorar a capacidade financeira dos cidadãos a diferentes medidas destinadas a aumentar os níveis **de protecção do consumidor a retalho de produtos financeiros**:*

— *criação de uma entidade independente de aconselhamento financeiro para aconselhar gratuitamente os consumidores de produtos financeiros, inclusivamente sobre como incluir critérios ambientais, sociais e de governo das empresas nas suas decisões financeiras: esta entidade poderia prestar assistência quer presencialmente quer através de uma linha directa;*

— *regulação do papel dos intermediários financeiros e dos notários na educação financeira, para facilitar uma melhor acessibilidade e compreensão da informação financeira.<sup>150</sup> Será importante criar mecanismos de supervisão que garantam a imparcialidade da actuação destes agentes;*

— *criação de uma **agência europeia de protecção dos consumidores a retalho de produtos financeiros, que supervise as práticas bancárias** (em particular, a acessibilidade, a transparência e a comparabilidade dos produtos financeiros) e combata a fraude, com poder para aplicar sanções;*

— *imposição à indústria financeira da **obrigação de facultar aos clientes, em suporte físico, informações sobre os seus direitos e sobre as medidas a tomar caso uma proposta ou resolução da entidade financeira não esteja em conformidade com esses direitos;***

— *inclusão, nos suportes de informação sobre os **produtos financeiros, de advertências sobre possíveis contra-indicações e efeitos secundários de cada produto (como nos medicamentos)** e de dados sobre aspectos relacionados com as cláusulas do contrato;*

---

<sup>150</sup> Referência no original: ( 18 ) Sem invalidar as funções estritamente formativas que cabem ao sistema de ensino.

— reprodução, a nível de cada Estado-Membro, do Grupo de Peritos para a educação financeira, dotado de uma estratégia de educação financeira, com vista a reforçar as iniciativas previstas, envolvendo, de forma equilibrada, os principais intervenientes da sociedade civil organizada;

— apoio da Comissão Europeia (às autoridades nacionais dos Estados-Membros que ainda não o tenham feito) para definir uma estratégia coerente de educação financeira, tomando como referência os países que avançaram de forma mais satisfatória;

— criação de um pacote orçamental vinculado a cada estratégia nacional de educação financeira, a partir do qual se determine quem financiará os planos de educação financeira e com que recursos;

— reforço, por parte da Comissão Europeia, do patrocínio de acções em matéria de educação financeira nos Estados-Membros, a partir das boas práticas identificadas;

— fomento da generalização das contas nacionais na segurança social, de forma que todos os trabalhadores sejam informados, uma vez por ano, sobre as pensões a que terão direito quando se reformarem;

— **promoção de produtos financeiros específicos** para jovens (a partir dos 14 anos, idade que precede a emancipação e a entrada no mundo laboral), e envio periódico de informações sobre as características e funcionamento desses produtos;

— **recomendação à indústria dos brinquedos para que conceba jogos de carácter didáctico que incorporem noções financeiras;**

— emissão de programas de televisão e de rádio de curta duração (10 ou 15 minutos) sobre questões básicas de finanças (créditos, hipotecas, seguros, etc., e conceitos básicos como rentabilidade ou risco); criação de iniciativas multimédia e promoção da educação financeira nas redes sociais;

— maior recurso às associações de consumidores e a outras organizações independentes da sociedade civil organizada para difundir e aplicar as iniciativas dos governos em matéria de educação financeira. PT 29.10.2011 Jornal Oficial da União Europeia C 318/29

**8.5** Por último, o CESE sublinha que as necessidades dos consumidores de produtos financeiros devem figurar como tema prioritário nas reuniões internacionais

de alto nível, em particular, na Cimeira do G-20. A este respeito, a Consumers International (19) solicita que se crie um grupo de peritos sobre a protecção financeira do consumidor, que apresente relatórios ao G-20, para garantir o acesso a serviços financeiros estáveis, justos e competitivos.<sup>151</sup>

## CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA.

As considerações desta pesquisa precisam ser descritas a partir de **duas perspectivas**. A **primeira** é aquela que nos permite, a partir das análises que realizamos **inscrever o fenómeno da Educação Financeira como uma prática que decorre de uma mudança (ou uma nova fase) no modo de acumulação capitalista** e a **segunda**, é a que se propõe **indicar perspectivas para o trato da Educação Financeira nos sistemas escolares**, se dirige a professores e Educadores de um modo geral, matemáticos ou não, **pós supõe de um produto educacional**.

Na direcção da primeira perspectiva podemos dizer que a Educação Financeira é fenómeno, como vimos, que pode ser explicado pelo que se convencionou chamar-se de financeirização do capital que tem como forma “mais visível” a oferta de produtos financeiros variados e cada vez mais complexos. Esses são os argumentos que percorrem todos os documentos analisados, desde as Estratégias até os livros de autoajuda financeira.

Como descrevemos, a Educação Financeira (tal como se apresenta e como a descrevemos em seu PLEF) potencializa a capacidade de consumo de produtos financeiros podendo assim acumular ao mesmo tempo **“um aumento da exploração e um aumento do nível de vida do trabalhador”**, perspectiva que se

---

<sup>151</sup> Bruxelas, 14 de Julho de 2011. O Presidente do Comité Económico e Social Europeu. Staffan NILSSONPT. Referência final do documento em exame. Ver Apêndice (1).

refere à contribuição de Luckács (apud COUTINHO, 2010, p.68) sobre as características dessa fase de transformação do capitalismo.

Este último viés é claro, se refere às prescrições sobre Educação Financeira para trabalhadores, que, entretanto podem estender, os documentos se orientam nesta direção, esses potenciais efeitos a outros seguimentos e instituições, como a Escola.

São várias as menções a necessidade de *inclusão bancária* nos documentos analisados e ressaltamos aqui a referência a esta perspectiva, que faz o documento do Conselho Econômico Social Europeu (CESE) de que a Educação Financeira, através de suas instituições promotoras deve **“facilitar o acesso aos serviços bancários às pessoas sem recursos, para evitar a sua exclusão financeira”**.

O exame dos documentos sugere que qualificar as pessoas significa também transformá-las em melhores mercadorias.

Por essa razão acreditamos poder dizer que as Estratégias<sup>152</sup> fazem parte do que chamamos de *Processo de Legitimação da Educação Financeira*.

Este processo pode ser compreendido como *um conjunto de asserções, de natureza ideológica, em favor do capital financeiro, que pretendem elevar a Educação Financeira, tal como se mostra, ao status de bem/valor a ser consumido pelos indivíduos na modernidade líquida*.

Esta pesquisa documental concluiu por ressaltar como dois principais, os aspectos discursivos constituintes do que chamamos de **Processo de Legitimação da Educação Financeira**, que são: *primeiro a própria perspectiva de capacitar os indivíduos para o consumo de produtos financeiros (a constituição de um consumidor financeiro) com o objetivo de promover o sistema econômico-financeiro como um todo (e que tem o efeito de torná-los ao mesmo tempo consumidores e mercadoria); segundo, o reforço e apelo à individualidade liberal característica própria do sistema de pensamento e orientação ideológica a que se submete: o neoliberalismo*.

---

<sup>152</sup> No espaço dessas considerações de pesquisa, por comodidade vamos cravar o termo Estratégia, nos referindo aos documentos de pesquisa das iniciativas sobre o tema de Portugal, Espanha e Brasil.

Neste processo de “mercadorização” das pessoas será importante chamar a atenção sobre a “contribuição” que nós educadores, desatentos aos conteúdos ideológicos dos discursos, assumimos como nossos, valores por eles veiculados, e os reproduzimos, legitimando-os. Exemplos não faltam, mas podemos lembrar-nos da utilização de termos como “clientela” e “gestor” que, acreditamos, tenham sido incorporados a partir das reformas liberais (neoliberais) na década de 90 aqui no Brasil.

Cliente é freguês, “*usuário de um serviço*”. Por sua vez, freguês é “*habitante de uma freguesia, cliente; o que compra ou vende habitualmente a uma determinada pessoa*”<sup>153</sup>.

De modo “ingênuo” palavras como essas passaram a ser reproduzidas no ambiente escolar contribuindo para constituir a Escola em instituição que assume as mesmas características de uma empresa, abrindo caminho para o processo de comodificação de seu “produto” o conhecimento, e assim também do próprio fenômeno da Educação formal. O significado de gestor nos fornece mais indicadores do que estamos dizendo visto que se refere a “*gerente, administrador*”. São todos termos ligados meio empresarial e financeiro, bem comum na linguagem bancária, que os sistemas educacionais passam a reproduzir ao se referirem aos alunos e familiares (clientela) e aos próprios educadores em função de Direção escolar e Secretários (as) de Educação (gestores).

É com essa discussão que passamos a considerar a segunda perspectiva. Aquela que está voltada aos Educadores de um modo geral, mas, sobretudo a professores de Matemática e Educadores Matemáticos.

As considerações neste sentido são as que se seguem:

**(1).** A Educação Financeira estar a compor um imaginário como tarefa de professores de Matemática o que pode ser também uma *estratégia* de **empowering** à Educação Financeira pela Matemática, promovida por seus interlocutores, mas não só por eles. Quando voltamos nosso olhar ao PLEF, especificamente, quando da análise das *asserções* que pretendem constituí-la como bem a ser consumido, é

---

<sup>153</sup> Bueno, Silveira, 1898-1989. Silveira Bueno: mini dicionário da língua portuguesa – Ed. Ver. E atual.- ao Paulo :FTD.200

possível identificar essa tendência, no documento brasileiro, no conjunto de *asserções legais*.

Nas Estratégias de vários países também se observam *estratégias*, com esta vinculação, em países como Nova Zelândia e Inglaterra, por exemplo, informação que encontramos em Saito (2011). Chamamos a atenção aqui para diferenciar as utilizações do termo estratégia. Estamos grafando **Estratégia** para descrever os documentos oficiais do Brasil, Portugal e Espanha, sobre o tema e **estratégias** para denotar tanto uma orientação ideológica como também ao significado empregado por Certeau.

A tese que defendemos é de que há, em seu *Processo de legitimação*, a perspectiva de *empowerment* (dar poder) a Educação Financeira pela sua introdução via Matemática. Essa *estratégia*, no sentido decerteauiano, deve-se ao seu *poder formatador*. Este aspecto talvez interesse mais aos professores de Matemática.

(2). Os argumentos que justificariam a proposição de Estratégias em Educação Financeira nos informam que há uma baixa qualidade na informação sobre os *produtos financeiros*, mais complexos e variados hoje; um reduzido volume de recursos financeiros é poupado pelas famílias; há um crescente endividamento, o que tem efeitos devastadores para as finanças pessoais e para a estabilidade e crescimento das economias; e estima-se que 50% dos indivíduos no mundo hoje estejam fora dos sistemas bancários.

São dados e informações como estas que sustentam e subsidiam a proposição de *Estratégias Nacionais de Educação Financeira*, capitaneada pela OCDE, em todo o mundo.

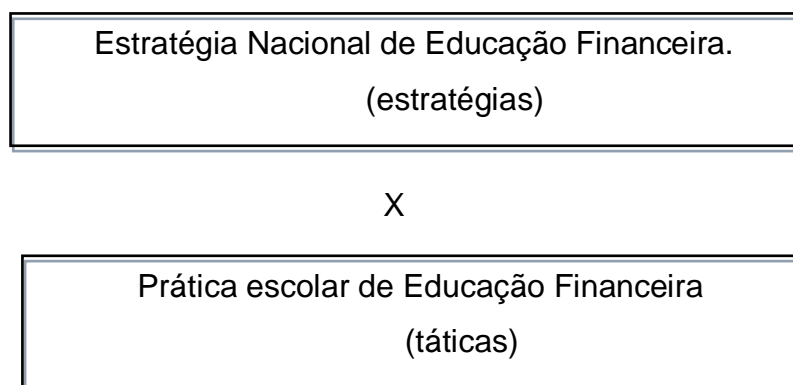
Até este ponto as considerações acima são tanto dos interlocutores da Educação Financeira quanto poderiam ser nossas. A divergência, no entanto, se estabelece principalmente **primeiro** em relação ao caráter inexorável, em tom quase messiânico, com que se alude à “necessidade” de que os indivíduos precisem dominar e desenvolver certas capacidades e habilidades, que lhes permitam utilizar e consumir *produtos financeiros*. E em **segundo** lugar, a opacidade com que tais *Estratégias* são veiculadas e prescritas o que se refere a uma orientação neoliberal a qual já nos referimos.



Não há ao que se sabe envolvimento dos sistemas Educacionais dos Estados e Municípios, no que se refere à participação de Educadores, a não ser como “multiplicadores”. O que certamente deve compor o conjunto de todos aqueles envolvidos com o processo da Educação formal.

(3). Talvez um importante “achado” de pesquisa seja algo que ela em princípio não tinha o objetivo de alcançar: *a necessidade de confrontação das prescrições discursivas estratégicas de Educação Financeira indicadas nesta pesquisa com as operações táticas que irão se constituir no cotidiano escolar*. Como indicamos o Modelo dos Campos Semânticos podem representar valoroso aporte teórico neste sentido.

Pensar nas propostas de Educação Financeira a partir Certeau (2008) nos permite opor a dupla **estratégias/táticas** à dupla **Estratégias nacionais de Educação financeira/prática social da Educação Financeira nos ambientes escolares**. De modo esquemático, que facilita a compreensão teríamos:



Assim, uma indicação de pesquisa é que será preciso olhar para o cotidiano escolar para percebermos como se constituirão **táticas** que serão “*responsáveis por uma pluralização de referências sociais [...] compõem uma “arte”, a arte do fraco, que agora opera dentro do lugar; uma arte performativa que encontra o seu correlato no processo de enunciação ou nos usos da linguagem.*” (Idem, p. 76).

Por fim, há iniciativas em Educação Financeiras sendo desenvolvidas em muitos Estados e Municípios brasileiros e em geral professores e educadores funcionam como multiplicadores de propostas previamente estruturadas.

Acreditamos que algumas questões precisam ser respondidas na construção de uma proposta curricular sobre Educação Financeira e que passam necessariamente pela reflexão sobre o tipo de indivíduos que intencionamos contribuir para formar. O que está em operação nestas Estratégias é a constituição de indivíduos consumidores de produtos financeiros e sugerimos, aos educadores envolvidos em seus sistemas educativos com esta tarefa, que reflitam sobre os aspectos descritos nesta pesquisa, constituindo no cotidiano escolar movimentos táticos.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. – **Educação à Direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade; trad de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eustáquio Romão. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. – (Biblioteca freireana;v.5)

APPLE, Michael W. - **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública/Michael W. Apple... [et.al.]; Pablo Gentili (org.).Petrópolis RJ:Vozes , 1995. (Coleção estudos culturais em educação);

BAUMAN, Zigmunt- **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**/ Zygmunt Bauman e Tim May;tradução Eliana Aguiar.- rio de Janeiro :Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zigmunt - **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2008.

BICUDO, Maria aparecida Viggiani e BORBA, Marcelo de Carvalho. **Educação Matemática: pesquisa em movimento**/, - São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora brasiliense,1997.- 2ª reimpressão.

BOBBIO, Norberto, 2000. **Teoria Geral da Política** e as lições dos clássicos./Norberto bobbio; Organizado por Michelangelo Bovero; Tradução Daniela Beccaccia Versiani.- Rio de Janeiro:Elsevier,2000.- 18ª impressão.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.436p.

Cerbasi, Gustavo Petrasunas. **Dinheiro os segredos de quem tem**:como conquistar e manter a independência financeira. Editora Gente – São Paulo, 2003 – 190 pg.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**.- 2ª Ed.-Reio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Editora Vozes/2008.p.91-110.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943. O estruturalismo e a miséria da razão./Carlos Nelson Coutinho; posfácio de José Paulo Netto.- 2 ed. – São Paulo; Expressão Popular, 2010.

DOMINGO, Reinaldo -**Terapia Financeira: A Educação Financeira como método para realizar seus sonhos**/Reinaldo Domingo- São Paulo: Editora Gente,2008

ESPAÑA - **Plan de Educación Financeira 2008- 2012.** Comisión Nacional Del Mercado de Valores, Banco de España –Eurosistema. Documento conjunto. Mayo de 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social;** Izabel Magalhães,coordenadora da tradução , revisão técnica e prefácio- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 ,2008( reimpressão)

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**/Paulo freire; tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin.\_\_ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Coleção Educação e Comunicação vol I.

FROMM, Erich -**Ter ou Ser?**. Fromm, ERICH. Traduzido da primeira edição, publicada em 1976 por Haper & Row, Publishers, Inc., de Nova York.Edições brasileiras :1977,1979, 1980.Zahar Editores.

GENTILI, SADER (et. All) - **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático/ organizadores Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.Vários autores;

GIDDENS, Anthony- **As Conseqüências da modernidade;** trad. Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991. -(Biblioteca básica).

GOODMAN, Nelson -**O MODO COMO O MUNDO É.** Nelson Goodman; Traduzido por Celso R. Braidia e Noeli Ramme a partir do original “*The way the world is*”, publicado em Problems and Projects, Indianápolis and New York, The Bobbs-Merrill Company, 1972.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**/São Paulo, SP: Boitempo,2011

Kistemann Júnior , Marco Aurélio. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**/|Marco Aurélio Kistemann Júnior.- Rio claro:[s.n],2011.

MANDELL,KLEIN -The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior. Lewis Mandell and Linda Schmid Klein **Journal of Financial Counseling and Planning** Volume 20, Issue 1 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.**/ Carlos Montaña.- . Ed. – São Paulo: Cortez, 2007

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** José Paulo Netto e Marcelo Braz. -2. Ed.- São Paulo: Cortez, 2007-(Biblioteca básica do serviço social);

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Crítica, Incerteza matemática responsabilidade.** Editora Cortez 2005

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia** /Ole Skovsmose.- Campinas SP:Papirus,2001(Coleção Perspectivas em educação Matemática)

TEODORO, Antônio. **As Políticas Curriculares em Portugal (1995-2007).** As Agendas Globais e Reconfigurações Regionais e Nacionais

**Apêndice (1).** INDICE DE REFERÊNCIA DO DOCUMENTO ORIGINAL do Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa).

(1) Parecer do CESE sobre *Produtos financeiros socialmente responsáveis*, JO C 21/06 de 21.1.2011, p. 33.

(2) Ver a este respeito o documento da Comissão «Livro Verde – Regimes europeus de pensões adequados, sustentáveis e seguros», COM (2010) 365 final.

(3) Em Julho de 2005. Importa também sublinhar o Projecto da OCDE sobre Educação Financeira de 2009.

(4) A Comissão Europeia publicou os «Oito princípios básicos para planos de educação financeira de elevada qualidade», COM (2007) 808 final.

(5) Nas suas conclusões de Maio de 2008.

PT C 318/26 Jornal Oficial da União Europeia 29.10.2011

(6) É especialmente relevante o aumento da esperança de vida, que impõe uma familiarização dos mais idosos com os novos instrumentos financeiros e obriga os adultos a planificar melhor o futuro.

(7) Criado a partir do Plano de Acção para os Serviços Financeiros, que a Comissão Europeia lançou no final dos anos 90.

(8) Em 2012, o relatório PISA avaliará pela primeira vez as competências financeiras dos estudantes de 15 anos em 19 países.

(9) Nos últimos anos aumentou a procura de produtos financeiros socialmente responsáveis, que aplicam critérios de responsabilidade social na selecção dos investimentos.

(10) Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros, JO L 145/1 de 30.4.2004.

(11) COM (2011) 206 final.

(12) Comissão Europeia, *Data collection for prices of current accounts provided to consumers*, Bruxelas, 2009.

(13) Ver Braunstein e Welch, 2002; Mandell, 2008; FINRA Investor Education Foundation, 2009.

(14) Segundo o trabalho realizado por M a José Gómez Yubero e publicado no artigo «Financial education: from information to knowledge and informed financial decision-making» [Educação financeira: da informação ao conhecimento a à tomada de decisões financeiras bem informadas].

(15) A Assembleia-Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2005 Ano Internacional do Microcrédito.

(16) O microcrédito deve não só apoiar o empreendedorismo mas também servir como ferramenta para suprir outras necessidades das pessoas com poucos recursos, conforme acontece em França.

(17) O artigo 165.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia deixa a cargo dos Estados-Membros a adopção de legislação em matéria de educação

(18) Sem invalidar as funções estritamente formativas que cabem ao sistema de ensino.

## **Apêndice (2):** Análise do PARECER DO CESE SOBRE PRODUTOS FINANCEIROS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS.

No último documento em análise, o “Parecer de Iniciativa” do CSEE, no item 2.3 do original, uma nota nos remete a interpretação do que são “produtos socialmente responsáveis”, e abaixo descrevemos essas orientações.

Os extratos de texto abaixo retratam Parecer do CESE sobre Produtos financeiros socialmente responsáveis, JO C 21/06 de 21.1.2011, p. 33.

Parece-nos que a definição de um produto socialmente responsável está atrelada a contrapartidas, ambientais, por exemplo, que empresas aos quais estão vinculados, deveriam oferecer.

Essas considerações são preliminares e não nos deteremos em analisá-las aqui com maior profundidade.

### 1. Conclusões e recomendações

1.1 Pode interpretar-se o termo «produtos financeiros socialmente responsáveis» como sendo todos os produtos e serviços disponibilizados pelos sectores bancário, de seguros e de gestão de investimentos. No entanto, o presente parecer trata, na sua maioria, do investimento socialmente responsável (ISR) proporcionado por fundos de investimento colectivo, os quais estão disponíveis tanto para os investidores institucionais como para o público em geral. Por definição, os fundos de investimento colectivo **fazem investimentos**. Para serem qualificados de «socialmente responsáveis», os fundos têm de seleccionar cuidadosamente os seus investimentos, **em função de critérios adequados**. A maioria dos fundos investe **em acções de empresas**. A questão central para a maior parte dos fundos é conseguir identificar quais as empresas **que cumprem os critérios ESG (éticos, sociais e de governo) necessários**. *(grifo nosso)*

1.3 No contexto pós- crise, é necessário investir em empresas que respeitem valores sociais e éticos, para, assim, recuperar a confiança dos cidadãos nos mercados financeiros. Com efeito, é possível afirmar que depois desta crise, nunca mais se dirá «Business as usual».

A crise a qual o documento se refere é a que se desenvolveu a partir de 2008 no cenário imobiliário americano.

Esses extratos remetem-nos ainda a outro documento que por sua vez trata dos critérios “éticos sociais e de governo” (ESG).

Como já consideramos em outras partes de nossa pesquisa, um documento nos leva a outro e a outro. Num processo que pode não ter fim, mas é preciso apenas indicar que a partir destas perspectivas de investimento responsável surgem os ISR (Investimentos socialmente responsáveis) a partir de Fundos dessa mesma natureza que escolhe as empresas (ações) em que devem investir, por critérios (alguns deles) que registramos a seguir:



Critérios de exclusão	Critérios valorativos
Armamento	Ensaio em animais
Exploração do terceiro mundo	Poluição
Manipulação genética	Pornografia, tabaco e álcool
Degradação do ambiente	Igualdade de oportunidades
Reciclagem	Preservação da energia e dos recursos naturais
Transparência na informação	Compromisso solidário com a sociedade
Apoio à formação e à educação	Normalização de produtos

Por outro lado esses critérios que garantiriam certo valor moral aos investimentos parece ser atributo submetido a interesses maiores dado que se permite que alguns “pecados” sejam cometidos como aplicar em empresas que comercializam armamentos. É o que se depreende do extrato abaixo:

Os novos critérios de sustentabilidade utilizados no ISR devem entender-se como sendo dinâmicos, possibilitando a incorporação de novos aspectos relevantes no âmbito da RSE. Por exemplo, no que respeita à igualdade de oportunidades, seria interessante que se incluíssem critérios de avaliação relacionados com as pessoas com deficiência, como indicadores sobre a integração no mercado de trabalho ou a acessibilidade a ambientes de trabalho e comerciais, produtos e serviços.

A anterior listagem não pressupõe que as empresas com atributos negativos sejam efectivamente geridas de maneira irresponsável. Pelo contrário, podem aplicar as normas éticas mais elevadas na sua forma de gerir os negócios, ainda que alguns investidores possam considerar um sector em particular, por exemplo do armamento, moralmente repreensível.

### Apêndice (3): SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CONCEITO DE CAPITAL HUMANO.

Outra relevante consideração desta pesquisa, o conceito de **capital humano** tal como expusemos, serve para justificar a iniciativa de educar financeiramente os indivíduos a partir da perspectiva de extração da *mais-valia*, que ainda que não seja exatamente o lucro, pode aqui ser assim identificada.

Retomemos que a ideia de capital humano refere-se a iniciativa promovida pelo capitalista, promover o aumento da exploração do trabalho, pela melhor qualificação do trabalhador. A ideia é: trabalhador melhor qualificado tem sua capacidade produtiva aumentada.

Embora as expressões que descrevem o modo de produção capitalista sejam mais complexas do que vamos retratar, nossa iniciativa de proceder a este “recorte” tem a intenção de destacar alguns aspectos que se relacionam (é nosso entendimento) a caracterização que estamos fazendo aqui sobre a Educação financeira.

Se a circulação mercantil capitalista se processa da forma <sup>154</sup>

$$D \rightarrow M \rightarrow D'$$

Que significa: “dinheiro - mercadoria - dinheiro acrescido”.

Podemos descrever, sem entrarmos no mérito da discussão sobre se o capital pode valorizar-se fora da produção, que a circulação na fase de capitalismo financeirizado segue do seguinte modo:

$$D \rightarrow D'$$

Que significa: “dinheiro - dinheiro acrescido”.

<sup>154</sup> Em Economia Política – uma introdução. Netto, José Paulo. (2007).

No primeiro quadro podemos com limitações dizer, que estariam em questão, a produção de mercadorias no sentido clássico. Lá estaria em operação o conceito de *capital humano*, como forma material de dar consecução a extração da *mais valia*.

No segundo, o capitalismo contemporâneo, estaria em questão a produção de mercadorias *fetichizadas* (o próprio capital e também as pessoas). Lá estaria em operação a Educação Financeira, como forma de dar consecução a extração da *mais valia*.

É claro que esta construção tem um desenho didático apenas e não considera importantes divergências como a que sinalizamos sobre a impossibilidade, da valorização do capital fora da esfera da produção, para alguns autores.

**Anexo (1): REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS OFICIAIS.**

Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) sobre Produtos financeiros socialmente responsáveis, JO C 21/06 de 21.1.2011, p. 33.

Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (**parecer de iniciativa**). Em: Jornal Oficial da União Europeia, 29.10.2011, p.24-30.

### **Anexo (2): QUADRO GERAL DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA / ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.**

QUADRO GERAL: PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA					
Documento	País	Instituições	Período	OCDE	SITE
Estratégia Nacional de Educação Financeira	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>Banco Central.</li> <li>Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CNVM)</li> <li>UNIBANCO</li> </ul>	2009	OECD (2005)	<a href="http://www.vidaedinheiro.gov.br">www.vidaedinheiro.gov.br</a>
Plan National de Educación Financiera	Espanha	<ul style="list-style-type: none"> <li>Banco de España – Eurosistema.</li> <li>Comisión Nacional Del Mercado de Valores (CNMV).</li> </ul>	2008/2012	OECD (2005)	<a href="http://www.finanzasparatodos.es">www.finanzasparatodos.es</a>
Plano Nacional de Formação Financeira	Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Banco de Portugal.</li> <li>Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.(CMVM)</li> <li>Instituto de Seguros de Portugal.</li> <li>Caixa Geral de Depósito (CGD)</li> <li>Universidade de Aveiro (PMatE)</li> </ul>	2011/2015	OECD (2005)	<a href="http://www.dolceto.eu/portugal">www.dolceto.eu/portugal</a>

### **Anexo (3): QUADRO GERAL DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA/CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA.**

Conferências internacionais de Educação Financeira				
Nome	Ano	Cidade/País	Promotores	Tema
OCDE - Conferência Internacional de Educação financeira	2009	Rio de Janeiro /Brasil	CVM/Brasil OCDE	(*) Perspectivas Educação Financeira para América Latina
1ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2009	Alvaiázere/Portugal	Universidade de Aveiro/ PMat E	"Perspectivas para Portugal"
2ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2010	Lisboa / Portugal	Universidade de Aveiro / Caixa Geral de Depósitos.	"Por uma Educação + financeira".
3ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2012	Aveiro/Portugal	Universidade de Aveiro/ PMat E.	"Transversalidade e Cidadania"

(4)

Anexo

Pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Investigações Econômico Financeiras/ GRIFE.

A pesquisa realizada por Amanda Fabri de Resende intitulada **“A Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos (EJA)”** e orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE- Grupo de Investigação Financeiro-Econômica em Educação Matemática/UFJF) tem como escopo central realizar uma investigação qualitativa com os alunos e alunas da EJA de uma escola municipal de Juiz de Fora, sobre questões relacionadas à forma como tomam suas decisões financeiro-econômicas frente a situações de necessidade de consumo. Nos embasamos teórico-metodologicamente em Zigmunt Bauman, Maria da Conceição Fonseca, Maria Celeste de Souza e em Romulo Campos Lins.

A pesquisa realizada por André Bernardo Campos intitulada: **“Como uma Educação Financeira Crítica pode contribuir para que jovens possam tomar decisões de consumo bem fundamentadas”**, e orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), tem como objetivo a promoção de uma postura crítica em relação a situações de consumo. Por meio de situações-problemas, busca-se promover discussões reflexivas, além de oferecer acesso a informações para a tomada de decisões. Para tal, fundamentamo-nos nas ideias da Educação Matemática Crítica de Ole Skovsmose e do Modelo dos Campos Semânticos de Romulo Campos Lins.

Dejair Franck Barroso sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF) investiga **“Uma proposta de curso de serviço para a disciplina Matemática Financeira na graduação de Administração mediada pela produção de significados dos alunos”**. A pesquisa em questão de cunho qualitativo inquirir a produção de significados dos alunos do curso de Administração de uma Instituição Superior de Ensino de Minas Gerais na disciplina Matemática Financeira, por meio de situações-problema de consumo na sociedade líquido-moderna. Objetiva-se propor diretrizes para um curso de serviço, direcionado para o público dos cursos de Administração e Economia.

Na pesquisa **“Matemática Financeira e Tecnologia: espaços para o desenvolvimento da capacidade crítica dos educandos da educação de jovens e adultos”**, Luciano Pecoraro Costa, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), busca proporcionar aos estudantes, além de conteúdos pertinentes à disciplina, também, a imersão, em caráter reflexivo. Toma assim como prerrogativa, as características da Educação Matemática Crítica, de Ole Skovsmose, em que conseqüentemente acarretam reflexões de cunho social, perante questões relacionadas à Cidadania, descritas nas obras de Nilson José Machado. A pesquisa foi realizada num colégio público estadual da cidade de Miguel Pereira/RJ, com alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A fim de aglutinar aos aspectos de criticidade e cidadania, foram incorporadas ferramentas

tecnológicas – calculadora e computador – como meio de intencionar a inclusão digital, e paralelamente, como instrumento auxiliador diante de tomadas de decisão.

A pesquisa realizada por Neil da Rocha Canedo, "**Ambientes de Modelagem pela ótica da Teoria da Atividade: um novo olhar sobre o convite**", e orientada pelo prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), trata-se de uma proposta de analisar as dinâmicas dos ambientes de modelagem por meio de um referencial teórico-metodológico e noções categorias apoiados na teoria da atividade. O contexto são salas de aula de matemática das séries finais do ensino fundamental de uma escola publicado com características rurais onde o autor atua como professor. A pesquisa insere-se numa proposta mais geral de investigar as possibilidades de inserção da educação financeira nesse nível de ensino por meio da modelagem.

A pesquisa de Reginaldo Ramos de Britto, orientada pelo prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), intitulada "**Educação Financeira: uma pesquisa documental crítica**" tem dois propósitos que se aproximam, representando em verdade duas expressões de uma mesma iniciativa. Por um lado, assume como estratégia estabelecer reflexão crítica às propostas atuais sobre Educação Financeira as quais qualificamos como dirigidas ao Mercado e à domesticação dos indivíduos. Por outro lado, e, ao mesmo tempo, pretende contribuir para que propostas alternativas possam emergir no campo de investigação em Educação Matemática como um todo, mas principalmente, a Educação Matemática Crítica. Trata-se de investigação qualitativa com opção por pesquisa documental, que objetiva traçar um quadro teórico da Educação Financeira no mundo\* e no Brasil. Além disso, pretende, ao olhar cuidadosamente para inserção dessa proposta nos currículos no Brasil, refletir criticamente sobre o que chamamos de "*Processo de Legitimação da Educação Financeira*". Este consiste num conjunto de asserções, não des - intencionadas, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade líquida, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar "melhor" produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores.

A investigação "**Design de tarefas de educação financeira para o 6º ano do ensino fundamental**", de Luciana Borges Losano, orientada pelo Prof. Dr. Amarildo Melchíades da Silva (UFJF) tem como objetivo elaborar um produto educacional constituído por um conjunto de tarefas de Educação Financeira para aplicação em salas de aula de matemática do 6º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa é parte de uma proposta de inserção da Educação Financeira como tema transversal no currículo de Matemática da Educação Básica. A investigação se caracteriza por uma abordagem qualitativa e toma como base teórica o Modelo dos Campos Semânticos e as ideias presentes em Vygotsky e Leontiev.

